

**Cristina dos Santos Pereira Martins**

**Estudo sociolinguístico do mirandês**  
**Padrões de alternância de códigos**  
**e escolha de línguas**  
**numa comunidade trilingue**

**Faculdade de Letras**  
**Universidade de Coimbra**  
**1994**

Dissertação de Mestrado em  
Linguística Portuguesa apresentada à  
Faculdade de Letras da Universidade  
de Coimbra



Para a minha mãe,  
pela lição e o exemplo.

Para o meu pai,  
pela viva presença da memória que,  
privilegiadamente, herdei.

## PREÂMBULO

*É meu intuito, nestes breves parágrafos, evocar o nome das pessoas que contribuíram directamente para que este trabalho não se saldasse numa aventura irrealizável. Aqui, e só aqui, o leitor encontrará um discurso onde o sujeito da enunciação se assume como um “eu”, em que não há recurso à impessoalidade científica e distanciadora da voz de quem escreve. Neste local esboça-se um sujeito que reclama para si um nome e um rosto, para que, ao estender a sua mão e ao manifestar o seu agradecimento, os destinatários destes gestos os entendam como qualquer coisa de muito pessoal e real.*

*Em primeiro lugar, à Professora Doutora Clarinda de Azevedo Maia aqui expresso o meu reconhecimento por tudo quanto nesta dissertação lhe é devido. Começou pela sugestão do tema, actual, complexo e por demais apaixonante, a que se seguiu a orientação do trabalho nas suas mais diversas e multifacetadas fases. Pelas suas observações, pelo tempo disponibilizado e pela bibliografia inacessível que fez aparecer na minha mesa de trabalho, muito obrigada.*

*Aqui deixo também os meus sentidos agradecimentos à Professora Doutora Maria José de Moura Santos, por todo o apoio que sempre me manifestou, em palavras e em actos, e, sobretudo, pelo amor paciente que me ensinou a investir, através do seu próprio exemplo, no labor científico.*

*Para a minha querida amiga, Ana Cristina Macário Lopes, também ela Professora Doutora, pois também ela minha mestre nestas coisas do saber científico, companheira das muitas outras da vida, as verdadeiramente essenciais, o meu grande abraço.*

*A todos os meus colegas de Linguística quero dizer que não esquecerei nenhum dos gestos que tão generosamente de si partiram. Em particular, mas sem discriminações, estendo a minha mão à Isabel Santos com quem partilhei tantas dúvidas, angústias e desabaços teórico-metodológicos e à Carmen Gouveia a quem recorri em tantas ocasiões de apuro para esclarecer “questões castelhanas” e que também emprestou a sua voz, o seu saber e o seu tempo a uma das experiências atitudinais realizadas. Por fim, envio destas páginas um grande abraço à Filomena Saraiva que tanto me valeu nos apertados momentos dos “aprumos” finais.*

*Para os meus colegas, Norberto Santos, António Rochette, António Campar e à Prof. Doutora Fernanda Cravidão, pelo apoio dispensado com os mapas e as estatísticas; António Resende pelos esclarecimentos com os pormenores de carácter histórico e ao Rui Bebiano pelos contactos que me levaram à Terra de Miranda, um abraço.*

*Aos Drs. Domingos Raposo, António Maria Mourinho e Júlio Meirinhos que corporizaram os apoios institucionais tão fulcrais no Concelho de Miranda do Douro, o reconhecimento merecido. Recordo igualmente a generosa colaboração prestada em diferentes momentos pelos Conselhos Directivos das Escolas Preparatória e Secundária de Miranda do Douro.*

*Ao extinto INIC cabe-me agradecer o co-financiamento, através do Centro de Linguística Geral e Aplicada (CELGA), da primeira fase do primeiro trabalho de campo realizado.*

*Para os meus informantes de Paradela reservo uma palavra muito especial. A todos devo, para além do abundante e interessante material recolhido, a generosidade e o franco e sadio convívio. Acolheram-me em suas casas, sentaram-me às suas mesas e comigo partilharam o que tinham e podiam. Com eles o trabalho de campo foi, para além de tempo de aprendizagem, tempo de lazer e de prazer.*

*Não posso, igualmente, deixar de me referir ao apoio incondicional que sempre recebi da tertúlia do almoço. Se muitos dos seus membros contribuíram directamente para a resolução de diferentes aspectos deste trabalho, todos foram responsáveis pela magnífica boa disposição que em tantos dias mal humorados me conseguiu contagiar e aliviar.*

*Por fim, um canto de página para duas pessoas. Para o Ricardo um profundo reconhecimento pelo humor, pela atenção, pelo quotidiano e, sobretudo, por todas as vezes que me proporcionou excepções ao mesmo, durante este longo, absorvente e difícil período. Quanto à minha mãe, agradeço-lhe, mais e antes de tudo, a sábia e corajosa forma como me permitiu aprender o crescimento, legando-me, assim, o conjunto mais sagrado de todos os conhecimentos.*

## INTRODUÇÃO

O primeiro estudo efectuado em Portugal sobre o mirandês, sendo igualmente um dos estudos dialectais mais antigos da Península Ibérica, data de 1882 e é da autoria de J. Leite de Vasconcelos (*O dialecto mirandês. Contribuição para o estudo da dialectologia românica no domínio glotológico hispano-lusitano*)<sup>1</sup>. Neste trabalho pioneiro, o autor atendeu à descrição de aspectos fonéticos, morfológicos e lexicais da variedade idiomática a que chamaria "dialecto", apresentando, igualmente, alguns textos de contos tradicionais da região. Anos mais tarde, viria a expandir e desenvolver este trabalho descritivo de forma considerável, publicando, no princípio deste século, os dois volumes dos seus *Estudos de filologia mirandesa*<sup>2</sup>. Noutros artigos avulsos, nomeadamente na *Revista Lusitana* e no vol. IV dos seus *Opúsculos*, J. Leite de Vasconcelos manteria, essencialmente, como áreas de descrição privilegiadas, as que já contemplara no primeiro trabalho, embora apresente também, nestas pequenas notas filológicas, algumas particularidades com importância para o conhecimento histórico deste idioma minoritário. É, com efeito, J. Leite de Vasconcelos que estabelece, em 1882, a filiação histórica do mirandês no "domínio espanhol, como próximo do leonês"<sup>3</sup>, filiação que seria definitivamente estabelecida em 1906 por Menéndez Pidal no seu trabalho *El dialecto leonés*<sup>4</sup>. Neste estudo, Menéndez Pidal, para além de fazer referências importantes ao mirandês no quadro da descrição fonética, morfológica e sintáctica global do leonês, procura igualmente avaliar as causas de carácter histórico que explicarão a sobrevivência deste enclave leonês em território politicamente português, assunto que será retomado em 1952 por J. G. Herculano de Carvalho num artigo intitulado *Porque se fala dialecto leonês em Terra de Miranda?*<sup>5</sup>.

Nos capítulos consagrados ao tratamento do leonês em várias obras de dialectologia espanhola encontram-se referências descritivas de particularidades linguísticas do mirandês, quer contextualizadas do ponto de vista da análise diacrónica, quer apresentadas como factos sincrónicos. Um exemplo ilustrativo é a *Dialectología española*<sup>6</sup> de A. Zamora Vicente.

O trabalho de recolha exaustiva de elementos, tanto de natureza linguística, como de natureza folclórica sobre a região que nos ocupa tem sido levado a cabo por António Maria Mourinho com artigos publicados em vários jornais e revistas das quais se destacam a *Revista de Portugal, Série A - Língua Portuguesa*, e *Ocidente*.

<sup>1</sup>JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *O dialecto mirandês. Contribuição para o estudo da dialectologia românica no domínio glotológico hispano-lusitano*. Porto (Livraria Portuense), 1882.

<sup>2</sup>JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Estudos de filologia mirandesa*, vols. I e II. Lisboa (Imprensa Nacional), 1900 e 1901.

<sup>3</sup>JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Opúsculos*, vol. IV. Coimbra (Imprensa da Universidade), 1929, p. 682.

<sup>4</sup>RAMÓN MENÉNDEZ PIDAL, *El dialecto leonés*. Oviedo (Instituto de Estudios Asturianos), 1962.

<sup>5</sup>J. G. HERCULANO DE CARVALHO, *Porque se fala dialecto leonês em Terra de Miranda?* In: *Estudos linguísticos*, vol. I, 2ª ed. Coimbra (Atlântida Editora), 1973, p. 70-92.

<sup>6</sup>ALONSO ZAMORA VICENTE, *Dialectología española*. Madrid (Ed. Gredos), 1960, p. 71-159.

O único tratamento estrutural de uma parte dos dados linguísticos do mirandês, encontramos-lo no estudo intitulado *Fonologia Mirandesa 1*<sup>1</sup> de J. G. Herculano de Carvalho, publicado em 1958. Este mesmo autor, num estudo intitulado *Elementos estranhos no vocabulário mirandês*<sup>2</sup>, dedicou-se, igualmente, à problemática do contacto de línguas nesta zona fronteiriça, mormente através da observação de algumas manifestações lexicais do mirandês que podem ser interpretadas como resultantes de um processo de interferência linguística.

Também nós, neste trabalho, centraremos a nossa atenção em manifestações verbais bilíngues decorrentes de uma situação de contacto de línguas. Todavia, e ao contrário de José Herculano de Carvalho, o nosso interesse reside na descrição e explicação de uma outra gama de fenómenos. Para além do mais, o nosso estudo do mirandês difere, não só deste, mas de todos os anteriores, na medida em que nele procuramos um enfoque teórico até aqui não explorado na abordagem deste idioma minoritário: a Sociolinguística. Assim sendo, o objectivo mais lato deste trabalho reside na busca da correlação verificada entre usos idiomáticos e factos sociais no seio da comunidade trilingue em observação.

Enunciado o propósito genérico desta dissertação, detenhamo-nos, agora, na explicitação pormenorizada dos seus objectivos mais específicos. Conforme se pode ler no sub-título escolhido, ocupar-nos-emos, neste trabalho, da descrição e explicação dos padrões de alternância de códigos (“code-switching”) e de escolha de línguas (“language-choice”, “code-choice” ou “choice-switching”) patentes numa comunidade raiana trilingue da Terra de Miranda: Paradela. Para o fazer, iremos percorrer um complexo caminho que, neste momento, julgamos oportuno descrever.

Assim, e tendo dividido a dissertação em três partes, decidimos dedicar a primeira à comunidade linguística que estará sob a nossa observação. Aqui, e depois de justificarmos a escolha da comunidade-alvo do estudo, procuraremos traçar o seu enquadramento histórico, geográfico e social no âmbito mais geral da Terra de Miranda. Passaremos de seguida, nesta mesma linha de trabalho, à consideração das especificidades da comunidade de Paradela de molde a realçar os aspectos necessários à sua caracterização sociolinguística. Ainda na primeira parte, debruçar-nos-emos sobre os idiomas que convivem e operam nesta aldeia trasmontana, procurando, por um lado, a fundamentação histórica da sobrevivência linguística do mirandês e, por outro, uma abordagem da forma como se posicionam face a ele, quer o português, quer o espanhol. Por fim, faremos um breve retrato do mirandês falado em Paradela, baseando-nos, para tal, nas informações já colhidas por José Leite de Vasconcelos e por António Maria Mourinho.

A parte II deste trabalho ocupar-se-á, por sua vez, com questões essencialmente teóricas. Será neste local que, depois de precisarmos o conceito de bilinguismo e de analisarmos a forma

<sup>1</sup>J. G. HERCULANO DE CARVALHO, *Fonologia Mirandesa 1*. In: *Biblos*, vol. XXXIII. Coimbra, 1957, p. 1-133.

<sup>2</sup>J. G. HERCULANO DE CARVALHO, *Elementos estranhos no vocabulário mirandês*. In: *Estudos linguísticos*, vol. I, 2ª ed. Coimbra (Atlântida Editora), 1973, p. 93-110.

como ele tem sido tratado no quadro das principais correntes linguísticas contemporâneas, procuraremos definir os fenómenos verbais bilingues que nos ocupam. Assim, a primeira distinção a estabelecer é aquela que se impõe entre alternância de códigos e escolha de línguas; a segunda é a que se apresenta entre alternância de códigos e interferência linguística.

Identificados os critérios que permitem diferenciar os dois principais fenómenos que nos propomos tratar de forma sistemática, procederemos, antes de mais, à descrição dos factores que concorrem para o funcionamento da escolha de línguas e, depois, à apresentação teórica das duas grandes perspectivas que têm norteado a investigação sobre a alternância de códigos. Neste sentido, abordaremos os estudos vocacionados para a explicação do funcionamento sintáctico do fenómeno e exploraremos aqueles que encaram este mecanismo verbal bilingue como um instrumento capaz de veicular valores de natureza pragmática nos discursos em que é utilizado.

É no quadro desta última tradição de investigação que situaremos a nossa própria abordagem do fenómeno, tanto mais que elegemos, como base teórica principal, os princípios analíticos propostos pela Sociolinguística interaccional. Sendo esta uma corrente recente que nasce no seio da investigação sociolinguística, a sua novidade reside na tentativa de aliança e conciliação com algumas orientações da Pragmática linguística. Dada a nossa opção teórica, o estudo do funcionamento sintáctico do “code-switching”, nesta situação particular de contacto de línguas, não nos ocupará. Assim, no presente trabalho, centraremos a nossa atenção na análise do funcionamento discursivo e pragmático da alternância de códigos produzida pelos membros da comunidade trilingue escolhida para o estudo.

No segundo grande capítulo da parte II, daremos conta das principais condicionantes extra-linguísticas que, no nosso entender, ajudam a explicar os fenómenos verbais que queremos estudar: a estrutura das comunidades de falantes e as atitudes linguísticas. Expostas as considerações teóricas necessárias, caracterizaremos a comunidade linguística por nós eleita do ponto de vista da sua estrutura social e interactiva (i.e., as suas redes sociais) e dos padrões atitudinais dominantes.

A terceira e última parte desta dissertação será preenchida com a análise dos dados recolhidos *in loco*. Assim, no primeiro capítulo, preocupar-nos-emos com a interpretação do material referente aos padrões de escolha de línguas em Paradela, i.e., com a apresentação da forma como uso idiomático e situação de interacção se correlacionam nesta comunidade. Para tal, socorrer-nos-emos dos preceitos metodológicos próprios da Sociolinguística variacionista na medida em que, nesse momento, o nosso maior interesse será dilucidar as grandes tendências de comportamento verbal reveladas pelos paradelenses dos dois sexos, de várias idades, profissões e níveis educacionais. Já o segundo capítulo, pressupondo as informações apresentadas no primeiro, tem um outro objectivo. Assim, baseando-nos nos princípios teóricos da Sociolinguística interaccional e elegendo como matriz analítica fulcral um interessante modelo elaborado por Carol Myers-Scotton e inspirado pelo trabalho de Paul Grice sobre o funcionamento das implicaturas conversacionais, empreenderemos o estudo da alternância de códigos enquanto mecanismo discursivo. Nesta análise buscaremos igualmente



contribuições de outros autores de forma a permitir uma problematização adequada do poder operativo do modelo de base. Compreende-se, pois, que analisadas as atitudes linguísticas dos falantes em relação aos idiomas que usam e esclarecidas, no capítulo 1 desta parte III, as condições discursivas que propiciam a escolha de cada um dos idiomas em presença, o passo seguinte será a demonstração de como os recursos idiomáticos veiculam valores pragmáticos nos discursos produzidos por locutores sócio-espácio-temporalmente situados.

Anexa a esta dissertação o leitor encontrará um volume constituído por um vasto conjunto de documentos auxiliares: gráficos, tabelas, mapas, questionários, quadros e diferentes tipos de *corpora*. Para estes elementos remeteremos ao longo do nosso texto na medida em que através deles a compreensão dos multifacetados assuntos nele tratados será facilitada.

Por fim, dois esclarecimentos necessários. Em primeiro lugar queríamos explicar por que razão não nos socorreremos da designação “dialecto” para nos referirmos ao mirandês. Este termo, originário dos estudos dialectológicos, encontra-se impregnado de uma certa ambiguidade conceptual que decorre, essencialmente, do confronto histórico entre o objecto de estudo da dialectologia tradicional (as variedades linguísticas diatópicas) e o objecto formal do estruturalismo que, cronologicamente, lhe sucedeu (as línguas funcionais<sup>1</sup>). Não saindo da perspectiva estruturalista e evocando o pensamento de E. Coseriu, no quadro do qual se defende que “intrinsecamente, un dialecto es simplemente una lengua: un sistema fónico, gramatical y léxico”<sup>2</sup>, compreendemos que as diferenças essenciais entre dialecto e língua residem, primeiro, num problema de “estatus histórico (real o atribuido)”<sup>3</sup> e, depois, numa questão de hierarquia: “el término *dialecto*, en cuanto opuesto a *lengua*, designa una lengua menor, distinguida dentro de (o incluida en) una lengua mayor, que es, justamente, una lengua histórica (un «idioma»)”<sup>4</sup>.

Ora, no caso concreto do mirandês, como se equacionarão estas questões por forma a atribuir-lhe o estatuto de “dialecto”? Sendo um sistema linguístico com individualidade fónica, morfo-sintáctica e lexical, não possui, no entanto, o estatuto histórico de língua apresentado por E. Coseriu, mas também não se subordina, sincronicamente, a uma “lengua mayor” em virtude do atrofiamiento sofrido pelo asturo-leonês que não conheceu as condições necessárias para se afirmar como língua nacional. A ser “dialecto”, sê-lo-ia em relação a uma língua histórica<sup>5</sup> que, pelos motivos aludidos, não existe.

<sup>1</sup>É Eugenio Coseriu que estabelece, no quadro do modelo estruturalista, a distinção metodológica entre “língua funcional” e “língua histórica”. A “língua histórica” será, nas palavras do autor, uma “lengua que se ha constituido históricamente como una unidad ideal e identificada como tal por sus propios hablantes y por los hablantes de otras lenguas (...) [e que] no es nunca perfectamente homogénea. Al contrario: normalmente es un conjunto bastante complejo de tradiciones lingüísticas históricamente conexas pero diferentes y sólo en parte concordantes”. Por seu turno, a “língua funcional” definir-se-á como “una técnica lingüística enteramente determinada (o sea, unitaria y homogénea) en (...) tres sentidos (...) —un solo dialecto en un solo nivel y en un estilo único de lengua, en otras palabras: una lengua *shintópica*, *sinstrática* y *sinfásica*—” (in: EUGENIO COSERIU, *Lecciones de lingüística general*. Madrid (Editorial Gredos), 1981, p. 302-303 e p. 308).

<sup>2</sup>EUGENIO COSERIU, *Los conceptos de “dialecto”, “nivel” y “estilo de lengua” y el sentido propio de la dialectología*. In: *Lingüística Española Actual*, vol. 3, 1981, p. 5.

<sup>3</sup>EUGENIO COSERIU, *Los conceptos de “dialecto”, “nivel” y “estilo de lengua” (...)*, p. 6.

<sup>4</sup>EUGENIO COSERIU, *Los conceptos de “dialecto”, “nivel” y “estilo de lengua” (...)*, p. 6.

<sup>5</sup>Cf. a nota 1 desta página.

Ponderados estes condicionalismos teóricos, decidimos tratar o mirandês como língua ou idioma, resolvendo a questão do seu estatuto actual por via do recurso ao epíteto “minoritário”. Pensamos que, deste modo, conseguimos ser fiéis à sua realidade efectiva, tanto social como estrutural.

Na sequência desta linha de pensamento, e apontando já para o segundo esclarecimento que julgamos necessário fazer, decidimos que designaríamos a língua histórica maioritária e geral de Espanha por espanhol e não por castelhano, seguindo, desta forma, uma convenção estabelecida e historicamente motivada<sup>1</sup>. Sem querermos entrar numa explicação pormenorizada desta problemática, tarefa que, de qualquer forma, não caberia nos propósitos deste trabalho, consideraremos somente uma das razões pelas quais a designação “castelhano” se apresenta como a menos adequada das duas. Assim, "a estas alturas del tiempo historico, escribir en **castellano** en España, o en otra tierra cualquiera que utilice la misma lengua, sería lo mismo que escribir en **toscano** para los italianos, que escribir en **válaco** para todos los rumanos o que escribir en **langue d'oil** para los franceses (...). Por otra parte, la lengua literaria no puede adscribirse, en su estructura y funcionamiento, en su virtualidad y capacidad comunicativa, a ninguna región, ni siquiera a la que acunó los orígenes de la misma"<sup>2</sup>. Para finalizar, acrescentamos apenas que, feita esta opção terminológica, não hesitámos em designar por espanhol a variedade idiomática que, no contexto geográfico e social que abordámos, se encontra em estreito contacto com o mirandês e o português porque, tanto quanto nos foi dado conhecer, é essa a realidade linguística efectiva desta região. Dito de outro modo, o castelhano, mercê da sua expansão geográfica nos territórios da Espanha, acabou por recobrir o leonês ocidental que, até tarde, sobreviveu nesta zona raiana confinante com Portugal.

---

<sup>1</sup>Sobre esta questão, consulte-se AMADO ALONSO, *Castellano, español, idioma nacional. Historia espiritual de tres nombres*. Buenos Aires (Instituto de Filología), 1938. Pela nossa parte, e uma vez que não tivemos acesso a este texto essencial, recorreremos a um trabalho posterior onde são sucintamente apresentadas as suas principais teses (cf. JOSÉ MONDÉJAR CUMPÍAN, «Castellano» y «Español». *Dos nombres para una lengua*. Granada (Editorial Don Quijote), 1981).

<sup>2</sup>JOSÉ MONDÉJAR CUMPÍAN, *ob. cit.*, p. 11.



## PARTE I: A COMUNIDADE LINGUÍSTICA E A REGIÃO ENVOLVENTE

### 0. A ESCOLHA DA COMUNIDADE A ESTUDAR

Movidos pelo interesse em estudar fenómenos verbais específicos do comportamento verbal bilingue dos falantes do mirandês, uma das nossas primeiras decisões prendeu-se, necessariamente, com a escolha da comunidade que seria objecto da nossa análise. Essa escolha, que acabou por recair sobre a aldeia de Paradela, devemo-la, em primeira mão, à leitura da exaustiva obra de Maria José Moura Santos sobre a problemática do bilinguismo em Trás-os-Montes intitulada *Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes*<sup>1</sup>. Neste estudo pudemos verificar que, nos anos 60, década em que Maria José de Moura Santos levou a cabo a sua investigação, a aldeia de Paradela possuía uma particularidade que a individualizava e destacava das restantes povoações da área linguística mirandesa, i.e., a existência de uma situação de bilinguismo português-espanhol quase geral, em paralelo com a presença do próprio mirandês<sup>2</sup>.

Esta constatação, desde logo nos entusiasmou porque considerámos que uma comunidade linguística<sup>3</sup> com tais características, marcada pelo uso quotidiano de três idiomas por parte dos seus falantes, podia constituir um *locus* privilegiado para a proficuidade de uma investigação que visava a averiguação e o estudo de mecanismos verbais da natureza dos que tínhamos na nossa mira: a escolha de línguas e a alternância de códigos. Para além deste aspecto, ponderámos ainda o carácter excepcional, dentro do território politicamente português, desta situação de trilinguismo quase geral ao nível de uma comunidade linguística e achámos que, pela sua raridade, um estudo mais atento do seu complexo funcionamento teria o maior interesse científico e cultural.

No entanto, o nosso entusiasmo pela “descoberta” da aldeia de Paradela não conseguiu, ainda assim, ofuscar-nos a lucidez. Compreendemos, tão depressa quanto nos entusiasmámos, que a escolha desta povoação nos iria, igualmente, trazer dificuldades acrescidas na análise dos dados recolhidos. Tratando-se de uma aldeia caracterizada pela situação de contacto de línguas em que os três sistemas linguísticos em presença revelam grandes afinidades estruturais entre si em virtude de um forte parentesco histórico, tornou-se claro para nós, desde o início, que nem sempre seria linear a determinação de qual dos idiomas estaria em uso nos diferentes momentos da análise.

Sem perder de vista este condicionalismo, pensámos, no entanto, que ele não deveria pôr em causa a nossa primeira escolha. De facto, reconhecemos que grande parte das dificuldades

<sup>1</sup>MARIA JOSÉ MOURA SANTOS, *Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes*. Separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, vols. XII, tomo II, XIII e XIV. Coimbra, 1967.

<sup>2</sup>Cf. mapa 5 incluído na obra citada, onde se cartografa a situação linguística de cada uma das povoações estudadas.

<sup>3</sup>Definiremos de forma desenvolvida, na segunda parte do nosso trabalho, a complexa noção de comunidade linguística.

que encontraríamos no estudo da situação linguística de Paradela iriam reaparecer em qualquer outra povoação onde o mirandês tivesse vitalidade. Ainda que a complexidade linguística dessas povoações pudesse ser, eventualmente, menor, a afinidade estrutural entre o mirandês e o português não deixaria de se impor, em qualquer uma delas, como dificuldade inerente à análise dos dados. Em virtude desta reflexão, considerámos que não deveríamos sacrificar o interesse suplementar que representa a presença de um terceiro idioma na comunidade de Paradela, facto que só poderia contribuir para o enriquecimento do nosso campo de investigação.

Com o prosseguimento da pesquisa, em breve constatámos que outras razões poderíamos apresentar para a eleição desta aldeia como comunidade a estudar na perspectiva por nós adoptada. Com efeito, após a análise das características sociais, populacionais, económicas e históricas de toda a área de implantação do mirandês, pudemos verificar que a aldeia de Paradela se reveste de outras especificidades dignas de realce e consideração, facto que só viria a corroborar a decisão por nós tomada.

No capítulo seguinte, tentaremos descrever e realçar estas especificidades da povoação escolhida, observando-a no contexto mais lato de toda a área de implantação linguística do mirandês.

## 1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E SOCIAL

### 1.1. ALGUNS DADOS PARA A CARACTERIZAÇÃO DA TERRA DE MIRANDA

A Terra de Miranda<sup>1</sup> estende-se pelo planalto mirandês, entre os rios Sabor e Douro, a uma altitude que varia entre os 700 e 800 metros e, paralelamente às Terras de Barroso e de Bragança, também elas regiões de elevadas altitudes, integra a região agrícola de Trás-os-Montes conhecida por Terra Fria. Caracterizando-se por grandes amplitudes térmicas anuais<sup>2</sup>, de invernos muito rigorosos e Verões especialmente quentes, por níveis diminutos de precipitação e por solos graníticos e xistentos, a Terra Fria propicia aos seus habitantes a cultura de uma gama restrita de produtos agrícolas. Entre estes podemos destacar, pela sua predominância, o castanheiro, que fornece o fruto e a madeira, o centeio, trigo e cevada, sendo

<sup>1</sup>Segundo Amorim Girão, a área geográfica da Terra de Miranda compreende os concelhos de Miranda do Douro, Vimioso e Mogadouro. Cf. *Esboço de uma carta regional de Portugal*, 2ª ed. Coimbra (Imprensa da Universidade), 1933, p. 53. José Leite de Vasconcelos, por sua vez, confere à Terra de Miranda uma extensão geográfica menor, afirmando que ela é "a denominação popular do território que hoje corresponde pouco mais ou menos ao concelho de Miranda, mas que (...) tinha antigamente maior extensão". In: *Estudos de filologia mirandesa*, vol. I. Lisboa (Imprensa Nacional), 1900, p. 36-37 [ortografia actualizada]. Este estudioso, baseando-se em elementos fornecidos pelo historiador Gama Barros e em documentos manuscritos dos séculos XIII, XVI, XVII e XVIII que fazem referência aos limites da Terra de Miranda, fundamenta a extensão geográfica proposta, afirmando que "esta expressão de *terra*, que se usa popularmente noutras partes do Norte e Centro de Portugal (...) se hoje não tem outra significação que não seja geográfica, e até certo ponto etnográfica, outrora significava distrito administrativo, militar e judicial". In: *ob. cit.*, p. 40. Será este, pois, o sentido de *terra* na designação *Terra de Miranda* que aparece nos textos antigos evocados por José Leite de Vasconcelos.

<sup>2</sup>Esta característica climática da região em causa motivou um adágio popular de que se conhecem versões em português, em mirandês e até em castelhano: *Nove meses de inverno e três de inferno*. Como nos informa José Leite de Vasconcelos, este adágio é utilizado noutras regiões de Portugal —Lamego, por exemplo— e também nas Astúrias. Vd. *ob. cit.*, p. 42.

o primeiro destes cereais o mais difundido, a batata e a oliveira, esta última cultivada, principalmente, nos vales dos rios Sabor e Douro dadas as suas exigências climáticas específicas. Quanto à vegetação arbórea, há a evidenciar, para além da que já foi referida, os carvalhos, olmos e freixos, bem como a vegetação arbustiva como os carrascos e zimbros. A vinha, embora exista também nesta região de Trás-os-Montes<sup>1</sup>, é uma cultura que predomina nas regiões de Terra Quente, mormente na zona de Vila Real, nas margens do rio Douro. Ainda assim, mais significativa para a economia da região abarcada pela Terra Fria se mostra a criação de gado, especialmente bovino<sup>2</sup>, pois a extensão, o relevo pouco acidentado e a natureza do solo dos planaltos<sup>3</sup>, entre os quais realçamos o mirandês, favorecem a existência de prados naturais e facilitam a deslocação dos animais.

A Terra de Miranda integra, assim, uma vasta região árdua e dotada de escassos recursos naturais que, desde muito cedo, inibiu a fixação de populações em quantidades significativas. Se é verdade que numerosos vestígios arqueológicos locais denotam uma ocupação populacional pré-romana de tipo castrejo<sup>4</sup> à qual se seguiu a permanência romana<sup>5</sup>, também o é que a análise de documentos régios redigidos a partir do século da fundação de Portugal nos deixa compreender os esforços empreendidos por sucessivos governantes portugueses, ao longo de séculos, no sentido de atrair à depauperada Terra de Miranda população efectiva.

Embora não se conheça, ao certo, a data em que a Terra de Miranda viria a ser politicamente integrada em Portugal, há dados que levam alguns estudiosos a supor que essa incorporação, com carácter definitivo, ter-se-á concretizado durante o reinado de D. Sancho I<sup>6</sup>.

<sup>1</sup>"Em Miranda a vinha acantona-se nas povoações vizinhas do Douro —Sendim, principalmente. Ao contrário do mirandês das restantes aldeias, antes de mais criador de gado e produtor de centeio, o sendinês é sobretudo vinhateiro". In: VERGÍLIO TABORDA, *Alto Trás-os-Montes. Estudo geográfico*. 2ª ed. Lisboa (Livros Horizonte), 1987, p. 86.

<sup>2</sup>A raça bovina mirandesa, conhecida pelas suas qualidades de reprodução, de engorda e pela sua prestação nos trabalhos agrícolas, é oriunda da região que nos ocupa.

<sup>3</sup>"Nos granitos o solo, constituído pelo saibro que resulta da desagregação da rocha, é permeável, o sub-solo impermeável. As águas infiltram-se até encontrarem a rocha subjacente e surgem à superfície em nascentes numerosas. (...) Este carácter físico comum a xistos e granitos (...) explica a extensão e importância dos prados e pastagens. A economia pastoral, que desempenha tão grande papel na vida dos habitantes dos planaltos, filia-se assim nas condições naturais dum solo embebido em água durante uma parte do ano". In: VERGÍLIO TABORDA, *ob. cit.*, p. 76-77.

<sup>4</sup>"Esta cultura [castreja] é importantíssima e pode ser que tenha relação com os restantes castros do Norte de Portugal e Galiza, já estudados por Bosch Gimpera, e com a cultura dos castros leoneses das nossas terras vizinhas, de Zamora e Benavente, ainda hoje tão ricas em topónimos actuais nas suas vilas e aldeias descendentes deles: *Castro Calbon, Castro de Ladrones*, hoje trocado por *Castro de Alcañices, Piedrahita de Castro, Castro Nuevo, Castro Gonzalo, Castrocontrigo, S. Cibrian de Castro (...), Castrilho de Cabrera, Castrilho de Valduerna*, etc. Na Terra de Miranda, tenho identificado, com os que já identificou o Sr. Abade de Baçal, ruínas e vestígios de trinta castros, dos quais apenas dois ou três são luso-romanos e os restantes pré-romanos". In: ANTÓNIO MARIA MOURINHO, *Subsídios para um tratado de dialectologia portuguesa. Origens do mirandês*. In: *Revista de Portugal, Série A—Língua Portuguesa*, vol. VI, 1944/45, p. 330-331.

<sup>5</sup>Não há documentação que nos permita avaliar a influência que os povos germânicos terão exercido na Terra de Miranda. Sabe-se apenas que "os Sarracenos, após o segundo desbarate infligido aos Visigodos nas planuras salamantinas, ocuparam-na nos princípios do séc. VIII". In: *Guia de Portugal. Trás-os-Montes e Alto-Douro, II—Lamego, Bragança e Miranda*. Lisboa (Fundação Calouste Gulbenkian), 1970, p. 985. Esta região, durante a vigência romana, terá pertencido ao convento jurídico de *Asturica Augusta* que, por sua vez, integrava a província *Gallaecia et Asturica* ou *Hispania Citerior Nova* criada por Caracala em 216 d. C. Cf. MENÉNDEZ PIDAL, *El dialecto leonés*. Oviedo (Instituto de Estudios Asturianos), 1962.

<sup>6</sup>Verifica-se afinal que a zona leste de Trás-os-Montes esteve numa situação historicamente semelhante à de Riba-Coa (...): ambas as zonas pertenceram a Portugal no reinado de D. Afonso Henriques e foram depois

D. Afonso Henriques, que chega, em 1136, a conferir carta de foro a Miranda do Douro, a muralhá-la e a estabelecer nela um couto de homiziados, tê-la-á perdido, posteriormente, entre outras posses raianas, a favor do rei de Leão. Assim, Miranda do Douro começa a constituir, desde esta altura, em virtude da sua posição fronteiriça, uma importante zona estratégica. Foi, portanto, preocupação dos nossos primeiros monarcas assegurar que Miranda do Douro e a região envolvente estivessem guarnecidas com população em número suficiente para garantir a contenção do avanço militar leonês e defender a fronteira já conquistada.

É neste sentido que podemos interpretar as iniciativas de D. Dinis, monarca que empreende a reconstrução das muralhas de Miranda do Douro, já em ruínas, atribuindo-lhe, a 18 de Dezembro de 1286, novo foral, através do qual eleva esta povoação a vila. Esta acção régia encontra, seguramente, motivação em necessidades defensivas, tanto mais que, no passado, no reinado de D. Afonso II (1211-1245), a Terra de Miranda fora tomada de novo por Leão<sup>1</sup>. Sabe-se, para além disto, através das *Inquirições* levadas a cabo por D. Afonso III, que outras afrontas à fronteira estabelecida terão sido empreendidas, neste período, por parte de nobres leoneses. Assim "testemunhas ouvidas em Algosio informam que na raia seca havia a *pedra de Sandeu*, um marco divisório da fronteira. O rico-homem leonês, D. Nuno, de Zamora, com seus filhos, parte, destrói aquele marco e (...) funda a povoação de Castro Ladrão, hoje Castro de Alcaniças, povoação fronteira à nossa Paradela, e como os filhos daquele cavaleiro dizem que ela está em território leonês, não têm que pagar qualquer foro ao rei de Portugal. Ao mesmo roubo (...) se referem testemunhas de Travanca, Picote, Vila Chã da Braciosa, Cércio, Malhadas e Paradela"<sup>2</sup>.

As *Inquirições* de Afonso III revelam, igualmente, informações preciosas sobre a origem dos colonizadores da área que é foco da nossa atenção. Assim, ainda que, na altura, pouco povoada, esta região estava fortemente dominada por elementos leoneses. As fontes documentais de que dispomos levam-nos a concluir que terão sido, fundamentalmente, quatro os agentes leoneses responsáveis pela colonização da zona: os Mosteiros de Morerueta e de San Martín de Castañeda, os Templários de Alcañices e, por fim, vários particulares<sup>3</sup>. Ao Mosteiro

alienadas em benefício de Leão, sendo só mais tarde reincorporadas por Portugal —o oriente trasmontano talvez só no fim do reinado de D. Sancho I, Riba-Coa no de D. Dinis (...)" Cf. MARIA JOSÉ MOURA SANTOS, *ob. cit.*, p. 92. Para além desta informação, devemos ter em conta que dados disponíveis sobre os limites geográficos do Condado Portucalense, excluem dele uma vasta área trasmontana, compreendida, *grosso modo*, pelos actuais concelhos de Bragança, Vimioso, Mogadouro e Miranda do Douro. Cf. TORQUATO SOUSA SOARES, *Condado Portucalense*. In: *Dicionário da História de Portugal*. Dirigido por Joel Serrão. Vol. I, Lisboa (Iniciativas Editoriais), 1963-1971.

<sup>1</sup>"Alfonso IX preparó su ejército y en marzo atacó a Portugal por encima del Duero. Conquistó al asalto Fresno, Valsamo y Ulgoso (...) durante el mes de abril, en presencia de todos sus obispos (...) hallándose en Zamora, premió servicios de campaña dando a don Pedro Gutiérrez la villa conquistada de Malhadas, en tierra de Miranda, como recompensa por los servicios que le había prestado y de modo especial en Ulgoso". In: JULIO GONZÁLEZ, *Alfonso IX*, tomo I. Madrid (Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Instituto Jerónimo Zurita), 1944, p. 142-143.

<sup>2</sup>Vd. ARTUR CARLOS ALVES, *Cadernos históricos mirandeses III. A Terra de Miranda nas Inquirições de D. Afonso III (1258)*. Miranda do Douro, 1974, p. 39.

<sup>3</sup>Cf. J. G. HERCULANO DE CARVALHO, *Porque se fala dialecto leonês em Terra de Miranda?* In: *Estudos linguísticos*, vol. I, 2ª ed. Coimbra (Atlântida Editora), 1973. Apontado, ainda, por este, bem por outros



de Moreruela terão pertencido Ifanes, Palaçoulo, Angueira, Águas Vivas, Prado Gatão e Constantim, mais uma parte de Vila Chã da Braciosa. Ao Mosteiro cisterciense de San Martín de Castañeda atribui-se a propriedade de S. Martinho de Angueira mais uma parte de S. Joanico, Caçarelhos e Especiosa. Os Templários de Alcañices terão possuído, por sua vez, a Quinta da Réfega, Vale de Frades, Serapicos e Avelanoso. A posse da terra por parte de leoneses terá durado muito para além do século da fundação da nacionalidade portuguesa. Deste modo, calcula-se que, pelo menos até ao século XV, esta presença se terá feito sentir, havendo alguns testemunhos que nos permitem poder colocar a hipótese de ela ter durado, em alguns casos, até ao século XVIII<sup>1</sup>. Quanto à aldeia por nós escolhida, "dentro da área actual do mirandês, só Paradela surge nas *Inquirições* na posse de um senhor português —o Arcebispo de Braga"<sup>2</sup>.

Já no início do século XV, D. João I estabelece couto em Miranda do Douro para 60 homiziados, concedendo indulto aos criminosos portugueses refugiados em Castela, desde que se viessem estabelecer, com as respectivas famílias, nesta vila. Com a finalidade de atrair à região novos colonizadores, promove, este mesmo monarca, outras medidas: isenta os moradores do pagamento de impostos diversos e estabelece na vila uma feira franca durante os primeiros três dias de cada mês. Em carta régia de 1404, os benefícios de isenção de sisa em relação a produtos comercializados em Miranda são alargados a todos quantos nesta vila adquirissem bens, fossem ou não nela residentes<sup>3</sup>.

No âmbito destas medidas tomadas pelos reis portugueses durante o século XV no sentido de incrementar a colonização nesta região, não podemos deixar de referir a concessão, por D. Afonso V, de privilégios especiais aos judeus que já residiam e aos que viessem a residir em Miranda do Douro. Com efeito, esta concessão não só contribuiu para arrearçar a significativa colónia judaica que já existia na vila, como ajudou a fomentar a fixação de outros elementos judaicos aquando da sua expulsão de Espanha em 1492<sup>4</sup>. D. Afonso V promove, para além disto, uma maior liberdade de comercialização de produtos entre os habitantes de Miranda e os seus vizinhos castelhanos e leoneses.

No início do século XVI, D. Manuel I concede a Miranda do Douro novo foral, gozando a vila, nesta época, de uma prosperidade comercial que decorre, em larga medida, da paz estabelecida entre Portugal e Castela. Em meados deste século, já durante o reinado de D. João III, Miranda é não só elevada a cidade como, pela Bula Papal *Pro excellenti apostolicae* de 1545, nela é criada nova diocese<sup>5</sup>.

estudiosos, o mosteiro beneditino de Castro de Avelãs foi, igualmente, um importante agente colonizador desta zona. Cf. MARIA JOSÉ MOURA SANTOS, *ob. cit.*, p. 68.

<sup>1</sup>Cf. J. G. HERCULANO DE CARVALHO, *ob. cit.*, p. 84.

<sup>2</sup>In: J. G. HERCULANO DE CARVALHO, *ob. cit.*, p. 82-84.

<sup>3</sup>Este privilégio é confirmado, posteriormente, por D. João II em carta régia de 22 de Novembro de 1486. Vd. ARTUR CARLOS ALVES, *ob. cit.*

<sup>4</sup>Vd. ARTUR CARLOS ALVES, *Cadernos históricos mirandeses I. Retalhos de história*, 2ª ed. revista e aumentada. Anadia (CISIAL), 1978.

<sup>5</sup>Cf. MARIA JOSÉ MOURA SANTOS, *ob. cit.*, p. 76.

Compreende-se, assim, pelo que ficou dito, que "já não era a função defensiva que justificava a importância da localização fronteiriça como o fora dois séculos antes. Ela tinha sido substituída pelas relações de intercâmbio entre os dois países: a actividade das alfândegas vitalizava centros como Bragança, Freixo de Espada à Cinta e, principalmente, Miranda do Douro que vai conhecer uma época de prosperidade devida ao tráfego importante que através daquela cidade se estabelecia com o país vizinho"<sup>1</sup>. É, aliás, este desenvolvimento da cidade, que contava no *Numeramento* ordenado por D. João III, 287 fogos<sup>2</sup> (a que deviam corresponder, sensivelmente, 1635 moradores<sup>3</sup>), que vai nela justificar a criação de uma nova diocese.

Este momento de relativo apogeu vai, no entanto, perdurar por pouco tempo. Já no século XVIII, em 1764, "a sede da diocese de Miranda foi transferida para Bragança. Seis anos mais tarde, criou-se um novo bispado, o de Bragança. Mas logo em 1780, Pio V une de novo as duas sedes na de Bragança e Miranda, mas agora com sede em Bragança, estado de coisas que se mantém actualmente"<sup>4</sup>. Esta situação reflecte o declínio em que a Terra de Miranda e, particularmente, o seu núcleo populacional mais proeminente, entrara. Com efeito, no decorrer da Guerra dos Sete Anos, forças franco-espanholas tinham-lhe lançado, em 1762, apenas dois anos antes da transferência da sede da diocese, novo ataque, infligindo a toda a região grande destruição e instabilidade. Esta precariedade política e militar, aliada ao declínio económico que sofrera toda a zona oriental da província de Trás-os-Montes, em contraste com o desenvolvimento da área ocidental, que vê intensificada a sua produção vinícola a partir do século XVII<sup>5</sup>, tem como consequência imediata o decréscimo da sua população efectiva. Aliás, "as variações demográficas ocorridas neste século [XVIII] confirmam uma tendência irreversível (Censo de Pina Manique, 1798) (...). Miranda do Douro (236 fogos) apresentava agora os mesmos sinais de decadência que já atingira antes Freixo Espada à Cinta (363 fogos). O declínio generalizado teria, de ora em diante, um carácter persistente ao longo da fronteira oriental"<sup>6</sup>.

Esta tendência, anunciada no século XVIII, é confirmada num estudo elaborado por Fernanda Velho e Amorim Girão<sup>7</sup> que estabelece uma análise comparativa entre os resultados do *Numeramento* de D. João III (1527) e os do *VIII Recenseamento geral da população* (1940). Neste texto concluem os autores: "nas Terras de Miranda, sector de Portugal que mais avança pela Espanha dentro, poucos são os povoados novos que surgem, e o crescimento dos antigos

<sup>1</sup> PAULA BORDALO LEMA, *Reflexos espaciais dum modelo de desenvolvimento: o exemplo de Trás-os-Montes e Alto-Douro*. In: *Biblos*, vol. LXI, 1985, p. 193.

<sup>2</sup> JÚLIA GALEGO e SUZANNE DAVEAU, *O numeramento de 1527-1532. Tratamento cartográfico*. Lisboa (Universidade de Lisboa e Instituto Nacional de Investigação Científica), 1986, p. 25.

<sup>3</sup> Cf. *Guia de Portugal. Trás-os-Montes e Alto-Douro, II —Lamego, Bragança e Miranda*, p. 987.

<sup>4</sup> MARIA JOSÉ MOURA SANTOS, *ob. cit.*, p. 76-77.

<sup>5</sup> "É a partir de meados do séc. XVII que a penetração dos vinhos do Douro nos mercados internacionais se intensifica e no final da centúria a faixa duriense afirma-se como a principal área vinícola do País". In: PAULA BORDALO LEMA, *ob. cit.*, p. 194.

<sup>6</sup> In: PAULA BORDALO LEMA, *ob. cit.*, p. 195.

<sup>7</sup> FERNANDA VELHO e AMORIM GIRÃO, *O mais antigo censo da população de Portugal (1527)*. In: *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, nºs 8-9. Coimbra, 1954, p. 58-68.

é sempre muito lento. Das actuais sedes concelhias, Mogadouro e Vimioso apenas têm duplicado e triplicado o seu número de habitantes, e a cidade de Miranda do Douro diminui mesmo de população (287 fogos em 1527; 206 em 1940). Núcleos de povoamento adjacentes a uma fronteira morta, não admira que o seu efectivo humano nem sequer acompanhasse de longe o aumento que experimentou nas outras regiões de Portugal"<sup>1</sup>.

Os dados demográficos mais recentes, referentes a 1981 e 1991, denunciam a continuação deste movimento descendente. No gráfico I<sup>2</sup> todas as freguesias sob observação revelam um acentuado decréscimo de população no curto espaço de uma década. Se, em épocas anteriores, o abrandamento do crescimento demográfico nesta região se podia justificar, em larga medida, pelos intensos movimentos de emigração permanente<sup>3</sup>, os dados estatísticos referentes à década de oitenta já não nos permitem, com clareza, atribuir a este fenómeno a grande responsabilidade pela desertificação humana nela observada. Com efeito, a análise do gráfico II<sup>4</sup> demonstra como os valores de emigração permanente no concelho de Miranda do Douro perfazem, no final da década, a modesta taxa de 14, 6‰. Causas mais plausíveis para este declínio demográfico parecem ser, por um lado, e de acordo com os dados recolhidos pelo Instituto Nacional de Estatística apresentados no gráfico IV, os baixos índices de natalidade no concelho de Miranda do Douro, no período compreendido entre 1980 e 1989, em comparação com as altas taxas de óbito<sup>5</sup> e, por outro, a emigração de carácter temporário<sup>6</sup>.

Se as informações até agora evocadas configuram para a Terra de Miranda um cenário de progressivo e acentuado agravo, sobretudo a partir do século XVIII, há que procurar contextualizar esta tendência explorando, ainda que sucintamente, os motivos que mais modernamente terão para ela contribuído.

Uma análise do gráfico VI<sup>7</sup>, em que se demonstra a evolução da distribuição da população activa por sectores económicos de 1796 a 1981, poderá lançar alguma luz sobre esta problemática. Assim, observa-se que a predominância inequívoca do sector primário em relação ao secundário e terciário se mantém, com valores percentuais muito similares, entre 1796 e 1950. Ainda que de 1950 a 1981 se assista a uma progressiva tendência aproximativa entre os valores correspondentes ao sector primário, por um lado, e os sectores secundário e terciário, por outro, não deixa de ser óbvia a clara dominância do primeiro. Este gráfico traduz, assim,

<sup>1</sup>In: FERNANDA VELHO e AMORIM GIRÃO, *ob. cit.*, p. 64-65.

<sup>2</sup>Cf., em anexo, o gráfico I, *Comparação entre o número de habitantes na área de implantação do mirandês, por freguesias, em 1981 e 1991 (população presente)*.

<sup>3</sup>"No período de 1866-1871, quando o distrito de Vila Real dava já uma média de 344 emigrantes por ano, Bragança não passava de 23. De então para cá o movimento comunica-se a toda a região e de tal modo se acelera, que por fim quase se transforma em êxodo. No quadriénio de 1886-1889 os contingentes anuais sobem a 1644, em Vila Real, a 352 em Bragança; a 3331 e 1885, em 1907-1909; e atingem o máximo em 1911-1913 com as altas médias de respectivamente 6658 e 8875. Significa isto que em 34 anos (1880-1913) saíram definitivamente de toda a província 128 360 habitantes, o equivalente a 31% da sua população actual". In: VERGÍLIO TABORDA, *ob. cit.*, p. 134. Vd. igualmente o gráfico III, *Emigração no distrito de Bragança de 1890 a 1988*.

<sup>4</sup>*Número de emigrantes no concelho de Miranda do Douro: década de oitenta*.

<sup>5</sup>A partir de 1985 assiste-se a um agravamento no equilíbrio entre estes dois índices, sendo o ano de 1989 aquele em que o desequilíbrio registado é maior.

<sup>6</sup>Vd. gráfico V, *Comparação entre a emigração permanente e temporária no distrito de Bragança em 1987 e 1988*.

<sup>7</sup>*Distribuição da população activa do concelho de Miranda do Douro por sectores económicos de 1796 a 1981*.

uma vida económica ainda muito ancorada num modelo agro-pastoril, desenvolvendo-se em regime de pequena propriedade<sup>1</sup> e que, por isso mesmo, esbarra com a fraca competitividade dos seus produtos nos mercados e com uma escassa capacidade de expansão. A ausência de expressivas alternativas para o emprego da mão de obra disponível é condição que, seguramente, afasta a fixação e renovação da população<sup>2</sup>.

Uma estrutura económica do tipo descrito denuncia, por outro lado, a ausência de uma cota significativa de mão de obra especializada e de quadros técnicos. Com efeito, é possível observar, através dos gráficos VII e VIII<sup>3</sup>, que o grau de analfabetismo no concelho de Miranda do Douro em 1981 ainda atingia valores na ordem dos 34,5%, mais do que um terço da população, sendo igualmente que essa percentagem não representa uma melhoria em relação à situação observada em 1960.

Se aliarmos esta falta de formação dos recursos humanos à existência de uma precária rede de infra-estruturas de transporte, compreenderemos, com maior clareza, o quadro geral que temos vindo a descrever. Em relação a este último assunto, há a realçar que a rede ferroviária chega à Terra de Miranda, pela linha do Sabor, mais precisamente à localidade de Duas Igrejas, somente em 1938<sup>4</sup>. O papel das linhas ferroviárias é, portanto, diminuto como factor de desenvolvimento para a região: "as linhas do Corgo, Tua e Sabor são vias de penetração no interior de Trás-os-Montes garantindo-lhe a ligação à rede nacional; a sua influência é, porém, restrita e a acessibilidade de Trás-os-Montes só irá ser melhorada com o advento da camionagem"<sup>5</sup>. Se é verdade que a camionagem contribui para aumentar a acessibilidade da faixa leste de Trás-os-Montes, também o é que, apesar disso, ela não desempenhará um papel determinante para o desenvolvimento económico e social da Terra de Miranda. Com efeito, as empresas de camionagem, com a finalidade de garantir a viabilidade económica, estabeleceram as suas rotas na estreita dependência das estações de caminho de

<sup>1</sup>O comunitarismo agro-pastoril, outrora muito difundido nesta região, tem vindo a conhecer um lento desaparecimento. Disto nos dá conta Vergílio Taborda: "no extremo leste de Trás-os-Montes a divisão dos baldios fez-se já completamente ou quase (...). No planalto mirandês vai quase totalmente desaparecida. As grandes desamortizações de baldios fizeram-se em Malhadas quando da instalação, em 1911, do posto zootécnico que ali funciona e mais recentemente, há cerca de seis anos [desde 1926] na freguesia da Póvoa, que possuía os melhores da região. Surpreende à primeira vista que a apropriação individual do solo se tenha generalizado mais rapidamente aqui, onde os povos vivem sobretudo da criação de gado — com a qual anda mais relacionada a propriedade comunitária — que noutras partes menos atidas à economia pastoril. A razão está no facto de a região mirandesa constituir um planalto de insignificante relevo, onde a cultura (...) se pode levar a toda a parte, e mais ainda na circunstância de os solos baldios serem muitas vezes os mais férteis". In: *ob. cit.*, p. 104.

<sup>2</sup>Se excepção ao que acabámos de afirmar se pudesse apontar, ela seria, certamente, a renovação populacional e oferta de trabalho ocasionadas pela construção das barragens do Douro durante os anos 50 e 60 e que afectaram, sobretudo, a cidade de Miranda e o Picote. O aproveitamento hidroeléctrico do Douro acarretou consigo a vinda de novas populações para estas localidades, os trabalhadores e as suas famílias. Se os efeitos deste facto na cidade de Miranda foram o do aumento populacional e de um certo desenvolvimento económico, em Picote, para além destes, há que acrescentar a descaracterização linguística da aldeia que vê o seu modo de falar ridicularizado pelos forasteiros. Vd., a propósito deste processo no Picote, MARIA DA CONCEIÇÃO AZEVEDO MOREIRA, *A vida do povo mirandês através do seu vocabulário*. Dissertação de licenciatura inédita em Filologia Românica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, 1962, p. 14-15.

<sup>3</sup>*Grau de analfabetismo no concelho de Miranda do Douro em 1981 e Comparação entre os graus de alfabetização e analfabetismo no concelho de Miranda do Douro em 1960 e 1981*.

<sup>4</sup>Cf. PAULA BORDALO LEMA, *ob. cit.*, p. 205. Segundo pudemos apurar, a linha de caminho de ferro Pocinho—Duas Igrejas encontra-se actualmente desactivada.

<sup>5</sup>In: PAULA BORDALO LEMA, *ob. cit.*, p. 211.



ferro, situação da qual "resultou uma concentração do tráfego e a polarização preferencial dos centros urbanos melhor servidos por aqueles eixos. As sedes de concelho situadas ao longo do caminho de ferro constituíram primordialmente os terminus das ligações transversais por camionagem"<sup>1</sup>.

Compreendemos, deste modo, que a expansão das infra-estruturas de transportes em Trás-os-Montes acabou por atingir e beneficiar, preferencialmente, aqueles pólos populacionais que já demonstravam sinais de menor isolamento económico e social, como Vila Real, Chaves e Mirandela. Miranda do Douro, relegada para uma posição periférica, possui, actualmente, no quadro da rede rodoviária, ligações para as cidades de Bragança (EN 218) e para o Porto, via Mogadouro (EN 221), havendo, para além destas, estradas que asseguram uma circulação inter-concelhia num âmbito mais estritamente regional<sup>2</sup>. De resto, o próprio concelho possui uma rede rodoviária constituída por caminhos municipais que ligam todas as povoações à sede<sup>3</sup>. Em paralelo a estas infra-estruturas, há a salientar, pela importância de que se revestem para a economia da Terra de Miranda, as ligações às vias rodoviárias espanholas. Assim, o posto fronteiriço de Miranda assegura, no dizer do texto do Plano Director Municipal, "ligações directas aos destinos europeus e também a pólos regionais de grande importância como Zamora. De carácter local ou regional é ainda de mencionar, a norte, o posto fronteiriço de Três Marras"<sup>4</sup>.

Feito o enquadramento geral referente à Terra de Miranda, julgamo-nos em condições de proceder, em seguida, à descrição das especificidades da freguesia de Paradela.

## 1.2. A FREGUESIA DE PARADELA. ELEMENTOS PARA UMA CARACTERIZAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA

Pertencendo ao actual concelho de Miranda do Douro e desde sempre integrada na mais vasta unidade linguística e cultural que é a Terra de Miranda, Paradela situa-se no extremo leste deste mesmo território numa posição que lhe confere a particularidade de ser a povoação geograficamente mais a leste de Portugal. O carácter periférico desta aldeia, inserida num domínio já por si marginal em relação aos grandes centros do país, é factor que lhe confere o ónus do isolamento, condição que não deixará de a influenciar profundamente aos mais diversos níveis. A título ilustrativo do que acabámos de afirmar, veja-se o que sobre esta aldeia é referido por António Maria Mourinho em 1958: "quem chega a Paradela, parece-lhe ter

<sup>1</sup>In: PAULA BORDALO LEMA, *ob. cit.*, p. 212.

<sup>2</sup>A fim de melhor visualizarmos o efeito de interioridade produzido pela insuficiente rede rodoviária, acrescentaremos, a esta descrição, a relação das distâncias que separam a cidade de Miranda do Douro de outros pólos populacionais. Assim e tendo em conta os centros urbanos mais próximos, Bragança fica a 85 quilómetros, Mogadouro a 45, Vimioso a 28, Macedo de Cavaleiros a 95, Mirandela a 121 e Vila Real a 193. Se considerarmos cidades já fora do âmbito da província de Trás-os-Montes, verificamos que o Porto se situa a 308 quilómetros, Lisboa a 514, Coimbra a 322 e Viseu a 232. Vd. *Plano Director Municipal do Concelho de Miranda do Douro*, p. V-4.

<sup>3</sup>Vd. mapa 1, em anexo.

<sup>4</sup>*Plano Director Municipal do Concelho de Miranda do Douro*, p. V-5.

chegado ao cabo do mundo, lá no mais escondido rincão português, onde o Douro toca a primeira terra portuguesa e parece que já no coração das terras leonesas"<sup>1</sup>. O trabalho de campo por nós realizado nesta aldeia em 1991 e 1993 permite-nos atestar, volvidos mais de trinta anos, a actualidade deste testemunho.

Localizada a sensivelmente três quilómetros da fronteira política, precisamente numa zona onde esta, até aí constituída pelo rio Douro, dá lugar à raia seca, esta aldeia tem usufruído, em épocas históricas diferentes, de uma relação e interacção privilegiadas com as povoações vizinhas da província de Zamora, mormente com as aldeias espanholas de Castro Ladrón, a cerca de quatro quilómetros, Brandilanes e Moveros, a uma distância aproximada de seis quilómetros e Fonfría, a 9 quilómetros. A posição fronteiriça desta povoação é factor que sustenta, portanto, a sua excepcional situação linguística. O trilinguismo português-mirandês-espanhol, bastante generalizado entre os seus habitantes, advém da intimidade proporcionada pela proximidade geográfica com os vizinhos espanhóis com os quais os habitantes de Paradela interagem, não em mirandês ou português, mas, preferencialmente, em espanhol.

Se épocas houve, ainda não há muitas décadas, em que esta, como as demais zonas de fronteira, eram tenazmente vigiadas, quer pela guarda fiscal portuguesa, quer pelos *carabineros* espanhóis, facto que tendia a dificultar os contactos mais frequentes entre estas populações raianas, contribuindo, conseqüentemente, para o estreitamento das relações com as povoações vizinhas pertencentes ao mesmo território político, a verdade é que hoje a fronteira entre Portugal e Espanha já não constitui obstáculo à livre circulação de pessoas e bens. Com efeito, durante o período em que decorreu a investigação de campo, pudemos constatar como as visitas entre os habitantes destas aldeias, frequentemente motivadas pelo interesse em adquirir bens de consumo, se processavam quase quotidianamente, havendo entre as populações respectivas relações pessoais de amizade e, em alguns casos, mais raros, até situações de inter-casamentos. O facto de não existir nenhuma via rodoviária que ligue directamente Paradela a qualquer uma destas aldeias espanholas não impede, ainda assim, o vaivém da população. Séculos de viagens sulcaram os caminhos necessários entre as povoações que hoje são trilhados sem dificuldades nem sobressaltos.

Algo diferente é a situação em relação às povoações do lado português, que, ao contrário do que sucede com as aldeias espanholas, estão ligadas a Paradela por infra-estruturas rodoviárias, pertencem ao mesmo território político e, por isso mesmo, mantêm com esta aldeia maiores afinidades culturais, históricas e linguísticas. As duas aldeias mais próximas são Ifanes (a cerca de quatro quilómetros) e Aldeia Nova (a cerca de cinco quilómetros). A sede de concelho, Miranda do Douro, situa-se a cerca de 16 quilómetros de Paradela, encontrando-se a esta aldeia ligada por estradas municipais que passam ora por Ifanes (CM 542-1,

<sup>1</sup>In: ANTÓNIO MARIA MOURINHO, *Diversidades subdialectais do mirandês*. In: *Actas do Colóquio de Estudos Etnográficos "Dr. Leite de Vasconcelos"*. Promovido pela Junta de Província de Douro Litoral (18 a 23 de Junho de 1958), vol. III, 1959, p. 336.

Ifanes-Paradela), ora por Aldeia Nova<sup>1</sup>. As ligações rodoviárias entre a aldeia e a sede de concelho, asseguradas por uma empresa de camionagem, são, durante o ano lectivo, de periodicidade diária (três vezes por dia), sendo esta justificada, em larga medida, pela necessidade de fazer transportar alguns alunos, com residência na aldeia, que frequentam estabelecimentos de ensino em Miranda do Douro. Nos períodos de férias lectivas, só existem ligações para Miranda do Douro às segundas e quintas-feiras. Para além deste transporte, há também a assinalar um pequeno número de automóveis particulares<sup>2</sup>.

No que diz respeito às telecomunicações, significativo é registar que, tanto quanto nos foi possível apurar, existem apenas dois telefones em Paradela, um instalado em 1988 e outro, funcionando como posto público desde 1964<sup>3</sup>. Se compararmos os números referentes ao parque telefónico concelhio em 1990 com o número total de habitantes do concelho de Miranda do Douro em 1991<sup>4</sup>, chegaremos a uma *ratio* de 1:7,5. Em Paradela, a população total em 1991 era de 144 habitantes, sendo que, nesta povoação, a *ratio* número de telefones/número de habitantes era, nesse ano, de 1:72. Estes dados, muito expressivos, ilustram, claramente, a natureza periférica que temos vindo a apontar para a povoação.

Em contraste com este cenário de isolamento ocasionado pela precária rede telefónica, podemos constatar que a maioria dos lares paradelenses possui televisão. Para aqueles que não dispõem deste aparelho, o café local fornece também este serviço. A generalização do visionamento de programação televisiva, falada ou legendada numa ou noutra das línguas activas dos habitantes, é, certamente, factor a ponderar num estudo que pretende analisar o comportamento verbal de uma comunidade plurilingue, pois é sabido como este hábito tende a conduzir para uma certa uniformização linguística. Se conciliarmos este aspecto com o facto de serem, nesta aldeia, principalmente, os habitantes mais novos que procuram este tipo de distração, podemos considerar que estão reunidas algumas das condições necessárias para uma mudança no comportamento verbal dos membros desta comunidade plurilingue. Na avaliação de uma eventual influência deste tipo, é necessário, no entanto, ter em conta as más condições de recepção dos canais portugueses, à altura apenas os canais públicos, em contraste com a boa captação das emissoras espanholas<sup>5</sup>, situação que leva a população a preferir estas últimas.

<sup>1</sup>O troço entre Aldeia Nova e Paradela (CM 1125) foi aberto no fim da década de oitenta. Sendo utilizável, a sua conclusão com carácter definitivo só se previa, segundo a informação disponibilizada pela Câmara Municipal, para os princípios da actual década.

<sup>2</sup>Segundo a informante 11, há dezoito automóveis ligeiros em Paradela. Em contrapartida, existem vinte e três tractores para trabalhos agrícolas.

<sup>3</sup>De acordo com informações fornecidas pelo senhor que explora este posto, o primeiro telefone foi requerido em 1955, tendo chegado à aldeia apenas 9 anos depois. Como se pode verificar pela análise do gráfico IX, *Evolução do parque telefónico no concelho de Miranda do Douro de 1985 a 1990*, actualmente a extensão da rede em todo o concelho não cessa de aumentar.

<sup>4</sup>Embora reconheçamos que é algo problemático estabelecer *rationes* deste tipo, comparando dados referentes a anos diferentes, este procedimento justifica-se no presente caso dada a ausência de informações precisas correspondentes, quer ao número de telefones em 1991, quer ao número de habitantes em 1990. Se considerarmos, no entanto, que o número de habitantes tem vindo a descer e o número de telefones a aumentar, chegaremos à conclusão que a *ratio* efectiva verificada em 1991, a nível de concelho, tenderá a ser mais favorável do que esta que aqui apresentamos.

<sup>5</sup>Os canais espanhóis captados são: TVE 1, TVE 2, Antena 3 e TV 5.

Outro factor que conduz, tendencialmente, a uma descaracterização linguística numa comunidade deste tipo, é a progressiva generalização da alfabetização entre os seus membros. Embora não disponhamos de dados recentes, por freguesias, sobre esta matéria, poderemos retirar algumas conclusões genéricas sobre a situação vivida em Paradela analisando os dados disponíveis por concelho e tendo em atenção a evolução conhecida, nesta freguesia, de 1878 a 1950<sup>1</sup>. Assim, como já tivemos oportunidade de comentar, o concelho de Miranda do Douro denotava, em 1981, uma taxa de analfabetismo na ordem dos 34,5%. Em 1950, este valor, em Paradela, rondava os 66,5%, tendo havido uma lenta, mas progressiva, melhoria no nível de alfabetização da população desde 1878. Julgamos, pois, lícito admitir, face à evolução manifestada no gráfico X, que os valores actuais de alfabetização nesta povoação sejam mais favoráveis do que em 1950, mas não cremos que estes possam ultrapassar a taxa verificada para a totalidade do concelho.

Alguns elementos poderão corroborar esta suposição. Em primeiro lugar, convém sublinhar que a parcela mais significativa de elementos alfabetizados pertencerá à própria cidade de Miranda, pois é aqui que se concentra a grande maioria dos serviços administrativos e dos diversos quadros técnicos. Este contingente referente à cidade poderá contribuir para desinflacionar o valor apontado para todo o concelho em cuja área rural a percentagem média de analfabetismo deverá ser mais elevada. Em segundo lugar, há que ter em conta a estrutura etária da população de Paradela no início dos anos oitenta<sup>2</sup> e articulá-la com informações referentes às épocas em que a escolaridade básica se começou a incrementar e desenvolver em Portugal. Com efeito, é no período entre as décadas de cinquenta e sessenta que se conhece um alargamento da rede escolar, tendo a década de setenta, sobretudo a partir de 1974, sido aquela em que o acesso ao sistema educativo mais se democratizou. A análise da estrutura etária de Paradela, em 1981, indica-nos que apenas uma média de 40% dos seus habitantes estaria em condições de poder ter usufruído desta generalização da escolaridade básica registada a partir da década de cinquenta, pelo que, uma média de 60%, pessoas com mais de 35 anos que atingiram a idade escolar em períodos anteriores a 1950, não terão beneficiado de um fácil acesso à escola. Estes dados permitem-nos considerar que, actualmente, o analfabetismo em Paradela deve ser ainda muito elevado, atingindo valores que, com toda a probabilidade, ultrapassarão aqueles referentes ao concelho<sup>3</sup>.

Em 1991, o primeiro ano em que trabalhámos na aldeia, nela havia ainda um estabelecimento de ensino básico, assegurado por um professor e frequentado por dez alunos. Estes distribuíam-se por quatro graus de ensino da seguinte forma: uma aluna no 1º ano, dois

---

<sup>1</sup>Vd. gráfico X, *Evolução comparativa dos graus de alfabetização e analfabetismo na freguesia de Paradela desde 1878 até 1950*.

<sup>2</sup>Vd. gráfico XI, *Grupos etários na freguesia de Paradela em 1981 (População residente)*.

<sup>3</sup>Há que ponderar, na avaliação desta variável, não só o analfabetismo real, mas também o analfabetismo funcional em relação ao qual não existem dados disponíveis.



alunos no 2º, quatro no 3º e três no 4º<sup>1</sup>. Se esta incipiente população escolar se mantiver, é provável que a escola venha a fechar dentro de algum tempo, obrigando as crianças de Paradela a uma deslocação para outra localidade do concelho<sup>2</sup>.

Tendo já avaliado uma importante gama de indicadores referentes ao grau de desenvolvimento desta povoação, julgamos oportuno completar o conjunto apresentado com uma caracterização da sua evolução demográfica, bem como da sua estrutura económica, vertentes, como se sabe, tão intimamente interdependentes.

Segundo dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, a população residente na aldeia era, em 1981, de 257 habitantes, sendo, em 1991, de 144<sup>3</sup>. Estes números traduzem uma redução drástica da população da freguesia, no curto espaço de uma década, com uma taxa de variação negativa que perfaz, sensivelmente, os 44%<sup>4</sup>. Paradela apresenta, assim, entre o conjunto de freguesias que integram o espaço linguístico mirandês, a mais alta taxa de redução de número de habitantes no período de tempo considerado, situação que lhe confere alguma individualidade dentro desta área.

Este facto poderá ser atribuído a um conjunto de causas. Por um lado, há que observar que o número de mortes tem suplantado, em todo o concelho a que a aldeia pertence, o número de nascimentos<sup>5</sup>. Por outro lado, verifica-se que Paradela se insere numa área fortemente afectada pelo êxodo rural, fenómeno que conduz as populações para outras localidades dentro do espaço nacional ou mesmo para o estrangeiro. Assim, e muito embora o número de emigrantes permanentes oriundos do concelho de Miranda do Douro não seja, de todo, expressivo, como aliás, já fizemos notar<sup>6</sup>, a emigração temporária ao nível de todo o distrito de Bragança apresenta dos valores mais elevados a nível nacional<sup>7</sup>. A juntar à emigração

<sup>1</sup>Dados conseguidos posteriormente através do Dr. Domingos Raposo, professor da disciplina opcional de Mirandês na Escola Preparatória de Miranda do Douro, referentes ao ano lectivo de 1992-1993, indicam que na Escola Primária de Paradela a população escolar se reduzia a nove discentes.

<sup>2</sup>Para uma visão mais completa da configuração da rede escolar do concelho de Miranda do Douro no ano lectivo de 1992/93, consulte-se o quadro I em anexo.

<sup>3</sup>Vd. gráfico I, *Comparação entre o número de habitantes na área de implantação do mirandês, por freguesias, em 1981 e 1991 (População presente)* e gráfico XII, *Evolução do número de habitantes na freguesia de Paradela, por sexo, desde 1796 até 1991 (População presente)*. Neste último, para além da observação da variação do número total de habitantes, é possível verificar que não há uma diferença importante entre o número de homens e mulheres. A linha de evolução referente a qualquer um dos sexos, demonstra um padrão em consonância com aquela que traduz a evolução da totalidade da população.

<sup>4</sup>Ainda no gráfico XII, há a assinalar duas subidas no número de habitantes, algo expressivas numa povoação com tão pouca densidade populacional, entre 1950 e 1960 e entre 1970 e 1981. No primeiro caso, pensamos que se pode tratar de uma inflação populacional relacionada com a vinda de trabalhadores forasteiros para a construção das barragens do Douro (cf. nota 2 da p. 13). O segundo caso poderá ser elucidado se atendermos a um facto evocado por Paula Bordalo Lema: "a partir de 1975, Trás-os-Montes foi a principal área de recepção de retornados das ex-províncias ultramarinas o que, atendendo à baixa densidade de população que então apresentava, significa um afluxo importante, tanto mais que neste se incluem uma grande percentagem de população jovem, a ponto de se verificar parcialmente a correcção de uma estrutura etária desde há muito defeituosa pela predominância de população envelhecida". In. *ob. cit.*, p. 215.

<sup>5</sup>Cf. a p. 12 desta dissertação.

<sup>6</sup>Cf. a p. 12 deste trabalho.

<sup>7</sup>Vd. gráfico XIII, *Comparação dos valores de emigração temporária nos distritos de Viseu, Vila Real e Bragança em 1987 e 1988*.

temporária há a migração interna<sup>1</sup>. Esta última tem-se feito sentir, segundo pudemos apurar localmente, sobretudo na direcção de alguns centros urbanos, entre os quais se destacam Miranda do Douro, Bragança, Porto e Lisboa. Quanto aos destinos mais comuns para os trabalhadores emigrantes, estes são, principalmente, Espanha e França. Foi notória, aliás, a referência recorrente a este fenómeno por parte dos informantes com quem contactámos; não só alguns já tinham, eles próprios, emigrado, como nos fizeram notar que a aldeia se transfigura nos meses de Verão quando os emigrantes voltam para gozar o período de férias.

Embora não existam ainda dados sobre a estrutura etária da população da freguesia para 1991, é-nos possível tecer algumas considerações sobre este assunto, tendo por base a descrição que fizemos da sua população escolar nesse ano. Com efeito, estamos perante uma população que tende, rapidamente, para o envelhecimento, como anuncia, de resto, o quadro etário referente a 1981. Ainda assim, conforme denota o gráfico XI, onde estão compilados os números referentes a esse ano, os grupos etários mais aptos para a procriação e para o trabalho, os dos 20-34 e dos 35-49, perfaziam quase 40% da população, condição que poderia assegurar algum incremento dos grupos etários mais jovens. No entanto, a confrontação entre o número total de habitantes em 1981 e 1991 faz-nos concluir que foram precisamente estes habitantes, em idade laboral, que escolheram o êxodo, comprometendo, deste modo, o necessário rejuvenescimento da população de Paradela.

Esta significativa diminuição do número de habitantes, resultante, em larga medida, do abandono, ainda que temporário, da localidade de origem por aqueles que buscam melhores condições de vida noutros locais, pareceu-nos um factor que poderia revestir-se de alguma relevância para a caracterização linguística da aldeia. Postulamos que, possivelmente, a ela se poderão ligar questões de natureza atitudinal como a eventual rejeição, por parte dos habitantes, dos valores associados ao *modus vivendi* local. Provada, como hoje está, a estreita ligação entre as atitudes dos falantes, não só em relação aos valores culturais locais, como aos próprios idiomas de que fazem uso e o seu comportamento verbal, especialmente em contextos multilingues, julgamos importante a ponderação deste factor como hipotético indício de uma mudança comportamental relativamente à funcionalidade do mirandês. De qualquer forma, nesta avaliação teremos de pesar, com particular atenção, o significado da natureza temporária da maior parte destas ausências, pois esta característica do movimento emigratório nesta região poderá vir a subverter, de alguma maneira, a hipótese agora formulada.

Outro indício que, denunciando a aldeia como terra de emigração, nos ajudará a perspectivar correctamente a última questão levantada, ressalta da comparação entre a evolução recente do número de fogos e do número de habitantes<sup>2</sup>. Enquanto este último desce

<sup>1</sup>Este tipo de migração tinha frequentemente, pelo menos em épocas anteriores, um carácter sazonal. "Um facto geográfico e outro social estão na base destas deslocações sazonais. São primeiro as diferenças de clima entre as regiões mais altas de norte e a *terra quente*, que determinam diferenças na data dos grandes trabalhos agrícolas; é depois a generalização da pequena cultura —consequência imediata do regime da propriedade—, incapaz de absorver continuamente a mão de obra disponível. Assim se produzem deslocações temporárias, curiosos movimentos de fluxo e refluxo quando o calendário agrícola marca a chegada dos grandes labores". In: VERGÍLIO TABORDA, *ob. cit.*, p. 135.

<sup>2</sup>Vd. igualmente o gráfico XIV, *Evolução do número de famílias na freguesia de Paradela de 1930 até 1991*.

abruptamente, como já vimos, o primeiro sobe de forma considerável<sup>1</sup>. Segundo pudemos interpretar, os habitantes ausentam-se da povoação para assegurar um melhor nível de vida, mas partem com intenções de voltar, pois constroem habitações que os albergarão no regresso.

Descrita a evolução demográfica sofrida em Paradela nas últimas duas décadas e tendo já apontado alguns dos factores que a explicarão, é ainda necessário articular estes com a própria vida económica que caracteriza a povoação. Se os habitantes recorrem, em muitos casos, à solução do êxodo, será, certamente, porque a estrutura económica existente na sua localidade de origem não responde, de forma satisfatória, às suas diversas necessidades. Evocamos o que a este propósito já tivemos oportunidade de referir aquando da caracterização da Terra de Miranda<sup>2</sup>. Em Paradela, conforme se pode observar pela análise do gráfico XVI<sup>3</sup>, o padrão encontrado em 1981, repete, em traços gerais, aquele já verificado no espaço mais vasto do concelho de Miranda do Douro. Recordamos aqui que o sector primário é largamente dominante, ocupando cerca de 52% da população activa a nível concelhio. Em Paradela, neste período, verifica-se que este mesmo sector ocupa cerca de 80% dos habitantes com profissão. Esta percentagem ultrapassa qualquer uma daquelas observadas no espaço total do concelho desde 1796 até 1981, pelo que estamos perante uma localidade marcada por uma vida económica bastante arcaizante que traduzirá, seguramente, modos de vida e comportamentos sociais igualmente conservadores.

## 2. OS IDIOMAS

### 2.1. A FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICA DA SOBREVIVÊNCIA LINGUÍSTICA DO MIRANDÊS

É José Leite de Vasconcelos que estabelece, em 1882, a filiação histórica do mirandês no "domínio espanhol, como próximo do leonês"<sup>4</sup>, filiação que viria a ser definitivamente confirmada, em 1906, por Ramón Menéndez Pidal no seu trabalho *El dialecto leonés*. Com esta descoberta científica chama-se a atenção dos investigadores para uma das curiosidades ligadas ao asturo-leonês, i.e., a sua capacidade de sobrevivência nesta zona trasmontana desde muito cedo politicamente integrada em Portugal. Apesar do devir histórico ter conduzido o Reino de Leão à perda da independência política e à subsequente submissão a Castela, situação que, em larga medida, motiva o actual estatuto de "regionalismo" do asturo-leonês no xadrez linguístico espanhol, este mantém-se vivo, contra todas as expectativas, em algumas povoações raianas portuguesas, nomeadamente Rio de Onor, Guadramil, Deilão e Petisqueira para além da própria Terra de Miranda que é objecto da nossa atenção.

<sup>1</sup>Vd. o gráfico XV, *Evolução do número de fogos na freguesia de Paradela desde 1796 até 1991*.

<sup>2</sup>Cf. as p. 12 e 13 do presente trabalho.

<sup>3</sup>*Distribuição da população activa da freguesia de Paradela por sectores económicos em 1981*.

<sup>4</sup>In: *Opúsculos*, vol. IV, parte II. Coimbra (Imprensa da Universidade), 1929, p. 682. Esta citação, apesar de aparecer numa obra editada em 1929, remete para um artigo publicado por JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS n' *O Penafidense*, precisamente em 1882.

Os falares destas localidades, inseridos na área dialectal mais vasta do leonês ocidental<sup>1</sup>, não revelam, entre si, o mesmo grau de vitalidade. Destes, o mirandês é seguramente o idioma que mais uso conhece seguindo-se-lhe o rionorês e o quadramilês e, por último, já muito diluídos, os falares leoneses da Petisqueira e de Deilão. Todos estes dialectos em território português, por menos vitalidade que tenham, denunciam, no entanto, num ou noutro traço, a sua filiação leonesa. Evocamos, só a título de exemplo, a configuração do sistema vocálico tónico, tipicamente leonês, que a todos é comum<sup>2</sup>.

Tentaremos apresentar, em síntese e já de seguida, as condições históricas que têm sido apontadas por alguns estudiosos para explicar esta excepcional situação linguística do Nordeste trasmontano, destacando as mais propriamente referentes à Terra de Miranda.

Basicamente, podemos registar duas opiniões, não totalmente coincidentes, sobre este assunto. A primeira é de Ramón Menéndez Pidal, filólogo que, na sua obra pioneira de 1906, *El dialecto leonés*, apresenta uma argumentação que se sustenta na convicção de que os dialectos leoneses em território que viria a ser português já se teriam aqui firmado antes do século XII, i.e., antes da independência de Portugal. Assim, e a fim de corroborar esta tese, o Autor advoga que esta zona do Nordeste trasmontano teria, ainda em época de dominação romana, pertencido ao convento jurídico de *Asturica Augusta* e não ao de *Bracara Augusta*. Para além disto, na Alta Idade Média, a Terra de Miranda terá pertencido à diocese de Astorga, situação que lhe garantiu uma continuada influência linguística vinda do Reino de Leão, influência que, de resto, se viria a mostrar tão duradoura que se faz sentir até aos nossos dias<sup>3</sup>.

A contrastar com esta opinião encontramos a de J. G. Herculano de Carvalho<sup>4</sup>. Este estudioso encara a argumentação de Menéndez Pidal com algum cepticismo, principalmente porque considera que as provas existentes não corroboram com segurança o facto de este território ter pertencido, quer ao convento asturicense, quer, durante o período pós-romano anterior ao século XII, à diocese de Astorga. Com efeito, recordamos aquilo que tem sido afirmado por vários historiadores: é muito difícil estabelecer de forma precisa as fronteiras dos

<sup>1</sup>O asturo-leonês, já no século XIII, em virtude da fusão do Reino de Leão com o de Castela e da independência de Portugal, vê goradas as suas possibilidades de expansão e de afirmação como língua nacional. Efectivamente, a extensão mais vasta deste domínio encontramos-na, precisamente, neste século, em que o seu limite meridional confinava com território andaluz. A partir dessa época não foi mais possível a manutenção e alargamento desta área de influência (cf. mapa 2). É evidente que o espaço linguístico até então ocupado não se desvanece, e a prová-lo estão os vestígios actuais da sua anterior vitalidade, mas a verdade é que esse espaço foi-se, desde cedo, atrofiando. Este facto não permitiu a formação de um idioma coeso e firmemente consolidado que tivesse dado origem a uma língua comum asturo-leonesa, condição fundamental para assegurar uma, ainda que sempre relativa, unidade linguística. Formaram-se, assim, diversas áreas dialectais asturo-leonesas com uma individualidade linguística mais ou menos marcada. Podemos identificar, basicamente, três grandes áreas: o asturiano, bastante fragmentado em *babes* e com diversas ilhotas de características demarcadas, o leonês oriental, sofrendo, desde muito cedo, os efeitos de uma castelhanização intensa, e o leonês ocidental, também já muito castelhanizado, mas tendo revelado, ainda assim, uma maior resistência.

<sup>2</sup>A excepção a esta afirmação é a variedade do mirandês falado em Sendim, o sendinês, possuidor de um sistema muito particular. Vd. MARIA JOSÉ MOURA SANTOS, *ob. cit.*, p. 170-175 e mapa 8 incluído na mesma obra.

<sup>3</sup>Esta tese foi retomada pelo Autor na sua obra paradigmática *Orígenes del Español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*. 6ª ed. Madrid (Espasa-Calpe, S. A.), 1968, p. 435.

<sup>4</sup>Cf. o artigo do Autor *Porque se fala dialecto leonês em Terra de Miranda?* In: *Estudos linguísticos*, vol. I, 2ª ed. Coimbra (Atlântida Editora), 1973, p. 70-92.



dois conventos romanos que, para além de *Lucus Augusti*, estavam circunscritos à província romana da *Gallaecia et Asturica*<sup>1</sup>. Quanto à situação no período pós-romano, a interpretação que Herculano de Carvalho faz do importante texto do século VI do “Parochiale” suevo vai no sentido de se considerar que Miranda e os outros territórios em questão poderão ter pertencido, pelo menos até ao século VIII, à diocese de Braga. Esta interpretação é possível porque o autor considera o texto em questão inconclusivo. Veja-se: “o texto do “Parochiale” suevo do século VI não permite determinar com precisão os limites respectivos das dioceses de Bracara e Astúrica nessa época. À primeira pertenciam, sem dúvida, não só a terra de Panóias (*Pannonias* —hoje Vila Real e Murça), mas, mais a oriente, Ledra (*Laetera* com variantes) e Bragança (*Brigantia*). Aliste (...) é fruto de uma interpolação tardia em favor de Braga, mas não consta da lista das paróquias asturicenses. Se não fosse demasiado arriscado identificar *Astiatico* (variante *Astiatigo*), da lista dos *pagi* bracarenses, com Sayago, poderíamos afirmar sem receio que o domínio da Igreja de Braga, estendendo-se a oriente para a margem esquerda do Douro, abrangia então a região que nos interessa”<sup>2</sup>.

De qualquer modo, embora não seja transparente o que a este respeito sucedeu entre os séculos VI e VIII, sabe-se, contudo, pelo conteúdo da bula papal *Conquestus est* do Papa Pascoal II dirigida ao Bispo Pelágio de Astorga em 1103, que Miranda, durante um período entre os séculos VIII e XII, terá pertencido à Sé de Astorga. A este respeito J. G. Herculano de Carvalho produz as seguintes reflexões: “teremos de admitir a *possibilidade* de que ele [o domínio de Astorga durante este período] tenha sido de facto a causa do estabelecimento de dialectos leoneses nessa região (...). Mas depois de admitirmos essa possibilidade, temos de reconhecer também que ela não seria explicação suficiente para o facto de eles se terem conservado em terras que, desde os primeiros anos do século XII, regressaram à jurisdição eclesiástica de Braga”<sup>3</sup>.

Assim, ainda que J. G. Herculano de Carvalho admita a possibilidade desta explicação, não deixa de a avaliar como precária. Mais plausível e sólida considera uma hipótese que se prende com o tipo de colonização de que esta região foi alvo a partir do século XIII. Como demonstra, as *Inquirições* de Afonso III revelam que a área que é foco da nossa atenção foi intensamente influenciada por elementos leoneses, facto a que, aliás, já fizemos detalhada referência<sup>4</sup>.

Para além destes elementos fornecidos por J. G. Herculano de Carvalho, gostaríamos de evocar uma circunstância histórica sobre esta zona que nos parece muito relevante, lembrada por Maria José Moura Santos e já por nós atrás aduzida<sup>5</sup>. Trata-se da provável não pertença de toda a região de Bragança ao território que inicialmente integrou o Condado Portucalense.

<sup>1</sup>Vd. mapa 3 onde se estabelece, de acordo com as informações de Torquato Sousa Soares, o limite provável da diocese de Braga. Saliente-se, contudo, que J. G. Herculano de Carvalho considera que não foi descoberto nenhum documento com validade e credibilidade que possa corroborar este limite.

<sup>2</sup>J. G. HERCULANO DE CARVALHO, *ob. cit.*, p. 73-74.

<sup>3</sup>J. G. HERCULANO DE CARVALHO, *ob. cit.*, p. 76.

<sup>4</sup>Vd. p. 9-10 do presente trabalho.

<sup>5</sup>Vd. p. 9-10 deste trabalho.

Refere esta Autora: "Embora não se conheçam, com rigor, as fronteiras do Condado Portucalense, há razões para afirmar que devia estar fora dos seus limites a região de Bragança e provavelmente também a de Chaves"<sup>1</sup>.

Todos estes elementos parecem sugerir que é bastante antiga a relação privilegiada entre o Nordeste trasmontano e as terras de Leão. De facto, esta região esteve, durante muitos séculos, mais voltada para Espanha do que para Portugal. Conhecendo o isolamento, ocasionado pelas razões exploradas no capítulo I, em relação ao resto do país a que, formalmente, há muito pertencia e havendo grandes afinidades culturais com as localidades mais próximas do país vizinho, onde era relativamente fácil ir, é natural que o leonês tivesse fruído de condições para se preservar nesta zona.

Sem pretender optar por uma ou outra opinião aqui apresentada, decisão que consideramos exterior ao âmbito do presente trabalho, diríamos apenas que não há dúvidas em relação à colonização de origem leonesa que atingiu a região. A prova de que assim foi encontramos-la nas *Inquirições* de Afonso III. Quanto à possibilidade de este território ter pertencido à jurisdição de Astorga ainda antes do século VIII, ela não pode ser, como evidenciam os documentos inconclusivos que se conhecem, totalmente posta de lado. Assim, até aparecer alguma prova documental expressiva que se refira aos limites das dioceses de Braga e Astorga nessa época, teremos de admitir que ambas são hipóteses a ter em conta. Seja como for, o importante é realçar a estreitíssima ligação que esta região desde sempre nutriu com Leão em detrimento das relações com Portugal, reino em que, de qualquer modo, também só viria a ser definitivamente integrado algum tempo depois da declaração de Independência, possivelmente no reinado de Sancho I.

## 2.2. O AVANÇO DO PORTUGUÊS E O PAPEL DO ESPANHOL. A QUESTÃO DA CONCORRÊNCIA LINGUÍSTICA COM O IDIOMA AUTÓCTONE

Segundo António Maria Mourinho, o mirandês falava-se, no fim da década de cinquenta, em trinta localidades, cobrindo uma área geográfica de 300 km<sup>2</sup>: S. Martinho de Angueira, Cicouro, Constantim, Ifanes, Paradela, Especiiosa, Genísio, Póvoa, Malhadas, Pena Branca, Palancar, Aldeia Nova, Vale d'Águia, S. Pedro da Silva, Granja, Fonte Ladrão, Palaçoulo, Águas Vivas, Prado-Gatão, Duas Igrejas, Cércio, Vale de Mira, Vila Chã, Freixiosa, Fonte Aldeia, Picote e Sendim, do concelho de Miranda do Douro, e Angueira, Caçarelhos e Vilar Seco, do concelho de Vimioso<sup>2</sup>. Neste período o número total de falantes do mirandês rondava os 15.000.

<sup>1</sup>In: MARIA JOSÉ MOURA SANTOS, *ob. cit.*, p. 81.

<sup>2</sup>Cf. ANTÓNIO MARIA MOURINHO, *Diversidades subdialectais do mirandês*. In: *Actas do Colóquio de Estudos Etnográficos «Dr. Leite de Vasconcelos»*. Promovido pela Junta de Província de Douro Litoral (18 a 23 de Junho de 1958), vol. III, 1959, p. 332. É necessário, no entanto, realçar, tal como o fizeram José Leite de Vasconcelos e o próprio António Maria Mourinho, que a análise do português falado em algumas localidades limítrofes da actual área de implantação do mirandês, onde se denotam determinados traços linguísticos

Dados mais recentes não nos permitem, no entanto, considerar que o mirandês tenha actualmente esta mesma vitalidade. Em primeiro lugar, não nos podemos esquecer que os habitantes na área de implantação linguística do mirandês são hoje, sensivelmente, 6.717<sup>1</sup>, i.e., menos de metade do número apurado há cerca de trinta anos atrás. Por outro lado, é facto assente que a área geográfica coberta pelo idioma tem vindo a regredir de forma progressiva, como testemunha, de resto, o próprio António Maria Mourinho<sup>2</sup> quando regista, em 1987, que já não se falava mirandês na localidade de Caçarelhos do concelho de Vimioso<sup>3</sup>, onde, recordamos, ainda se ouvia na década de cinquenta. Para além deste aspecto, teremos de ter em conta que nem todos os que habitam nas actuais localidades mirandesas poderão ser considerados efectivos falantes do idioma.

Traçado este quadro, é necessário procurar os motivos que o sustentam. Se carece de detalhada explicação a relação entre a diminuição demográfica na região e a descida do número de falantes do mirandês, já a regressão do domínio geográfico deste idioma é questão que requer a explicitação das suas possíveis condicionantes. Uma análise das causas que terão levado ao desaparecimento do mirandês na própria cidade de Miranda<sup>4</sup>, abordadas pela primeira vez por José Leite de Vasconcelos, poderá fornecer algumas pistas interessantes sobre esta matéria.

Este filólogo, começando por provar, através do acervo documental disponível à altura da sua investigação, que o mirandês se falou outrora em Miranda do Douro, atesta que o seu declínio encontra raízes nas condições sociais aqui proporcionadas, a partir do século XVI, pela relativa prosperidade comercial e crescente importância religiosa da cidade. Veja-se: à medida "que a cidade progredia em honras, em população, em grandeza material e em instrução, o idioma indígena definhava: primeiro iam-no desaprendendo as pessoas que pela sua posição ou cargos tinham de mais vezes falar com o clero, ou tratar de negócios civis e militares; depois o sentimento do abandono transmitia-se às famílias; finalmente, o mestre de latim, acaso uma vez ou outra «teimoso gramaticão», (...) encarregava-se de, com a fêrula na mão, extinguir na

---

típicamente leoneses, permite-nos considerar que, outrora, a área dos falares com esta origem dialectal terá sido bastante mais extensa. Diz António Maria Mourinho que o mirandês "ter-se-ia falado em mais algumas povoações do concelho de Mogadouro (...) que teriam sido Urrós e Bemposta. No concelho de Vimioso (...) falou-se até há vinte anos na [freguesia] de Caçarelhos e há mais tempo na de Avelanoso, talvez em S. Joanico, Vale de Frades, Vila Chã da Ribeira, Serapicos e Campo de Víboras... e deixou ressaibos e termos nominais e verbais, pelas aldeias de entre os rios Sabor e Maças, continuando para o Norte através do lombo de Babe ou «Lombada», a ligar com a língua sua irmã falada em Riodonor e Guadramil". In: *A língua mirandesa como vector cultural do Nordeste português*. In: *Actas das 1<sup>as</sup> Jornadas de Língua e Cultura Mirandesa*. Miranda do Douro, 1987, p. 76-77. Esta intuição já a tivera José Leite de Vasconcelos no início do nosso século: "se a respeito de outras terras que confinam com a área geográfica do mirandês se procedesse a estudo circunstanciado, quer da língua usual, quer do onomástico, e se se pudessem mesmo obter alguns documentos antigos, chegar-se-ia talvez a reconhecer que a área do mirandês foi primitivamente ainda mais extensa". In: *Estudos de filologia mirandesa*, vol. I, p. 127.

<sup>1</sup>Cf. o gráfico I onde estão registados os dados demográficos mais recentes, de 1991.

<sup>2</sup>Cf. ANTÓNIO MARIA MOURINHO, *A língua mirandesa como vector cultural (...)*, p. 77.

<sup>3</sup>É este o motivo que nos levou a excluir, no gráfico I, a contabilização da descida demográfica na localidade de Caçarelhos.

<sup>4</sup>Cf. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Estudos de filologia mirandesa*, vol. I, p. 105-151.

memória das crianças que lhe caíam na aula os derradeiros lampejos da morfologia mirandesa, já que tão de pronto não podia extinguir-lhes a pronúncia, que é geralmente, quando se passa do uso de uma língua para o de outra, o carácter que mais custa a perder-se"<sup>1</sup>.

Consideramos estas observações de José Leite de Vasconcelos por demais fecundas e preventivas, pois pensamos que elas condensam algumas das principais motivações, hoje encontradas em estudos talhados pelas metodologias modernas da Sociolinguística, para o fenómeno da substituição linguística<sup>2</sup>, um dos desfechos que têm sido observados em situações de bilinguismo comunitário. Assim, nesta citação é realçada, por um lado, a influência da escola como agente de normalização linguística, e, por outro, o papel do desenvolvimento económico como impulsionador da mobilidade social e dos contactos de autóctones com populações do exterior. Compreendemos, igualmente, através das palavras do esclarecido filólogo, que a cada um dos idiomas em presença se encontrava, à altura, associado um conjunto de funções sociais determinadas, i.e., os contactos estabelecidos com o clero e aqueles decorrentes da necessidade de "tratar de negócios civis e militares" processavam-se em português, situação que terá conduzido as pessoas de posições sociais mais elevadas a "desaprender" o mirandês. De modo inverso, este último funcionava, já nesse período, como meio de expressão privilegiado para falantes de uma condição sociocultural desfavorecida, sendo, por isso, fortemente associado aos papéis sociais desempenhados por esses mesmos falantes.

O estado de coisas acima esboçado decorre, em larga medida, das importantes transformações verificadas na cidade de Miranda durante o período em observação que levaram, por exemplo, a que nela se estabelecesse um contingente importante de pessoas naturais de outras regiões de Portugal, na sua maior parte agentes administrativos, eclesiásticos e comerciais. Miranda do Douro, ainda que bastante marcada pela feição rural que desde sempre a caracterizara<sup>3</sup>, passou a evidenciar uma estrutura social mais complexa e hierarquizada do que aquela, até então, aí existente. Estes factos propiciaram a difusão, entre a população autóctone, de novos hábitos de comportamento linguístico, tornados atractivos pelo estatuto social daqueles que os introduziram, i.e., os forasteiros, falantes do português. Assim, a progressiva solidificação da relação entre o uso da língua portuguesa e uma noção de estatuto sociocultural elevado acabou, a longo prazo, por ir conduzindo todos quantos aspiravam à ascensão na escala social à necessidade de abandonarem o uso do mirandês, idioma ineficaz, já se vê, para adjuvar ao cumprimento de um tal objectivo. Refere José Leite de Vasconcelos a propósito deste assunto: "compreende-se perfeitamente que em relações sociais tão variadas e tão íntimas, em que a língua portuguesa era o idioma oficial e obrigado, a pobre fala mirandesa, não

<sup>1</sup>In: JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Estudos de filologia mirandesa*, vol. I, p. 139-140.

<sup>2</sup>A expressão "substituição linguística" é a tradução que propomos para a inglesa "language shift". Esta diz respeito ao resultado do processo através do qual uma comunidade bilingue deixa morrer um dos idiomas do seu repertório linguístico tornando-se, assim, monolíngue. Suzanne Romaine fornece-nos uma descrição sumária deste mesmo processo: "the classic pattern is that a community which was once monolingual becomes transitionally bilingual as a stage on the way to the eventual extinction of its original language. Thus, language shift involves bilingualism (...) as a stage on the way to monolingualism in a new language". In: SUZANNE ROMAINE, *Bilingualism*. Oxford (Blackwell), 1989, p. 39.

<sup>3</sup>Cf. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Estudos de filologia mirandesa*, vol. I, p. 108.



compreendida de muitos dos modernos empregados, principalmente dos de fora (...), censurada pelos doutorais, repreendida pelo mestre de gramática e de lógica, fosse posta de parte, pouco a pouco, até que por fim sucumbisse"<sup>1</sup>.

Pelo que ficou dito, podemos caracterizar a situação linguística vivida, nesta altura, por uma parte da população da cidade de Miranda, como uma de diglossia<sup>2</sup>. Com efeito, se diglossia diz respeito à especialização funcional de idiomas ou variedades linguísticas coexistentes numa comunidade, em que um desses idiomas ou variedades é tido como "H(igh)", i.e., usada no processo da escolarização, nos domínios<sup>3</sup> religioso, administrativo e político, e a outra como "L(ow)", apropriada para uso doméstico e, de uma maneira geral, para toda a interacção de carácter familiar, é lícito interpretar que aqueles falantes bilingues que tivessem aprendido o mirandês como idioma autóctone e o português como língua ligada, sobretudo, aos domínios administrativo e religioso, fizessem de cada um destes idiomas um uso de tipo diglósico. Esta interpretação poderá, inclusive, ser corroborada pela actual situação vivida na comunidade trilingue de Paradela onde ao português e ao mirandês são atribuídos diferentes domínios sociais, ainda que nem sempre bem definidos e estáveis<sup>4</sup>.

Para além disto, pensamos igualmente plausível propor que a situação de diglossia na cidade de Miranda, atrás descrita, tenha aqui existido durante muito tempo, sendo a sua instauração bastante anterior ao século XVI. Senão veja-se: o mirandês, língua materna dos habitantes da Terra de Miranda era, neste período, tal como procurou evidenciar José Leite de Vasconcelos<sup>5</sup>, também a dos habitantes da cidade; o português, língua geral no território político a que a Terra de Miranda desde cedo pertencia, seria certamente também utilizada pela generalidade dos habitantes citadinos em contacto quotidiano com a administração civil, militar

<sup>1</sup>In: JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Estudos de filologia mirandesa*, vol. I, p. 133. Este Autor calcula que em meados do século XVIII o mirandês já estava erradicado na cidade.

<sup>2</sup>Este conceito, cunhado por Charles A. Ferguson em 1959, foi inicialmente definido como "a relatively stable language situation in which, in addition to the primary dialects of the language (which may include a standard or regional standards), there is a very divergent, highly codified (often grammatically more complex) superposed variety, the vehicle of a large and respected body of literature (...) which is learned largely by formal education and is used for most written and formal spoken purposes but is not used by any sector of the community for ordinary conversation" (*Diglossia*. In: *Word*, nº 15, 1959, p. 336). A aceitação e abundante utilização do termo por parte da comunidade científica conduziu, contudo, a uma redefinição e alargamento do seu âmbito conceptual. Hoje "diglossia" aplica-se, não só às situações em que há a especialização funcional de duas ou mais variedades de um idioma, como àquelas em que essa especialização se dá em relação a dois ou mais idiomas coexistentes na mesma comunidade linguística, i.e., às situações de bilinguismo comunitário em que cada código se encontra associado a papéis e funções sociais bem definidas. Esta extensão do conceito deve-se ao trabalho de vários estudiosos, entre os quais se destaca Joshua A. Fishman: "Fishman did not resist the temptation and extended the term to include any socially established split between languages, even when these were historically unrelated, as in the case of Hebrew and Yiddish". In: EINAR HAUGEN, *Bilingualism, Language Contact, and Immigrant Languages in the United States: a Research Report 1956 - 1970*. In: *Current Trends in Linguistics*. Edited by Thomas A. Sebeok. vol. 10, Paris (Mouton), 1973, p. 558.

<sup>3</sup>"A domain is an abstraction which refers to a sphere of activity representing a combination of specific times, settings and role relationships (...). In each domain there may be pressures of various kinds, e.g. economic, administrative, cultural, political, and religious, which influence the bilingual towards use of one language rather than the other". In: SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 29-30. Abordaremos este conceito, de forma mais exaustiva, na Parte II da presente dissertação.

<sup>4</sup>A análise da correlação entre uso idiomático e situações de interacção em Paradela será empreendida no capítulo I da parte III deste trabalho.

<sup>5</sup>Veja-se a citação de José Leite de Vasconcelos que foi reproduzida nas p. 24-25 do presente trabalho.

e com os quadros mais proeminentes da hierarquia religiosa da diocese. Acrescentando a este cenário o relativo isolamento em que a cidade vive no período anterior ao século XVI, compreendemos que ele foi condição que propiciou, não só a manutenção da distribuição funcional dos idiomas, como a estabilização dos seus respectivos domínios.

A partir do século XVI, época das grandes transformações sociais na cidade, começou-se a desequilibrar, em virtude delas, a estável distribuição de esferas de influência confinadas a cada um dos idiomas. A vinda de forasteiros de elevado estatuto social, desconhecedores do mirandês e que também não o vieram a aprender, levou a que os domínios tradicionais da língua local viessem a ser progressivamente invadidos pelo português, criando, em relação a eles, uma situação de concorrência linguística. Desta luta desigual sairia o português vencedor, passando a ocupar domínios de interação tão fulcrais como a vida doméstica, situação que veio a hipotecar, seriamente, a capacidade de sobrevivência do mirandês na cidade. Torna-se claro, deste modo, como o quadro descrito conduziu ao termo do uso diglósico do português e do mirandês em Miranda do Douro.

Julgamos que a reconstituição dos possíveis passos envolvidos no processo de substituição linguística que atingiu Miranda do Douro é útil na medida em que será aplicável às outras localidades onde o mirandês perdeu vitalidade. Salvaguardadas, como é óbvio, as especificidades da textura social própria a cada um destes tipos de comunidades, uma urbana, as restantes rurais, pensamos, no entanto, que também nestas últimas a substituição linguística terá ocorrido como resultado de um conjunto de pressões, de índole social, tendentes a uma assimilação monolíngue. Em virtude dessas pressões, os falantes, outrora bilingues, foram perdendo progressivamente o hábito de falar mirandês, pois foram diminuindo as esferas sociais onde o seu uso seria oportuno e desejável. Não alheia a esta mudança de hábitos linguísticos está, certamente, a generalização da escolaridade, a influência dos meios de comunicação e da Igreja. Os próprios padrões de desenvolvimento económico, com tudo o que lhes está subjacente, terão, igualmente, contribuído para esta alteração dos comportamentos verbais, pois é necessário não esquecer que o mirandês se tem vindo a perder, sobretudo, naquelas localidades, ainda assim, menos afectadas pelo isolamento e pela interioridade.

Mas, se existem motivos para que o uso do mirandês se atenuar e para que a sua área de influência regrida, não deixa também de os haver que têm ajudado a contrariar esta acentuada tendência. Embora queiramos reservar a discussão dos aspectos mais fulcrais que têm contribuído para a sobrevivência do mirandês nas comunidades rurais da Terra de Miranda para a segunda e terceira partes deste trabalho, não gostaríamos de deixar de realçar, nesta secção, o papel que José Leite de Vasconcelos atribui à vizinhança do espanhol como mecanismo retardador do processo de assimilação total dos falantes do mirandês à língua portuguesa. Veja-se: "se por um lado a acção do espanhol se exerce na literatura popular de Miranda, onde existem romances e canções naquela língua, por outro lado, em virtude da correlação que existe

entre certos fenómenos característicos da fonologia mirandesa e os da fonologia espanhola, a língua do país vizinho contribui talvez para que a mirandesa em parte se mantenha"<sup>1</sup>.

Neste passo, damo-nos conta de diferentes níveis de relevância do espanhol. Assim, ele funciona, não só como travão para o desaparecimento do mirandês, como é também veículo para diversas manifestações culturais, canções e romances, bem arreigadas nas tradições dos mirandeses. Todavia, para além destes aspectos, teremos que salientar o papel do espanhol como idioma de interacção quotidiana para uma parte dos falantes desta zona raiana. Com efeito, e embora não se possa hoje falar de um trilinguismo activo generalizado entre as populações mirandesas, não deixa de ser óbvio, para quem visita a região, que quase todos os autóctones compreendem e actualizam, ainda que nem sempre da forma mais escoreita, o espanhol.

Para esta situação contribuem, principalmente, dois factores: a boa recepção das emissões televisivas espanholas e a facilidade de circulação de pessoas e bens através da fronteira que muito tem feito desenvolver o comércio da região, particularmente na cidade de Miranda. Assim, na sede de concelho, os comerciantes, muitos dos quais, oriundos das aldeias mirandesas, não usando o mirandês, aprendem e fortalecem, no entanto, os seus conhecimentos de espanhol, tornando-se activamente bilingues. A este respeito postulamos que a crescente importância assumida pela clientela do país vizinho para o desenvolvimento do, ainda insignificante, sector terciário da região, tenderá a fazer da língua espanhola um veículo de expressão cada vez mais atraente e aliciante para os mirandeses, especialmente para aqueles que, em busca de um melhoramento no seu nível de vida, vão abandonando as estruturas produtivas tradicionais de feição essencialmente rural, em benefício de ocupações no comércio e nos serviços com sede na cidade de Miranda.

### 2.3. O MIRANDÊS DE PARADELA. BREVES NOTAS SOBRE A DIVERSIDADE DIALECTAL NA TERRA DE MIRANDA

José Leite de Vasconcelos foi o primeiro estudioso a chamar a atenção para a diversidade dialectal existente na área de implantação do mirandês, identificando três variedades algo individualizadas deste idioma: o sendinês, falado na actual vila de Sendim, a sul de Miranda do Douro, o sub-dialecto central ou normal usado na maior parte das localidades a norte de Sendim e a variedade raiana, própria de S. Martinho de Angueira, Cicouro, Constantim, Ifanes e Paradela<sup>2</sup>. De entre todas estas, é, naturalmente, sobre a variedade raiana que nos interessa tecer algumas considerações.

Julgamos relevante, antes de mais, realçar que José Leite de Vasconcelos assinala um carácter particular, dentro da variedade raiana, ao falar de Paradela. Diz o filólogo: "um amigo

<sup>1</sup>In: JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Estudos de filologia mirandesa*, vol. I, p. 158.

<sup>2</sup>Esta proposta viria a ser retomada, sem modificações, em 1959, por António Maria Mourinho no seu artigo, *Diversidades subdialectais do mirandês*, já por nós atrás citado.

meu escreve-me que em Paradela o mirandês é muito castelhanizado; provavelmente isto significa que os caracteres intermédios que o mirandês possui em relação ao português e ao espanhol, são lá mais próximos do espanhol do que noutras localidades"<sup>1</sup>. Mais tarde, António Maria Mourinho<sup>2</sup> concretizaria de forma mais evidente o carácter castelhanizado do mirandês de Paradela, explicitando alguns dos traços linguísticos que lhe conferem tal feição. Estes são, sinteticamente, o uso generalizado dos artigos definidos “lo”, “la”, “los”, “las”; a substituição do ditongo final nasal do mirandês central [õũ] pela forma monotongada caracteristicamente castelhana [õ]; uma maior abertura no timbre das vogais, traço já aludido por José Leite de Vasconcelos, e, por fim, o uso muito comum do sufixo aumentativo *-aço* em vocábulos como “malaço” (‘grande mal’). A propósito do léxico utilizado pelos falantes de Paradela, este estudioso encontra-lhe bastante originalidade, afirmando que alguns vocábulos afiguram-se-lhe sem aparente afinidade quer com o mirandês central, quer com o espanhol, ou com o português<sup>3</sup>.

Outra interessante informação fornecida por António Maria Mourinho, no que toca ao falar de Paradela, prende-se com os juízos de valor manifestados em relação a ele pelos falantes do mirandês de aldeias vizinhas. Assim, revela-nos o autor de *Diversidades subdialectais do mirandês* que “a gente de Ifanes faz caçoda da gente de Paradela, por que, dizem, «fala mal»”<sup>4</sup>. Embora não tenhamos organizado um estudo sistemático com a finalidade de averiguar a actualidade destas afirmações, não dispondo, portanto, de dados quantificáveis sobre esta matéria, a nossa própria experiência de campo permite-nos, de forma inteiramente empírica, confirmar esta informação. Com efeito, pudemos ouvir, durante a nossa estadia na Terra de Miranda, referências, por parte de outros mirandeses, à forma “atravessada” e “espanholada” como falam os habitantes desta aldeia.

Este fecundo assunto, o das atitudes manifestadas pelos falantes em relação às variedades idiomáticas do seu repertório, é de tal modo importante para a caracterização do comportamento verbal de comunidades multilingues, que o teremos de abordar, de forma mais exhaustiva, na segunda parte do nosso trabalho. Por ora, ficam algumas pistas e linhas de interpretação que procuraremos retomar e aprofundar ao longo desta dissertação.

<sup>1</sup>In: JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Estudos de filologia mirandesa*, vol. II. Lisboa (Imprensa Nacional), 1901, p. 28-29.

<sup>2</sup>Vd. ANTÓNIO MARIA MOURINHO, *Diversidades subdialectais do mirandês*, p. 336-337.

<sup>3</sup>Ainda que não fosse esse o objectivo da nossa investigação linguística, não apurámos, na recolha efectuada, nenhum exemplo lexical que ilustrasse esta especificidade.

<sup>4</sup>Vd. ANTÓNIO MARIA MOURINHO, *Diversidades subdialectais do mirandês*, p. 337.



## PARTE II: OS QUADROS E OS CONCEITOS TEÓRICOS

### 0. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Os fenómenos complexos e multifacetados evidenciados pelo comportamento verbal de falantes bilíngues, como a alternância de códigos, a escolha de línguas e a interferência linguística, bem como as condicionantes de carácter extra-linguístico que moldam esse mesmo comportamento, particularmente as atitudes linguísticas e a estrutura das comunidades de falantes, têm vindo a conquistar um lugar de relevo no seio da investigação linguística contemporânea. O interesse que estes assuntos hoje despertam parece nascer da tomada de consciência, relativamente recente, de que o bilinguismo, longe de constituir uma excepção na actividade verbal humana é, pelo contrário, um facto recorrente e de grande vitalidade na maior parte das comunidades linguísticas existentes no mundo. Como nos atesta François Grosjean, "bilingualism is present in practically every country of the world, in all classes of society, and in all age groups. In fact it is difficult to find a society that is genuinely monolingual"<sup>1</sup>.

É preciso realçar, no entanto, que esta constatação é um claro resultado da própria evolução teórica verificada na linguística, ciência que, como sabemos, se consolidou e consagrou graças ao desenvolvimento de correntes de investigação assentes em abordagens predominantemente monolíngues e que só recentemente tem ao seu dispor aparelhos teóricos suficientemente abrangentes para contemplar as plurifacetadas vertentes do bilinguismo. Julgamos, pois, oportuno, na introdução a esta parte II, dedicada ao tratamento teórico de importantes fenómenos verbais bilíngues como a alternância de códigos e a escolha de línguas, explorar como as principais correntes linguísticas deste século têm vindo a interpretar e a integrar a vasta problemática do bilinguismo. Veremos como a diversidade teórico-metodológica da linguística moderna tem contribuído para realçar a complexidade do comportamento bilingue e de que forma só essa pluralidade de visões nos pode possibilitar o seu conhecimento mais aturado<sup>2</sup>.

Nesta visão sinóptica a que nos propomos, não podemos, igualmente, deixar de passar em revista o próprio conceito de bilinguismo. Visto que se trata de um termo que, mesmo no

<sup>1</sup>In: FRANÇOIS GROSJEAN, *Life with Two Languages. An Introduction to Bilingualism*. Cambridge (Harvard University Press), 1982, p. 1.

<sup>2</sup>Dado o carácter complexo e tentacular do bilinguismo, é necessário ressaltar que o seu estudo não se poderá esgotar no quadro restrito da ciência linguística. Desta evidência, de resto, cedo se tomou consciência, sendo hoje consensual, entre os que investigam o fenómeno, que só por meio de estudos interdisciplinares se avançará na compreensão das suas multifacetadas expressões. Esta intuição já a tivera Uriel Weinreich, no início da década de cinquenta, quando afirmou: "the precise effect of bilingualism on a person's speech varies with a great many other factors, some of which might be called extra-linguistic because they lie beyond the structural differences of the languages (...). A full account of interference in a language-contact situation (...) is possible only if the extra-linguistic factors are considered". In: *Languages in Contact. Findings and Problems*. 6ª ed. Paris (Mouton), 1968, p. 3. John Macnamara, no fim da década de sessenta, viria a defender esta mesma ideia, reclamando a necessidade de estudos interdisciplinares para a problemática do bilinguismo: "it is impossible for any one man to master all the disciplines required for the adequate description and study of bilingualism; so progress depends on the collaboration of representatives of these disciplines". In: *Bilingualism in the Modern World*. In: *The Journal of Social Issues*, vol. XXIII, nº 2, 1967, p. 5.

âmbito restrito da comunidade científica ocupada com esta problemática, não conhece utilizações inteiramente equivalentes, torna-se necessário definir quais os requisitos que presidem à condição de ser-se bilingue, distinguindo, eventualmente, diversos tipos e matizes de bilinguismo. Dada a premência desta precisão conceptual para um fluente desenvolvimento do presente trabalho, optámos por iniciar o conjunto das nossas reflexões teóricas, levando a cabo, exactamente, esta última tarefa.

#### 0.1. O CONCEITO DE BILINGUISMO

Partindo de uma noção abrangente do conceito de bilinguismo, que pode ser concretizada através da conhecida formulação de Uriel Weinreich, "the practice of alternately using two languages will be called bilingualism, and the persons involved, bilinguals"<sup>1</sup>, muitos estudiosos desta temática têm desenvolvido reflexões, nem sempre completamente coincidentes, que vão no sentido de uma especificação de tal definição. Assim, enquanto poucos rejeitarão a validade e a justeza da concepção lata de Uriel Weinreich, nem todos estarão de acordo quanto aos requisitos necessários para que se possa considerar este ou aquele falante, conhecedor de mais de um idioma, um efectivo bilingue.

Com a finalidade de especificar o âmbito conceptual do termo, os investigadores têm-se socorrido de um critério fundamental: o grau de proficiência do falante em relação a cada um dos idiomas conhecidos<sup>2</sup>. Nesta medida, as concepções que têm sido propostas, vistas no seu conjunto, formam um *continuum* em que numa das extremidades encontramos uma visão absoluta, exigente e restritiva do fenómeno e, na outra, uma visão bastante "permissiva" que admite como requisito mínimo para a condição de bilingue a simples capacidade de o falante compreender mais do que um idioma ainda que não demonstre capacidade efectiva para os actualizar.

Defendendo uma noção restritiva de bilinguismo, apontamos L. Bloomfield, que define o fenómeno nos seguintes termos: "in the cases where (...) perfect foreign-language learning is not accompanied by the loss of the native language, it results in *bilingualism*, native-like control of two languages"<sup>3</sup>. Nesta acepção, para que um indivíduo possa ser considerado bilingue, a sua locução, em qualquer uma das línguas dominadas, não deverá distanciar-se da produção verbal "normal" dos respectivos monolingues<sup>4</sup>. Supondo que tais casos de bilinguismo

<sup>1</sup>URIEL WEINREICH, *ob. cit.*, p. 1.

<sup>2</sup>O uso deste critério pressupõe a possibilidade de medição da proficiência linguística dos falantes bilingues. Com a finalidade de se proceder a essa medição, foram desenvolvidos, sobretudo nas décadas de cinquenta e sessenta, por investigadores como W. Lambert, W. Mackey e J. Macnamara, numerosos tipos de testes, cuja validade, contudo, nem sempre tem sido reconhecida de forma unânime. Para uma visão mais completa desta problemática, veja-se, por exemplo, JOHN MACNAMARA, *The Bilingual's Linguistic Performance — A Psychological Overview*. In: *The Journal of Social Issues*, vol. XXIII, n° 2, 1967, p. 58-77.

<sup>3</sup>In: LEONARD BLOOMFIELD, *Language*. London (George Allen & Unwin Ltd.), 1933, p. 55-56.

<sup>4</sup>Tal como L. Bloomfield, também P. Christophersen, entre outros, viria a defender que só é bilingue aquele que "knows two languages with approximately the same degree of perfection as unilingual speakers of those languages". In: *Bilingualism. An Inaugural Lecture*. London, 1948, p. 4. Citado por ELS OKSAAR,

existem<sup>1</sup>, compreende-se, no entanto, facilmente, em que medida eles constituirão uma ínfima parcela de todas aquelas situações em que há, nos falantes, co-presença de sistemas linguísticos. Aliás, o próprio L. Bloomfield não nega a existência destas outras situações de contacto de línguas, chegando, inclusive, a inventariá-las de forma sucinta; o que não admite, contudo, é que elas possam ser classificadas como casos de bilinguismo. Julgamos nós, em consonância com a opinião de outros investigadores, que uma tal limitação do objecto passível de observação neste campo de estudos, restringido apenas aos casos de bilinguismo “perfeito”<sup>2</sup>, acarreta consigo o risco de se escamotear a verdadeira dimensão e complexidade das múltiplas situações de contacto de línguas, tanto as que se registam a um nível individual, como as que assumem um carácter comunitário. Para além do mais, como salienta Einar Haugen, “the (...) view of a bilingual as having native command of two (or more) languages imposed so narrow a definition on the field that it led to virtual sterility”<sup>3</sup>.

É precisamente esta última perspectiva, advogada por Einar Haugen, que conduzirá a um conceito relativo e não absoluto de bilinguismo, levando este linguista a propor a seguinte definição para o fenómeno: “bilingualism begins when the speaker of one language can produce complete meaningful utterances in the other language”<sup>4</sup>. Esta formulação abre, obviamente, o caminho para a possibilidade de, sob a designação genérica de bilinguismo, podermos agrupar situações em que os graus de proficiência dos falantes em relação aos idiomas co-existentes são dos mais variados<sup>5</sup>. Com tal abrangência garante-se, igualmente, que venham a ocupar a atenção dos estudiosos fenómenos verbais como a interferência, a alternância de códigos e a própria escolha de línguas, já que algumas destas manifestações linguísticas, marcas privilegiadas de situações de contacto, ocorrerão, preferencialmente, naqueles casos em que o bilinguismo, não sendo inteiramente “perfeito”, deixa transparecer alguns sinais da sua existência.

No extremo do *continuum* atrás referido, situa-se o conceito de “bilinguismo incipiente” defendido por A. R. Diebold, também referido como “bilinguismo passivo”, “receptivo” ou

*Bilingualism*. In: *Current Trends in Linguistics*. Edited by Thomas A. Sebeok. Vol. 9, Paris (Mouton), 1972, p. 482.

<sup>1</sup>Alguns contestam, de facto, a possibilidade de tal tipo de bilinguismo. Veja-se, a título de exemplo, a opinião de Suzanne Romaine: “the search for the true balanced bilingual depicted in some of the literature on bilingualism is elusive. The notion of balanced bilingualism is an ideal one, which is largely an artefact of a theoretical perspective which takes the monolingual as its point of reference”. In: *ob. cit.*, p. 18.

<sup>2</sup>Outros termos, encontrados na literatura científica, que traduzem muitas vezes a noção de “bilinguismo perfeito” são, por exemplo, “equilinguismo” ou “bilinguismo equilibrado”. Vd. EINAR HAUGEN, *Bilingualism, Language Contact, and Immigrant Languages in the United States: a Research Report 1956-1970*. In: *Current Trends in Linguistics*. Edited by Thomas A. Sebeok. vol. 10, Paris (Mouton), 1973, p. 508. Josiane F. Hamers e Michel H. A. Blanc, no entanto, chamam-nos a atenção para a imprecisão que consideram existir na equivalência entre as noções de “bilinguismo perfeito” e “bilinguismo equilibrado”. Nesta medida, afirmam que “balanced bilinguality should not be confused with a very high degree of competence in the two languages; it is rather a question of a state of equilibrium reached by the levels of competence attained in the two languages (...). Equivalent competence should not be equated with the ability to use both languages for all domains and functions of language”. In: *Bilinguality and Bilingualism*. Cambridge (Cambridge University Press), 1990, p. 8.

<sup>3</sup>EINAR HAUGEN, *ob. cit.*, p. 507.

<sup>4</sup>Citação de SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 10.

<sup>5</sup>Aos casos de bilinguismo em que o conhecimento, por parte do falante, de um dos idiomas é maior do que do(s) outros(s), atribui-se a designação de “bilinguismo dominante”. Vd. EINAR HAUGEN, *ob. cit.*, p. 508.

“semi-bilinguismo”<sup>1</sup>. No quadro desta concepção, considera-se bilingue aquele que, sendo apenas capaz de se expressar numa língua natural, se encontra apto, no entanto, a compreender mais do que uma. É claro que esta última concepção se pode opor a qualquer uma das outras já descritas, já que estas envolvem sempre, independentemente do grau de proficiência manifestada pelo falante bilingue, a capacidade de actualização verbal em mais do que um idioma. Assim, podemos agrupar todos estes casos sob a designação genérica de “bilinguismo activo”, contrapondo-os aos de “bilinguismo passivo”<sup>2</sup>.

A par desta tipologia do fenómeno, outras foram sendo desenvolvidas com base, já não no grau de proficiência do falante, mas noutros critérios. Senão veja-se: na sequência de uma intuição de Uriel Weinreich que, na sua obra *Languages in Contact. Findings and Problems*, empreende reflexões sobre a natureza do signo linguístico em situações de contacto<sup>3</sup>, desenvolveram-se as categorias de “bilinguismo coordenado” e de “bilinguismo composto”. Fundamentalmente, a distinção entre os dois tipos assenta na forma como o bilingue estrutura a relação entre os sistemas semânticos de cada um dos seus idiomas, sendo que essa relação não é mais do que o resultado do próprio processo de aprendizagem dos sistemas. Assim, como esclarece John Macnamara, “compound bilinguals are defined as those who attribute identical meanings to corresponding words and expressions in their two languages. The fusion of meaning systems is said to result from their having learned both languages in the same context (...), or one language through the medium of the other (...). Coordinate bilinguals, on the other hand are defined as those who derive different or partially different meanings from corresponding words and expressions in their two languages. The distinction in the coordinates' meaning systems is said to arise because they acquired their languages in different contexts”<sup>4</sup>.

Estas categorias, bastante recorrentes nos textos teóricos disponíveis, levantam, no entanto, algumas dúvidas. Se numerosos trabalhos elaborados, sobretudo no âmbito da Psicologia, parecem fundamentar, experimentalmente, a consistência teórica da oposição “coordenado”/“composto”, já outros, inserindo-se nesta mesma área de investigação, mas socorrendo-se de recursos metodológicos distintos, não evidenciam, de forma clara, a sua pertinência. Estes factos têm conduzido estudiosos, como Andrée Tabouret-Keller, a conclusões do seguinte teor: “ainda que submetido a diversas verificações experimentais, o

<sup>1</sup>Cf. SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 10.

<sup>2</sup>Na descrição destes dois tipos de bilinguismo, temos considerado apenas as capacidades de produção e recepção de discurso oral. É necessário precisar, no entanto, que alguns investigadores têm em conta formas de bilinguismo que contemplam também diferentes graus de domínio da produção escrita e da leitura dos idiomas. John Macnamara, defendendo um modelo deste tipo, esclarece o seu modo de funcionamento: “the educated person can typically speak and write his language as well as understand it when spoken and written. That is he has two production and encoding skills, speaking and writing, and two reception or decoding skills, listening and reading. In each of these skills four aspects can be distinguished. Thus for example in listening there are the phonological, the lexical, the syntactic and the semantic (meaning) aspects. (...) Bilingualism, of course, involves two such matrices or, because not all bilinguals possess all four skills, at least sections from two such matrices”. In: *The Bilingual's Linguistic Performance — A Psychological Overview*, p. 58-59.

<sup>3</sup>Vd., nesta obra, a secção 2.13. “The Nature of the Sign in Language Contact”, p. 9-11.

<sup>4</sup>JOHN MACNAMARA, *The Bilingual's Linguistic Performance — A Psychological Overview (...)*, p. 64.



modelo composto - coordenado do funcionamento bilingue não obteve confirmação decisiva"<sup>1</sup>.

Relacionando-se também com a aprendizagem dos idiomas em contacto, mormente com a idade em que, no indivíduo bilingue, ela se processa, encontramos várias tipologias do fenómeno, onde não há acordo quanto aos limites etários para cada uma das categorias. Tendo em conta tal condicionalismo, adoptaremos aqui uma categorização genérica, da autoria de Andrée Tabouret-Keller que inclui dois tipos: "bilinguismo precoce" e "bilinguismo tardio". Assim, enquanto o primeiro diz respeito à assimilação dos sistemas linguísticos ainda na infância, já o segundo se refere à aprendizagem processada depois deste período. A pertinência do factor idade articula-se, para alguns<sup>2</sup>, com os níveis de proficiência do falante em relação a cada um dos idiomas. Nesta medida, um bilingue cuja aprendizagem linguística tenha sido precoce tenderá para uma situação de bilinguismo equilibrado, enquanto que aquele que terá assimilado tardiamente a sua segunda língua, será, com maior probabilidade, um bilingue dominante.

Todas as categorias até agora consideradas remetem, distintamente, para a esfera do falante bilingue individual. Se numerosos casos há em que o indivíduo bilingue se insere em sociedades predominantemente monolingues, encontrando-se numa situação de bilinguismo exógeno<sup>3</sup>, decorrendo daí problemas muito específicos, é necessário ter em conta, no entanto, que o bilinguismo, é, em muitos contextos, um fenómeno com expressão social e colectiva<sup>4</sup>. Estas situações proporcionam aos investigadores questões muito interessantes, na medida em que evidenciam comportamentos verbais mais dificilmente encontrados nos contextos em que o bilingue constitui a excepção e não a regra. Assim, recursos como a alternância de códigos e a escolha de línguas só serão accionados quando o falante bilingue se vê em interacção com outro bilingue, pelo que o seu estudo decorrerá, necessariamente, em situações de bilinguismo social, no âmbito dos quais haverá a possibilidade de correctamente aferir o valor comunicativo de tais mecanismos. No decurso desta dissertação teremos oportunidade de esclarecer, de forma mais cabal, as implicações do bilinguismo a uma escala comunitária.

Por fim, resta-nos introduzir uma pequena precisão terminológica. Doravante, o termo "bilinguismo" servirá para designar, tanto aquela situação em que se verifica o contacto entre dois idiomas, como aquela em que esse contacto se dá entre mais do que dois. Esta utilização

<sup>1</sup>ANDRÉE TABOURET-KELLER, *Plurilinguismo e interferências*. In: *Conceitos fundamentais da linguística*. Organizado por André Martinet. Lisboa (Editorial Presença), 1976, p. 290.

<sup>2</sup>Entre estes podemos destacar, por exemplo, Andrée Tabouret-Keller. Vd. *ob. cit.*, p. 290.

<sup>3</sup>Conceito apresentado por Josiane F. Hamers e Michel H. A. Blanc que se opõe ao de "bilinguismo endógeno": "according to whether the speech communities of both languages are present or not in the child's social environment we speak of *endogenous* or *exogenous* bilinguality". In: *ob. cit.*, p. 10.

<sup>4</sup>Josiane F. Hamers e Michel H. A. Blanc propõem uma terminologia inovadora para cada um destes tipos de bilinguismo. Senão veja-se: "we distinguish between bilinguality and bilingualism. Bilinguality is the psychological state of an individual who has access to more than one linguistic code as a means of social communication (...). The concept of bilingualism, on the other hand, includes that of bilinguality (or individual bilingualism) but refers equally to the state of a linguistic community in which two languages are in contact with the result that the two codes can be used in the same interaction and that a number of individuals are bilingual (societal bilingualism)". In: *ob. cit.*, p. 6.



do termo tem sido adoptada por vários linguistas<sup>1</sup> e, embora “multilinguismo” ou “plurilinguismo” sejam designações mais fiéis à realidade empírica verificada em muitas situações de contacto, a inclusão do seu sentido na designação genérica de “bilinguismo” reveste-se do mérito da economia terminológica, vantagem que não pode deixar de ser prezada em campos que, como este, se caracterizam por uma grande riqueza taxinómica.

## 0.2. O BILINGUISMO E AS CORRENTES LINGUÍSTICAS CONTEMPORÂNEAS

Jakobson afirmou, em 1953, que “bilingualism is for me the fundamental problem of linguistics”<sup>2</sup>, mas a verdade é que a tradição de investigação linguística em que este estudioso se inscreve e para a qual tanto contribuiu, o estruturalismo, floresceu assente em pressupostos que não propiciaram o desenvolvimento de uma reflexão sistemática sobre a problemática ampla do bilinguismo. Com efeito, à excepção de alguns esforços isolados, entre os quais é fundamental destacar a obra paradigmática, já várias vezes referida, de Uriel Weinreich, *Languages in Contact. Findings and Problems*, o estruturalismo, legitimamente preocupado com a descrição e compreensão das regularidades e invariâncias inerentes à organização das línguas naturais, mostrou-se pouco vocacionado para o tratamento de fenómenos que escapam a uma ordenação estritamente estrutural<sup>3</sup>. Como grande parte dos mecanismos presentes na produção verbal bilingue afectam, fundamentalmente, o nível performativo ou da “parole”<sup>4</sup>, sendo, por isso, condicionados, de forma decisiva, não por factores de predisposição estrutural, mas sim por razões de natureza sociocultural e pragmática, compreende-se a dificuldade manifestada pelos modelos estruturalistas para a sua aferição e explicação global<sup>5</sup>.

Também a gramática gerativa, corrente de raiz estruturalista que se consolida, no entanto, a partir da ruptura com importantes paradigmas dessa escola de pensamento linguístico, começou por não encontrar, numa fase ainda embrionária, espaço suficiente para um profícuo

<sup>1</sup>Cf. EINAR HAUGEN, *ob. cit.*, p. 507-508.

<sup>2</sup>ROMAN JAKOBSON, *Results of the Conference of Anthropologists and Linguists*. IJAL Supplement. Memoir n° 8, 1953, p. 19-22. Citado por SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 1.

<sup>3</sup>Para além da referida obra de Uriel Weinreich, Einar Haugen chama a nossa atenção para outras tentativas de abordagem do bilinguismo no quadro do modelo estruturalista. Exemplos são CHARLES FRIES e KENNETH PIKE, *Coexistent Phonemic Systems*. In: *Language*, n° 25, 1949, p. 29-50; KENNETH PIKE, *Towards a Theory of Change and Bilingualism*. In: *Studies in Linguistics*, n° 15, 1960, p. 1-7; KENNETH PIKE, *Language in Relation to a Unified Theory of the Structure of Human Behavior*. The Hague (Mouton), 1967. Cf. EINAR HAUGEN, *ob. cit.*, p. 508-509.

<sup>4</sup>A equivalência que aqui estabelecemos entre os conceitos de “parole” e “nível performativo” (“performance”) não pretende escamotear a distinção teórica que Noam Chomsky considera existir entre os pares dicotómicos “langue”/“parole” e “competence”/“performance”. Recordamos, a propósito, a posição deste linguista: “a distinção que assinalo aqui [entre “competence” e “performance”] está relacionada com a distinção *langue-parole* de Saussure; mas é necessário rejeitar o seu conceito de *langue* como sendo meramente um inventário sistemático de itens e regressar antes à concepção Humboldtiana de competência subjacente como um sistema de processos generativos”. In: *Aspectos da teoria da sintaxe*. 2ª ed. Coimbra (Arménio Amado-Editor), 1978, p. 84. Julgamos, no entanto, e motivados pelas próprias palavras do Autor, que “parole” e “performance”, ao contrário de “langue” e “competence”, comportam um valor similar que nos permite a presente utilização dos conceitos.

<sup>5</sup>Esta é, aliás, a opinião do próprio Uriel Weinreich quando afirma que “purely linguistic studies of languages in contact must be coordinated with extra-linguistic studies on bilingualism and related phenomena”. In: *ob. cit.*, p. 4.

desenvolvimento dos conhecimentos sobre o funcionamento do bilinguismo. Tal “handicap” parece radicar, fundamentalmente, na postura teórico-metodológica advogada por esta gramática, exigindo ao linguista que assuma como objecto “um falante-ouvinte ideal, situado numa comunidade linguística homogénea, que conhece a sua língua perfeitamente, e que, ao aplicar o conhecimento da língua numa performance efectiva, não é afectado por condições gramaticalmente irrelevantes tais como limitações de memória, distrações, desvios de atenção e de interesse, e erros (casuais ou característicos)”<sup>1</sup>. Cientes, embora, da justa dimensão destas afirmações, que remetem para uma opção essencialmente epistemológica<sup>2</sup> e que não encerram, por isso, a pretensão de traduzir a realidade observável no uso linguístico efectivo (pretensão que seria, de resto, ingénua), não podemos deixar de chamar a atenção, socorrendo-nos dos motivos já aduzidos a propósito do modelo estruturalista, para o facto de tal posicionamento ter constituído, em si mesmo, uma séria limitação para o avanço na compreensão de fulcrais aspectos do funcionamento linguístico bilingue<sup>3</sup>.

Com isto não queremos dizer que o gerativismo, mesmo na sua fase inicial, tenha esquecido a problemática bilingue. Com efeito, este modelo começou por ser aplicado por alguns linguistas, a partir da década de sessenta, em estudos que apresentam hipóteses descritivas para o processamento verbal decorrente da complexa competência linguística verificada em falantes bilingues<sup>4</sup>. Mais recentemente, alguns modelos gramaticais de raiz gerativista, mormente o “government and binding”, têm sido abundantemente aplicados em estudos sobre as restrições sintácticas inerentes ao fenómeno da alternância de códigos<sup>5</sup>. Porém, e sem perder de vista estas contribuições, em particular as mais recentes, consideramos justo afirmar que a gramática gerativa ainda é, essencialmente, uma corrente voltada para a reflexão sobre o funcionamento monolingue.

Mas se as limitações teórico-metodológicas referidas constituíram razão para alguma inibição por parte dos estruturalistas e gerativistas no domínio dos estudos sobre bilinguismo, revelaram-se, de forma inversa, um estímulo para os estudiosos que, a partir da evolução teórica ocasionada, de forma evidente, pelo trabalho de William Labov nos anos sessenta, perspectivaram o estudo da linguagem verbal enquanto realidade ancorada no seu contexto de produção efectiva, i.e., no seu habitat social<sup>6</sup>. A tónica deixou de recair na regularidade

<sup>1</sup>NOAM CHOMSKY, *Aspectos da teoria da sintaxe*. 2ª ed. Coimbra (Arménio Amado-Editor), 1978, p. 83.

<sup>2</sup>Como salienta Einar Haugen; “this limitation was obviously a strategic device to permit the linguist to operate in a logico-mathematical vacuum, abstracted from the concerns that have occupied most linguists working to describe natural languages operating in ordinary communicative situations”. In: *ob. cit.*, p. 510.

<sup>3</sup>Esta é, aliás, a posição assumida por Suzanne Romaine ao afirmar que “Chomsky would (...) argue that the study of performance relies essentially on advances in understanding of competence. (...) I take a very different perspective. I prefer to start by looking at what performance tells us about competence because I believe that this is the best way to approach the study of bilingualism”. In: *ob. cit.*, p. 7.

<sup>4</sup>Para uma visão da produção teórica sobre bilinguismo elaborada no seio da tradição gerativista até 1970, consulte-se EINAR HAUGEN, *ob. cit.*, p. 510-511.

<sup>5</sup>Teremos oportunidade, mais adiante, quando tratarmos deste assunto específico, de fazer referência a estes estudos.

<sup>6</sup>É importante precisar que, muito antes dos anos sessenta, alguns autores já chamavam a atenção da comunidade científica para a necessidade de se observar a correlação entre uso linguístico e contexto social. Numa recente obra de carácter introdutório, Karnele Rotaetxe Amusatagi fornece-nos uma exposição sintética que realça as principais contribuições nesta fase, ainda embrionária, da Sociolinguística. Reproduzimos, aqui, esse sucinto e útil texto: “la influencia de los hechos sociales en las lenguas, y particularmente en la evolución de éstas, ha sido

estrutural e abstracta das línguas, movidas por regras de funcionamento estáveis e sempre observadas sem referência aos seus contextos de utilização e passou, ao invés, a orientar-se no sentido das correlações existentes entre a variação linguística sincrónica e os factores de caracterização social das comunidades. A Sociolinguística, assim concebida, proporcionou uma abertura teórica que alargou as perspectivas de abordagem dos factos linguísticos, condição que possibilitou o aprofundamento das razões de raiz extra-linguística que levam a certos comportamentos recorrentes na fala bilingue: a interferência nas suas várias vertentes (fonológica, morfológica, sintáctica, semântica e lexical), a alternância de códigos (“code-switching”) e a escolha de línguas (“choice-switching”)<sup>1</sup>. Deste modo, pôde evidenciar-se a relação entre o modo como os indivíduos se inserem nas suas comunidades, tendo em conta factores como a sua idade, sexo, profissão, estatuto sociocultural ou socioeconómico e o uso que fazem dos idiomas disponíveis no seu repertório linguístico.

Com o aprofundamento do estudo destes fenómenos verbais, particularmente o da alternância de códigos, cedo se apreendeu que há no seu uso, em determinadas instâncias, para além de uma motivação sociocultural, um propósito marcadamente discursivo. A partir desta constatação, e sofrendo influências teóricas tanto da Sociolinguística como da Pragmática, estruturou-se, sobretudo a partir do trabalho de J. J. Gumperz, uma orientação denominada Sociolinguística interaccional<sup>2</sup>. Neste quadro recente, destaca-se, como objectivo primordial, o interesse em analisar as consequências comunicativas da escolha e uso de determinadas variáveis linguísticas à disposição dos falantes de uma dada comunidade. Compreende-se, assim, em que medida esta preocupação representa um avanço importante, não só em relação aos estruturalismos de feição vária, mas também em relação à própria Sociolinguística

---

constatada em tratados de historia de las lenguas, como, por ej., el de la lengua francesa (Brunot [*Histoire de la langue française*. Paris (Armand Collin), 1966], 1905) o el de la española (Lapesa [*Historia de la lengua española*. 8ª edición, Madrid (Gredos), 1980], 1942). Sin centrarse en consideraciones históricas, diversos manuales generales sobre el lenguaje publicados desde 1921 (Sapir [*Le langage*. Paris (Payot), 1970], 1921; Jespersen, 1922 [não vem referida a indicação bibliográfica completa]; Vendryes, 1923 [*idem*]; Bloomfield [*Le langage*. Paris (Payot), 1970], 1933; Sommerfelt [não vem referida a indicação bibliográfica completa], 1933; Bally [*Linguistique générale et linguistique française*. Berne (Francke), 1965], 1952, etc.) dedican espacios a esta relación. Debe citarse especialmente la creación a principios de siglo de la «Escuela Sociológica Francesa», dirigida por Antoine Meillet, quien en 1906 señaló ya que el elemento que provoca perpetuas variaciones en las lenguas es la **estructura de la sociedad** ([*Linguistique historique et linguistique générale*. Paris (Lib. Honoré Champion)], 1965: 16). A este autor debemos un estudio de semántica a partir del uso del léxico de una lengua, **variable** de un hablante a otro, y de un grupo a otro ([*ibidem*], 1965: 230-71). Por fin, otros estudios se han centrado exclusivamente en el aspecto social del lenguaje (Cohen [*Matériaux pour une sociologie du langage*. Paris (Maspero)], 1956), contribuyendo así al reconocimiento profesional de la Sociolinguística actual”. In: *Sociolinguística*. Madrid (Editorial Síntesis, Lda.), 1988, p. 14.

<sup>1</sup>Alguns destes termos evidenciam instabilidade de uso nos vários textos consultados. Em tempo oportuno esclareceremos estas questões terminológicas, explicando as “nuances” semânticas evidenciadas, na sua utilização, por vários autores.

<sup>2</sup>A necessidade de conciliar as investigações feitas no âmbito da Sociolinguística com aquelas elaboradas de acordo com os pressupostos da Pragmática linguística tem vindo a ser reclamada por vários estudiosos. Nesta linha, Stephen C. Levinson advoga que “pragmatics and sociolinguistics share many areas of common interest, and sociolinguists have contributed much to certain areas of pragmatics, especially the study of social deixis and speech acts and their use. However, pragmatics in turn has much to contribute to sociolinguistics; for in trying to understand the social significance of patterns of language usage, it is essential to understand the underlying structural properties that constrain verbal interaction”. In: STEPHEN C. LEVINSON, *Pragmatics*. Cambridge (Cambridge University Press), 1983, p. 374.

quantitativa e variacionista, cujo principal mérito tem residido, como se sabe, no estabelecimento de correlações entre variáveis linguísticas e macro-categorias sociológicas. Nesta nova perspectiva, as variáveis de tipo sociolinguístico são encaradas como um dos elementos integrantes do próprio discurso, condicionando os cálculos interpretativos envolvidos no processo comunicativo, na medida em que comportam informação relevante sobre os locutores enquanto seres socialmente contextualizados. É, deste modo, uma teoria de raiz sociolinguística que pretende contemplar as funções comunicativas da variação linguística, quer a que existe em comunidades monolíngues, quer a que se encontra presente em comunidades que dispõem de mais do que um código para a interação quotidiana.

Uma das novidades metodológicas desta orientação sociolinguística reside no facto de a análise se centrar, primordialmente, no próprio fenómeno conversacional, i.e., na "produção verbal [verificada] num processo de interação"<sup>1</sup>. Esta opção, não correspondendo à prática assumida nos estudos de Sociolinguística de tipo variacionista, é justificada por J. J. Gumperz do seguinte modo: "no systematic attempt has been made to deal with participants' co-occurrence judgements in the interpretation of discourse. Language use surveys can provide information about general trends in behavior. But since the interactive strategies, the constraints that govern participants' strategies *vis-a-vis* each other are not considered, they cannot account for the human ability to contextualize information. Hence assumptions about the relationships of statistically analyzed sociolinguistic indices to individual behavior are not testable within the framework of group orientated sociolinguistic theory"<sup>2</sup>. Assim, esboça-se a convicção de que só através da observação da interação entre locutores espaço-temporalmente situados se pode verdadeiramente compreender a natureza dos mecanismos subjacentes ao processo da comunicação verbal.

Neste quadro, os usos verbais passam a ser vistos como o resultado da competência comunicativa<sup>3</sup> dos falantes, conceito que ultrapassa o de competência linguística, tal como N. Chomsky o concebeu, comportando, para além do conhecimento das estruturas linguísticas por parte dos falantes, outra importante dimensão: a do seu saber sociocultural. É este saber que permite aos locutores a adequação contextual e situacional dos seus diferentes usos linguísticos, condição imprescindível para se conseguir uma efectiva eficácia comunicativa. Assim, para se poder compreender o funcionamento da comunicação verbal, não basta fazer-se a análise das estruturas linguísticas presentes num dado enunciado, ou atender ao valor referencial dos signos nele incluídos; há que, paralelamente a estes procedimentos, enquadrar o enunciado no seu contexto de ocorrência, avaliando todos os parâmetros relevantes que contribuem para a sua configuração, quer estes sejam de natureza estritamente linguística, quer não o sejam.

<sup>1</sup>In: MARIA HELENA MIRA MATEUS *et al.*, *Gramática da língua portuguesa*. 2ª ed. revista e aumentada. Lisboa (Ed. Caminho), 1989, p. 115.

<sup>2</sup>J. J. GUMPERZ, *Discourse Strategies*. Cambridge (Cambridge University Press), 1982, p. 35.

<sup>3</sup>Este conceito foi cunhado por Dell Hymes em 1971 e tem sido, desde essa data, abundantemente utilizado em textos teóricos tanto do âmbito da Sociolinguística, como da Pragmática. Vd. DELL HYMES, *On Communicative Competence*. In: *Sociolinguistics*. Edited by J. B. Pride and J. Holmes. Harmondsworth (Penguin Books), 1972, p. 269-293.



É, pois, neste quadro teórico que julgamos mais produtivo situar o presente trabalho. Tendo eleito como nosso principal objectivo a observação dos valores discursivos e das motivações pragmáticas subjacentes ao uso da alternância de códigos e da escolha de línguas numa situação de trilinguismo mirandês-português-espanhol, pareceu-nos, pelo que já ficou dito, e tendo em conta o estado actual do desenvolvimento teórico sobre estes assuntos, que um modelo ancorado nos pressupostos da Sociolinguística interaccional seria o mais adequado para a nossa análise.

Ainda assim, e embora tenhamos apontado algumas deficiências, mormente aos aparelhos estruturalista e gerativista, para a explicação cabal dos fenómenos inerentes à situação de contacto de línguas, não deixamos de reconhecer que o legado destas tradições teóricas é fundamental para a clarificação de algumas vertentes dos fenómenos que são objecto da nossa análise. Referimo-nos, por exemplo, à importante distinção entre mecanismos como a alternância de códigos e a interferência linguística. Com efeito, e como teremos oportunidade de observar no desenvolvimento deste trabalho, esta distinção estabelece-se, em larga medida, por meio de critérios de natureza formal. Sem o conhecimento de como se estruturam as línguas nos seus vários níveis de organização, esta distinção formal, já de si não linear, seria de difícil concretização.

De modo semelhante, as metodologias próprias aos estudos de Sociolinguística variacional, longe de terem sido ultrapassadas pelas abordagens de tipo interactivo, têm, muito recentemente, sido encaradas como hipóteses frutíferas no tratamento e compreensão dos fenómenos evidenciados pelo comportamento verbal bilingue, particularmente da escolha de línguas e da alternância de códigos<sup>1</sup>. Assim, postula-se que os estudos variacionistas poderão vir a pôr em relevo toda uma gama de factores extra-linguísticos, até agora desconhecidos e não considerados, que condicionam, de forma efectiva, a ocorrência destes fenómenos. Esta abordagem surge em consequência de algumas críticas que têm sido formuladas às metodologias utilizadas em trabalhos orientados pelos pressupostos da Sociolinguística interaccional, nomeadamente à opção de encarar os informantes exclusivamente na sua qualidade de membros de redes sociais<sup>2</sup> e não como representantes de macro-categorias sociológicas tais como grupo etário, grupo socioeconómico ou sociocultural e sexo. Como nos diz Shana Poplack, "there is a major trade-off between the depth afforded by participant observation and the scope available from "survey"-type studies (...) where potentially explanatory extralinguistic variables (e.g. age, sex, socioeconomic class, educational level, etc., etc.) may be manipulated in ways not possible in the study of self-selected peer groups. In particular, a recurrent criticism of network studies concerns their potential lack of representativeness"<sup>3</sup>.

<sup>1</sup>Vd., nomeadamente, SHANA POPLACK, *Variation Theory and Language Contact: Concepts, Methods and Data*: In: *Papers for the Workshop on Concepts, Methodology and Data*, Basel, 12-13 January 1990. Network on Code-switching and Language Contact. Strasbourg (European Science Foundation), p. 33-68.

<sup>2</sup>Para um aprofundamento do conceito de "rede social", vd. LESLEY MILROY, *Language and Social Networks*. 2ª ed., Oxford (Blackwell Publishers), 1987. Teremos, igualmente, oportunidade de dedicar uma secção desta parte do trabalho a este conceito.

<sup>3</sup> In: SHANA POPLACK, *ob. cit.*, p. 44.



Dito isto, podemos concluir que a complexidade inerente ao bilinguismo e às respectivas manifestações reclama, para a sua compreensão mais aturada, o uso de aparelhos teóricos diferentes e complementares. Se o estudo da utilização pragmática de fenómenos como a alternância de códigos exige o enquadramento dos informantes nas suas redes sociais, pois é esse o processo mais adequado para explicitar o contexto interactivo em que funcionam os recursos verbais, também é verdade, como realça Shana Poplack, que este tipo de análise não esgota a possibilidade de aferição do poder efectivo dos diversos factores extra-linguísticos que concorrem para o seu condicionamento. De igual modo, não podemos dispensar o recurso aos conhecimentos de organização estrutural dos idiomas em situação de contacto pois, ainda que a predisposição estrutural não seja o motivo preponderante para estes tipos de mecanismos, i.e., ainda que a estrutura não seja, fundamentalmente, a sua causa, como hoje se encontra provado, é evidente que é muitas vezes ao nível da estrutura que os mecanismos resultantes do contacto de sistemas linguísticos produzem os seus efeitos. Dito isto, julgamo-nos em condições de legitimidade para, sempre que necessário, recorrermos à exploração destas vertentes de análise no decurso do trabalho.

## 1. A ALTERNÂNCIA DE CÓDIGOS E A ESCOLHA DE LÍNGUAS

### 1.1. PARA UMA DEFINIÇÃO DOS CONCEITOS

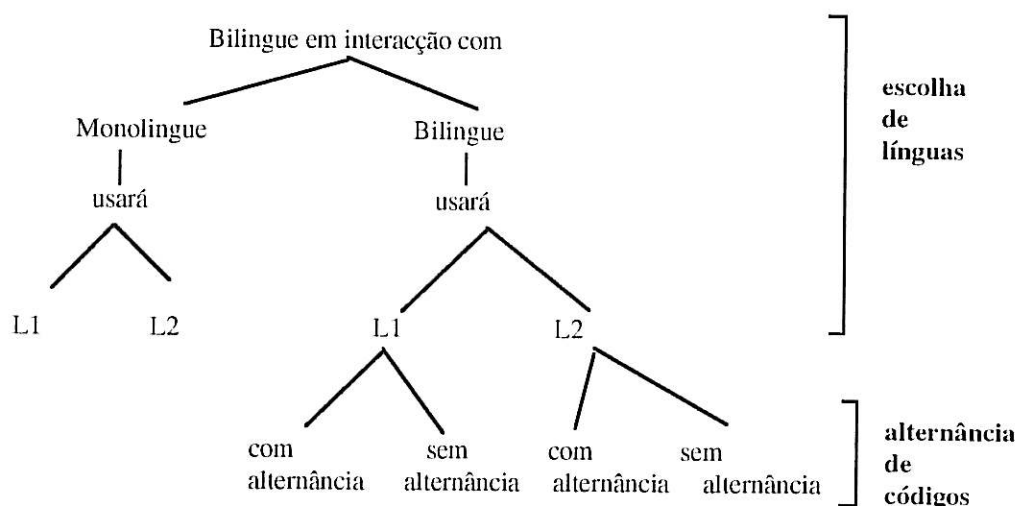
Depois de o termo “code-switching” ter sido cunhado por Einar Haugen em 1956 para designar aquela situação em que “a bilingual introduces a completely unassimilated word from another language into his speech”<sup>1</sup>, ele tem sido alvo de bastante fluidez conceptual, situação que, em certa medida, se encontra ainda por resolver. Esta fluidez parece dever-se, entre outros motivos, à tendência para incluir, sob a alçada da designação abrangente de “code-switching” dois tipos de fenómenos diferentes. Um é aquele que J. J. Gumperz define como “the juxtaposition within the same speech exchange of passages of speech belonging to two different grammatical systems or sub-systems”<sup>2</sup>, em que “the items in question form part of the same minimal speech act, and message elements are tied by syntactic and semantic relations apparently identical to those which join passages in a single language”<sup>3</sup>, a que também se chama “conversational code-switching”; outro é aquele que diz respeito, mais propriamente, à escolha de línguas em consonância com os parâmetros situacionais extra-linguísticos que envolvem uma dada interacção verbal.

<sup>1</sup>EINAR HAUGEN, *Bilingualism in the Americas: A Bibliography and Research Guide*. In: *Publications of the American Dialect Society*. Alabama (University of Alabama Press), 1956. Citado por PENELOPE GARDNER-CHLOROS, *Language Selection and Switching in Strasbourg*. Oxford (Clarendon Press), 1991, p. 44.

<sup>2</sup>J. J. GUMPERZ, *ob. cit.*, p. 59.

<sup>3</sup>J. J. GUMPERZ, *The Sociolinguistic Significance of Conversational Code-switching*. In: *Working Papers of the Language Behavior Research Laboratory*, nº 46. Berkeley (University of California), 1976. Citado por ERICA McCLURE, *Formal and Functional Aspects of the Codeswitched Discourse of Bilingual Children*. In: *Latino Language and Communicative Behavior*. Edited by Richard P. Duran. Norwood (Ablex Publishing Corporation), 1984, p. 70.

Ainda que estes dois mecanismos sejam dificilmente dissociáveis na análise linguística efectiva, como salientam vários estudiosos<sup>1</sup>, a verdade é que existe entre eles uma distinção teórica que será útil observar. Assim, enquanto a alternância de códigos de tipo conversacional é encarada, essencialmente, como um recurso comunicativo que poderá veicular determinados valores sociais, pragmáticos e estilísticos, na medida em que o seu uso denuncia uma violação das regras de co-ocorrência entre idioma e domínio social, a escolha de línguas (“language-choice”, “code-choice” ou “choice-switching”) é um mecanismo que é usado para corresponder a uma alteração verificada nas coordenadas situacionais que envolvem a interacção, como a mudança do interlocutor, do tópico da conversa ou do local em que a mesma decorre<sup>2</sup>.



**Figura 1**

A fim de melhor clarificarmos a relação e distinção entre a escolha de línguas e a alternância de códigos, reproduzimos na figura 1 um esquema ilustrativo da autoria de François Grosjean<sup>3</sup>. Como se vê, entre estes dois tipos de fenómenos, o que apelidámos de alternância de códigos conversacional é aquele que corresponde, para este e outros investigadores, à designação de “code-switching”. Será, portanto, com base nesta acepção do termo que iremos operar. Quanto à escolha de línguas, fenómeno tão intimamente associado ao de alternância,

<sup>1</sup>“In analysing spontaneous speech, where changes inevitably occur in the conversational situation, it is sometimes difficult to distinguish extra-sentential code-switching from an alternation of language corresponding to a change in the conversational situation”. In: NORMAND LABRIE, *Code-switching: a Sociolinguistic Investigation of Italians in Montreal*. In: *The Sociolinguistics of Urban Vernaculars. Case Studies and their Evaluation*. Edited by Norbert Dittmar and Peter Schlobinski. Berlin (Walter de Gruyter), 1988, p. 220.

<sup>2</sup>Mesmo os autores que partem de uma acepção lata do termo “code-switching”, incluindo sob a sua alçada estes dois tipos de mecanismos, não deixam, contudo, de reconhecer que existe entre eles uma distinção importante. Neste sentido, Normand Labrie, por exemplo, propõe que se considere duas grandes categorias de alternância de códigos: a extra-discursiva e a intra-discursiva. No âmbito da alternância extra-discursiva é incluído o fenómeno da escolha de línguas para além de um outro designado por “code-adoption” (“code-adoption, the exclusive adoption of a particular language in a situation strongly determined by social constraints (language classroom, TV program, etc.), depends on the degree of tension in the linguistic market” (In: NORMAND LABRIE, *ob. cit.*, p. 221). No quadro da alternância intra-discursiva, categoria que corresponderá, genericamente, ao conceito de alternância conversacional supra definido, este Autor distingue, com base em critérios de natureza sintáctica, três sub-categorias diferentes. A estas últimas, originalmente propostas por Shana Poplack (in: *Sometimes I'll Start a Sentence in English Y TERMINO EN ESPAÑOL: Toward a Typology of Code-Switching*. In: *Linguistics*, nº 18, 1980, p. 581-618), referir-nos-emos em tempo oportuno.

<sup>3</sup>In: *ob. cit.*, p. 129.

não podemos igualmente deixar que escape da nossa mira. Como teremos oportunidade de demonstrar no decurso deste capítulo, este mecanismo constitui uma peça chave para a compreensão das estratégias discursivas evidenciadas pela própria alternância de códigos<sup>1</sup> e nessa medida merecerá, desde já, um tratamento mais aprofundado.

## 1.2. A ESCOLHA DE LÍNGUAS: FACTORES QUE CONCORREM PARA O SEU CONDICIONAMENTO

Teoricamente, a escolha de línguas, fenómeno que encontra alguma afinidade com o conceito que John Gumperz designa por “situational code-switching”<sup>2</sup>, pressuporá que nas comunidades bilingues onde se manifeste, exista uma relação convencional entre o uso de cada um dos idiomas e respectivas situações de interacção. Dito de outro modo, a presença do mecanismo da escolha de línguas (alternância situacional) numa dada comunidade bilingue, indicará que nela se assiste a algum tipo de especialização funcional dos idiomas operantes, i.e., revelará que a comunidade linguística se caracteriza por uma situação, mais ou menos acentuada, de diglossia<sup>3</sup>. Se assim é, a compreensão do funcionamento deste mecanismo verbal requer a identificação dos parâmetros de carácter situacional que, numa dada comunidade, condicionam o uso do idioma x ou, ao invés, do idioma y.

Numerosos cientistas sociais, representantes de áreas de investigação tão diversificadas como a Sociologia da linguagem, a Psicologia social, a Antropologia e a Etnografia da comunicação, têm procurado aperfeiçoar metodologias diversas com vista ao apuramento de tais parâmetros. Destes diferentes tipos de estudos têm resultado conceitos operatórios diversos e não inteiramente coincidentes que julgamos útil explorar aqui. Assim, proveniente da Sociologia da linguagem e mormente a partir da teorização empreendida por Joshua Fishman, encontramos o conceito abrangente de domínio social. Os domínios, genericamente descritos por este Autor como “the major clusters of interaction situations that occur in particular multilingual settings”<sup>4</sup>, definidos, portanto, pela combinação de parâmetros especificadores como o estatuto e a relação entre os interlocutores, o tópico da interacção verbal e a sua localização espaço-temporal, podem ser categorias como a família, a igreja, o círculo de

<sup>1</sup>Como salienta, a propósito, Monica Heller, “multiple frames of reference, or the social separation of domains of social activity associated with different language varieties, underlies the availability of codeswitching for social and discourse effect”. MONICA HELLER, *Introduction*. In: *Codeswitching. Anthropological and Sociolinguistic Perspectives*. Edited by Monica Heller. Berlin (Mouton de Gruyter), 1988, p. 4-5.

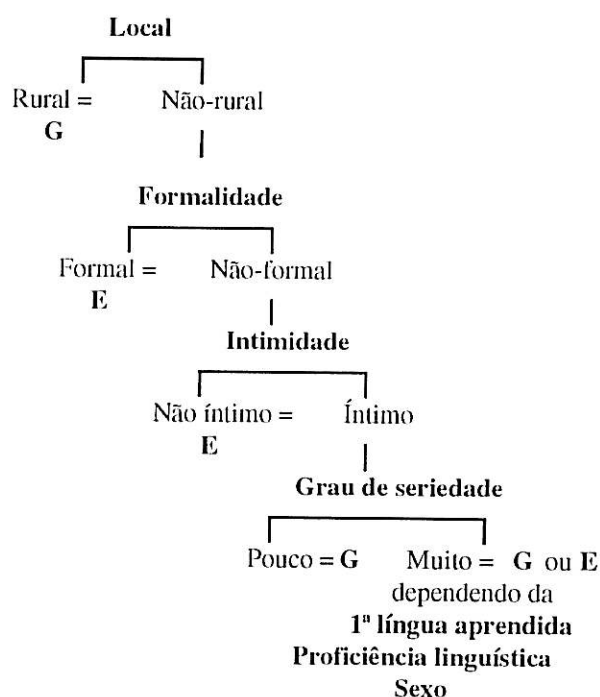
<sup>2</sup>Este Autor define “situational code-switching” em oposição a outro conceito: “metaphorical code-switching”. Este último tipo de alternância nasce de uma violação parcial das expectativas de co-ocorrência entre uso de um código e uma determinada situação discursiva, a partir da qual se gera uma inferência com uma conotação particular. Nesta medida, esta alternância visa, marcadamente, um efeito comunicativo. Em traços largos, a alternância metafórica pode ser vista como uma sub-categoria da alternância conversacional, conceito de âmbito mais lato que pode incluir também os casos de alternância que não se devem a um propósito pragmático (vd., mais adiante neste trabalho, os conceitos de “marked code-switching” e “unmarked code-switching”).

<sup>3</sup>Remetemos para a definição deste conceito por nós apresentada na nota 2 da p. 26 desta dissertação.

<sup>4</sup>JOSHUA FISHMAN, *Who Speaks What Language to Whom and When?* In: *La Linguistique*, nº 2, 1965, p. 73.

amizades, a vizinhança, a escola, o círculo profissional e a administração<sup>1</sup>. Deste modo, na óptica da Sociologia da linguagem, defende-se que cada comunidade bilingue evidenciará um padrão de escolha de idiomas que se correlacionará com domínios sociais específicos, padrão esse que indicará a maior probabilidade de o idioma *x* vir a ser utilizado na situação de interação *y*. É, portanto, uma abordagem centrada em estruturas de natureza social, buscando a identificação de macro-categorias interacionais, como o são os domínios<sup>2</sup>, a que se ligam comportamentos verbais socialmente padronizáveis.

O conceito de domínio, no entanto, tal como o definimos, manifesta alguma inoperacionalidade na análise da escolha de línguas em comunidades concretas. Os trabalhos disponíveis têm revelado que o comportamento verbal dos falantes nem sempre obedece ao condicionamento ocasionado pela combinação de todos os factores que configuram um dado domínio. Assim, é perfeitamente possível e até frequente que, por exemplo, os interlocutores *a* e *b*, encontrando-se no local *c*, no momento *d*, conversem não sobre o assunto *e*, como seria previsível, mas sobre o assunto *k*, próprio não deste, mas de outro domínio.



**Figura 2**

A observação de comportamentos como este, incompatíveis com a abrangência do conceito de domínio, tem conduzido numerosos investigadores a privilegiar uma análise, mais minuciosa, por parâmetros. Joan Rubin, por exemplo, nos seus estudos sobre a escolha de línguas no Paraguai<sup>3</sup>, desenvolveu um esquema de representação, que reproduzimos na figura

<sup>1</sup>É necessário ter em atenção que "no fixed set of domains can be posited a priori for all speech communities, since the set of activities that will constitute a cluster of purpose, role-relations, and setting will be culture-specific". In: MURIEL SAVILLE-TROIKE, *The Ethnography of Communication*. Oxford (Basil Blackwell), 1984, p. 53.

<sup>2</sup>Cf. RALPH FASOLD, *The Sociolinguistics of Society*. Oxford (Basil Blackwell), 1984, p. 187.

<sup>3</sup>Cf., por exemplo, JOAN RUBIN, *Bilingual Usage in Paraguay*. In: *Readings in the Sociology of Language*. Edited by Joshua Fishman 1968, p. 526.

2, conhecido como “decision tree” onde identifica os parâmetros mais relevantes que condicionam ora o uso do Espanhol, ora o do Guarani.

Ainda que, em última análise, árvores decisórias deste tipo acabem por evidenciar um conjunto de parâmetros que, combinados, originam a escolha de uma língua e não da outra, configurando, desta forma, domínios, este modo de representação não deixa igualmente de chamar a atenção para o facto de serem, por vezes, apenas um ou dois parâmetros a condicionarem uma escolha de código linguístico. Igualmente relevante afigura-se-nos o facto de aparecerem nesta árvore parâmetros que se prendem com a própria apreciação que os falantes individuais farão de cada situação de interacção, como o seu grau de intimidade, seriedade e até formalidade. Compreende-se, deste modo, que a escolha de línguas é um mecanismo que poderá relacionar-se, não só com as condições objectivas que definem a situação de interacção, mas também com condicionamentos de natureza subjectiva.

Destes últimos tem-se ocupado, fundamentalmente, a Psicologia social<sup>1</sup>. Partindo do princípio que a correlação entre situação social e uso verbal não é automática nem inequívoca, os psicólogos sociais debruçaram-se sobre outra gama de factores condicionantes da escolha de línguas como sejam as atitudes, as motivações, os sentimentos e as fidelidades dos interlocutores.

Neste sentido, alguns modelos teóricos dirigidos para o apuramento de tais parâmetros subjectivos foram desenvolvidos, sendo o mais conhecido, de entre estes, a “accommodation theory”<sup>2</sup> de Howard Giles e seus colaboradores. Em síntese, este modelo advoga que os sujeitos sociais tenderão a ajustar (i.e., acomodar) o seu comportamento (sendo a produção verbal uma das suas manifestações), com vista à expressão de determinados valores e intenções aos seus interlocutores<sup>3</sup> e, nessa medida, seguirão uma de duas possíveis estratégias: a convergência ou a divergência. No que toca ao comportamento verbal, a convergência é, tal como a designação indica, um processo que consiste na aproximação da fala de um dado locutor *a*, por meio de certas opções linguísticas, à do seu interlocutor *b*. O recurso a esta estratégia terá motivações diferentes: *a* poderá querer indicar a *b* que se identifica com as suas atitudes, crenças e comportamentos, demonstrando-o através da aproximação das características da sua fala às de *b*<sup>4</sup>; *a*, depois de ter avaliado os atributos (psicológicos, sociais ou outros) de *b*, decide encetar um processo de convergência verbal com vista à obtenção de uma recompensa que julga *b* capaz de lhe proporcionar<sup>5</sup>. A divergência, por seu turno, é, essencialmente, uma

<sup>1</sup>“Social psychologists (...) are more interested in people's psychological processes than in large societal categories. (...) In other words, social psychological research on language-choice is more person-centered than society-centered”. In: RALPH FASOLD, *ob. cit.*, p. 187.

<sup>2</sup>Vd. HOWARD GILES e PHILIP SMITH, *Accommodation Theory: Optimal Levels of Convergence*. In: *Language and Social Psychology*. Edited by Howard Giles and Robert St. Clair. Oxford (Basil Blackwell), 1979, p. 45-65.

<sup>3</sup>Cf. STELLA MARIS BORTONI-RICARDO, *The Urbanization of Rural Dialect Speakers. A Sociolinguistic Study in Brazil*. Cambridge (Cambridge University Press). 1985, p. 90.

<sup>4</sup>Pressuposto que, segundo Howard Giles e Philip Smith, está em consonância com o “similarity-attraction principle” em que se determina que “the more similar our attitudes and beliefs are to certain others, the more likely it is we will be attracted to them”. In: HOWARD GILES e PHILIP SMITH, *ob. cit.*, p. 47.

<sup>5</sup>De acordo com este pressuposto, assente no “social exchange theory”, a convergência é um processo que também envolve custos para o locutor que a ele recorre: “the similarity-attraction model tends to emphasize only



estratégia de demarcação e, tal como a convergência, pode dever-se a diferentes tipos de motivações: *a*, identificando-se com um grupo do qual *b* não é membro, e querendo demonstrar fidelidade a esse mesmo grupo e até alguma hostilidade para com o grupo de *b*, divergir, deliberadamente, da fala de *b*<sup>1</sup>; *a*, avaliando as atitudes manifestadas por *b* como ofensivas, ameaçadoras, condescendentes ou paternalistas, reagirá por meio de opções linguísticas divergentes das de *b*<sup>2</sup>.

Como se vê, factores como as atitudes, os sentimentos e as crenças dos sujeitos falantes não podem estar ausentes em estudos sobre a escolha de línguas em contextos sociais multilingues. A “accommodation theory”, aqui sucintamente explanada, pretende demonstrar em que medida esses factores podem influenciar as opções linguísticas dos locutores. É certo que a natureza destas opções dependerá dos recursos linguísticos disponíveis numa dada situação de interacção. Entre monolingués, por exemplo, as opções far-se-ão entre variantes fonético-fonológicas, morfológicas, sintácticas, lexicais ou semânticas. No caso da interacção entre bilingués, e uma vez que os recursos linguísticos são mais vastos, estas opções podem saldar-se na total passagem de um idioma para outro, i.e., numa diferente escolha de línguas.

Esta abordagem reflecte, igualmente, o papel primordial desempenhado por cada uma das línguas em contacto como receptáculos de sistemas de valores característicos e identificadores de certos grupos socioculturais, dimensão do fenómeno da escolha de línguas que tem sido mais sistematicamente estudada pela Antropologia linguística<sup>3</sup>. Investigadores como Susan Gal<sup>4</sup>, Jan Petter Blom e John Gumperz<sup>5</sup>, desenvolvendo trabalho em diferentes comunidades bilingués, revelam que, apesar das suas especificidades, existem algumas tendências comuns.

Neste sentido, John Gumperz<sup>6</sup> postula que, numa situação de contacto de línguas, um dos idiomas funcionará, quase sempre, como o “we-code” enquanto o outro terá o estatuto de

the rewards attending a convergent act, that is, an increase in attraction and or approval. However, it is likely that certain costs would be involved too, such as the increased effort made to converge, a loss of perceived integrity and personal (and sometimes group) identity. Social exchange theory (...) states that prior to acting, we attempt to assess the rewards and costs of alternate courses of action". In: HOWARD GILES e PHILIP SMITH, *ob. cit.*, p. 48.

<sup>1</sup>Motivação considerada no âmbito do “intergroup distinctiveness theory” em que se postula que “in situations where group membership is a salient issue, speech divergence may be an important strategy for making oneself psychologically and favourably distinct from outgroup members”. In: HOWARD GILES e PHILIP SMITH, *ob. cit.*, p. 52.

<sup>2</sup>Segundo os pressupostos do “casual attribution theory”, “we interpret other people’s behaviour, and evaluate the persons themselves, in terms of the motives and intentions that we attribute as the cause of their behaviour”. In: HOWARD GILES e PHILIP SMITH, *ob. cit.*, p. 50.

<sup>3</sup>Como esclarece Ralph Fasold, “anthropologists are most interested in discovering the values of a sociocultural group, and the cultural rules of behavior that reveal those values. Like the social psychologist, the anthropologist is interested in how the individual speaker is dealing with the structure of his society, but not in terms of his own psychological needs so much as how that person is using his language choices to reveal his cultural values”. In: RALPH FASOLD, *ob. cit.*, p. 192.

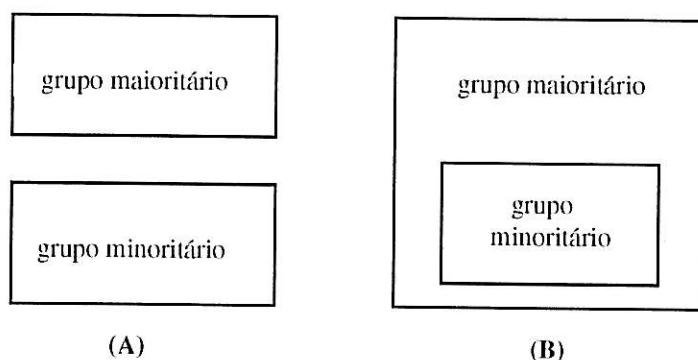
<sup>4</sup>Cf. desta Autora, *Variation and Language in Patterns of Speaking: Language Shift in Austria*. In: *Linguistic Variation: Models and Methods*. Edited by D. Sankoff, New York (Academic Press), 1978, p. 227-238 e *Language Shift: Social Determinants of Linguistic Change in Bilingual Austria*. New York (Academic Press), 1979.

<sup>5</sup>Vd., por exemplo, JAN PETTER BLOM e J. J. GUMPERZ, *Social Meaning in Linguistic Structure*. In: *Directions in Sociolinguistics. The Ethnography of Communication*. Edited by J. J. Gumperz and D. Hymes. Oxford (Basil Blackwell), 1986, p. 407-434.

<sup>6</sup>Vd., do Autor, *Discourse Strategies (...)*, p. 66.

“they-code”. Ao “we-code”, idioma minoritário<sup>1</sup> frequentemente ligado a uma especificidade étnica, são associados valores que se prendem com as características particulares e individualizadoras do “in-group”. É preferencialmente usado em momentos marcados pela informalidade e, regra geral, restringe-se à comunicação que ocorre dentro do grupo bilingue. O “they-code”, ao inverso, é o idioma maioritário, marcado por maior prestígio social, ao qual se associam os valores culturais dominantes no “out-group”. Nas relações com os membros monolíngues deste, é o “they-code” que é, naturalmente, preferido.

Estas categorias parecem manter-se independentemente do modo como se estruturam as sociedades em que se verifica contacto de línguas. Ralph Fasold<sup>2</sup>, chamando a atenção para dois possíveis modelos de estrutura social nestes casos, identifica um em que os grupos minoritário e maioritário fazem parte de duas comunidades diferentes (A), modelo que traduzirá uma situação de diglossia sem bilinguismo<sup>3</sup>, e outro onde o grupo minoritário se insere no seio do próprio grupo maioritário (B), constituindo, com este, uma única comunidade (bilingue):



**Figura 3**

Estas estruturas diferenciadas determinarão diferentes tipos de identidades sociais, especialmente para os membros do grupo minoritário. No caso das sociedades do tipo A, "the governed group would acquiesce to the rule of the elite, but would not consider themselves part of the same speech community.(...) Fundamentally, this means that there are *two separate*

<sup>1</sup>O conceito de “idioma minoritário” encontra-se definido por Clarinda de Azevedo Maia do seguinte modo: “as línguas faladas tradicionalmente no território de determinado Estado por grupos numericamente inferiores ao resto da população do Estado ou que, independentemente da sua grandeza numérica, ocupam uma posição subalterna, as quais são diferentes da língua oficial deste Estado”. In: *Minorias linguísticas e Sociolinguística*. Separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XX. Coimbra, 1992, p. 14-15. Neste artigo, a Autora fornece uma útil inventariação das obras que mais directamente abordam a definição de este e de outros termos relacionados, como o de “grupo minoritário” ou “minoría”, propondo, para este último, uma definição jurídico-política: “grupos de indivíduos ligados por vínculos de raça, de língua ou de religião e que têm, além disso, uma história comum. São raras as minorias que se baseiam exclusivamente na raça ou na religião, surgindo a língua, frequentemente, como símbolo de identidade do grupo e de diferenciação relativamente aos outros grupos que vivem no interior do mesmo Estado”. In: *ob. cit.*, p. 13-14.

<sup>2</sup>RALPH FASOLD, *ob. cit.*, p. 194.

<sup>3</sup>Esta situação geralmente resulta da unificação política, religiosa ou económica de duas (ou mais) comunidades monolíngues, mas em que a interacção entre falantes dos diferentes grupos se encontra vedada por fortes barreiras de natureza social, impedindo, assim, que a comunidade, na sua globalidade, se torne bilingue. Assim, só alguns falantes, os poucos que usufruem de contactos sociais com ambos os grupos monolíngues, dominarão os dois idiomas em contacto. Para o esclarecimento de outros tipos de relações que poderão estabelecer-se entre os fenómenos da diglossia e o do bilinguismo social, cf. JOSHUA FISHMAN, *Bilingualism with and without Diglossia: Diglossia with and without Bilingualism*. In: *The Journal of Social Issues*, vol. XXIII, nº 2, 1967, p. 29-38.

communities in the same society, related by the power the one group has over the other, but with neither considering themselves at all *part of the other group*"<sup>1</sup>. A estrutura do tipo B já denuncia que os membros de cada grupo mantêm entre si contactos diversificados, o que permite a alguns falantes, principalmente os que pertencem ao grupo minoritário, tornarem-se bilingues. Quando assim é, os membros do grupo minoritário encaram o grupo mais prestigiado como uma categoria lata onde também eles estão incluídos, situação que lhes possibilita a aquisição de "a kind of 'dual group membership'"<sup>2</sup>. Pese embora a distinta construção de identidade social que cada um destes modelos propicia aos membros do grupo minoritário, sustentamos que continua a ser válida, em qualquer um deles, a dicotomia "they"/"we" atrás descrita. Mesmo nas sociedades do tipo B, em que, de acordo com o raciocínio de Ralph Fasold, os falantes da língua minoritária possuem uma dupla identidade social, é necessário não esquecer que esta se constitui por uma componente de valores, comportamentos e hábitos culturais que dizem apenas respeito ao seu próprio grupo ("we"), sendo a outra componente uma que é partilhada e, por assim dizer, "herdada" do grupo maioritário ("they") e que, por isso mesmo, se associará preponderantemente a este último. Para além disto, é preciso não esquecer que, ao contrário do que é sugerido no modelo apresentado, nem sempre a condição de bilingue implica a condição de bicultural. Assim, "a high bilingual competence does not always mean a cultural identity with dual cultural membership; a person may become a fluent bilingual while remaining *monocultural* and identifying culturally with one of the groups only"<sup>3</sup>.

Vistos todos estes aspectos, compreende-se em que medida uma análise do mecanismo da escolha de línguas beneficiará do recurso a contributos teóricos diferentes. Ancoradas nesta percepção do estudo dos factos linguísticos, recentes linhas de investigação, como a Etnografia da comunicação<sup>4</sup>, assumem esta vasta interdisciplinaridade como um imperativo. Partilhando desta perspectiva, procuraremos, na Parte III deste trabalho, evocar o conjunto de factores complementares que revelem pertinência para a compreensão da escolha de línguas na comunidade por nós escolhida.

<sup>1</sup>RALPH FASOLD, *ob. cit.*, p. 193.

<sup>2</sup>RALPH FASOLD, *ob. cit.*, p. 193. Nestes casos, Josiane F. Hamers e Michel H. A. Blanc, consideram que o falante bilingue é, igualmente, bicultural: "a bilingual may identify positively with the two cultural groups that speak his languages and be recognized by each group as a member: in this case he is also *bicultural*". In: *ob. cit.*, p. 11.

<sup>3</sup>In: JOSIANE F. HAMERS e MICHEL H. A. BLANC, *ob. cit.*, p. 11.

<sup>4</sup>A fim de corroborar esta afirmação, veja-se o tipo de questões a que se propõe responder a Etnografia da linguagem: "what does a speaker need to know in order to communicate appropriately and to make sense of communicative situations within a particular speech community? The ethnography of speaking seeks to account not merely for what can be said, but when, where, by whom, to whom, in what manner, and in what particular circumstances". MURIEL SAVILLE-TROIKE, *The Ethnography of Speaking*. In: *Sociolinguistics: an International Handbook of the Sciences of Language and Society*, vol. I. Edited by Ulrich Ammon, Norbert Dittmar and Klaus J. Mattheier. Berlin, New York (Walter de Gruyter), 1987, p. 661.

### 1.3. A ALTERNÂNCIA DE CÓDIGOS: OBSERVAÇÕES PRELIMINARES

Retomemos a definição de alternância de códigos inicialmente apresentada por John Gumperz e reiterada, de resto, com formulações similares, por tantos outros autores. A esta definição são frequentemente acrescentadas duas precisões. Em primeiro lugar, afirma-se que nas sequências de interação verbal onde se regista a alternância de códigos, não se verificam, em princípio, pausas de hesitação, alterações de ritmo frásico ou contornos melódicos que indiquem a transição para outro código. Isto evidencia que a passagem é feita de forma natural e fluida, não envolvendo uma decisão ponderada por parte do locutor, o que parece indicar que as normas de natureza social que governam o uso do mecanismo se assemelham a regras de tipo gramatical. Assim, o falante limita-se a seleccionar, sem ponderar explicitamente a sua escolha, uma forma de expressar a sua mensagem, entre as várias possíveis que se encontram depositadas no seu repertório linguístico geral.

Estudos mais recentes sobre o fenómeno têm revelado, contudo, que nem sempre esta passagem de um código para o outro é assim tão natural. Há vários casos documentados em que "switches are marked by pauses, hesitation phenomena, repetition and metalinguistic commentary, which draw attention to the switch and interrupt the smooth production of the sentence at the switch point"<sup>1</sup>. Estes casos de alternância são frequentemente denominados "flagged switches" e isto porque a passagem de um código para outro é assinalada por uma gama de fenómenos que para ela chamam a atenção, funcionando como uma espécie de bandeira. Para Shana Poplack e D. Sankoff<sup>2</sup> o "flagged switch" pode ser uma das várias estratégias utilizadas pelo locutor para evitar a agramaticalidade do enunciado em que se produziu uma alternância que, de algum modo, viola as restrições sintácticas que presidem à sua ocorrência.

Em segundo lugar, ao contrário do que fazia prever a definição de Einar Haugen<sup>3</sup>, a sequência alternada é passível de ter uma extensão muito variada, que pode ir desde a palavra isolada, até frases inteiras. Como veremos adiante na secção 1.3.3., a dificuldade que se prende com a distinção entre alternância de códigos e interferência lexical ou importação reside precisamente nestas sequências curtas de estatuto frequentemente ambíguo, compostas por uma palavra isolada.

A alternância de códigos, assim definida, tem vindo a ser estudada de acordo com duas perspectivas diferentes. Por um lado, alguns, na esteira das investigações desenvolvidas por linguistas como D. Sankoff, Shana Poplack, Ellen Woolford, R. Singh e Pieter Muysken, têm feito recair a sua atenção na exploração das restrições de natureza gramatical e, particularmente, sintáctica que condicionam o fenómeno. Por outro lado, na sequência da tradição estabelecida por John Gumperz, tem-se desenvolvido uma vertente de observação do fenómeno concentrada

<sup>1</sup>In: SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 141.

<sup>2</sup>SHANA POPLACK e DAVID SANKOFF, *Code-switching*. In: *Sociolinguistics: an International Handbook of the Sciences of Language and Society*, vol. II. Edited by Ulrich Ammon, Norbert Dittmar and Klaus J. Mattheier. Berlin, New York (Walter de Gruyter), 1987, p. 1176-1177.

<sup>3</sup>Cf. p. 40 deste trabalho.



nas suas funções pragmáticas e sociais. Iremos, já de seguida, explorar as contribuições de cada uma destas correntes de investigação para a compreensão da alternância de códigos.

### 1.3.1. FUNÇÕES E MOTIVAÇÕES DA ALTERNÂNCIA DE CÓDIGOS: A TRADIÇÃO PRAGMÁTICA

Como tivemos oportunidade de explicitar, no quadro da tradição que, genericamente, se tem chamado pragmática, o mecanismo da alternância de códigos funciona, na fala bilingue, fundamentalmente como uma estratégia discursiva. É necessário realçar, todavia, que esta função é propiciada pelo facto de cada um dos idiomas em presença se encontrar associado a determinados valores simbólicos cuja raiz é social e atitudinal. Deste modo, compreende-se a pertinência, para um estudo que esteja vocacionado para a exploração desta vertente do fenómeno, em atender, por um lado, à forma como se encontra estruturada a comunidade bilingue e, por outro, às atitudes que revelam os falantes em relação a cada um dos idiomas de que dispõem.

Assim, se é verdade que a especialização funcional e simbólica de cada um dos idiomas é uma expressão dos critérios que presidem à escolha de línguas de acordo com as condições inerentes às diversas situações de interacção, também o é que ela constitui a base para a determinação de certos valores pragmáticos associados à própria alternância de códigos. Nesta perspectiva, e na medida em que cada um dos idiomas é visto como o receptáculo de uma gama de valores específicos, o uso de um implica a veiculação de informação diferente daquela que comportará o uso do outro. Se partirmos de uma concepção que aceita como relevante para a comunicação linguística, não só aquilo que é dito, como a forma que é escolhida para o dizer, compreendemos que, na interpretação das sequências discursivas que recorrem à alternância, os interlocutores ponderam e conjugam, não só o valor referencial dos signos, como também o valor daquilo que é implicado pelo uso dos códigos alternados. Dentro desta perspectiva, a actividade interpretativa exigirá aos interlocutores, mais do que o simples reconhecimento de estruturas linguísticas familiares, a capacidade de inferir correctamente a nem sempre explicitada intencionalidade subjacente às palavras proferidas.

É preciso ter em conta, no entanto, que nem todos os investigadores estão de acordo quanto à presença de um valor pragmático em cada caso de alternância de códigos, como nos atesta, de resto, Suzanne Romaine<sup>1</sup>. O próprio John Gumperz, no dizer desta mesma Autora, ciente desta circunstância, defende a sua posição teórica evocando que "just because code-switching conveys information, this does not mean that every switch can be assigned a single meaning (...) the inferences which participants draw from any conversational exchange are not unambiguous in the sense that they can be confirmed or disconfirmed through direct questions about what something means in isolation"<sup>2</sup>. Desta forma, sustenta-se que, embora a

<sup>1</sup>"Researchers have differed in the extent to which they are prepared to assign a specific meaning to every instance of code-switching". In: SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 161.

<sup>2</sup>SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 161.



alternância conversacional seja uma forma de veicular um tipo de informação que ultrapassa o valor referencial do que, num determinado idioma, está a ser dito, isto não significa que seja sempre possível ao investigador, e até aos próprios bilingues, precisar exactamente de que natureza é essa informação. Se observarmos, a título de exemplo, situações onde o bilinguismo é uma condição relativamente recente, como é o caso de algumas comunidades imigrantes, verificamos que pode não ter havido ainda tempo para o estabelecimento de associações estáveis entre valores extra-linguísticos e os idiomas em presença. Como sustenta Peter Auer, nestas situações "language choice is open to negotiation"<sup>1</sup> e, como tal, a alternância verificada não comportará valores pragmáticos facilmente determináveis.

Noutra perspectiva, estudiosos como M. Clyne, por exemplo, têm identificado casos de alternância cuja ocorrência parece não se dever mesmo a motivações discursivas. Neste sentido, encontrar-se-á um certo tipo de "code-switching" ocasionado por razões de natureza estritamente linguística, que se prendem com a presença, numa frase, de um item lexical que, à primeira vista, poderá pertencer a qualquer um dos idiomas conhecidos pelo locutor. Assim, a actualização desse item pelo falante bilingue desencadeia uma alternância do código até esse momento usado, levando-o a prosseguir a sua locução no outro. Este fenómeno, a que M. Clyne atribuiu a designação de "triggering"<sup>2</sup>, é interpretado por R. Jakobson<sup>3</sup> como um processo de economia de esforço, utilizado pelos falantes bilingues como uma forma de evitar "excessivas" alternâncias<sup>4</sup>. Ainda a propósito das características formais ligadas a este tipo de alternância, Suzanne Romaine precisa que "the switch may be made before a trigger word in anticipation of it (i.e. 'anticipational switching'), or more usually after it (i.e. 'consequential switching')"<sup>5</sup>.

Para além de todos estes aspectos, Peter Auer chama, igualmente, a nossa atenção para outro facto de bastante relevância: "members of the bilingual community may have diverging language preferences and competences, leading to preference-related code alternation"<sup>6</sup>. É, aliás, com base neste tipo de circunstâncias que alguns preferem não associar à alternância qualquer significado especial, vendo nela apenas uma expressão da incompetência linguística dos falantes bilingues em relação a um ou aos dois idiomas disponíveis. Nesta medida, a

<sup>1</sup>PETER AUER, *A Discussion Paper on Code Alternation*. In: *Papers for the Workshop on Concepts, Methodology and Data*. Basel, 12-13 January 1990. Network on Code-switching and Language Contact. Strasbourg (European Science Foundation), p. 77.

<sup>2</sup>Vd. M. CLYNE, *Transference and Triggering*. The Hague (Martinus Nijhoff), 1967. Referência encontrada em SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 206.

<sup>3</sup>R. JACOBSON, *Anticipatory Embedding and Imaginary Content: Two Newly Identified Codeswitching Variables*. In: *Swallow VII: Bilingual and Biliterate Perspectives*. Edited by A. G. Lozano, Boulder (University of Colorado), 1978, p. 16-25. Referência encontrada em PENELOPE GARDNER-CHLOROS, *Language Selection and Switching in Strasbourg (...)*, p. 183.

<sup>4</sup>"By switching for a whole clause or phrase rather than a single word, one avoids switching straight back again into the matrix language". PENELOPE GARDNER-CHLOROS, *Language Selection and Switching in Strasbourg (...)*, p. 183.

<sup>5</sup>SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 206.

<sup>6</sup>PETER AUER, *ob. cit.*, p. 77.

alternância de códigos poderá ser encarada como um recurso para colmatar lacunas, sobretudo de carácter lexical<sup>1</sup>, no saber linguístico do falante.

Pese embora a necessidade de não se preterir, em estudos sobre a alternância de códigos, a consideração do tipo de factores que acabámos de enunciar<sup>2</sup>, a verdade é que este mecanismo verbal não se reduz nem se explica com base apenas neles. Com efeito, os dados conhecidos desmentem que a alternância tenha na sua origem, fundamentalmente, a pouca proficiência linguística dos falantes que a ela recorrem, as suas preferências idiomáticas ou motivações estritamente linguísticas. Embora factores como estes possam até determinar alguns casos de ocorrência, é hoje consensual, entre os membros da comunidade científica, que o fenómeno funciona, essencialmente, como um recurso discursivo com incidência nos planos de significação social e pragmática<sup>3</sup>. Neste sentido, as tendências de investigação mais recentes evidenciam uma posição equilibrada que pretende conjugar e conciliar a vasta gama de factores que concorrem para a explicação do fenómeno.

Em consonância com esta tendência, Carol Myers-Scotton propõe um modelo de análise da alternância de códigos, o “markedness model” (MM), que assenta na aferição das situações em que ela funciona como uma estratégia marcadamente discursiva (“marked”) face às situações em que ela é simplesmente a expressão de uma norma de interacção, entre outras, aceite pela comunidade em questão (“unmarked”). Nesta perspectiva, a alternância não marcada é usada, fundamentalmente, quando “speakers wish to present themselves as associated with the attributes of more than one code in use in their community”<sup>4</sup>, não tendo, para além deste, outro significado relevante. Quando é este o caso, a alternância não marcada funcionará quase como um “outro” código, alternativo aos de que os falantes bilingues já dispõem, sendo a sua ocorrência largamente determinada por factores semelhantes àqueles que condicionam a escolha das línguas disponíveis no seu repertório linguístico. Uma alternância marcada, ao invés, surgirá da quebra da relação esperada e acordada pela comunidade entre norma de uso linguístico e situação discursiva, que, pelos valores associados aos respectivos idiomas,

<sup>1</sup>É necessário distinguir, no entanto, as situações de recurso a itens lexicais pertencentes a L2, por desconhecimento de termos equivalentes em L1, e as circunstâncias em que esse recurso se deve à procura, por parte do falante bilingue, de um termo mais adequado à expressão do significado pretendido. Cf. PENELOPE GARDNER-CHLOROS, *Language Selection and Switching in Strasbourg (...)*, p. 179.

<sup>2</sup>A propósito da importância de um destes factores, salienta Penelope Gardner-Chloros, “the speaker's linguistic competence is a factor which must come before his motivations, for you can only exercise a choice to the extent that you can speak both varieties sufficiently to have an alternative”. In: *Language Selection and Switching in Strasbourg (...)*, p. 179.

<sup>3</sup>Mesmo os investigadores, cujo trabalho se tem centrado, fundamentalmente, nas constricções gramaticais (sintácticas) que regulam a alternância de códigos, têm demonstrado prontidão em admitir a relevância das suas funções pragmáticas: “while there is no doubt that functional factors are the strongest constraints on the occurrence of code-switching, it is clear that linguistic factors also play a role”. In: SHANA POPLACK, *Sometimes I'll Start a Sentence in English Y TERMINO EN ESPAÑOL (...)*, p. 585.

<sup>4</sup>CAROL MYERS-SCOTTON, *Intersections between Social Motivations and Structural Processing in Codeswitching*. In: *Papers for the Workshop on Constraints, Conditions and Models*. London, 27-29 September 1990. Network on Code-switching and Language Contact. Strasbourg (European Science Foundation), p. 60.

arrastará consigo uma redefinição do estatuto dos interlocutores num dado momento de interacção<sup>1</sup>: "a marked choice is a negotiation to change the social distance"<sup>2</sup>.

O modelo proposto por Carol Myers-Scotton parece-nos bastante produtivo para a explicação pragmática deste fenómeno<sup>3</sup>, tanto mais que se constitui pela aproximação às teses de Paul H. Grice sobre a construção de um certo tipo de inferências discursivas, i.e., as implicaturas conversacionais<sup>4</sup>. Na perspectiva de Paul H. Grice, estas geram-se através da observação ou derrogação, por parte dos interlocutores, de certas máximas conversacionais<sup>5</sup> que, por sua vez, se articulam com o seu conhecido princípio de cooperação: "make your conversational contribution such as is required, at the stage at which it occurs, by the accepted purpose or direction of the talk exchange in which you are engaged"<sup>6</sup>. Em traços muito gerais, Paul H. Grice advoga que, se o princípio da cooperação estiver a ser observado numa interacção que decorre entre dois interlocutores [L(ocutor) e I(nterpretador)], i.e., se os interlocutores assumirem uma postura de boa fé no acto comunicativo, será possível a ambos não só gerar implicaturas conversacionais, como desenvolver os cálculos interpretativos necessários para identificar o seu significado<sup>7</sup>. Para gerar uma implicatura conversacional é necessário ao L(ocutor) partir de alguns pressupostos. Assim, L, ao dizer *p*, implicou conversacionalmente *q* se, e só se (sse):

<sup>1</sup>Observe-se a semelhança entre o conceito de "alternância marcada" e o de "alternância metafórica" avançada por J. J. Gumperz (cf. nota 2 da p. 42).

<sup>2</sup>CAROL MYERS-SCOTTON, *ob. cit.*, p. 62.

<sup>3</sup>Partilhamos, deste modo, da opinião de Penelope Gardner-Chloros: "two models which provide promising avenues for doing this [a análise pragmática da alternância de códigos] are Scotton's markedness model which distinguishes between switches which in themselves carry a social or other significance (...) and those which do not (...) because they are part of a code-switching mode accepted in the community; and secondly Grice's conversational implicatures which provide a framework for analysing the pragmatic impact of monolingual conversations which could usefully be extended to bilingual ones. In: *Levels of Explanation in the Analysis of Code-switching: Some Practical Problems and a Taxonomy*. In: *Papers for the Workshop on Concepts, Methodology and Data*, Basel, 12-13 January 1990. Network on Code-switching and Language Contact. Strasbourg (European Science Foundation), p. 97.

<sup>4</sup>As implicaturas conversacionais opõem-se, no universo conceptual de Paul H. Grice, a outro tipo de implicaturas, as convencionais: "in addition (...) to *conversational* implicatures i.e., those calculated on the basis of the maxims, Grice envisaged an entirely different kind of non-truth-conditional inferences, namely **conventional implicatures**. Conventional implicatures are non-truth-conditional inferences that are *not* derived from superordinate pragmatic principles like the maxims, but are simply attached by convention to particular lexical items or expressions". In: STEPHEN C. LEVINSON, *ob. cit.*, p. 127.

<sup>5</sup>As máximas conversacionais identificadas por Paul H. Grice são: 1 - a máxima da quantidade: "make your contribution as informative as required (...). Do not make your contribution more informative than is required"; 2 - a máxima da qualidade: "do not say what you believe to be false. Do not say that for which you lack adequate evidence"; 3 - a máxima da relação: "be relevant"; 4 - a máxima da maneira: "avoid obscurity of expression. Avoid ambiguity. Be brief (...). Be orderly". (Todas as citações encontram-se in: *Logic and Conversation*. In: *Syntax and Semantics*, vol. 3. Edited by Peter Cole and Jerry C. Morgan. New York (Academic Press), 1975, p. 45-46).

<sup>6</sup>PAUL H. GRICE, *ob. cit.*, p. 45.

<sup>7</sup>Este significado será sempre, na óptica de Paul H. Grice, não-natural ("meaning-*nn*"). Por significado não-natural (ou querer dizer não-natural) Grice entende "um significado que não depende exclusivamente das palavras, mas da intenção comunicativa do locutor ao enunciá-las. Assim, um locutor quer dizer algo com um determinado enunciado, se, e só se, tem a intenção de com ele causar no alocutário um qualquer efeito que pode ser alcançado por meio da mera compreensão do alocutário da intenção do locutor em causar esse efeito". In: *Dicionário de termos linguísticos*, vol. I. Organizado por Maria Francisca Xavier e Maria Helena Mira Mateus. Lisboa (Edições Cosmos), 1990, p. 332. Assim, e nas palavras do próprio Autor, "'A quis dizer<sub>NN</sub> algo com *x*" é sensivelmente equivalente a "A enunciou *x* com a intenção de induzir uma crença por meio do reconhecimento dessa intenção"". In: PAUL H. GRICE, *Querer dizer*. In: *Linguagem e acção — da filosofia analítica à Pragmática linguística*. Organizado por José Pinto de Lima. Lisboa (Apaginastantas), 1983, p. 99.

- (i) se supõe que **L** observa as máximas conversacionais, ou, no caso de optar por derogá-las, observa o princípio da cooperação;
- (ii) para manter esta suposição também tem que ser suposto que **L** pensa que  $q$ ;
- (iii) **L** pensa que tanto **L** como **I** sabem que **I** será capaz de reconhecer que, para preservar a suposição de (i), será necessário recorrer a  $q$ .

Por outro lado, para calcular a implicatura conversacional  $q$ , é necessário ao **I** (interpretador) a ponderação das seguintes informações:

- (i) o significado convencional da frase proferida, i.e. o valor referencial das expressões utilizadas;
- (ii) o princípio da cooperação e respectivas máximas conversacionais;
- (iii) o contexto linguístico e extra-linguístico que envolve a frase proferida;
- (iv) itens do seu saber sociocultural;
- (v) que (i) a (iv) são informações partilhadas por **L** e **I**.

Conhecidos estes factos, a implicatura é calculada por **I** seguindo os passos que agora apresentamos:

- (i) **L** disse que  $p$
- (ii) não há razão para acreditar que **L** não esteja a observar as máximas e/ou o princípio da cooperação
- (iii) se **L**, observando as máximas e/ou o princípio da cooperação, está a dizer que  $p$ , então **L** deve pensar que  $q$
- (iv) **L** deve partir do princípio que tanto **L** como **I** sabem que  $q$  está suposto se **L** está a observar o princípio da cooperação
- (v) **L** não fez nada que impedisse **I** de pensar  $q$
- (vi) assim, **L** pretende que **I** pense que  $q$ , e ao dizer  $p$ , implicou  $q$ <sup>1</sup>.

Considerados os princípios que sustentam o pensamento de Paul H. Grice sobre as implicaturas conversacionais, vejamos então de que modo Carol Myers-Scotton deles se socorre na construção do seu próprio "markedness model". Em primeiro lugar, a Autora cria um conceito análogo e complementar<sup>2</sup> ao princípio de cooperação de Paul H. Grice a que chama o princípio da negociação, defendendo a seguinte distinção entre ambos: "while Grice's principle and its associated maxims lead speakers to the understanding of the intended

<sup>1</sup>Cf. PAUL H. GRICE, *Logic and Conversation* (...), p. 49-50 e STEPHEN C. LEVINSON, *ob. cit.*, p. 113-114.

<sup>2</sup>"The premise of Scotton is that in addition to relying on the cooperative principle, its associated maxims, and the conversational implicatures which they generate in understanding the content of what is said, speakers use a complementary negotiation principle to arrive at the relational import of a conversation". In: CAROL MYERS-SCOTTON, *Code Switching as Indexical of Social Negotiations*. In: *Codeswitching. Anthropological and Sociolinguistic Perspectives*. Edited by Monica Heller. Berlin (Mouton de Gruyter), 1988, p. 151.



referential content of utterances, the Negotiation Principle and its maxims encapsulate the human predisposition to use code choices as implicating intentional content about presentations of self and/or perceptions of rights and obligations holding between self and others"<sup>1</sup>. Este princípio enunciado por Carol Myers-Scotton sustenta-se numa concepção dos fenómenos da alternância de códigos e da própria escolha de línguas, em que o valor simbólico de cada código é conferido pelo seu papel como indiciador de um conjunto de direitos e deveres dos interlocutores ("rights and obligations set" = "RO set")<sup>2</sup>. Deste modo, o princípio da negociação dita aos interlocutores: "choose the form of your conversational contribution such that it symbolizes the set of rights and obligations which you wish to be in force between speaker and addressee for the current exchange"<sup>3</sup>.

Tal como no modelo de Paul H. Grice, também ao princípio geral enunciado pelo "markedness model" se associa uma série de máximas que, no entender de Carol Myers-Scotton, são suficientes para explicar todos os tipos de alternância de códigos:

- 1 - *Máxima da escolha sequencial não marcada*: "switch from one unmarked code to another when situational features change during an interaction such as the unmarked choice changes"<sup>4</sup>;
- 2 - *Máxima da alternância de códigos enquanto escolha não marcada*: "maintain a pattern of switching between codes when the unmarked (and preferred) rights and obligations balance between participants is that indexed by both codes, not one"<sup>5</sup>;
- 3 - *Máxima da escolha marcada*: "switch to a marked choice in order to negotiate a different rights and obligations balance between participants than the one indexed by the unmarked choice"<sup>6</sup>;
- 4 - *Máxima da escolha exploratória*: "in less conventionalized interactions, use code switching to propose different codes as indices of possible rights and obligations balance for the interaction"<sup>7</sup>.

Este conjunto de máximas desperta-nos algumas reflexões. Antes de mais nada, é notório que nelas está contemplada, não só uma tentativa de explicação para o funcionamento do fenómeno da alternância de códigos *stricto sensu*, como também uma abordagem do próprio

<sup>1</sup>CAROL MYERS-SCOTTON, *Intersections (...)*, p. 58.

<sup>2</sup>Naturalmente, a associação entre os códigos e os respectivos "RO sets" é acordada entre os membros da comunidade bilingue, sendo, portanto, uma associação convencional. Como salienta a Autora, "speakers have tacit knowledge of this indexicality as a part of their communicative competence". In: CAROL MYERS-SCOTTON, *Code Switching as Indexical of Social Negotiations (...)*, p. 152.

<sup>3</sup>CAROL MYERS-SCOTTON, *Code Switching as Indexical of Social Negotiations(...)*, p. 151.

<sup>4</sup>A Autora propõe outra formulação desta máxima que se apresenta mais clara: "make the unmarked code choice when you wish to establish or affirm the unmarked rights and obligations set associated with a particular conventionalized exchange". In: CAROL MYERS-SCOTTON, *Code Switching as Indexical of Social Negotiations (...)*, p. 160.

<sup>5</sup>Todas estas citações podem ser encontradas in: CAROL MYERS-SCOTTON, *Intersections (...)*, p. 60.



mecanismo da escolha de línguas<sup>1</sup>. Este modelo evidencia, assim, uma das ideias-chave que temos vindo a defender ao longo deste capítulo: a de que só é possível compreender o valor pragmático da alternância de códigos se se atender ao valor simbólico comportado por cada um dos códigos alternados, i.e., se se determinar, previamente, o conjunto de factores que, numa comunidade bilingue específica, regulam o funcionamento do mecanismo da escolha de línguas. É evidente que a natureza destes factores será diferente consoante o filtro teórico que informar a análise, como, aliás, já fizemos notar<sup>2</sup>. No presente caso, Carol Myers-Scotton advoga que os factores relevantes serão aqueles que contribuem para a configuração de um dado “RO set”, pondo, deste modo, a tónica no papel desempenhado pelo estatuto relativo dos interlocutores numa dada situação de interacção. Parecerá, deste modo, que a Autora privilegia apenas um parâmetro, o “RO set”, na determinação da escolha da forma linguística por parte dos interlocutores, tornando, assim, o modelo demasiado redutor. É, todavia, bom não esquecer que um dado “RO set” se configura através da combinação de vários factores situacionais em cada momento de interacção. Assim, um parâmetro como o estatuto relativo dos interlocutores não pode ser avaliado sem se ter em conta características como as suas idades, os seus sexos, as suas profissões, o tópico da conversa, o local e o momento em que esta decorre. Neste sentido adverte Carol Myers-Scotton, “the salient features will not be the same across all types of exchanges”<sup>3</sup>. Igualmente importante será evidenciar que a oposição entre escolha marcada e não marcada não se apresenta como absoluta, i.e., “markedness is a gradient concept; that is, some code choices are more unmarked than others for a given RO set”<sup>4</sup> e, para mais, “the same choice is not necessarily unmarked for all participants in the same exchange”<sup>5</sup>. Sendo assim, os locutores, aprendendo a usufruir das potencialidades oferecidas pelas línguas que conhecem através da sua experiência conversacional, interiorizarão um “markedness metric” onde se organizarão os seus recursos verbais de acordo com a força comunicativa que estes manifestam em cada situação de interacção. Uma “régua” deste tipo consistirá num instrumento imprescindível para o falante bilingue, na medida em que o orientará nas escolhas de códigos consoante os efeitos discursivos pretendidos.

Quanto aos efeitos discursivos produzidos pelo recurso à alternância de códigos (especialmente quando esta é, na terminologia deste modelo, uma escolha marcada), estes podem ser bastante variados, como evidenciam os trabalhos que têm sido desenvolvidos com base em comunidades bilingues diferentes. Ao contrário de Carol Myers-Scotton, os autores da maior parte destes estudos não se têm socorrido de modelos de análise tão elaborados, limitando-se, muitos deles, a uma inventariação, frequentemente não hierarquizada, dos efeitos encontrados. É, aliás, recorrente, nestas inventariações, a consideração, não só dos efeitos

<sup>1</sup>Neste modelo, a máxima nº 3, que explica o valor da alternância de códigos enquanto escolha marcada e pragmaticamente relevante, mais não é senão a expressão de um dos possíveis resultados alcançados pela derrogação da máxima nº 1, que aborda os critérios que presidem a uma escolha de línguas não marcada.

<sup>2</sup>Cf. neste capítulo, o sub-capítulo 1.2.: ‘A escolha de línguas: factores que concorrem para o seu condicionamento’.

<sup>3</sup>CAROL MYERS-SCOTTON, *Code Switching as Indexical of Social Negotiations (...)*, p. 153.

<sup>4</sup>CAROL MYERS-SCOTTON, *Intersections (...)*, p. 59.

<sup>5</sup>CAROL MYERS-SCOTTON, *Code Switching as Indexical of Social Negotiations (...)*, p. 155.

discursivos propriamente ditos, mas também dos conjuntos de factores extra-discursivos que cada autor considera estarem na origem do seu uso. Penelope Gardner-Chloros, numa tentativa de sintetizar as contribuições mais relevantes que têm sido propostas neste domínio, elaborou um útil quadro<sup>1</sup> onde explana e compara os padrões, as funções e os factores que têm sido vistos como decisivos, não só no recurso à alternância de códigos, como também à escolha de línguas.

Pela nossa parte, e uma vez que já tivemos oportunidade, no início desta secção, de nos referirmos aos factores de natureza não pragmática que podem originar a alternância de códigos, procederemos, em seguida, à apresentação duma tipologia que reúne os seus principais efeitos e funções discursivas. Esta tipologia pretende constituir uma síntese, ainda que provisória, das informações disponíveis, pelo que, na sua elaboração, houve recurso a várias fontes. Reconhecemos que esta opção de trabalho pode comprometer a homogeneidade dos dados apresentados, uma vez que, como já se viu, neste campo nem todos se pautam pelos mesmos critérios de observação. Não obstante, consideramos que, nesta fase da investigação sobre alternância de códigos, em que o funcionamento do fenómeno ainda levanta inúmeras dúvidas, é de toda a utilidade proceder ao recenseamento do que já foi identificado, independentemente do facto de os resultados não terem sido obtidos através dos mesmos filtros teóricos.

## Tipologia

*i. Citações*<sup>2</sup> - Casos há de alternância em que o ponto de passagem de um código para o outro coincide com uma citação, que tanto pode ser em discurso directo como indirecto. Curioso será observar se o idioma usado para a citação é o mesmo em que ela foi inicialmente proferida, pois nem sempre o locutor que a reproduz respeitará a sua forma original. Embora não possamos atribuir um significado preciso a um comportamento deste tipo fora do contexto em que ocorre, ele terá, concerteza, um valor relevante.

*ii. Estratégia de afirmação "ideológica"*<sup>3</sup> - Relacionada com questões de afirmação da identidade cultural dos locutores, esta estratégia poderá ser exemplificada através de um caso

<sup>1</sup>In: PENELOPE GARDNER-CHLOROS, *Levels of Explanation in the Analysis of Code-switching (...)*, p. 95 e *Language Selection and Switching in Strasbourg (...)*, p. 180. Reproduzimos este quadro no volume anexo ao presente trabalho (quadro II).

<sup>2</sup>Vd. J.J. GUMPERZ, *Discourse Strategies (...)*, p. 75-76, ERICA McCLURE e MALCOM McCLURE, *Macro- and Micro-sociolinguistic Dimensions of Code-switching in Vingard*. In: *Code-switching. Anthropological and Sociological Perspectives*. Edited by Monica Heller. Berlin (Mouton de Gruyter), 1988, p. 35, e G. VALDÈS-FALLIS, *Code-switching among Bilingual Mexican-American Women: Towards an Understanding of Sex-related Language Alternation*. In: *The International Journal of the Sociology of Language*, n° 17, 1977, p. 65-72. Esta última referência foi encontrada em PENELOPE GARDNER-CHLOROS, *Language Selection and Switching in Strasbourg (...)*, p. 182. Curioso será notar que este tipo de alternância foi admitido por Uriel Weinreich, que, de resto, não concebia a utilização deste mecanismo por falantes bilingues ideais a não ser para corresponder a uma alteração verificada na situação de interacção (escolha de línguas). Vd. URIEL WEINREICH, *ob. cit.*, p. 73.

<sup>3</sup>Vd. MURIEL SAVILLE-TROIKE, *The Ethnography of Communication (...)*, p. 69 e PENELOPE GARDNER-CHLOROS, *Language Selection and Switching in Strasbourg (...)*, p. 182.

evocado por Muriel Saville-Troike, "the case of Mexican-Americans referring to New Mexico as *Nuevo Mexico* [méhiko], or Texas as [téhas], in an otherwise English sentence. Not infrequently, such switching is employed by monolingual speakers of English or English-dominant bilinguals who wish to assert their Hispanic ancestry"<sup>1</sup>. G. Valdès-Fallis identifica, no seu *corpus*, uma estratégia semelhante aquando da ocorrência de certos nomes próprios<sup>2</sup>. Assim, a actualização de antropónimos numa língua ou noutra associa-se à vontade de especificar a identidade cultural do sujeito que é referido.

*iii. Especificação de um interlocutor/receptor*<sup>3</sup> - Neste caso, a alternância funciona como um recurso deíctico que permite, a quem o usa, orientar uma mensagem para um interlocutor particular entre um conjunto de interlocutores possíveis ou potenciais. Podendo considerar-se um uso motivado por factores situacionais, especialmente se entre os potenciais interlocutores estão falantes monolíngues, ele também poderá indiciar um convite implícito para incluir alguém, de entre um conjunto de falantes bilingues, até então não participante, no diálogo.

*iv. Exclusão de um interlocutor*<sup>4</sup> - Sendo também uma estratégia deíctica, ela funciona exactamente ao contrário da anterior. A sua eficácia prende-se, como é obvio, com a presença, numa dada situação de interacção, de potenciais participantes monolíngues que se vêem, a certa altura, excluídos da conversa por força de esta continuar numa língua em relação à qual não têm competência.

*v. Interjeições e bordões linguísticos*<sup>5</sup> - São alternâncias com uma função predominantemente expressiva. Num enunciado predominantemente monolíngue, poderão também funcionar como chamadas de atenção para o discurso, uma vez que, dado o seu carácter inesperado e forma diferenciada, se evidenciam.

*vi. Reiteração*<sup>6</sup> - Consiste na repetição de informação já avançada anteriormente numa língua diferente, com o intuito de a enfatizar ou clarificar. Se a alternância se dá no sentido do "we-code" para o "they-code" ela pode ser interpretada como uma forma de conferir maior credibilidade argumentativa ao que foi repetido. De acordo com Muriel Saville-Troike, a

<sup>1</sup>MURIEL SAVILLE-TROIKE, *The Ethnography of Communication (...)*, p. 69.

<sup>2</sup>Vd. G. VALDÈS-FALLIS, *Code-switching Among Bilingual Mexican-American Women: Towards an Understanding of Sex-related Language Alternation*. In: *The International Journal of the Sociology of Language*, nº 17, 1977, p. 65-72. Referência encontrada em PENELOPE GARDNER-CHLOROS, *Language Selection and Switching in Strasbourg (...)*, p. 182.

<sup>3</sup>Vd. J.J. GUMPERZ, *Discourse Strategies (...)*, p. 77.

<sup>4</sup>MURIEL SAVILLE-TROIKE, *The Ethnography of Communication (...)*, p. 69-70 e RENÉ APPEL e PIETER MUYSKEN, *Language Contact and Bilingualism*. London (Edward Arnold), 1987, p. 119.

<sup>5</sup>Vd. J.J. GUMPERZ, *Discourse Strategies (...)*, p. 78.

<sup>6</sup>Vd. J.J. GUMPERZ, *Discourse Strategies (...)*, p. 78, ERICA McCLURE E MALCOM McCLURE, *Macro- and Micro-sociolinguistic Dimensions (...)*, p. 38-39 e MURIEL SAVILLE-TROIKE, *The Ethnography of Communication (...)*, p. 69.

reiteração, tal como aqui foi definida, pode funcionar como uma estratégia de atenuação ou reforço de um pedido ou de uma ordem<sup>1</sup>.

vii. *Estratégia de correcção ou emenda*<sup>2</sup> - consiste numa alternância que é efectuada pelo locutor que toma consciência que o código, até esse momento usado, não é o mais adequado à situação da interacção.

viii. *Qualificação de uma mensagem*<sup>3</sup> - Estratégia que põe em relevo a distinção entre o tópico e o comentário discursivos, por meio da alternância dos códigos usados para um e outro.

ix. *Personalização vs. objectivação*<sup>4</sup> - Função que, genericamente, consiste em sinalizar a posição do falante face à mensagem. Nesta medida, o mecanismo é usado, por exemplo, para distinguir entre a afirmação de uma opinião e a comunicação de conhecimentos factuais. No âmbito desta função podemos também incluir os usos da alternância, quando esta se dá no sentido do “they-code” para o “we-code”, que visam transmitir a adesão afectiva do locutor ao conteúdo proposicional da sua enunciação ou, ao invés, os casos em que o sentido da alternância é do “we-code” para o “they-code”, que têm por objectivo transmitir a distanciação do locutor em relação ao que está a dizer.

x. *Estratégia humorística*<sup>5</sup> - Esta poderá ser usada para indicar que "a referentially derogatory comment is not to be taken seriously"<sup>6</sup>.

xi. *Estratégia de neutralidade*<sup>7</sup> - Nesta categoria podemos incluir não só os casos em que a alternância é usada como um meio para avaliar qual dos códigos é o mais apropriado para prosseguir a interacção com um interlocutor desconhecido, como aqueles em que a alternância funciona como um recurso alternativo aos códigos propriamente ditos, através do qual o locutor manifesta um compromisso entre os valores associados a cada uma das línguas alternadas. Como salienta Penelope Gardner-Chloros no seu estudo sobre o bilinguismo em Estrasburgo, "there are occasions (...) when it seems too snobish to speak French and too rustic to speak Alsatian and code-switching provides the solution"<sup>8</sup>. Encontramos, neste último caso, uma afinidade com o “unmarked switch”, tal como ele é perspectivado por Carol Myers-Scotton, sendo também patente, no primeiro, a observação da sua máxima da escolha exploratória.

<sup>1</sup>MURIEL SAVILLE-TROIKE, *The Ethnography of Communication (...)*, p. 69.

<sup>2</sup>MURIEL SAVILLE-TROIKE, *The Ethnography of Communication (...)*, p. 70 e PENELOPE GARDNER-CHLOROS, *Language Selection and Switching in Strasbourg (...)*, p. 182.

<sup>3</sup>Vd. J.J. GUMPERZ, *Discourse Strategies (...)*, p. 79.

<sup>4</sup>Vd. J.J. GUMPERZ, *Discourse Strategies (...)*, p. 80-81 e PENELOPE GARDNER-CHLOROS, *Language Selection and Switching in Strasbourg (...)*, p. 182.

<sup>5</sup>Vd. MURIEL SAVILLE-TROIKE, *The Ethnography of Communication (...)*, p. 69 e PENELOPE GARDNER-CHLOROS, *Language Selection and Switching in Strasbourg (...)*, p. 182.

<sup>6</sup>MURIEL SAVILLE-TROIKE, *The Ethnography of Communication (...)*, p. 69.

<sup>7</sup>RENÉ APPEL e PIETER MUYSKEN, *ob. cit.*, p. 119 e 129-137.

<sup>8</sup>PENELOPE GARDNER-CHLOROS, *Language Selection and Switching in Strasbourg (...)*, p. 184.

*xii. Estratégia de fuga*<sup>1</sup> - Genericamente, observa-se quando a alternância se produz com o fim de evitar alguma situação não desejada pelo locutor. Concretizando um pouco mais, imagine-se que um dos códigos em alternância (L1) possui a distinção pronominal, comum a várias línguas, que obriga a uma escolha entre tratamento reverencial vs. não reverencial (= tu vs. vós/você) e o outro código (L2) não a possui. Se o locutor bilingue, usando L1, não se quiser comprometer com uma ou outra forma de tratar o seu interlocutor, pode passar, a certa altura do discurso, para L2, com a finalidade de fugir à escolha.

*xiii. Função metalinguística*<sup>2</sup> - Tal como a designação indica, esta função verifica-se quando o locutor se socorre da alternância para proferir comentários sobre os próprios códigos em utilização no enunciado.

Ao apresentarmos esta tipologia, estamos cientes de que nela estão representadas funções que nem sempre serão de fácil interpretação ou de imediato reconhecimento por parte dos interlocutores envolvidos numa conversa em que ocorre a alternância de códigos. Como já tivemos oportunidade de referir, a interpretação é um processo multifacetado em que se combinam conhecimentos de várias ordens: de natureza linguística, pragmática e sociolinguística. É evidente que a conjugação equilibrada de todos estes factores nem sempre se consegue com o mesmo grau de sucesso, nem em todas as conversas, nem no decorrer de um único processo conversacional, o que não quer dizer que deixe de haver, por isso, eficácia comunicativa. De facto, enquanto conversam, os interlocutores vão negociando interpretações, havendo evidências e provas no interior das conversas que indicam se os participantes partilham ou não convenções comunicativas. A própria aquisição da competência comunicativa<sup>3</sup> necessária à participação conversacional assenta na experiência de interacção social e verbal dos falantes, havendo, à medida que esta experiência se enriquece, uma aprendizagem cada vez mais profunda das regras que a governam.

### 1.3.2. AS CONSTRIÇÕES SINTÁCTICAS DA ALTERNÂNCIA DE CÓDIGOS

Vistas as múltiplas questões que se prendem com a observação do fenómeno da alternância de códigos à luz dos pressupostos da tradição pragmática, passemos agora, brevemente, em revista os principais aspectos ligados ao seu estudo gramatical.

<sup>1</sup>MURIEL SAVILLE-TROIKE, *The Ethnography of Communication (...)*, p. 70 e PENELOPE GARDNER-CHLOROS, *Language Selection and Switching in Strasbourg (...)*, p. 182.

<sup>2</sup>Vd. ERICA McCLURE E MALCOM McCLURE, *Macro- and Micro-sociolinguistic Dimensions (...)*, p. 37-38 e RENÉ APPEL e PIETER MUYSKEN, *ob. cit.*, p. 120.

<sup>3</sup>Remetemos para a p. 38 deste trabalho, onde já tivemos a oportunidade de esclarecer este conceito.



Em primeiro lugar, será útil recorrermos a uma tipologia do fenómeno, proposta por Shana Poplack<sup>1</sup>, que se estabelece de acordo com a localização sintáctica em que se processa a alternância de um código para o outro. Nesta perspectiva, a alternância pode ser dos seguintes tipos:

- i. *interfrásica*: quando a alternância se verifica na passagem de uma frase para outra. De acordo com Suzanne Romaine "it may also occur between speaker turns"<sup>2</sup>.
- ii. *intrafrásica*: quando a alternância se processa num ponto determinado no interior de uma única frase. Neste caso Suzanne Romaine esclarece que "it may also include mixing within word boundaries"<sup>3</sup>. Também se encontra referida como "code-mixing".
- iii. "*tag-switching*": quando a sequência alternada é uma interjeição, bordão linguístico ou até um substantivo isolado. Como afirmam René Appel e Pieter Muysken, este tipo de alternância funciona como "an emblem of the bilingual character of an otherwise monolingual sentence"<sup>4</sup>. É, no entanto, esta característica que tem conduzido alguns estudiosos, como J. J. Gumperz, a não considerar este tipo como um verdadeiro caso de "code-switching". Nesta perspectiva, estas alternâncias são avaliadas como "an emblematic part of the speaker's monolingual style"<sup>5</sup>.

Importante será, desde já, realçar que a Autora desta tipologia, centrando a sua atenção no estudo gramatical da alternância de códigos, não deixa, por isso, de atender aos factores extra-linguísticos que propiciam o recurso, por parte dos falantes bilingues, a um ou a outro dos tipos aqui identificados. Neste sentido, Shana Poplack evidencia que factores como sexo, idade de aquisição de L2, proficiência linguística, instrução, identidade étnica, local de trabalho, intensidade do contacto com membros monolingues do idioma minoritário e tipo de rede social a que os falantes pertencem se relacionam com os seus padrões de preferências de "code-switching", em termos de tipo sintáctico. Sem procurar aqui uma descrição detalhada dos resultados obtidos por Shana Poplack na comunidade anglo-hispânica que estudou, limitar-nos-emos a referir que os seus dados revelam uma correlação inequívoca entre os factores que, preferencialmente, conduzem a uma proficiência equilibrada nos dois idiomas por parte dos bilingues e a sua maior tendência para o recurso à alternância intrafrásica.

Com efeito, entre estes três tipos de alternância, é a intrafrásica a mais complexa do ponto de vista da estrutura sintáctica, sendo a que, por isso, requer o maior domínio e proficiência do bilingue em relação aos idiomas que manipula, ao contrário do que fazia supor Uriel Weinreich quando afirmou que "the ideal bilingual switches from one language to the other according to appropriate changes in the speech situation (interlocutors, topics, etc.), but not in an unchanged

<sup>1</sup>SHANA POPLACK, *Sometimes I'll Start a Sentence in English Y TERMINO EN ESPAÑOL (...)*.

<sup>2</sup>SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 112.

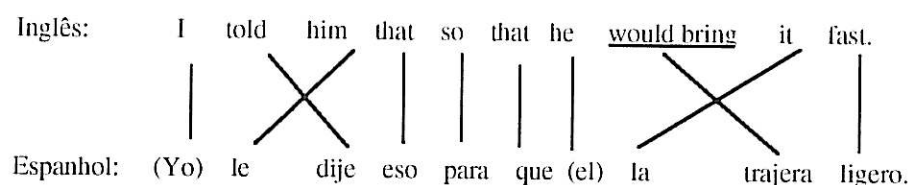
<sup>3</sup>SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 113.

<sup>4</sup>RENÉ APPEL e PIETER MUYSKEN, *ob. cit.*, p. 118.

<sup>5</sup>SHANA POPLACK, *Sometimes I'll Start a Sentence in English Y TERMINO EN ESPAÑOL (...)*, p. 589.

speech situation, and certainly not within a single sentence"<sup>1</sup>. Este tipo de alternância, dada a sua complexidade sintáctica, motivou a construção de dois grandes modelos teóricos que concorrem para a sua explicação. Ambos assentam no pressuposto de que é possível elaborar uma gramática universal, que estabelecerá as regras que governam todos os casos de alternância intrafrásica em todas as situações de contacto de línguas.

As duas grandes teorias gramaticais que informam os modelos referidos são a "context-free grammar" e o "government and binding". D. Sankoff e Shana Poplack<sup>2</sup>, no quadro da "context-free grammar", construíram um modelo de análise que assenta em dois tipos de restrições fundamentais, a saber, a restrição do morfema livre ("free-morpheme constraint"), que prevê que "codes may be switched after any constituent in discourse provided that constituent is not a bound morfeme", sendo que "this constraint holds true for all linguistic levels but the phonological"<sup>3</sup> e a restrição da equivalência ("equivalence constraint") que prevê que "code-switches will tend to occur at points in discourse where the juxtaposition of L1 and L2 elements does not violate a syntactic rule of either language, i.e. at points around which the surface structures of the two languages map onto each other"<sup>4</sup>. Tendo esta última restrição em conta, compreendemos que a alternância intrafrásica se encontra facilitada em situações em que as línguas em contacto apresentam grandes afinidades estruturais entre si, na medida em que partilham algumas categorias gramaticais. Observemos o seguinte exemplo<sup>5</sup> com uma frase em inglês e em espanhol:



Nele verificamos que há determinados pontos em que a ordem estrutural das palavras na frase é equivalente nas duas línguas, enquanto há outros em que esta ordem difere. De acordo com a restrição da equivalência, só nos pontos assinalados por uma linha recta é que se poderia dar uma alternância do inglês para o espanhol e vice-versa.

Quanto ao modelo que ancora nas noções gramaticais de "government and binding", defendido, entre outros, por Ellen Woolford<sup>6</sup>, este baseia-se numa série de restrições

<sup>1</sup>URIEL WEINREICH, *ob. cit.*, p. 73.

<sup>2</sup>D. SANKOFF e SHANA POPLACK, *A Formal Grammar for Code-switching*. In: *Papers in Linguistics*, nº 14, 1981, p. 3-46. Referência encontrada em SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 115.

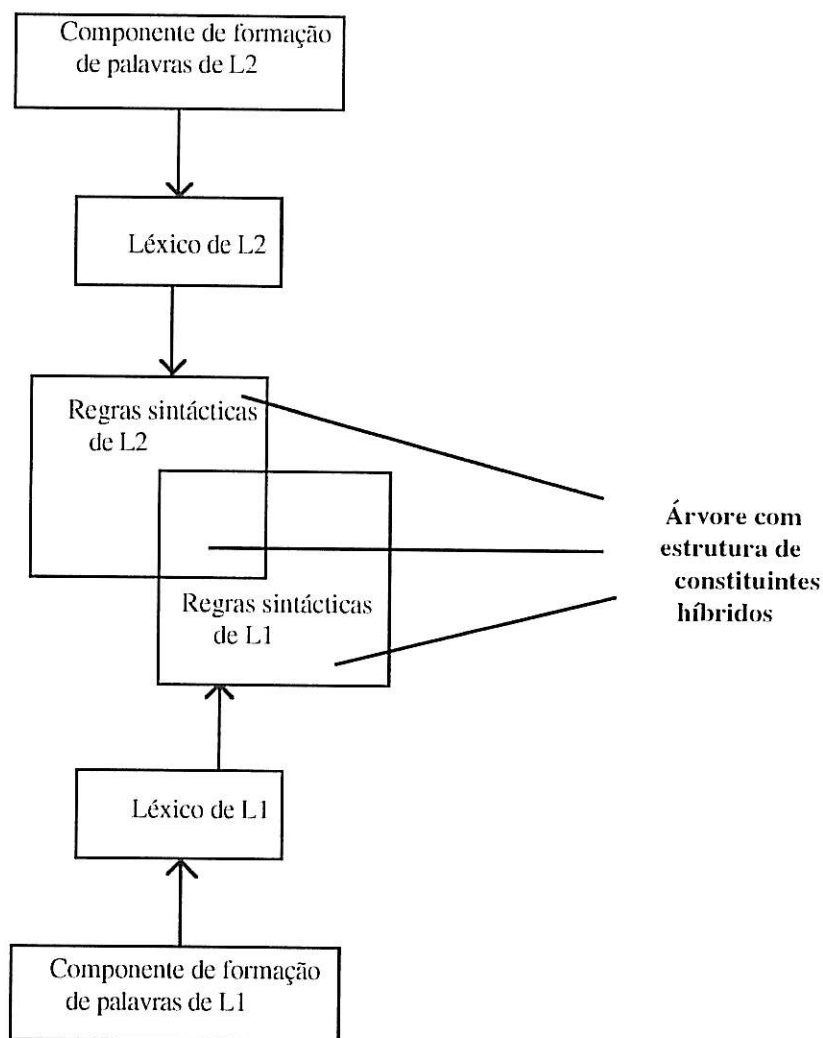
<sup>3</sup>SHANA POPLACK, *Sometimes I'll Start a Sentence in English Y TERMINO EN ESPAÑOL (...)*, p. 585-586. De uma forma, porventura, mais clara, esta restrição poderá ser parafraseada do seguinte modo: "a switch may not occur between a bound morpheme and a lexical form unless the lexical form has been phonologically integrated into the language of the morpheme". In: SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 115.

<sup>4</sup>SHANA POPLACK, *Sometimes I'll Start a Sentence in English Y TERMINO EN ESPAÑOL (...)*, p. 586.

<sup>5</sup>Exemplo retirado de SHANA POPLACK, *Sometimes I'll Start a Sentence in English Y TERMINO EN ESPAÑOL (...)*, p. 586.

<sup>6</sup>ELLEN WOOLFORD, *Bilingual Code-switching and Syntactic Theory*. In: *Linguistic Inquiry*, nº 14, 1983, p. 520-536.

sintáticas que, no entanto, obedecem todas ao mesmo princípio geral: "whenever constituent X governs Y, both constituents must be drawn from the same language"<sup>1</sup>. De acordo com este princípio, elementos como os "tags", interjeições e grande parte dos advérbios, são os que mais facilmente poderão sofrer alternância. Não obstante, é possível explicar, dentro deste modelo, a ocorrência de alternâncias de outro tipo. Com a finalidade de clarificar o seu modo de funcionamento, atendamos a um esquema (figura 5), adaptado de Ellen Woolford<sup>2</sup>, que pretende representar a forma como interagem as estruturas gramaticais das línguas envolvidas numa situação de alternância de códigos:



**Figura 5**

Em traços gerais, este esquema traduz um processamento verbal onde as regras sintáticas de cada um dos idiomas funcionam de forma independente na geração de cada parte da frase com alternância de códigos, não havendo necessidade de se considerar a existência de outras regras pertencentes a uma hipotética gramática especificamente bilingue. Deste modo, os nós gerados por regras que sejam específicas de cada um dos idiomas, só poderão ser alimentados pelos itens lexicais que a cada um pertencem. A zona de intersecção que se revela nesta

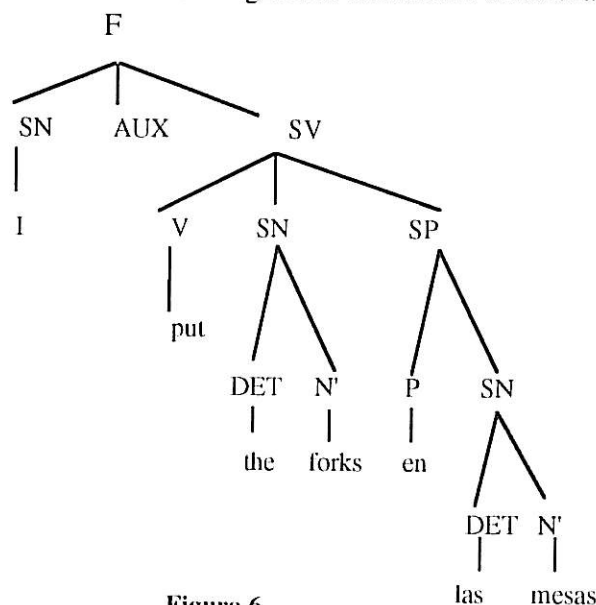
<sup>1</sup>RENÉ APPEL e PIETER MUYSKEN, *ob. cit.*, p. 124.

<sup>2</sup>ELLEN WOOLFORD, *ob. cit.*, p. 523.

representação diz respeito às regras sintáticas comuns aos dois idiomas, sendo, portanto, possível alimentar os nós gerados por essas mesmas regras, com itens lexicais pertencentes a qualquer uma das línguas. Tais condições legitimam a atestada gramaticalidade de frases como a que é representada na figura 6<sup>1</sup>, onde se regista a alternância entre o inglês e o espanhol, idiomas que partilham as seguintes regras:

$$\begin{aligned} F &\longrightarrow \text{SN Aux SV} \\ \text{SV} &\longrightarrow \text{V SN SP} \\ \text{SP} &\longrightarrow \text{P SN} \\ \text{SN} &\longrightarrow \text{Det N}' \end{aligned}$$

Assim concebido, este modelo realça um aspecto também evidenciado pelo “equivalence constraint” de Shana Poplack, i.e., a facilidade com que a alternância intrafrásica se fará, quando os sistemas em contacto manifestam grandes afinidades estruturais entre si.



**Figura 6**

Pese embora o avanço que qualquer um destes modelos já proporcionou no conhecimento do funcionamento gramatical da alternância de códigos, não deixa de ser verdade que nem todos os casos registados de “code-switching” respeitam as restrições que, com base neles, têm sido ditadas. Assim, até ao momento, nenhum destes modelos foi bem sucedido na gigantesca empresa de descobrir restrições sintáticas com validade universal, pois estão constantemente a aparecer, nos trabalhos de investigação, exemplos que contrariam as regras já estabelecidas. Esta circunstância tem levado alguns investigadores a considerar mais profícua a formulação de restrições relativas a situações de contacto de línguas particulares, em vez de restrições universais, pois parece-lhes um pouco precoce, dado o estado embrionário dos estudos sintáticos sobre alternância de códigos, a tentativa de estabelecer generalizações com este alcance. Alguns, como Monica Heller, evidenciam bastante cepticismo em relação à viabilidade

<sup>1</sup>Adaptada a partir de ELLEN WOOLFORD, *ob. cit.*, p. 527.

de um empreendimento com tal envergadura, chegando a afirmar que "it is (...) unlikely that a universal linguistic grammar of codeswitching exists"<sup>1</sup>.

### 1.3.3 ALTERNÂNCIA DE CÓDIGOS E INTERFERÊNCIA: ELEMENTOS PARA UMA IMPORTANTE DISTINÇÃO TEÓRICA

#### 1.3.3.1. O CONCEITO DE INTERFERÊNCIA E NÍVEIS DE MANIFESTAÇÃO LINGUÍSTICA

Ainda antes de a comunidade científica ter iniciado a sua reflexão sobre a alternância de códigos, fenómeno de “descoberta” muito recente, já bastante trabalho tinha sido empreendido sobre outro mecanismo próprio de situações de contacto entre sistemas: a interferência linguística. No quadro do presente trabalho torna-se imprescindível reflectirmos sobre este conceito a fim de entre ele e o de alternância de códigos estabelecermos a necessária distinção teórica. Como veremos, nem sempre é linear a determinação do que, num *corpus* bilingue particular, pode ser considerado interferência ou, ao invés, alternância<sup>2</sup>, pelo que a definição que agora nos propomos se afigura como um passo fulcral no processo de delimitação do nosso próprio objecto de estudo.

Partiremos de dois textos para o estudo da interferência linguística e de outros fenómenos relacionados, como a importação<sup>3</sup>, ainda hoje sentidos como fundamentais e largamente citados na bibliografia mais recente: a obra, já referida, de Uriel Weinreich *Languages in Contact. Findings and Problems* (1ª edição de 1953) e o texto de Einar Haugen *The Analysis of Linguistic Borrowing* (1ª edição de 1950)<sup>4</sup>. Faremos, igualmente, referências a opiniões de outros autores que tenderão ao esclarecimento destas questões de natureza terminológica e conceptual.

Sendo a interferência uma consequência da situação de contacto de línguas é necessário começar por explicitar, tal como fez Uriel Weinreich, que o *locus* onde se efectua esse encontro de sistemas é precisamente o próprio falante bilingue. Embora o bilinguismo seja uma realidade que tanto pode dizer respeito ao indivíduo isolado como, de forma recorrente, à comunidade

<sup>1</sup>MONICA HELLER, *Introduction*. In: *Codeswitching. Anthropological and Sociological Perspectives*. Edited by Monica Heller. Berlin (Mouton de Gruyter), 1988, p. 11.

<sup>2</sup>Como nos atesta Penelope Gardner-Chloros, "the problem of distinguishing between code-switching and borrowing is of more than simply academic interest as lexical switching has been repeatedly found to be the most frequent kind and is also the kind most difficult to separate from borrowing". In: *Code-switching in Relation to Language Contact and Convergence*. In: *Devenir bilingue - parler bilingue. Actes du 2e Colloque sur le Bilinguisme*, Université de Neuchâtel, 20-22 septembre 1984. Edité par George Lüdi. Tübingen (Max Niemeyer Verlag), 1987, p. 100.

<sup>3</sup>Perfilhando uma opção terminológica de Manuel Paiva Boléo (cf., do Autor, *O problema da importação de palavras e o estudo dos estrangeirismos (em especial dos francesismos) em português*. Separata de *O Instituto*, vol. CXXVII. 2ª ed. revista e ampliada, Coimbra, 1965, p. 9), utilizaremos, no nosso texto, a palavra importação em vez de empréstimo para nos referirmos ao material linguístico “estrangeiro” adoptado por uma dada língua. Esta opção é justificada pela ambiguidade decorrente da frequente utilização do termo empréstimo tanto como tradução do sentido de “borrowing” (‘pedir emprestado’) como do sentido de “loanword” (‘palavra emprestada’). Manteremos, todavia, o uso da palavra inglesa “loanword” para nos referirmos a um dos tipos particulares de importação identificados por Einar Haugen (cf., para melhores esclarecimentos, a secção 1.3.3.2. ‘Interferência e importação’ desta Parte II).

<sup>4</sup>EINAR HAUGEN, *The Analysis of Linguistic Borrowing (...)*, p. 79-109.



mais vasta, é importante reter que só por intermédio do falante bilingue é que o fenómeno da interferência pode vingar. Podemos dizer, assim, que o bilingue é o agente originário da interferência, mas teremos de precisar, por outro lado, que só a comunidade pode consagrar, pelo uso generalizado, um dado fenómeno de interferência, dando-lhe um estatuto de efectiva importação<sup>1</sup>.

Visto este aspecto preliminar, atendamos ao conceito em si. Uriel Weinreich, tendo cunhado ele próprio o conceito, propõe, como definição genérica do fenómeno da interferência, a seguinte formulação: "those instances of deviation from the norms of either language which occur in the speech of bilinguals as a result of their familiarity with more than one language"<sup>2</sup>. É necessário, no entanto, termos em atenção que os desvios às normas monolingues de que nos fala Uriel Weinreich só se qualificarão como fenómenos de interferência se acarretarem consigo alterações estruturais no sistema receptor, i.e., no sistema que sofre a interferência. Senão, veja-se: "the term interference implies the rearrangement of patterns that result from the introduction of foreign elements into the more highly structured domains of language, such as the bulk of the phonemic system, a large part of the morphology and syntax, and some areas of the vocabulary"<sup>3</sup>.

Esta definição parte de pressupostos que julgamos merecedores de alguma reflexão. Em primeiro lugar, esta concepção de interferência ancora na convicção de que em todas as situações de contacto de línguas é possível determinar exactamente o que constitui a norma monolingue de cada um dos sistemas. Recordamos, no entanto, que em comunidades onde existem idiomas minoritários que convivem, em permanência, ao lado de um ou mais idiomas majoritários e que não dispõem de mecanismos de normalização linguística como uma tradição literária estabelecida ou a escolarização, torna-se pouco evidente e linear o processo de eleição da variedade que poderá funcionar como norma linguística monolingue. Dir-se-á, como possível contra-argumento, que o próprio uso desse idioma como instrumento de interacção diária já constitui, por si só, um mecanismo de normalização. Todavia, é necessário não esquecer que factores como idade, sexo, nível socioeconómico e até as atitudes diversificadas dos falantes para com esse idioma poderão introduzir nele variações acentuadas de produção que comprometerão a ideia abrangente de uma norma monolingue.

Em segundo lugar, há que atender aos casos de comunidades que evidenciam a convergência atestada e historicamente consagrada de uma parte mais ou menos extensa dos sistemas em contacto. Lembraríamos apenas algumas observações de Suzanne Romaine a este propósito: "the notion of interference (...) presupposes that we can, in each case identify the language that is being used, according to Weinreich's (...) belief that 'any speech event belongs to a definite language'. (...) these assumptions are often not defensible at the level of a mode of bilingual performance, which is shared by a community. There are now a number of well

<sup>1</sup>Conceito utilizado na acepção de W. Mackey que encara a importação como um fenómeno sistemático e colectivo, ao contrário da interferência que considera de natureza individual e irregular. Vd. SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 51.

<sup>2</sup>URIEL WEINREICH, *ob. cit.*, p. 1.

<sup>3</sup>URIEL WEINREICH, *ob. cit.*, p. 1.

documented cases of linguistic convergence (...) which make it clear that linguistic analysis in multilingual communities cannot rely on procedures derived from the study of monolingual communities"<sup>1</sup>.

Em terceiro lugar, a definição de interferência proposta por Uriel Weinreich, assente em preocupações de cariz marcadamente estruturalista, não prevê, pelo menos de forma aparente, aquelas influências estranhas que não arrastam consigo a reorganização dos sistemas receptores. Julgamos, todavia, que alguns dos fenómenos denominados "de interferência" pelo Autor não estão em conformidade com a sua própria definição do conceito. Observe-se, por exemplo, o mecanismo de interferência fónica apelidado de "phone substitution" que, no dizer de Uriel Weinreich "applies to the phonemes that are identically defined in two languages but whose normal pronunciation differs"<sup>2</sup>. Estes casos não reflectem, com certeza, uma situação de interferência estrutural pois, na verdade, admite-se que ambos os fonemas "are identically defined". O que aqui ocorre, de facto, é aquilo que o próprio Uriel Weinreich admite: só a actualização do fonema difere, i.e., a interferência só é sentida ao nível dos traços de pronúncia cuja pertinência fonológica é nula.

Esclareçamos, porém, que estamos dispostos a admitir, com Uriel Weinreich, que "phone substitution covers features which are, from the point of view of synchronic function, redundant but which are apt to become relevant if the phoneme system changes"<sup>3</sup>, mas julgamos, ainda assim, que esta formulação do problema não evita uma questão fulcral. Vejamos: qual, então, o estatuto daqueles casos de "phone substitution" que não são absorvidos pelo sistema em virtude de este não ter evoluído no sentido de admitir essa possibilidade? Não serão, também eles, fenómenos de interferência, ainda que com outro tipo de implicações no idioma receptor?

Investigadores que, a partir do legado de Uriel Weinreich, desenvolveram trabalho no campo do bilinguismo, já não evidenciam uma postura tão rígida em relação aos fenómenos que devem ou não ser considerados manifestações de interferência. Evocamos, a título de exemplo, Andrée Tabouret-Keller que, na sua explanação dos tipos de interferência possíveis ao nível das unidades da segunda articulação<sup>4</sup>, nos diz: "a interferência linguística determinará na língua de acolhimento dois tipos de mudanças: 1º na realização<sup>5</sup> dos fonemas, 2º no funcionamento do sistema fonológico"<sup>6</sup>.

À luz das presentes concepções de organização interna das línguas que rejeitam a linearidade do conceito estruturalista de sistema, julgamos que a restrição que Uriel Weinreich apresenta, na definição inicialmente proposta do conceito, se revela algo problemática. Com efeito, o próprio Autor demonstra a dificuldade que há em manter a restrição quando, em alguns

<sup>1</sup> SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 50-51.

<sup>2</sup> URIEL WEINREICH, *ob. cit.*, p. 19.

<sup>3</sup> URIEL WEINREICH, *ob. cit.*, p. 19.

<sup>4</sup> O desenvolvimento do conceito da dupla articulação da linguagem verbal humana deve-se, como se sabe, a André Martinet. Vd., do Autor, *Elementos de linguística geral*. 10ª ed. Lisboa (Livraria Sá da Costa), 1985, p. 18-19.

<sup>5</sup> Sublinhado nosso.

<sup>6</sup> ANDRÉE TABOURET-KELLER, *ob. cit.*, p. 293.

passos da sua análise, aceita como manifestações de interferência, não só os desvios de tipo estrutural, mas também aqueles que não acarretam imediata alteração e reorganização do sistema receptor<sup>1</sup>.

Depois de Uriel Weinreich, muitos autores têm feito uso do conceito de interferência, ainda que nem todos aceitem a etiqueta escolhida como a mais feliz. Os que vêem necessidade de introduzir alterações ao nível terminológico, fazem-no convencidos de que a designação usada por Uriel Weinreich comporta uma conotação negativa motivada pelo seu uso popular e não especializado. Com efeito, o termo assumiu, na boca dos defensores do “purismo linguístico”, o valor de “inimigo” responsável pela “corrupção” do “bom” uso linguístico monolíngue. É esta conotação que faz com que M. Clyne, por exemplo, prefira a designação transferência importada da Psicologia. Esta diz respeito, genericamente, à possibilidade de fazer estender conhecimentos, inicialmente circunscritos a um domínio restrito, a outro. A aplicação deste conceito à linguística traduz-se, assim, na adopção de elementos próprios a uma língua no uso de uma outra. Por sua vez, também M. Sharwood-Smith e E. Kellerman<sup>2</sup> consideram mais adequada, em virtude da sua neutralidade, a expressão “cross-linguistic influence”<sup>3</sup>.

Feita a apresentação do conceito, torna-se oportuno demonstrar a que níveis se podem manifestar fenómenos de interferência linguística. A tipologia que escolhemos é da autoria de Uriel Weinreich, ainda hoje sentida, dada a sua clareza e pertinência, como perfeitamente adequada, sendo reutilizada em praticamente todos os trabalhos posteriores sobre o assunto.

### *1. Interferência fónica*

De uma maneira muito genérica, a interferência ao nível fónico ocorre quando o falante bilingue identifica um fonema do seu sistema primário com um do sistema secundário<sup>4</sup>, actualizando-o de acordo com os padrões fonéticos do sistema primário. Este processo, não sendo linear, pode ocorrer em função da acção de quatro mecanismos diferentes: sub-diferenciação de fonemas, sobre-diferenciação de fonemas, reinterpretação de distinções fonológicas e a já mencionada substituição fónica. Vejamos o que caracteriza cada um:

- i. *Sub-diferenciação*: ocorre quando uma dada oposição fonológica do sistema secundário não encontra uma oposição equivalente no sistema primário. Daqui resulta a identificação dos dois fonemas do sistema secundário com um só do sistema primário.

<sup>1</sup>Vd. também, nesta Parte II, a secção 1.3.3.2.: 'Interferência e importação'.

<sup>2</sup>As posições de M. Clyne e de M. Sharwood-Smith e E. Kellerman são apresentadas por SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 51-52.

<sup>3</sup>Adoptaremos, no nosso trabalho, a tradução “influência interlinguística” para este termo.

<sup>4</sup>Os conceitos de sistema primário e sistema secundário remetem para a questão da avaliação da proficiência que o falante exhibe em relação a cada um dos idiomas, articulada com as condições da sua aprendizagem (cf., nesta Parte II, o sub-capítulo 0.1, ‘O conceito de bilíngüismo’). Sem querer, aqui, aprofundar esta problemática, esclareçamos apenas que, no presente contexto, o sistema primário é aquele em relação ao qual o falante demonstra maior domínio, sendo, portanto, o sistema mais apto para fornecer os modelos para a interferência produzida no sistema secundário.

- ii. *Sobre-diferenciação*: ocorre quando uma dada oposição fonológica do sistema primário se impõe no uso do sistema secundário onde ela não existe. É um fenómeno inverso do anterior.
- iii. *Reinterpretação*: este mecanismo é ocasionado pela existência, nos dois sistemas, de oposições fonológicas semelhantes, mas cuja relação de oposição se estabelece com base em traços distintivos diferentes. No uso do sistema secundário, o bilingue reinterpreta uma dada oposição, não com base nos traços que lhe são relevantes, mas sim de acordo com os que o são no sistema primário.
- iv. *Substituição fónica*: já nos referimos a este mecanismo anteriormente. Lembraríamos que ele se define, no uso do sistema secundário, pela pronúncia de acordo com os padrões fonéticos do sistema primário de um fonema de definição idêntica em ambos os sistemas.

## 2. Interferência gramatical

Encarada como a coluna dorsal de um sistema linguístico, a gramática tem sido vista por muitos como um terreno impermeável à interferência. Lembramos a afirmação paradigmática de Antoine Meillet<sup>1</sup> a este propósito: "the grammatical systems of two languages (...) are impenetrable to each other". Porém, é hoje sabido que a interferência pode afectar todos os níveis estruturados dos idiomas, ainda que, efectivamente, alguns sejam mais propensos a influências estranhas do que outros. De igual modo, é necessário concluir que, mesmo ao nível morfo-sintáctico propriamente dito, existem categorias de constituintes e de relações sintagmáticas mais resistentes que, dependendo das línguas em causa, mais dificilmente sofrerão fenómenos de interferência. Tem sido observado que o maior grau de semelhança estrutural entre os sistemas em contacto é um factor que facilita a interferência a este nível. Neste sentido, Uriel Weinreich esclarece que "the transfer of morphemes is facilitated between highly congruent structures"<sup>2</sup>.

Na análise das interferências gramaticais, é necessário distinguir entre as de natureza morfológica, que dizem respeito à configuração dos morfemas<sup>3</sup> em si, e as de carácter sintáctico que afectam as relações entre os morfemas na cadeia sintagmática (por exemplo, ordem de ocorrência e concordâncias de número e género). A manutenção desta distinção na análise linguística efectiva nem sempre é, no entanto, totalmente exequível. Esta dificuldade decorre da

<sup>1</sup>Citado por URIEL WEINREICH, *ob. cit.*, p. 29.

<sup>2</sup>URIEL WEINREICH, *ob. cit.*, p. 33.

<sup>3</sup>Utilizamos, no nosso texto, o termo "morfema" com a acepção que lhe é reconhecida na tradição da linguística anglo-saxónica: "the smallest meaningful elements into which words can be analysed are known as morphemes". In: DAVID CRYSTAL, *The Cambridge Encyclopedia of Language*. Cambridge (Cambridge University Press), 1991, p. 90. A nossa opção foi motivada pela necessidade de recorrermos, dada a temática que nos ocupa, a numerosos textos de autores anglófonos que usam o termo "morfema" na acepção acima explicitada. Convém, no entanto, chamarmos a atenção para o facto de este termo não conhecer aceitação unânime entre os linguistas, havendo quem prefira, para a unidade mínima de significação, a designação de "monema". A título ilustrativo do que acabámos de dizer, evocamos aqui a opinião de André Martinet sobre esta matéria: "mais vale evitar o termo ambíguo «morfema», o qual para muitos autores designa o signo mínimo, ou seja o nosso monema, mas apenas quando satisfaz condições particulares que variam de autor para autor". In: ANDRÉ MARTINET, *ob. cit.*, p. 20.

frequência com que as interferências ao nível morfológico arrastam consigo reorganização nas relações sintagmáticas entre os morfemas. Defenderemos, aliás, mais adiante, que a interferência verificada a um nível de organização linguística raramente se restringirá apenas a esse nível, situação que dificulta em muito o trabalho envolvido na sua análise.

Por ora, atendamos à tipologia geral das interferências de natureza gramatical proposta por Uriel Weinreich. Nela iremos operar com dois sistemas linguísticos hipotéticos: A e B, em que A fornece o modelo da interferência, enquanto B faz o papel de sistema receptor:

- i. Ocorrência de morfemas de A no uso do sistema B<sup>1</sup>.
- ii. Aplicação de uma relação gramatical (sintagmática) própria de A a morfemas de B durante o uso do sistema B ou, então, o não cumprimento de uma regra sintagmática própria do sistema B em conformidade com a sua inexistência no sistema A.
- iii. Alteração das funções gramaticais de um morfema de B em virtude da sua identificação com um morfema de A. De acordo com Uriel Weinreich, esta identificação ocorre, ou em virtude da semelhança formal (fónica) entre os morfemas dos dois sistemas, ou devido à semelhança das suas pre-existentes funções. Neste último caso, podemos verificar, conforme o caso, quer um fenómeno de extensão, quer de redução de funções do morfema do sistema B.

Cada um destes tipos de interferência terá, por sua vez, manifestações diversificadas conforme, por um lado, a natureza dos morfemas e das relações em causa e, por outro, as estruturas dos sistemas linguísticos em contacto.

### *3. Interferência lexical*

Esta é, de longe, a forma de interferência mais recorrente e a mais estudada. O nível lexical é, entre todos, aquele que se encontra menos estruturado e mais aberto a influências estranhas, sendo igualmente aquele que mais próximo está da realidade extra-linguística. Embora não possamos entender o sistema lexical de uma língua como uma simples nomenclatura, não há dúvida que uma das funções mais importantes das “palavras” é a de designar realidades extra-linguísticas. Esta função confere ao léxico a possibilidade de se adaptar às modificações verificadas no mundo exterior, i.e., para realidades novas é possível criar ou, simplesmente, importar de outras línguas designações novas.

Dada a complexidade do fenómeno da interferência lexical e tendo em conta a sua associação a um outro conceito de utilização recorrente na bibliografia científica, a importação, julgamos mais oportuno e profícuo abordá-lo em referência a este último. Para além deste aspecto importante, outra justificação para a presente opção de abordagem do fenómeno ancora

---

<sup>1</sup>Não discutiremos aqui o nível de integração fónica que os morfemas importados podem adquirir no idioma receptor, pois esse assunto será objecto de atenção particular quando abordarmos os fenómenos da “interferência lexical” e da “importação”.



no facto de a tipologia de interferências lexicais utilizada por Uriel Weinreich se basear, em larga medida, naquela avançada por Einar Haugen no texto já por nós referido<sup>1</sup>.

### 1.3.3.2. INTERFERÊNCIA E IMPORTAÇÃO

Importa, antes de mais, esclarecer os usos que cada um destes termos tem merecido na bibliografia científica, pois nem estes sempre coincidem, nem a fronteira que distingue os conceitos subjacentes se apresenta sempre de forma nítida. Tivemos já, na secção 1.3.3.1., oportunidade de aludir a uma possível distinção conceptual de carácter geral da autoria de W. Mackey<sup>2</sup>, em que interferência assume o estatuto de fenómeno individual e irregular enquanto importação assume o de colectivo e sistemático.

Uriel Weinreich, por sua vez, atribui ao termo importação um estatuto que merece a nossa particular atenção na medida em que se articula com as dificuldades que tivemos oportunidade de realçar a propósito do seu conceito de interferência. Fazendo distinguir os dois conceitos, o Autor refere que: "in the more loosely patterned domains of a language —some of the syntax, or vocabulary of an incidental nature— "borrowing" might be more properly be spoken of (...). But even there the possibility of ensuing rearrangements in the patterns, or interference, cannot be excluded"<sup>3</sup>. Nestas palavras compreendemos que Uriel Weinreich faz assentar a distinção no carácter estrutural da interferência vs. a natureza superficial e acidental da importação que só afecta verdadeiramente os níveis menos estruturados do sistema. Há, nitidamente, nesta distinção, a preocupação em manter a coerência com os princípios que sustentam a formulação do seu conceito de interferência. Assim, admite-se que nem sempre as influências de elementos pertencentes a um sistema em contacto se saldarão em modificações estruturais profundas, mas salvaguarda-se, em simultâneo, a concepção inicialmente proposta de interferência<sup>4</sup>.

Estes usos de importação não são, todavia, os mais recorrentes nas obras sobre bilinguismo. Regra geral, como já tivemos oportunidade de esclarecer, o conceito é usado no domínio das influências interlinguísticas que se registam ao nível lexical. Mas, mesmo no âmbito deste uso restrito, nem sempre é inequívoca a fronteira que faz distinguir este conceito daquele mais abrangente de interferência.

Julgamos que há dois motivos fundamentais que subjazem a esta fluidez conceptual. Em primeiro lugar, o uso corrente e institucionalizado do termo importação é anterior ao de interferência, tendo este último sido cunhado, como dissemos, em 1953 por Uriel Weinreich. Os fenómenos que, a partir da concepção deste linguista, passaram a ser considerados

<sup>1</sup>Uriel Weinreich introduz algumas alterações nesta tipologia que se prendem mais com a sua organização, para além de algumas pequenas questões de pormenor.

<sup>2</sup>Cf. nota 1 da p. 65.

<sup>3</sup>URIEL WEINREICH, *ob. cit.*, p. 1.

<sup>4</sup>Dentro desta lógica de Uriel Weinreich, e em virtude das considerações que já tivemos oportunidade de tecer anteriormente, julgamos que o fenómeno denominado "phone substitution" poderá considerar-se, mais justamente, um exemplo de "borrowing" e não um de interferência.

interferência, foram, até esse momento, albergados sob a alçada da designação de importação. A fim de corroborar esta opinião, exploraremos o tratamento dado ao conceito por Einar Haugen no seu texto de 1950. Nele podemos observar que o Autor produz uma definição genérica de importação que reúne todas as condições para ser confundida com a de interferência, na sua aceção mais lata<sup>1</sup>: "the attempted reproduction in one language of patterns previously found in another"<sup>2</sup>.

O segundo motivo prende-se com a própria natureza da interferência de tipo lexical. Dada a complexidade da constituição interna das "palavras", a sua reprodução, numa língua que não a de origem, pode criar situações de interferência que afectam, para além do léxico, outros níveis de organização da língua. Evocaremos, a este propósito, uma afirmação de Suzanne Romaine: "levels of language are not discrete, and therefore, influence which appears to affect one area (...) may have consequences for other levels of language. Lexical borrowing may also affect syntax and semantics"<sup>3</sup>. Assim, ainda que Einar Haugen, no texto acima referido, concentre a sua atenção em fenómenos de natureza lexical, condição que explicará a progressiva associação verificada entre estes e a noção de importação, a colisão entre a definição genérica que começa por propor para este conceito e a que virá a singrar para interferência era dificilmente evitável.

Vistos estes aspectos preliminares, atendamos aos mecanismos que Einar Haugen considera envolvidos no processo de importação ao nível lexical. Definindo-o, genericamente, como um de reprodução de padrões próprios a um idioma na utilização de outro, o Autor especifica que esta pode ser levada a cabo por meio de dois processos: a substituição e a adopção<sup>4</sup>.

É importante esclarecer que os processos que acabámos de referir intervêm, não só ao nível da palavra importada no seu conjunto, mas também ao de cada uma das suas partes constituintes: unidades morfológicas e fónicas. Através destas definições, compreende-se que qualquer tipo de importação lexical implica, em primeiro lugar, um processo de adopção (do próprio item). Envolve, depois, processos de substituição, quer ao nível morfológico, quer ao nível fonético-fonológico, ficando dependente da quantidade de substituição ocorrida o grau de integração atingido pelo item na língua receptora.

A fim de demonstrar como funcionam estes processos, atendamos à caracterização de dois tipos de importação lexical propostos por Einar Haugen: "loanwords" e "loanblends". Nas importações do primeiro tipo há adopção sem substituição morfológica, podendo haver, contudo, em graus variados, substituição fonético-fonológica. Um exemplo ilustrativo desta

<sup>1</sup>Esta será, aliás, a aceção subjacente ao uso que doravante faremos do termo.

<sup>2</sup>EINAR HAUGEN, *The Analysis of Linguistic Borrowing (...)*, p. 81.

<sup>3</sup>SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 51. Ousaríamos acrescentar a esta afirmação que a importação lexical pode igualmente acarretar consequências de natureza fonético-fonológica. Quando abordarmos o problema da integração do material importado na língua receptora, exploraremos com mais pormenor esta possibilidade.

<sup>4</sup>"If the loan is similar enough to the model so that a native speaker would accept it as his own, the borrowing speaker may be said to have IMPORTED the model into his language (...). But insofar as he has reproduced the model inadequately, he has normally SUBSTITUTED a similar pattern from his own language". In: EINAR HAUGEN, *The Analysis of Linguistic Borrowing (...)*, p. 82. Utilizaremos, neste contexto específico dos processos de reprodução identificados por Einar Haugen, o termo adopção como equivalente de "imported". Tal tradução justifica-se pela necessidade de não criarmos situações de ambiguidade motivadas pelo uso que perfilhámos, no presente texto, do termo importação (cf. a nota 3 da p. 64 deste trabalho).

situação é a forma CRISMAS<sup>1</sup>, recorrente no discurso bilingue de portugueses radicados em países anglófonos, importada do inglês (“Christmas”: ‘Natal’). Nela verificamos apenas substituição fonético-fonológica, havendo adopção de todos os constituintes morfológicos. O segundo tipo de importação, frequentemente denominado híbrido, caracteriza-se, fundamentalmente, por envolver tanto um processo de adopção como um de substituição morfológica. Usando um exemplo da situação de contacto entre o alemão e o inglês, GUMBAUM de “gum tree” (‘árvore gomífera’), observamos que, enquanto há adopção de um morfema lexical do inglês, a forma importada evidencia, igualmente, um processo de substituição: “tree” por “baum”<sup>2</sup>. Outros exemplos expressivos desta categoria de importação são as formas verbais do tipo CHECAR de “to check” (‘verificar’), FRISAR de “to freeze” (‘congelar’)<sup>3</sup> e PARCAR de “to park” (‘estacionar’) também próprias do discurso bilingue português-ínglês. Nelas assiste-se à adopção do morfema lexical enquanto se regista a substituição do morfema gramatical, processo que garante a adaptação das formas à estrutura morfológica portuguesa.

Para além do “loanword” e do “loanblend”, há ainda outra categoria de importação contemplada por Einar Haugen: o “loanshift”. As importações deste tipo também implicam uma adopção, só que esta não se reporta a uma forma lexical, mas sim a um significado. Um exemplo desta situação pode ser observado no significado “extra” adquirido pela palavra portuguesa “grosseria”<sup>4</sup> na fala bilingue português-ínglês. Assim, para além do seu significado original, a palavra adquiriu também o valor de ‘mercearia’, em virtude da sua acentuada semelhança formal com a palavra inglesa “grocery”. Neste caso, a palavra sofreu um processo de extensão semântica.

De acordo com François Grosjean, os “loanshifts” não são motivados apenas pela semelhança formal entre os vocábulos de ambos os idiomas, podendo haver, em alguns casos, uma motivação de natureza meramente semântica: “portuguese-English bilinguals took the portuguese word “frio” (cold spell) and extended its meaning to infection, under the influence of the English “cold””<sup>5</sup>.

Outro tipo de influência semântica atestada por Einar Haugen é a criação (“creation”), também conhecida pelas designações, em nosso entender mais adequadas, de “loan translation” ou decalque (“calque”). Neste caso, uma língua adopta um vocábulo ou expressão própria de outra, traduzindo-a à letra. Um exemplo insistentemente citado deste processo é o vocábulo inglês “skyscraper” que originou decalques em numerosas línguas: em português “arranha-céus”, em francês “gratte-ciel”, em espanhol “rascacielos” e em alemão “Wolkenkratzer”.

<sup>1</sup>Exemplo referido por EINAR HAUGEN, *The Analysis of Linguistic Borrowing (...)*, p. 91.

<sup>2</sup>Exemplo original de M. Clyne citado por SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 55.

<sup>3</sup>Exemplos encontrados em EDUARDO MAYONE DIAS, *Falares emigreses — uma abordagem ao seu estudo*. Lisboa (Biblioteca Breve, Instituto de Língua e Cultura Portuguesa), 1989, p. 127 e 131.

<sup>4</sup>Exemplo encontrado em EINAR HAUGEN, *The Analysis of Linguistic Borrowing (...)*, p. 91.

<sup>5</sup>FRANÇOIS GROSJEAN, *ob. cit.*, p. 318.

### 1.3.3.3. A IMPORTAÇÃO LEXICAL: INTEGRAÇÃO E MOTIVAÇÃO

Tendo abordado os processos linguísticos subjacentes ao fenómeno da importação lexical, tivemos ocasião de referir o problema da integração do material linguístico importado no idioma receptor. Existem, no entanto, vertentes desta questão que ultrapassam os aspectos já por nós tratados, na medida em que se prendem com factores de natureza extra-linguística. Assim, enquanto os processos linguísticos são fundamentais para a medição e a avaliação da integração conseguida por um vocábulo importado, eles não poderão esclarecer todas as condições que motivam quer a importação em si, quer o seu grau de integração no idioma de acolhimento. A motivação é, pois, uma linha de força nesta complexa problemática e é dela que, neste momento, nos vamos ocupar.

Sendo a integração um processo que decorre da própria existência de uma importação, é conveniente iniciarmos a nossa análise pelas motivações que conduzem a este último fenómeno. Assim, verificamos que, entre as razões mais apontadas para o recurso a material lexical emprestado, estão a necessidade de colmatar uma lacuna vocabular e o prestígio associado ao idioma que serve de fonte para o empréstimo. Se entendermos, na esteira de concepções teóricas como a hipótese Sapir-Whorf, que há uma relação entre língua e cosmovisão e que cada idioma estabelece um recorte diferente do real extra-linguístico, então facilmente compreenderemos a pertinência do factor necessidade para explicar a importação. Nesta medida, quando um bilingue se vê confrontado com a necessidade de se referir a uma realidade que não encontra tradução adequada na língua que está a utilizar, recorrerá a um termo mais apropriado em qualquer uma das outras línguas que também conhece.

Existem, para além da lacuna lexical, tal como aponta Uriel Weinreich<sup>1</sup>, outros tipos de necessidades que podem determinar uma importação. Um exemplo ilustrativo será a necessidade de resolver ambiguidades resultantes de situações de homonímia; outro poderá ser a necessidade de reforçar o poder expressivo da língua receptora pela substituição de vocábulos autóctones, cuja força semântica se desgastou e banalizou pelo uso.

Encontramos, no entanto, vários casos de importação que não parecem resultar de uma efectiva necessidade, na medida em que afectam o que se tem designado por vocabulário nuclear<sup>2</sup>. São os chamados “unnecessary loanwords” que acabam por provocar uma situação de concorrência com vocábulos semanticamente equivalentes da língua receptora, podendo levar, caso a importação sobreviva historicamente, à especialização funcional de um dos termos. Estas importações, não servindo para o preenchimento de uma lacuna lexical, resultam, pois, do prestígio do idioma de onde provêm. Como refere Uriel Weinreich, “if one language is endowed with prestige, the bilingual is likely to use what are identifiable loanwords from it as a means of displaying the social status which its knowledge symbolizes”<sup>3</sup>. Deste modo,

<sup>1</sup>URIEL WEINREICH, *ob. cit.*, p. 56-61.

<sup>2</sup>Considera-se vocabulário nuclear (“core vocabulary”) aquele que diz respeito, nomeadamente, às partes do corpo, religião, alimentação, vestuário, números e às actividades e instituições com especificidade cultural. Vd. SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 64 e 131.

<sup>3</sup>URIEL WEINREICH, *ob. cit.*, p. 59-60.



compreende-se como é vital o estudo das atitudes que se associam a cada um dos idiomas em contacto, pois, muitas vezes, só através delas é possível explicar estes comportamentos manifestados na fala bilingue.

Tem vindo a ser igualmente notado, embora estudos neste domínio nem sempre se revelem totalmente concludentes, que a quantidade, bem como os níveis de integração da importação, são factores que se podem relacionar com o grau de proficiência do falante em cada um dos idiomas e com as condições que presidiram à sua aprendizagem. Assim, nos casos de bilinguismo equilibrado em que o falante revela competência semelhante nos dois sistemas, é menos frequente a tendência para a importação e a interferência em geral. Quando, contudo, estes fenómenos efectivamente ocorrem no discurso destes bilingues, o nível de integração do vocábulo emprestado na língua receptora é, geralmente, mínimo. De modo semelhante, os bilingues ditos coordenados, sabendo estabelecer, de forma satisfatória, as fronteiras entre os idiomas que conhecem, tenderão a recorrer menos à importação e à integração do que aqueles cujo bilinguismo é composto. Estes últimos, tendo aprendido ambas as línguas da mesma fonte originária, evidenciarão, em consequência desse condicionalismo, uma convergência de sistemas algo acentuada<sup>1</sup>. Acrescente-se a todas estas considerações que o simples facto de o bilingue estar sob *stress* ou cansado pode ocasionar nele maior propensão para a importação e a interferência.

Quanto à questão da integração propriamente dita, é dado praticamente assente que a maior frequência de utilização da importação lexical arrasta consigo uma maior integração fónica e morfológica na língua receptora. Estipula-se que o processo de integração de um vocábulo emprestado, depois de ter sido motivado por uma combinação dos factores que temos vindo a explorar, é composta por três fases diferentes. Na primeira, a importação regista-se ao nível individual do bilingue, conhecendo uma integração morfológica e fónica bastante irregular e instável. Casos há, inclusivamente, em que essa adaptação nem sequer chega a existir. Muitas das importações que proliferam na fala bilingue nunca passam desta fase inicial e são chamados, por isso, “nonce borrowings”. Numa segunda fase, a importação passa para o domínio da comunidade bilingue, e com a frequência do uso, vai conhecendo uma progressiva estabilização formal que redundará numa lenta integração morfológica e fónica<sup>2</sup>. Estas importações são denominadas “established loanwords”, na medida em que passam a integrar o património lexical da língua de acolhimento, tal como ela se configura na comunidade bilingue. Na última fase deste processo, a forma importada pode passar para o discurso monolingue e “by this time there is practically total or complete substitution at the phonetic level”<sup>3</sup>.

<sup>1</sup>Cf., nesta Parte II, o que foi dito nas p. 33 e 34.

<sup>2</sup>Convém referir que, entre estes dois planos de análise de uma língua, o morfológico resiste mais à integração do que o fónico.

<sup>3</sup>SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 58.



#### 1.3.3.4. ALTERNÂNCIA DE CÓDIGOS E INTERFERÊNCIA LEXICAL: CONCLUSÃO

Definida, por um lado, a alternância de códigos e, por outro, a interferência lexical/importação, resta-nos, agora, proceder à confrontação de um e outro conceito. Uma leitura superficial daquilo que ficou dito, quando observámos os fenómenos independentemente um do outro, indicaria que a tarefa a que, no momento, nos propomos é de fácil execução. Assim, poderíamos concluir, como tantos já o fizeram, que a distinção fundamental entre estes fenómenos se prende com as características formais de cada um: a importação encontra-se integrada e adaptada às estruturas fónicas e morfológicas da língua de recepção; a sequência alternada mantém intacta a fisionomia formal do idioma a que pertence.

Esta distinção, idílica do ponto de vista teórico, não é, contudo, fácil de estabelecer na análise linguística do discurso bilingue. Na nossa discussão anterior, tivemos oportunidade de demonstrar que qualquer um dos fenómenos se reveste de uma grande complexidade formal e que as respectivas manifestações não são, de todo, homogêneas. Nesta medida, como vimos, um vocábulo emprestado pode conhecer diversos graus de integração na língua receptora, situação que não permite uma avaliação sempre segura do fenómeno. De igual modo, se as sequências mais extensas de código alternado são de identificação relativamente fácil, não se confundindo com outro tipo de mecanismos recorrentes em situações de contacto de línguas, o mesmo não se pode dizer de inúmeras sequências mais curtas compostas por uma palavra só. O nosso propósito, na presente secção, será realçar as situações, afloradas no decurso do nosso texto, em que a alternância e a importação parecem confluir.

Como já explicitámos, a grande dúvida que se coloca ao investigador na distinção entre os fenómenos que são objecto da nossa análise, prende-se, essencialmente, com as sequências curtas de estatuto ambíguo, compostas por uma palavra isolada. Veja-se, a título de exemplo, a forma, resultante do contacto entre o inglês e o espanhol, /s w i ç e á r/, de “to switch”<sup>1</sup>. Tratar-se-á de um caso de alternância de códigos ou de importação lexical? Atendendo aos parâmetros defendidos por Einar Haugen para a definição de importação lexical, podemos afirmar que se trata de um caso deste tipo, pois evidencia um processo de adopção (do item lexical) e de substituição (fónica e morfológica). Aparentemente a dúvida estaria desfeita. No entanto, se tivermos presente que a alternância de códigos de tipo intrafrásico também inclui a situação em que há passagem de um código a outro no interior das fronteiras da palavra<sup>2</sup>, esta nossa primeira conclusão já não parecerá tão segura.

Recordamos que, na hipótese de se tratar de um caso de alternância, ela terá de estar em conformidade com as restrições sintácticas que governam o fenómeno. Neste caso particular, teríamos de nos certificar se a sequência respeita o “free-morpheme constraint” que, vamos recordar, estipula que “a switch may not occur between a bound morpheme and a lexical form

<sup>1</sup>Exemplo registado por ROGELIO REYES, *Independent Convergence in Chicano and New York City Puerto Rican Bilingualism*. In: *Latino Language and Communicative Behavior*. Edited by Richard P. Durán. Norwood (Ablex Publishing Corporation), 1984, p. 44.

<sup>2</sup>Cf. o que ficou dito na p. 60 deste trabalho.

unless the lexical form has been phonologically integrated into the language of the morpheme"<sup>1</sup>. Se representássemos em esquema a situação de alternância permitida pela regra apresentada, obteríamos algo como:

Estrutura do vocábulo em que ocorre a alternância de códigos (L1 e L2)	
Forma lexical	Morfema fixo
Origem: L1 + Integração fónica em L2	Origem: L2

**Figura 7**

Ora, a forma que estamos a analisar e que já podemos classificar como uma importação, poderá, de acordo com os pressupostos aqui apresentados, ser também considerada um caso de alternância. Com efeito, trata-se de um vocábulo composto por uma forma lexical de origem inglesa que se encontra adaptada à estrutura fónica do espanhol e por um morfema gramatical de origem espanhola. Cumpre, deste modo, todos os requisitos para ser considerada uma sequência alternada.

É certo que poderíamos resolver a ambiguidade deste tipo de casos por meio da recusa, pura e simples, da possibilidade da alternância ocorrer dentro das fronteiras internas do vocábulo, premissa que nos conduziria à avaliação de /s w i ĉ e á r/ como uma importação lexical. Todavia, mesmo esta solução não resolveria todos os outros casos de ambiguidade, como veremos já de seguida.

Tem-se sustentado que a integração fónica do vocábulo emprestado é o melhor critério para fazer distinguir este de um caso de alternância. Imagine-se, no entanto, uma situação em que o bilingue, tendo aprendido o segundo sistema linguístico de que faz uso (L<sub>2</sub>) numa idade tardia, revela, em relação à estrutura fónica deste, um domínio insuficiente. Neste caso, a actualização do sistema L<sub>2</sub> manifestará sempre uma intensa interferência fónica, o que não possibilitará ao investigador distinguir entre uma importação fonicamente adaptada e uma sequência alternada sistematicamente marcada por interferências fónicas. O mesmo pode suceder nos casos em que os sistemas em contacto possuem estruturas fónicas com grandes espaços de intersecção em virtude do seu parentesco histórico. Para além de tudo isto, há ainda a considerar que a importação, numa primeira fase de uso, em que possui apenas "nonce status", é frequentemente usada sem evidência de uma adaptação estrutural à língua receptora. Foi, aliás, esta circunstância que levou Einar Haugen a concluir que "the question of identification of loans is shown to be primarily a historical question, not susceptible to the methods of synchronic analysis"<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 115.

<sup>2</sup>EINAR HAUGEN, *The Analysis of Linguistic Borrowing (...)*, p. 105.

Todas estas dificuldades têm conduzido alguns estudiosos a conclusões do seguinte teor: "I would say that it is not possible to distinguish code-switching from borrowing at the level of the constituent or clause in all cases. It is only within a longer stretch of discourse that a pattern will emerge, and even then, such distinctions may not be defensible"<sup>1</sup>. Esta parece-nos uma posição aceitável e ponderada em virtude da inexistência actual de um conjunto de critérios de distinção seguros e inequívocos. O mais que se pode concluir, pelo que ficou exposto, é aquilo que salienta Penelope Gardner-Chloros: "all in all, it would appear that the distinction between code-switching and loans is of a 'more-or-less' and not an absolute nature"<sup>2</sup>.

Desta forma, teremos de visualizar os diferentes fenómenos que se manifestam no discurso bilingue como que formando um *continuum* em que uma extremidade é ocupada pelas situações de distinção máxima de códigos ("code-switching") e a outra pelas de distinção mínima (importação/interferência lexical). Enquanto não se conhecer um desenvolvimento significativo na explicação do funcionamento gramatical da alternância de códigos, o que poderá vir a revelar critérios formais mais eficazes para a distinção procurada, teremos de aceitar os condicionalismos agora expostos e evidenciá-los com toda a clareza na nossa análise linguística.

## 2. AS CONDICIONANTES EXTRA-LINGUÍSTICAS

### 2.1. A COMUNIDADE LINGUÍSTICA: CONTRIBUIÇÕES PARA A DEFINIÇÃO DO CONCEITO

No decurso do nosso trabalho, temos vindo a fazer uso recorrente do termo "comunidade linguística" sem que, até ao momento, tenhamos explicitado exactamente o que com esta expressão queremos designar. Esclareçamos, no entanto, que a remissão do tratamento deste conceito para o presente momento foi uma opção deliberada, pois só agora, após uma primeira abordagem de algumas questões de base, como o processo de construção da identidade cultural e social dos falantes, estamos em condições de poder apresentar, de forma mais satisfatória, a noção de "comunidade linguística". No desenvolvimento do presente sub-capítulo, teremos oportunidade de demonstrar em que medida questões como esta, de natureza extra-linguística, podem ser evocadas para uma delimitação conceptual satisfatória, já que, como veremos, as definições que têm sido avançadas com base em critérios de carácter estritamente linguístico nem sempre têm revelado a adequada precisão e operacionalidade.

Começando, precisamente, pelas concepções de comunidade linguística que possam ser incluídas nesta última categoria, apresentamos, desde já, aquela que tem sido, porventura, a mais contestada em trabalhos de Sociolinguística: trata-se da noção chomskiana de comunidade "ideal"<sup>3</sup>, i.e., uma comunidade caracterizada pela total ausência de heterogeneidade linguística.

<sup>1</sup>SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 137.

<sup>2</sup>PENELOPE GARDNER-CHLOROS, *Code-switching in Relation to Language Contact and Convergence*. In: *Devenir bilingue - parler bilingue. Actes du 2e Colloque sur le Bilinguisme*, Université de Neuchâtel, 20-22 septembre 1984. Edité par George Lüdi. Tübingen (Max Niemeyer Verlag), 1987, p. 102.

<sup>3</sup> Vd. NOAM CHOMSKY, *ob. cit.*, p. 83.

Como, oportunamente, já fizemos notar<sup>1</sup>, reconhecemos a pertinência e o valor epistemológico que o epíteto “ideal” traduz no quadro do modelo gramatical proposto por Noam Chomsky, mas a verdade é que tal concepção de comunidade linguística, tão longe de corresponder à realidade empírica observável, não reúne, por isso mesmo, condições de aceitabilidade fora do universo teórico deste linguista.

Outra definição de comunidade linguística que levanta alguns problemas de exequibilidade é aquela proposta por J. Lyons: “all the people who use a given language (or dialect)”<sup>2</sup>. Assim, nos termos deste investigador, a comunidade linguística, cuja identificação fica dependente de um único critério de natureza estritamente linguística, pode ser uma unidade vastíssima, sem delimitação territorial precisa, onde se integram indivíduos bastante diferenciados do ponto de vista da sua caracterização social. Sendo evidente que nada impede a possibilidade de se perspectivar uma comunidade linguística com tais características<sup>3</sup>, também não o deixa de ser que tamanha diversidade social e geográfica conduzirá, necessariamente, à formação de inúmeros sub-grupos, constituídos por indivíduos cujo comportamento verbal obedece a regras e normas não partilhadas por todos quantos fazem parte dessa macro-comunidade. Ora, já tivemos oportunidade de salientar, quando apresentámos o conceito de competência comunicativa<sup>4</sup>, a importância de que estas regras se revestem para uma eficaz utilização das estruturas linguísticas. É hoje conhecido que uma competência linguística comum não garante, em si mesma, o sucesso conversacional e a inteligibilidade mútua, sendo necessário que, para além dela, os interlocutores partilhem das mesmas convenções comunicativas<sup>5</sup>. Essas convenções consolidar-se-ão com base nas atitudes linguísticas dos falantes, i.e., no modo como estes avaliam socialmente o uso de determinadas variáveis, tendo em vista o estatuto dos locutores que, na sua comunidade, delas se socorrem, e os registos e as situações discursivas onde se revelam mais adequadas. Todos estes aspectos condicionarão o valor comunicativo comportado pelos recursos linguísticos em cada uma das comunidades identificadas, pese embora o facto de em todas elas se fazer uso do mesmo idioma. Sendo assim, torna-se legítimo perguntar se será suficiente, ao definir “comunidade linguística”, atendermos unicamente ao critério proposto por J. Lyons, sob pena de estarmos a delimitar unidades demasiado complexas com as quais será muito difícil, senão mesmo impossível, trabalhar.

Para além desta interrogação, ainda outra poderá ser avançada: até que ponto esta concepção não exclui, pelo menos teoricamente, a possibilidade de existirem comunidades linguísticas que não sejam exclusivamente monolíngues? Atendendo aos termos da definição de

<sup>1</sup>Cf. as p. 35 e 36 da presente dissertação.

<sup>2</sup>Cf. J. LYONS (ed.), *New Horizons in Linguistics*. Harmondsworth (Penguin Books), 1970. Citado por RONALD WARDHAUGH, *An Introduction to Sociolinguistics*, 2ª ed. Oxford (Blackwell), 1986, p. 117.

<sup>3</sup>“Linguistic communities may consist of small groups bound together by face-to-face contact, or may cover large regions, depending on the level of abstraction we wish to achieve”. In: J. J. GUMPERZ, *Language in Social Groups*. Stanford (Stanford University Press), 1971, p. 101. Citado por RONALD WARDHAUGH, *ob. cit.*, p. 120.

<sup>4</sup>Cf. a p. 38 do presente trabalho.

<sup>5</sup>“Just as intelligibility presupposes underlying grammatical rules, the communication of social information presupposes the existence of regular relationships between language usage and social structure”. In: J. J. GUMPERZ, *The Speech Community*. In: *Language and Social Context*. Edited by Pier Paolo Giglioli. London (Penguin Books), 1972, p. 220.

J. Lyons, aqueles falantes que se caracterizam pelo uso de dois (ou mais) idiomas, mesmo quando concentrados num grupo coeso, não pertencerão de facto a uma, mas a duas (ou mais) comunidades linguísticas simultaneamente. Com efeito, decorre daqui a impossibilidade de se perspectivar a existência de uma comunidade bilingue com esse efectivo estatuto.

Pensamos ter evidenciado, por meio destas observações, algumas das limitações reveladas pelas concepções de comunidade linguística que assentam, exclusivamente, em critérios de natureza linguística. Assim, e em consonância com a primeira reflexão que apresentámos a propósito da definição de J. Lyons, julgamos que, para além da partilha de um código idiomático, os membros de uma dada comunidade linguística terão que manifestar, igualmente, outra gama de características e/ou comportamentos sociais comuns. Uns e outros contribuirão para individualizá-los face àqueles que, falando embora a mesma língua, pertencem a outras comunidades. Com isto, no entanto, não pretendemos insinuar que os indivíduos, numa qualquer comunidade linguística, se comportam todos de forma idêntica ou até semelhante, mas antes dizer que as suas condutas, verbais e não-verbais, são regidas por normas e convenções comuns que permitem uma percepção consensual em relação ao seu valor específico.

No âmbito dos estudos de Sociolinguística, as definições propostas, ainda que divergentes no tocante a alguns aspectos, baseiam-se todas, inequivocamente, no pressuposto acima explicitado. Assim, no entender de William Labov, "la comunidad de habla no está definida por ningún acuerdo marcado en cuanto al uso de los elementos del lenguaje sino principalmente por la participación en un conjunto de normas establecidas; estas normas pueden ser observadas en tipos claros de comportamiento evaluativo, y en la uniformidad de esquemas abstractos de variación que son invariantes respecto a los niveles particulares de uso"<sup>1</sup>. Por seu lado, J. J. Gumperz considera que a comunidade linguística corresponde a um agregado humano que poderá ser mono- ou multilingue<sup>2</sup>, "characterized by regular and frequent interaction by means of a shared body of verbal signs and set off by similar aggregates by significant differences in language usage"<sup>3</sup>, definição que utilmente se complementa com a de Dell Hymes: "a local unit, characterized for its members by common locality and primary interaction (...) sharing knowledge of rules for the conduct and interpretation of speech"<sup>4</sup>. Embora cada uma destas definições remeta para metodologias diferentes no que toca à observação da relação entre factos linguísticos e realidades sociais, a verdade é que é possível encontrar nelas o denominador comum que há pouco referíamos.

Tendo realçado aquilo que une cada uma destas formulações, atendamos agora aos aspectos que as diferenciam. Basicamente, podemos estabelecer que a definição de William Labov, delimitada no seio da Sociolinguística variacionista, reflecte, precisamente, as opções

<sup>1</sup>WILLIAM LABOV, *Modelos sociolingüísticos*. Madrid (Ediciones Cátedra), 1983, p. 165.

<sup>2</sup>J. J. GUMPERZ, *Language in Social Groups (...)*, p. 101. Citado por RONALD WARDHAUGH, *ob. cit.*, p. 120.

<sup>3</sup>J. J. GUMPERZ, *The Speech Community (...)*, p. 219.

<sup>4</sup>DELL HYMES, *Foundations in Sociolinguistics: an Ethnographic Approach*. Philadelphia (University of Pennsylvania Press), 1974, p. 51.



metodológicas próprias desta mesma corrente, enquanto que as definições de John Gumperz e Dell Hymes, por outro lado, se sustentam nos pressupostos metodológicos da Sociolinguística interaccional. Dito isto, esclarece-se que o “pomo da discórdia” reside no tipo de estruturas e categorias sociais que são encaradas como determinantes na formação dos padrões e regras de utilização verbal. Assim, enquanto William Labov considera que esses padrões são o claro resultado da existência, dentro da comunidade, de certos agrupamentos sociais definidos com base em determinadas características afins entre os locutores, como o seu sexo, idade, nível socioeconómico e nível sociocultural, John Gumperz e Dell Hymes advogam que eles se estabelecem graças ao tipo de estrutura interactiva em que os falantes estão inseridos, i.e., graças ao tipo de interlocutores com que habitualmente conversam, à natureza da relação que com estes mantêm e aos locais e circunstâncias em que essas conversas decorrem.

Em defesa desta última postura metodológica, e referindo-se concretamente aos problemas que poderão surgir em consequência do recurso a categorias como “classe social” para a explicação das normas de comportamento linguístico dos falantes, Lesley Milroy afirma: “we must not lose sight of the fact that the groups we end up with (...) —such as ‘lower class’, ‘working class’, ‘middle class’— do not necessarily have any kind of objective, or even intersubjective reality (...). Membership of a group labelled ‘lower-middle class’ does not necessarily form an important part of a person's definition of his social identity”<sup>1</sup>. Evidenciando, deste modo, a não correspondência inequívoca entre a identidade sociocultural dos falantes e a sua pertença a uma dada categoria social, Lesley Milroy acaba por chamar a nossa atenção para o papel fulcral que o primeiro destes factores assume na determinação dos padrões de comportamento linguístico. Assim, e uma vez que categorias como “classe social” nem sempre se mostram profícuas para a explicação desses padrões, há que procurar identificar outras, através das quais o processo de construção da identidade sociocultural dos falantes se revele de forma mais compreensível e evidente. A alternativa que aqui se perfila, passa, pois, pela consideração de unidades sociais mais pequenas do que as macro-categorias propostas por William Labov, em relação às quais “people feel they belong and which are less abstract than social classes”<sup>2</sup>.

Também Suzanne Romaine<sup>3</sup> aponta deficiências aos pressupostos que informam a definição de comunidade linguística avançada por William Labov. Esta Autora centra a sua discussão naquilo que considera ser a contradição intrínseca desta concepção, quando vista à luz do problema da mudança linguística, e quando articulada com alguns dos instrumentos operatórios utilizados pelo Autor, nomeadamente, o de “regra variável”. Inerente ao conceito de “regra variável” está a maior ou menor probabilidade de este ou aquele grupo de falantes vir a usar uma dada variável linguística, sendo certo que, independentemente do seu grau de utilização em cada grupo, todos a vêem como tendo o mesmo valor social e estilístico, sendo por todos usada de acordo com padrões comumente aceites. Suzanne Romaine atribui às

<sup>1</sup>LESLEY MILROY, *Language and Social Networks*. 2ª ed. Oxford (Blackwell Publishers), 1987, p. 14.

<sup>2</sup>LESLEY MILROY, *ob. cit.*, p. 14.

<sup>3</sup>Cf. SUZANNE ROMAINE, *What is a Speech Community*. In: *Sociolinguistic Variation in Speech Communities*. Edited by Suzanne Romaine. London (Arnold), 1982, p. 13-24.

comunidades concebidas em tais termos a designação de “prototype variable rule communities”, nas quais “the groups are different in the sense that they use the variable to differing extents, but they are all moving in the same direction”<sup>1</sup>. Deste modo, quando, em comunidades deste tipo, um falante revela comportamentos verbais desviantes, estes serão certamente reflexo do sentido assumido pela mudança linguística que nesse momento se desenrola no seio do seu próprio grupo social, ou até na comunidade inteira. Assim, e de acordo com este raciocínio, a possibilidade de uma mudança vir a ocorrer em tais comunidades linguísticas torna necessário que, num dado momento histórico, nem todos os falantes partilhem exactamente das mesmas convenções de uso linguístico. Se confrontarmos esta premissa com a definição de comunidade linguística proposta por William Labov, que estabelece a necessidade de padrões de uso linguístico comumente aceites, damos-nos conta da contradição lógica evocada por Suzanne Romaine: “in this case, then, the grammar of a speech community cannot be described by one variable rule which all speakers use in the same way”<sup>2</sup>.

Que resolução se perspectiva, então, para este impasse? No entender de Suzanne Romaine, o caminho surgirá se a análise sociolinguística assumir como ponto de partida uma unidade social menos abrangente do que a comunidade linguística, por via da qual seja possível realçar o papel, frequentemente decisivo, desempenhado pelo falante individual como motor, não só da mudança, mas também da consolidação de normas de uso linguístico. Tal unidade, preferida por muitos dos actuais sociolinguistas na medida em que se revela manuseável e tangível, é a rede social. Aliás, a objectividade com que o conceito de rede social pode ser delimitado, quando comparado com o de comunidade linguística, tem, inclusive, conduzido alguns, como Lesley Milroy, a perspectivar uma útil e possível equivalência entre ambos: “for this smaller-scale, more concrete, unit we reserve the term *community*, used in a specific, technical sense”<sup>3</sup>. Dada a relevância metodológica e operatória do conceito agora apresentado, especialmente em contextos bilingues, reservaremos a secção seguinte do nosso trabalho à sua mais aturada explicação.

### 2.1.1. REDES SOCIAIS

O conceito de rede social, tendo sido desenvolvido no âmbito da Antropologia<sup>4</sup> a partir da década de quarenta, foi, no entanto, inicialmente e em forma embrionária sugerido por Leonard Bloomfield, em 1933, ao sustentar que “the most important differences of speech within a community are due to differences in *density of communication*”<sup>5</sup>, constatação que se articula

<sup>1</sup>SUZANNE ROMAINE, *What is a Speech Community (...)*, p. 19.

<sup>2</sup>SUZANNE ROMAINE, *What is a Speech Community (...)*, p. 20.

<sup>3</sup>LESLEY MILROY, *ob. cit.*, p. 14.

<sup>4</sup>Os mais proeminentes teorizadores deste conceito foram Alfred R. Radcliffe-Brown, Jonh A. Barnes e Elizabeth Bott. Cf. JEREMY BOISSEVAIN, *Social Network*. In: *Sociolinguistics: an International Handbook of the Sciences of Language and Society*, vol. I. Edited by Ulrich Ammon, Norbert Dittmar and Klaus J. Mattheier. Berlin, New York (Walter de Gruyter), 1987, p. 164-169.

<sup>5</sup>LEONARD BLOOMFIELD, *ob. cit.*, p. 46.

naturalmente com a sua própria concepção de comunidade linguística: "a speech-community is a group of people who interact by means of speech"<sup>1</sup>. Com efeito, e apesar do seu aperfeiçoamento posterior, verificamos que nesta intuição de L. Bloomfield estão reunidas as principais premissas sobre as quais se ergue a definição genérica de rede social, enquanto estrutura determinada pelos padrões de interacção entre os membros de uma dada comunidade, correlacionados com as regularidades verificadas no seu comportamento linguístico. Como veremos, inúmeras vantagens decorrem da utilização de uma estrutura deste tipo em trabalhos de Sociolinguística. Procuraremos, pois, desde já, inventariá-las de forma sucinta.

Em primeiro lugar, a rede social, representando uma grelha de ligações pessoais através da qual facilmente se identifica a posição ocupada por cada um dos intervenientes, manifesta, assim, a sua particular apetência para o esclarecimento do estatuto relativo de cada locutor dentro da comunidade linguística. Este aspecto tanto mais relevante se torna quanto a comunidade que é objecto da nossa análise apresenta uma diminuta hierarquização social, como é o caso da maior parte das comunidades rurais onde o estrato social dos falantes, definido nos termos tradicionais, é, geralmente, bastante similar.

Ao espelhar estruturas sociais de tipo familiar, de amizade, religiosas, económicas e de poder, este instrumento de análise permite, igualmente, precisar, com relativa segurança, que género de usos linguísticos se encontram associados a que tipos de interlocutores, situações de interacção, actividades sociais e temas conversacionais, revelando-se, deste modo, um útil indicador dos factores extra-linguísticos que, no caso particular de comunidades bilingues, efectivamente condicionam a ocorrência de mecanismos como a escolha de línguas e a alternância de códigos. Compreende-se, portanto, em que medida o estudo das redes sociais poderá contribuir para a aferição do que, neste tipo de comunidade, constitui o "in-group" e o "out-group" e, conseqüentemente, qual dos idiomas nela operantes possui o estatuto de "in-code" ou, ao invés, de "out-code".

Para além destes aspectos, a análise da configuração das redes sociais de uma dada comunidade linguística ajudará a determinar o seu grau de coesão e de permeabilidade em relação a hábitos vindos do exterior. Assim, grandes índices de cruzamento e intersecção verificados nas relações entre os diferentes membros de uma comunidade indicará que esta é composta por redes apertadas, e, portanto, muito protegidas contra influências estranhas, enquanto que uma comunidade constituída por redes de malha larga, marcadas pela ausência de intersecções significativas, indicará que esta é pouco coesa e mais permeável a influências externas. Entende-se, assim, em que medida as redes sociais coesas, que permaneçam sem significativas alterações estruturais durante um longo período de tempo, favorecem o aparecimento, dentro da comunidade, de normas comportamentais estáveis, tanto de natureza verbal, como não verbal. Tais normas tendem a transformar-se, progressivamente, em marcas funcionais de actividades, relações e temas conversacionais, processo que explica, em muitos casos, a sobrevivência e resistência de formas linguísticas pouco conceituadas e de difusão restrita a pressões de assimilação a hábitos verbais mais generalizados ou prestigiados.

---

<sup>1</sup>LEONARD BLOOMFIELD, *ob. cit.*, p. 42.

Vistas as suas principais vantagens, detenhamos, agora, a nossa atenção na caracterização formal da rede social. Esclareçamos, antes de mais nada, que a estrutura de uma rede é determinada tendo por base dois critérios diferentes: a sua densidade e a natureza dos elos que ligam os intervenientes entre si. Atendendo, antes de mais nada, ao primeiro destes critérios, verificamos que uma rede pode ter uma alta ou baixa densidade, dependendo da quantidade de elos que existem entre os falantes que a integram.



**Figura 8**

Assim, e remetendo para a figura 8<sup>1</sup>, o sociograma<sup>2</sup> que representa a rede **A** caracteriza-se por uma alta densidade, na medida em que evidencia numerosos elos unindo entre si os diferentes sujeitos, enquanto que o sociograma que traduz a rede **B** se revela pouco denso porque existem ligações diminutas entre os pontos, denunciando que apenas um dos falantes mantém hábitos de interacção com os outros representados, não havendo, entre estes últimos, qualquer ligação<sup>3</sup>.

Será, todavia, bom não esquecer que, para além da quantidade de ligações evidenciadas, é fundamental atender à natureza dessas ligações, aspecto que se tem revelado tão influente na

<sup>1</sup> Adaptada a partir de LESLEY MILROY, *ob. cit.*, p. 20.

<sup>2</sup> Entende-se por "sociograma" a representação gráfica da rede social em que os sujeitos são indicados por pontos e as relações entre eles por linhas. Vd. STELLA MARIS BORTONI-RICARDO, *ob. cit.*, p. 72.

<sup>3</sup> O grau de densidade das redes sociais a que nos referimos é passível de ser calculado, de forma objectiva, por meio de algumas fórmulas matemáticas. Uma delas, usada por Lesley Milroy (In: *ob. cit.*, *passim*), é a que se segue:

$$D = \frac{100 \text{ Na } \%}{N}$$

Nesta, **D** representa densidade, **Na**, o número efectivo de elos e **N**, o número possível de elos. Podemos, no entanto, encontrar fórmulas onde é posta em evidência a relação entre outros factores inerentes à estrutura da rede. Atendamos, por exemplo, àquela usada por Stella Maris Bortoni-Ricardo, em que **a** representa o número de elos e **n** o número de indivíduos contemplados na rede (Cf. STELLA MARIS BORTONI-RICARDO, *ob. cit.*, p. 76). A Autora esclarece, no entanto, que esta fórmula foi inicialmente proposta por J. A. BARNES, *Network and Political Process*. In: *Social Networks in Urban Situations*. Edited by J. C. Mitchell. Manchester, Manchester University Press, 1969):

$$D = \frac{200 \text{ a } \%}{n (n-1)}$$

Sendo evidente que os valores obtidos através da aplicação de uma ou de outra fórmula não serão, nem idênticos, nem comparáveis entre si (os factores que em cada uma são ponderados também não o são), o importante é realçar que qualquer uma delas poderá ser proveitosamente utilizada pelo investigador, com vista a uma maior objectividade na análise, sobretudo quando a comunidade a estudar é de tipo urbano. Assim, com base nos resultados calculados por cada uma das redes identificadas na comunidade em observação, torna-se exequível comparar os respectivos graus de densidade e correlacionar esse factor com as características que marcam o comportamento linguístico dos falantes. Para já, é possível assentar no seguinte: "relatively dense networks are generally considered to function effectively as norm enforcement mechanisms" (In: LESLEY MILROY, *ob. cit.*, p. 50).



determinação dos padrões de hábitos verbais e não verbais dos sujeitos sociais, como o próprio valor de densidade das suas redes. Chegámos, pois, ao segundo critério no qual assenta a caracterização formal de uma rede social. Assim, e de acordo com ele, as redes sociais podem ser constituídas por ligações “uniplex” ou “multiplex”. Concretizando, uma ligação “uniplex” é aquela que se verifica entre indivíduos que mantêm entre si um único tipo de relação social: são, por exemplo, unicamente colegas de trabalho, vizinhos, ou apenas parentes. Ao invés, uma ligação “multiplex”, tal como o termo indica, caracteriza-se pela multiplicidade de laços ou de fios que ligam os sujeitos na rede: por exemplo, para além de vizinhos, os falantes também poderão manter entre si uma associação voluntária (relação de amizade ou outra afim), ser colegas de trabalho ou parentes. Verificamos, pois, que os termos “uniplex” e “multiplex” remetem para o grau de redundância implicado nos elos, factor a que Lesley Milroy atribui a designação de “multiplexity”<sup>1</sup>.

As consequências comportamentais que decorrem de uma rede cuja estrutura evidencie, não só várias ligações “multiplex”, como também uma alta densidade, são explicitadas por Lesley Milroy do seguinte modo: “multiplexity and density are conditions which often co-occur, and both increase the effectiveness of the network as a norm-enforcement mechanism”<sup>2</sup>. Aliás, assim se compreende que seja este o tipo de rede que mais facilmente se encontra em comunidades rurais, caracterizadas, como se sabe, por uma acentuada tendência para a preservação de formas comportamentais, linguísticas e não só, de feição conservadora e arcaizante. Ao invés, as comunidades urbanas constituem-se, na maior parte, por redes marcadas por “uniplexity and sparseness”<sup>3</sup>, traços que traduzem a enorme diversidade dos contactos mantidos pelos falantes citadinos e a falta de ligações múltiplas que caracterizam as relações sociais neste tipo de espaços.

Articulado com os traços estruturais supra descritos, há ainda outro aspecto que se tem revelado favorável à fixação e manutenção de normas comportamentais estáveis, i.e., a existência de uma forte base territorial para a rede social. Já Dell Hymes, ao propor a sua concepção de “comunidade linguística”, chamava a atenção para a necessidade de esta ser “a local unit, characterized for its members by common locality”<sup>4</sup>. É hoje conhecido como processos de mudança linguística são propiciados pela fragilização, não só do carácter denso e “multiplex” das redes sociais, como da sua própria base territorial, factores que tendem a uma alteração da identidade cultural dos falantes bem como das suas atitudes linguísticas. Nesta medida, “it seems that socially and geographically mobile individuals lack (...) local loyalties and characteristically dense patterns of interaction within a limited area”<sup>5</sup>.

<sup>1</sup>Tal como a densidade, também o grau de “multiplexity” (M) pode ser calculado por meio de uma fórmula matemática. Nesta que apresentamos a seguir (retirada de LESLEY MILROY, *ob. cit.*, p. 51.), Nm representa o número de elos “multiplex” e N, o número de elos efectivos:

$$M = \frac{Nm}{N} \cdot 100 \%$$

<sup>2</sup>LESLEY MILROY, *ob. cit.*, p. 52.

<sup>3</sup>LESLEY MILROY, *ob. cit.*, p. 137.

<sup>4</sup>DELL HYMES, *Foundations in Sociolinguistics (...)*, p. 51.

<sup>5</sup>LESLEY MILROY, *ob. cit.*, p. 16.



Porém, importante como é a avaliação das características estruturais das redes, com vista à determinação dos hábitos linguísticos e sociais dos falantes, torna-se evidente que tais características não contêm, em si mesmas, um poder explicativo absoluto. Neste sentido, veja-se que nem todos os sujeitos representados numa dada rede social mantêm entre si o mesmo tipo de relação e nem todos apresentam a totalidade de ligações que esta, em princípio, possibilita. Deste modo, para podermos fornecer uma imagem fiel do efectivo poder exercido pela rede social sobre o sujeito considerado individualmente, torna-se igualmente necessário ponderar o seu grau de integração dentro desta estrutura<sup>1</sup>. Este valor, uma vez calculado, poderá ser combinado com variáveis como sexo, idade, estatuto sociocultural ou outras, com vista à clarificação de padrões comportamentais e linguísticos mais gerais. Deste modo, evidencia-se que o conceito de rede social poderá ser proveitosamente utilizado, até pela própria Sociolinguística variacionista, na medida em que através dele é possível calcular uma variável extra-linguística alternativa a algumas que esta corrente tem tradicionalmente considerado. Julgamos, aliás, que é por via desta combinação de preceitos metodológicos que podemos aspirar a uma cada vez maior profundidade na análise da relação entre factos linguísticos e realidades sociais.

#### 2.1.2. A COMUNIDADE DE PARADELA: CRITÉRIOS ADOPTADOS PARA O SEU ESTUDO SOCIOLINGUÍSTICO

Remetendo para as considerações que já no sub-capítulo 1.2. da primeira parte deste trabalho tivemos oportunidade de tecer a propósito da caracterização demográfica, económica e geográfica de Paradela, facilmente se concluirá que não estamos perante uma comunidade marcada por uma grande complexidade social. Com efeito, nessa análise, pudemos constatar como aqui predomina um tecido social bastante envelhecido, marcado por um índice de escolarização muito baixo e também por uma relativa homogeneidade socioeconómica. A confirmar esta última característica, verifica-se que a aldeia é, essencialmente, uma unidade

<sup>1</sup>Tal como os graus de “multiplexity” e de densidade, também o grau de integração do indivíduo na rede social é passível de ser calculado e quantificado. Para se obter este valor, denominado por Lesley Milroy como “network score”, é preciso que, em primeiro lugar, o investigador, após a observação atenta das características da comunidade e das suas respectivas redes, estabeleça um conjunto de parâmetros relevantes. Estabelecidos estes, o valor de integração do indivíduo é depois calculado por meio da atribuição de um ponto por cada parâmetro que lhe diga respeito. A título de exemplo, apresentamos os parâmetros que foram considerados válidos por Lesley Milroy para a aferição dos “network scores” referentes aos membros das redes que estudou em Belfast, sendo certo que o conjunto eleito reflecte o facto de se tratar de uma comunidade urbana:

- 1— Pertença a uma rede, ou a uma parte de rede, com base territorial definida, que revele um alto grau de densidade;
- 2— Existência de laços de parentesco com elementos da vizinhança, para além daqueles que liguem os membros do núcleo familiar;
- 3 — Ocupação profissional no mesmo local onde, pelo menos, trabalhem mais outros dois elementos da vizinhança;
- 4 — Ocupação profissional no mesmo local onde, pelo menos, trabalhem mais outros dois elementos da vizinhança que sejam também do mesmo sexo;
- 5 — Existência de associações livres com colegas de trabalho nas horas livres (este parâmetro só foi considerado quando 3 e 4 também se aplicassem). (Cf. LESLEY MILROY, *ob. cit.*, p. 141-142.)

social que gira toda em volta da actividade agro-pastoril. Mesmo os habitantes que têm outra ocupação profissional nunca abandonam a terra e o gado por completo. Os que, residindo em Paradela, trabalham ou estudam fora, regressam ao fim do dia à aldeia para cumprir variadas tarefas agro-pastoris: sempre é preciso levar as vacas e as ovelhas a pastar ao lameiro, regar uma horta, apanhar uns pimentos para a ceia, ou rachar um bocado de lenha. Assim, nesta aldeia, ninguém se desprende de forma radical da terra e do *modus vivendi* que ela proporciona, ainda que a profissão principal de alguns os leve a ocupar a maior parte do seu tempo em tarefas socialmente mais prestigiadas, como estudar, ou exercer a profissão de Guarda Fiscal ou Guarda Nacional Republicana. A terra, dizendo respeito a todos, funciona aqui como uma grande força de nivelção social. Dito isto, podemos considerar que uma categoria como “classe social” se apresenta pouco produtiva para a abordagem sociolinguística desta comunidade rural. Assim sendo, faremos assentar a nossa análise da estrutura social de Paradela no conceito mais operativo de “rede social”.

Pelas características que acabámos de apontar e atendendo ao número reduzido de habitantes deste núcleo populacional (144 no total), compreendemos que ele pode ser considerado, visto na sua totalidade, uma única rede social. Com efeito, em Paradela verificámos que, não só todos os habitantes se conhecem bem e há longa data, como também existem entre si numerosos e variados laços de parentesco (directos e/ou por afinidade), relações laborais e de vizinhança. O convívio entre os falantes, numa aldeia com estas dimensões, revela-se bastante intenso e constante, quer nos momentos de lazer, quer nas horas de trabalho. As pessoas encontram-se regularmente no café, à noite, ou nas casas dos vizinhos e familiares para conversar e conviver e, partilhando tarefas agrícolas e pastoris comuns, também lhes é proporcionada uma interacção quotidiana na actividade laboral. Sendo evidente que algumas áreas desta rede serão mais densas e “multiplex” que outras, a verdade é que tais nódulos não se destacam de forma a estabelecer divisões importantes e significativas na rede local.

De uma forma genérica, e sintetizando as informações que pudemos recolher localmente, diríamos que Paradela se constitui como uma rede social de malha muito apertada, com uma grande abundância de fios “multiplex” a ligarem os falantes entre si<sup>1</sup>. É, portanto, uma unidade social cuja estrutura não favorece a penetração fácil de hábitos linguísticos e comportamentais vindos do exterior. Com isto não queremos dizer, porém, que a comunidade é imune ao que se passa fora dela; pelo contrário, pudemos identificar algumas “brechas” na solidez desta estrutura. Neste sentido, veja-se, por exemplo, que os estudantes e os jovens em geral despertam nos restantes falantes um comportamento linguístico que se afasta dos hábitos de interacção tradicionais. Do mesmo modo, pessoas que tenham vivido noutras regiões de Portugal por longos períodos de tempo, como é o caso de alguns guardas das forças de segurança pública e as suas respectivas famílias, manifestam, frequentemente, preferências linguísticas mais em conformidade com os hábitos do “out-group”, i.e., muitos já preferem o

<sup>1</sup>A fim de corroborar esta afirmação, consulte-se, em anexo, o quadro III, *Parentescos e relações sociais existentes entre os informantes de Paradela*.

uso quotidiano do português, preterindo o mirandês. Curiosamente, no entanto, a generalidade dos falantes que viveu e trabalhou fora do país já não revela este mesmo tipo de comportamento. Se é verdade que a emigração temporária, tendo atingido a maior parte da população local, possibilitou a muitos destes falantes um contacto com outros sistemas linguísticos, tal facto parece não ter produzido efeitos significativos ao nível dos seus hábitos e preferências originais. Aliás, foi possível recolher testemunhos que revelam a manutenção destes hábitos, mesmo durante o período de emigração:

E. E lá em França, falava mirandês?

11. Com a família... sim, com a família... (...) em Paris há muita gente daqui (...).<sup>1</sup>

Pelo que acabámos de considerar, verifica-se que, à excepção do fenómeno emigratório, existem alguns factores que potenciam a abertura e permeabilidade da rede local em relação a hábitos linguísticos mais prestigiados, i.e., no caso vertente, o uso mais sistemático e regular do português. Esses factores parecem ser a profissão, grau de escolarização e idade dos falantes. Assim, e embora tais parâmetros extra-linguísticos não originem em si mesmos uma não integração ou integração menor na rede local por parte dos falantes visados (todos se encontram, como vimos, a ela ligados em quantidade e em qualidades diversas), tais factores possibilitam a esses mesmos falantes a construção de redes sociais exteriores à rede local já no seio do “out-group”, adquirindo, por esta via, uma espécie de identidade sociocultural dupla. Poder-se-á argumentar, no entanto, que todos os falantes da rede local podem ser encarados como portadores de uma dupla identidade sociocultural, na medida em que todos sentem necessidade de manter algum tipo de contacto com a comunidade monolíngue (é no seu âmbito que se localizam a maior parte das estruturas político-administrativas, religiosas, educacionais e económicas)<sup>2</sup>. Não esqueçamos, porém, que a questão central desta problemática reside no grau e na sistematicidade dos contactos com o “out-group”. Assim, se para alguns falantes esta ligação é relativamente frouxa, assentando em contactos circunscritos e esporádicos, para outros a relação é estreita, constante e quotidiana, condição que os conduz à construção de redes sociais alternativas à rede local. Dependendo da forma como cada um destes últimos falantes assume a sua dupla identidade, i.e., dependendo do predomínio de uma ou outra componente dessa identidade, assim serão condicionadas as suas preferências linguísticas e, logo também, o comportamento dos membros exclusivos da rede local quando em interacção com eles. Como comentava, a este propósito, um locutor de 21 anos:

Ed. (...) A gente... a gente que esteve na cidade ou esteve na guarda e agora está aqui a viver, falam o fidalgo... e um já sabe quem é, fala-le fidalgo também...

(...)

Ed. Gente que veio de fora para cá... que esteve fora a viver... e agora veio para cá, falam sempre o fidalgo... e é por isso que uma pessoa, quando passa por eles, já fala o fidalgo também...

<sup>1</sup>Cf. *corpus* 1.1. em anexo. A maioria dos testemunhos transcritos a partir de agora pode ser encontrada neste *corpus*. O recurso a material provindo de outros *corpora* será convenientemente assinalado.

<sup>2</sup>A caracterização que acabámos de fazer da relação existente entre o “in-group” e o “out-group” permite considerar que a comunidade bilingue sob observação assenta numa estrutura onde o grupo minoritário se insere no seio do próprio grupo maioritário. Remetendo para a figura 3 representada na p. 46, verificamos que, no presente caso, estamos perante uma estrutura do tipo B.

agora a gente não... a outra, a que está cá, já sabe que fala o mirandês, fala-le o mirandês também...

Subjacente à mutação das preferências linguísticas, no sentido de formas ou idiomas mais prestigiados nos falantes portadores desta dupla identidade, existe a influência de um factor essencial a que, nesta secção, apenas aludimos. Trata-se, naturalmente, das atitudes linguísticas desses falantes. Assim, para que as preferências linguísticas originais se alterem, é preciso que haja, em primeiro lugar, uma consciência clara do significado social dos idiomas que se usam e logo, também, das atitudes nutridas em relação a eles. A preferência, em si mesma, já indica uma opção, muitas vezes radical, por um dado conjunto de valores sociais. Desta importante problemática faremos, no entanto, mais detalhada referência nas últimas secções desta parte II.

Atendendo à natureza da rede social local e aos condicionalismos que mais parecem contribuir para os usos linguísticos dos seus membros, optámos por estudá-la socorrendo-nos de diferentes abordagens metodológicas. Uma vez que não foi viável entrevistar formalmente todos os membros desta rede de forma a apurar as suas atitudes linguísticas e tendências na escolha de línguas (factores essenciais para aferir o valor comunicativo da alternância de códigos), considerámos que seria mais exequível, para estes dois fins específicos, seleccionar apenas uma parte da rede, configurando, deste modo, uma amostra de falantes. Com este procedimento acabámos por introduzir na nossa análise alguns preceitos metodológicos da Sociolinguística variacionista, especialmente no tratamento do material referente à escolha de línguas, situação que nos obrigou a ponderar, entre outras questões, as que se prendem com as técnicas de amostragem.

Neste âmbito, um dos primeiros problemas a equacionar foi o da representatividade da amostra. Sendo, essencialmente, um problema de carácter estatístico, ele afigura-se de difícil resolução para a generalidade dos sociolinguistas. Estes, necessitando de trabalhar com uma grande diversidade de variáveis, tanto linguísticas como extra-linguísticas, geralmente optam por amostras relativamente pequenas e manuseáveis, sacrificando, assim, o princípio da representatividade estatística<sup>1</sup>. Como, no entanto, faz notar Lesley Milroy a este propósito, "large samples tend not to be as necessary for linguistic surveys as for other surveys. This is apparently because linguistic behaviour is more homogeneous than may other types of behaviour studied by surveys (...) However, there seems to be little point in aiming for technical representativeness in the face of (...) diminishing analytic returns"<sup>2</sup>. Perfilhando, também nós, uma solução deste tipo, elegemos uma amostra constituída por 38 informantes, representando, deste modo, 26,4 % dos membros da rede local.

Solucionada a questão do tamanho da amostra, foi depois necessário ponderar de que forma e em que proporção nela representaríamos os informantes de acordo com as diferentes

<sup>1</sup>De acordo com as informações de R. V. Krejcie e D. Morgan, o estudo de uma comunidade com 144 habitantes requeria uma amostra representativa de 92 indivíduos. Cf., dos Autores, *Determining Sampling Size for Research Activity*. In: *Educational and Psychological Measuring*, 30 (3), p. 607-610 (referência encontrada em LÚCIA GERARDI e CHRISTINE SÍLVIA BÁRBARA, *Quantificação em Geografia*. São Paulo, Difel, 1981, p. 20).

<sup>2</sup>LESLEY MILROY, *Observing and Analysing Natural Language*. New York (Basil Blackwell), 1989, p. 21-22.



variáveis extra-linguísticas que queríamos contemplar, a saber, sexo, idade, profissão e grau de escolarização. Não perdendo de vista os objectivos que presidiram à nossa decisão de recorrer a uma amostra, considerámos que deveríamos manter o princípio da proporcionalidade na sua constituição, procurando, assim, que ela fosse o reflexo das características demográficas e sociais da comunidade em observação. Pensámos que só assim poderíamos efectivamente identificar as tendências atitudinais e de escolha de línguas na rede local, vista no seu conjunto. Para este efeito, foi, portanto, necessário partir das informações estatísticas disponíveis sobre a povoação, ou, na sua ausência, dos dados existentes sobre o concelho de Miranda do Douro.

Encontramos, deste modo, representada na nossa amostra 53% de informantes do sexo feminino e 47%<sup>1</sup> de informantes do sexo masculino, face aos 51,4% e 48,6% que, respectivamente, existem na comunidade como um todo<sup>2</sup>. Quanto aos estratos etários, temos, na amostra, 13% de adolescentes (12 aos 19 anos), 19% de jovens adultos (20 aos 34 anos), 19% de adultos com idades compreendidas entre os 35 e 49 anos e 49% de adultos com mais de 50 anos<sup>3</sup>. Não havendo informações do Censo 91 sobre a estratificação etária da população por freguesia, estas percentagens foram calculadas com base nos dados disponíveis, referentes ao concelho de Miranda do Douro<sup>4</sup>.

No que diz respeito à estratificação dos informantes de acordo com o seu grau de escolarização, considerámos os grupos clássicos. Assim, trabalhámos com quatro estratos: analfabetos (13%); informantes que tenham frequentado o ensino básico<sup>5</sup> (63%); informantes que tenham frequentado o ensino secundário (21%) e informantes que tenham frequentado o ensino superior (3%)<sup>6</sup>. Mais uma vez, neste caso, não dispúnhamos de dados recentes por freguesia (os últimos conhecidos datam de 1950). Optámos, deste modo, por fazer depender esta variável extra-linguística das variáveis idade e sexo dos informantes já seleccionados. Estas últimas, estando intimamente relacionadas com a evolução dos padrões de escolarização em Portugal, mostram ser bons indicadores para a estratificação da amostra quanto a este aspecto. Realce-se, todavia, que esperávamos encontrar uma percentagem mais significativa de analfabetos. Pensamos, no entanto, que muitos dos informantes que frequentaram o ensino básico, especialmente os mais idosos, se poderiam incluir, sem grandes riscos, na categoria de analfabetos, pois poucos terão, por força do seu *modus vivendi* local, hábitos efectivos de leitura e de escrita, condicionalismo que os conduzirá a um estado de analfabetismo funcional.

Já em relação aos grupos profissionais, decidimos que deveríamos considerar todos os que estivessem representados na amostra, constituída, como já vimos, essencialmente, com base nas variáveis sexo e idade dos locutores. Esta decisão foi motivada pelo que pudemos observar *in loco*. Assim, e pelas razões que já atrás explanámos, o factor profissão teria de ser considerado na nossa análise na medida em que parece exercer um papel importante no

<sup>1</sup>Cf. o gráfico XVII, *Sexo dos informantes que constituíram a amostra de Paradela*.

<sup>2</sup>Cf. o gráfico XII, *Evolução do número de habitantes na freguesia de Paradela, por sexo, desde 1796 até 1991 (população presente)*.

<sup>3</sup>Cf. o gráfico XVIII, *Estrutura etária da amostra constituída pelos informantes de Paradela*.

<sup>4</sup>Estes dados, não publicados, foram-nos fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística.

<sup>5</sup>Incluimos no ensino básico os antigos 1º e 2º anos do Ciclo Preparatório.

<sup>6</sup>Cf. o gráfico XIX, *Grau de escolarização dos informantes que constituíram a amostra de Paradela*.



comportamento linguístico dos falantes que integram esta rede local. Dito isto, os grupos representados foram os seguintes: agricultores e pastores (63%); comerciantes (3%); estudantes (11%); trabalhadores da construção civil (13%); Guardas Fiscais (5%) e domésticas (5%)<sup>1</sup>. O peso relativo que cada grupo profissional veio a conhecer na amostra poderá, de resto, ser corroborado através das estatísticas existentes<sup>2</sup>.

Aquando da apresentação dos estudos particulares elaborados com base nesta amostra de falantes (questionários atitudinais e questionário referente aos padrões de escolha de línguas), acrescentaremos outras considerações que, sobre ela, julgarmos úteis.

## 2.2. AS ATITUDES LINGUÍSTICAS

### 2.2.1. DEFINIÇÃO

Antes de partirmos para uma definição de “atitude linguística”, necessário se torna assentarmos no que, genericamente, entendemos por “atitude”. Este conceito, tematizado sobretudo no âmbito da Psicologia, tem conhecido diferentes delimitações consoante as correntes teóricas que, dentro desta área de estudos, se têm imposto. Nesta medida, os maiores desenvolvimentos sobre este assunto devem-se, essencialmente, a trabalhos elaborados com base em duas grandes perspectivas: a mentalista, por um lado, e a behaviorista, por outro<sup>3</sup>.

De acordo com a primeira destas perspectivas, a definição de atitude poderá corresponder à seguinte formulação avançada por Frederick Williams: “an internal state aroused by stimulation of some type and which may mediate the organism's subsequent response”<sup>4</sup>. Sendo esta uma definição que concebe a atitude como um estado interno do indivíduo, i.e., uma realidade subjectiva cujo estudo se revela problemático dado o seu carácter não imediatamente observável, é natural que os behavioristas, empenhados na construção de métodos de análise objectivos que pudessem conferir à Psicologia uma credibilidade científica maior<sup>5</sup>, a tenham

<sup>1</sup>Cf. o XX, *Grupos profissionais representados na amostra constituída pelos informantes de Paradela*.

<sup>2</sup>Cf. os gráficos VI e XVI, onde se representa a distribuição da população activa por sectores económicos, no concelho de Miranda do Douro e na freguesia de Paradela, respectivamente. Dos números considerados nestes gráficos, os mais recentes são já de 1981. Admitindo a possibilidade de alterações importantes na distribuição da população activa por sectores económicos entre 1981 e 1991, em virtude da acentuada diminuição da população total e do aumento da quota de elementos escolarizados, pensamos que os sectores mais afectados por estas mudanças, tanto a nível de concelho, como a nível de freguesia, terão sido os secundário e terciário. Ainda assim, e embora a proporção de trabalhadores ocupados em cada um destes últimos sectores não seja fácil de prever com exactidão, podemos postular, baseando-nos nos dados existentes e na observação directa, que dividirão entre si uma cota minoritária da força laboral, cabendo a fatia maior ao sector primário. Desta realidade nos dá, portanto, conta a amostra constituída pelos informantes de Paradela.

<sup>3</sup>Cf. REBECCA AGHEYISI e JOSHUA A. FISHMAN, *Language Attitude Studies. A Brief Survey of Methodological Approaches*. In: *Anthropological Linguistics*, vol. 12, 1970, p. 137-157 e RALPH FASOLD, *ob. cit.*, p. 147-179.

<sup>4</sup>FREDERICK WILLIAMS, *The Identification of Linguistic Attitudes*. In: *The International Journal of the Sociology of Language*, 3, 1974, p. 21. Citado por RALPH FASOLD, *ob. cit.*, p. 147.

<sup>5</sup>A posição de Watson [um dos principais teorizadores do behaviorismo] consistia essencialmente em negar —ou, para fins científicos, ignorar— o postulado dos psicólogos introspeccionistas de que a Psicologia tinha um único objecto: os processos mentais enquanto opostos aos processos físicos. Pelo contrário, afirmava ele, os dados fundamentais de que trata o psicólogo são semelhantes aos do físico, e são simplesmente as observações do cientista. O primeiro requisito dos dados científicos, argumentava Watson, é que sejam objectivos —objectivos no sentido de «públicos», abertos e acessíveis a qualquer investigador convenientemente treinado e equipado. Na

rejeitado de forma liminar. Assim, "the extreme behaviorist definition locates attitude in actual overt behavior or responses. Such an approach therefore faces few or no problems at the level of analysis because attitudes have been defined entirely in terms of the observable data"<sup>1</sup>.

Segundo Rebecca Agheyisi e Joshua A. Fishman<sup>2</sup>, ainda outro aspecto sustenta a divergência entre mentalistas e behavioristas, i.e., a própria forma como se estrutura a atitude. Assim, se para estes últimos a atitude tem uma estrutura unitária e não divisível, para os primeiros ela é concebida como tendo uma estrutura componencial, formada por uma parte cognitiva, outra afectivo-avaliativa e ainda outra accional. Compreende-se, deste modo, que mesmo os psicólogos mentalistas reconheçam a dimensão comportamental / accional da atitude, ainda que sustentem, salvaguardando a sua posição teórica inicial, que "not all components of an attitude imply behavior"<sup>3</sup>. Esboça-se, portanto, a este nível, alguma convergência, que não deixa de se estender a outros aspectos<sup>4</sup>.

Torna-se possível, pois, considerar que estas perspectivas, apesar das diferenças que ostentam, não se excluem mutuamente de uma forma absoluta. Aliás, algumas definições de "atitude" parecem, de forma conciliadora, sintetizar os contributos de ambas. Julgamos que uma dessas definições é a que W. J. McGuire propõe<sup>5</sup>: concebendo a atitude essencialmente como uma manifestação afectivo-avaliativa, considera que ela compreende, no entanto, uma dimensão de crença (base cognitiva para a avaliação) e outra comportamental (reflexo observável da avaliação). Partindo de uma concepção como esta que, embora lata, beneficia simultaneamente do facto de ser mais completa, torna-se viável a aplicação combinada de métodos de averiguação e de medição bastante diversos. Assim, a aferição das atitudes poderá passar, tanto pela questionação directa aos informantes, processo através do qual estes são incitados a uma consciencialização e a uma verbalização das suas crenças, como pela observação dos seus comportamentos avaliativos, quer estes sejam explícitos, quer sejam

psicologia introspectiva, a pessoa que pratica a introspecção é a única capaz de observar a sua experiência consciente. Watson insiste em que os dados fundamentais da Psicologia devem ser tais que sejam acessíveis a todos. Transferiu, portanto, o objecto da Psicologia da experiência consciente para o comportamento." In: H. KENDLER, *Introdução à Psicologia*, vol. I. Lisboa (Fundação Calouste Gulbenkian), 1963, p. 104.

<sup>1</sup>In: REBECCA AGHEYISI e JOSHUA A. FISHMAN, *ob. cit.*, p. 138.

<sup>2</sup>REBECCA AGHEYISI e JOSHUA A. FISHMAN, *ob. cit.*, p. 138-141.

<sup>3</sup>J. H. EHRLICH, *Attitudes, Behavior, and the Intervening Variables*. In: *The American Sociologist*, nº 4, 1, 1969, p. 29-34 (citado por REBECCA AGHEYISI e JOSHUA A. FISHMAN, *ob. cit.*, p. 139). Esta posição é, no entanto, rejeitada por Milton Rokeach ao sustentar que "all attitudes are 'agendas to action' along with other behavioral determinants" (in: REBECCA AGHEYISI e JOSHUA A. FISHMAN, *ob. cit.*, p. 140), pois uma predisposição que não se manifeste por meio de um comportamento não poderá ser, de todo, detectável.

<sup>4</sup>"Practically everybody agrees that attitudes are learned from previous experience, and that they are not momentary but relatively 'enduring'". In: REBECCA AGHEYISI e JOSHUA A. FISHMAN, *ob. cit.*, p. 139. A corroborar o facto de a atitude resultar de um longo processo de socialização do indivíduo, encontramos Muriel Saville-Troike: "attitudes are acquired as a factor of group membership, as a part of the process of enculturation in a particular (...) community, and thus basic to its characterization". In: *The Ethnography of Communication* (...), p. 169.

<sup>5</sup>W. J. MCGUIRE, *The Nature of Attitudes and Attitude Change*. In: *Handbook of Social Psychology*, vol. 3. Edited by G. Lindzey and E. Aronson. Reading (Addison-Wesley), 1969. Referência encontrada em ELLEN BOUCHARD RYAN, HOWARD GILES e RICHARD J. SEBASTIAN, *An Integrative Perspective for the Study of Attitudes towards Language Variation*. In: *Attitudes towards Language Variation. Social and Applied Contexts*. Edited by Ellen Bouchard Ryan and Howard Giles. London (Edward Arnold), 1982, p. 7.

implícitos. Destas complexas questões metodológicas faremos, no entanto, mais detalhada referência na secção seguinte.

Vista uma possível definição genérica de “atitude”, estamos em condições de abordar o que se pode entender por “atitude linguística”. Sendo um tipo particular de atitude, ela poderá ser perspectivada, à semelhança do que alguns autores advogam, como aquela que se manifesta especificamente em relação às línguas ou às formas linguísticas em uso numa dada comunidade. Consideramos, no entanto, e perfilhando a opção de outros<sup>1</sup>, que é útil incluir sob a alçada da designação “atitudes linguísticas”, não só as apreciações valorativas e respectivos reflexos comportamentais revelados pelos falantes em relação aos idiomas em si mesmos, mas também as crenças e comportamentos manifestados em relação aos utentes desses idiomas. Esta concepção parece-nos mais adequada, na medida em que nela se pondera o factor que origina a formação das crenças e dos comportamentos em relação aos idiomas, i.e., os próprios falantes que deles fazem uso, detentores de uma determinada identidade social e cultural, que, em si mesma, já é objecto de uma avaliação valorativa por parte dos membros da comunidade linguística<sup>2</sup>. Defendemos, deste modo, que a generalização de uma atitude positiva ou negativa em relação a uma determinada forma linguística ou língua natural será o reflexo das próprias atitudes manifestadas em relação às características atribuídas ao sujeito social que mais frequentemente a usa e ao qual, por isso mesmo, se encontra fortemente associada.

As atitudes linguísticas, assim definidas, têm sido estudadas, essencialmente, no âmbito da Sociolinguística, da Psicologia social e da Sociologia. Embora cada uma destas disciplinas vise objectivos diferentes<sup>3</sup>, a verdade é que os contributos de qualquer uma delas se interrelacionam e complementam, podendo ser proveitosamente evocados numa abordagem mais abrangente desta questão<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup>Cf., por exemplo, RALPH FASOLD, *ob. cit.*, p. 148.

<sup>2</sup>Cf., a este propósito, Muriel Saville-Troike: "it is because attitudes toward communicative performance are generally culturally determined that they are so strongly influenced by the social structure of the community in question. (...) In other words, the social differences are there to begin with, and we can then use concomitant linguistic differences to symbolize them". In: *The Ethnography of Communication (...)*, p. 169.

<sup>3</sup>"From a sociological perspective, language attitudes are considered in the context of societal structures and institutions. From a sociolinguistic viewpoint, subjective perceptions and norms concerning within-language speech variations and specific pronunciations and the conditions determining the selection of particular variants or varieties have been of interest. Within the social psychological tradition, the emphasis has been upon the individual's social perceptions and speech behaviour in the context of intergroup communication". In: ELLEN B. RYAN, HOWARD GILES E MILES HEWSTONE, *The Measurement of Language Attitudes*. In: *Sociolinguistics: an International Handbook of the Sciences of Language and Society*, vol. II. Edited by Ulrich Ammon, Norbert Dittmar and Klaus J. Mattheier. Berlin, New York (Walter de Gruyter), 1987, p. 1068.

<sup>4</sup>Como salientam Ellen B. Ryan, Howard Giles e Miles Hewstone, "content analysis of societal treatment provide a valuable description of the roles of contrasting language varieties as well as the broad foundation concerning historical changes and geographic differences upon which the more sociolinguistic or social psychological studies can be based". In: *ob. cit.*, p. 1069.

### 2.2.2. MÉTODOS DE AFERIÇÃO

Numerosos métodos de investigação têm vindo a ser usados em estudos sobre atitudes linguísticas, existindo já trabalhos que utilmente os sintetizam<sup>1</sup>. Nestes, damos-nos conta que a primeira grande distinção que podemos estabelecer entre os métodos disponíveis se prende com a sua natureza *directa* ou *indirecta*. Assim, um método directo é todo aquele que evoque, explicitamente, os objectivos da investigação (os informantes respondem a perguntas sobre o que pensam da língua  $x$  ou  $y^2$ ), sendo um método indirecto aquele que não dê a conhecer aos sujeitos aquilo que com ele efectivamente se pretende. As formas mais usuais assumidas pelo método directo são o inquérito e a entrevista, formas que, no entanto, também poderão ser usadas quando o propósito do investigador é o de fazer uma averiguação indirecta, como adiante se verá. Neste último caso, é frequente encontrar o questionário e a entrevista como componentes de um *apparatus* com mais elementos. Dada, precisamente, a constituição mais complexa dos *apparati* envolvidos nos métodos indirectos, são estes que requerem uma mais pormenorizada explicação. Passemos, já de seguida, a enumerá-los e a observar o seu funcionamento.

O primeiro a merecer a nossa atenção é a “*matched-guise technique*”, concebida por Wallace Lambert e seus colaboradores na década de sessenta. Este método indirecto tem sido um dos mais profusamente utilizados na investigação sobre atitudes linguísticas, especialmente em situações de contacto de línguas. Genericamente, a técnica consiste em defrontar um júri de informantes (bi- ou monolíngues) com uma série de gravações de versões idiomáticas do mesmo texto, com base nas quais são chamados a revelar as suas atitudes. As gravações são feitas por locutores bilingues que lêem, cada um, o referido texto, ora num idioma, ora noutra. Com estas leituras é feita uma montagem onde as versões de cada locutor são ordenadas de forma alternada. O júri não é informado do facto de estar a ouvir as mesmas pessoas pelo menos duas vezes. Após a audição de cada gravação da série, pede-se aos informantes que avaliem o respectivo locutor. A avaliação explícita direcciona-se para uma gama de diferentes características do locutor como a formação moral, a inteligência, o grau de instrução, o “*status*” social e até a beleza física. Estas qualidades, representadas por adjectivos e outras expressões qualificadoras numa grelha previamente distribuída, são avaliadas pelos informantes por meio da sinalização numa escala (muito pouco, pouco, não sei, bastante, muito)<sup>3</sup> do seu grau de adequação ao locutor que ouviram.

<sup>1</sup>Cf., por exemplo, REBECCA AGHEYISI e JOSHUA A. FISHMAN, *ob. cit.*, p. 137-157; RALPH FASOLD, *ob. cit.*, p. 147-179; ELLEN B. RYAN, HOWARD GILES e MILES HEWSTONE, *ob. cit.*, p. 1068-1081 e JOSIANE F. HAMERS e MICHEL H. A. BLANC, *ob. cit.*, p. 23.

<sup>2</sup>Vd. RALPH FASOLD, *ob. cit.*, p. 149.

<sup>3</sup>Este tipo de escala encontra-se denominado na bibliografia científica como “*semantic differential scale*”, tendo sido desenvolvido por C. E. OSGOOD, G. J. SUCI e P. H. TANNENBAUM, *The Measurement of Meaning*. Urbana (University of Illinois), 1957 (referência encontrada em REBECCA AGHEYISI e JOSHUA A. FISHMAN, *ob. cit.*, p. 148). “As this technique measures the evaluation of a concept it is possible to use it in a differential way and obtain a measure of the relative evaluation of two languages or two groups of speakers”. In: JOSIANE F. HAMERS e MICHEL H. A. BLANC, *ob. cit.*, p. 23.



Significativamente, os estudos elaborados referem que os elementos do júri não tomam, por via de regra, consciência de que se trata da mesma pessoa, pelo menos em duas das gravações. A prova disto é que as avaliações obtidas pelo mesmo locutor para cada versão linguística do mesmo texto são, na maior parte dos casos, bastante diferentes. Como salienta Ralph Fasold, "if the same person is rated differently in different 'guises', it has to be the difference in language that accounts for it. Since the same person has provides both samples, it cannot be voice quality differences that the listeners are reacting to. Content is eliminated as a variable by having translated versions of the same passage read in each language"<sup>1</sup>. Em estudos como estes, são particularmente evidenciados os estereótipos culturais que vigoram nas sociedades caracterizadas pelo contacto de línguas, tanto aqueles que predominam entre os membros do grupo maioritário monolíngue, como os que os próprios bilingues nutrem em relação às línguas que conhecem. Neste sentido, Muriel Saville-Troike esclarece que "making judgements about people according to linguistic features is a common form of stereotyping; it is possible because of the highly 'visible' nature of the markers in language which are correlated with extralinguistic categories in a society, such as race, sex, age, social class, religion, and ethnicity"<sup>2</sup>.

Algumas desvantagens e limitações têm, no entanto, vindo a ser apontadas a esta técnica, motivando alguns aperfeiçoamentos<sup>3</sup>. A maior parte das críticas direcciona-se para o carácter artificial da situação de locução que serve de estímulo à reacção avaliativa dos informantes. Sustenta-se, nomeadamente, que poderá haver uma desadequação perturbadora entre o tema do texto-matriz e um ou alguns dos idiomas em que é proferido. Assim, "if the two 'guises' happen to be the High and Low form in a diglossic community, it is easy to see that a topic that is appropriate in one variety might be completely wrong for the other. Respondents might then give low evaluations to one guise, not because they have a negative opinion of the language form itself, but because they think that language form should not be used to discuss that particular topic"<sup>4</sup>. Parece-nos que uma forma de minorar este condicionalismo, para além daquelas que, tecnicamente mais onerosas e complicadas, já foram avançadas<sup>5</sup>, é a de se escolher para matriz um texto cujo conteúdo seja passível de, com adequação, ser proferido em qualquer uma das línguas em observação. Reconhecemos, no entanto, que tal tarefa poderá não ser fácil, especialmente quando se trata de estudar uma situação de contacto que envolve mais do que dois idiomas. Nestes casos, sugerimos que talvez se possa recorrer a dois ou mais textos matriz que se revelem apropriados à locução em pares alternados de idiomas. Desta forma, e pese embora a limitação que representa o facto de a variável conteúdo não ser constante em todos os casos, pensamos que esta solução atenua a eventual artificialidade gerada pela manutenção do mesmo texto para todos os idiomas. Julgamos, igualmente, que esta

<sup>1</sup>In: RALPH FASOLD, *ob. cit.*, p. 150.

<sup>2</sup>MURIEL SAVILLE-TROIKE, *The Ethnography of Communication (...)*, p. 181.

<sup>3</sup>Para uma descrição destes aperfeiçoamentos vd., por exemplo, REBECCA AGHEYISI e JOSHUA A. FISHMAN, *ob. cit.*, p. 146-147, RALPH FASOLD, *ob. cit.*, p. 152-156 e ELLEN B. RYAN, HOWARD GILES E MILES HEWSTONE, *ob. cit.*, *passim*.

<sup>4</sup>In: RALPH FASOLD, *ob. cit.*, p. 153.

<sup>5</sup>Cf. as indicações bibliográficas apresentadas na nota 1 da p. 93 deste trabalho.



solução é exequível se o investigador se reservar um período prévio de observação da comunidade que quer estudar, através do qual procurará avaliar o estatuto relativo de cada idioma em presença. Munido dessa preciosa informação, a escolha dos textos tendo em vista a sua adequação a cada língua, já será uma tarefa minimamente fundamentada.

Acabámos de realçar, nestas últimas considerações, outra das técnicas indirectas frequentemente usadas em estudos sobre atitudes linguísticas. Referimo-nos à observação. Técnica nutrida, sobretudo, no seio da Antropologia linguística e da Etnografia da linguagem, o seu principal defeito decorre da impossibilidade de, através dela, se obterem dados quantificáveis e objectivos. Contudo, como salientam Rebecca Agheyisi e Joshua A. Fishman, se "the observational method by itself may not be the best for collecting data of an essentially introspective nature such as attitudinal data, but when combined with more direct methods such as interviews and questionnaires, it can be very useful"<sup>1</sup>.

Quanto ao questionário escrito e à entrevista oral, estes são processos que podem ser usados tanto como métodos directos, como indirectos, dependendo da natureza das questões que neles se formulem. Também podem conter perguntas abertas ou fechadas, sendo certo que as respostas a estas últimas são aquelas cujo tratamento estatístico mais fácil se torna. Este tipo de questões poderá ser concebido de molde a que as respostas envolvam, simplesmente, a escolha entre 'sim' e 'não', ou pode basear-se em esquemas de resposta mais complexa. A título de exemplo, o investigador poderá optar por confrontar o informante com uma escala<sup>2</sup> "in which subjects are asked to express their degree of agreement or disagreement with a number of statements relating to the languages and speakers"<sup>3</sup>. De qualquer forma, num questionário ou entrevista é de toda a conveniência colocar questões abertas na medida em que estas "encourage the subjects to freely express their individual views about the focal object" e "in the course of answering such open questions subjects may reveal other attitudes which the researcher may not have anticipated"<sup>4</sup>.

Tendo passado em revista os principais métodos usados para o estudo das atitudes linguísticas, cabe-nos, no final, lembrar o óbvio: as técnicas que vierem a ser adoptadas por cada investigador sê-lo-ão, necessariamente, em função das características do universo social que está na sua mira. Pela nossa parte, não pudemos recorrer à "matched-guise technique" para a avaliação das atitudes linguísticas dos habitantes de Paradela, porque as características socioculturais da população em questão não o permitiam. Recordamos que estamos perante um conjunto de falantes bilingues marcado por um elevado grau de analfabetismo real ou funcional que não reúne, por isso mesmo, condições objectivas para ser submetido a uma técnica que envolve o registo escrito das suas avaliações. Em compensação, e uma vez que a "matched-guise technique" tão interessantes resultados tem revelado noutros estudos,

<sup>1</sup>REBECCA AGHEYISI e JOSHUA A. FISHMAN, *ob. cit.*, p. 150.

<sup>2</sup>O tipo de escala descrito encontra-se denominado, na bibliografia científica, como "Lickert-type evaluation scale".

<sup>3</sup>In: JOSIANE F. HAMERS E MICHEL H. A. BLANC, *ob. cit.*, p. 23.

<sup>4</sup>In: REBECCA AGHEYISI e JOSHUA A. FISHMAN, *ob. cit.*, p. 147-148.

decidimos aplicá-la a um conjunto de 100 alunos da Escola Secundária de Miranda do Douro<sup>1</sup>, elaborando, deste modo, um estudo atitudinal complementar<sup>2</sup>. A estes mesmos jovens pedimos o preenchimento dos questionários II, III e IV<sup>3</sup>, conseguindo, através deste último, a recolha do material que deu origem ao *corpus* 1.2. e ao gráfico XXIV<sup>4</sup>. Com estes procedimentos não visámos, contudo, transpor os resultados obtidos neste universo para o de Paradela; antes procurámos obter dados suplementares que pudessem corroborar aqueles recolhidos nesta aldeia, e que também servissem para avaliar a tendência evolutiva das atitudes linguísticas no concelho de Miranda do Douro. Uma vez que os sujeitos desta amostra são todos jovens que beneficiaram da generalização da escolaridade, dois factores que nos pareceram estar na origem de algumas alterações no comportamento verbal e nas preferências linguísticas dos falantes paradelenses, julgamos que os resultados deste estudo contribuem para ilustrar, ainda que grosseiramente, o rumo que a situação de bilinguismo mirandês-português poderá vir a sofrer nesta região a médio prazo. Neste mesmo sentido, igualmente importante se afigura a avaliação do papel do espanhol para estes falantes.

No que diz respeito a Paradela, as técnicas que usámos foram, para além da observação, a entrevista directa<sup>5</sup> e indirecta<sup>6</sup>, mais adequadas às características dos falantes que lá habitam. O questionário escrito foi posto de parte pelo mesmo motivo aduzido para a não utilização da “matched-guise technique”. De qualquer forma, a solução encontrada, sendo a mais viável na comunidade em observação, não carece de inúmeras virtudes. Como salientam, mais uma vez, Rebecca Agheyisi e Joshua A. Fishman, “the personal contact involved enables the interviewer to focus the attention on the respondent on the desired dimension, thereby providing a better

<sup>1</sup>Esta amostra, seleccionada para um estudo atitudinal complementar, foi constituída de forma relativamente aleatória. Procurámos apenas que nela se fizessem representar falantes adolescentes de várias idades e provenientes de diferentes localidades do concelho de Miranda do Douro. Para uma visão mais precisa da estrutura desta amostra, vejam-se os gráficos XXI, *Estrutura etária da amostra constituída pelos alunos da Escola Secundária de Miranda do Douro*; XXII, *Sexo dos alunos da Escola Secundária de Miranda do Douro que constituíram a amostra* e XXIII, *Zona de residência dos alunos da Escola Secundária de Miranda do Douro que constituíram a amostra*.

<sup>2</sup>Na aplicação desta técnica utilizámos dois textos de Miguel Torga que são apresentados em anexo. Um destes textos foi traduzido para mirandês e o outro para espanhol. O par constituído pelas versões portuguesa e mirandesa foi lido por um locutor bilingue do sexo masculino, professor de Mirandês, natural do concelho de Miranda do Douro e aí residente, tendo sido o outro par lido por uma locutora bilingue do sexo feminino, professora de Língua Portuguesa e oriunda do concelho de Coimbra. Assim, cada uma das versões portuguesas reflectiu uma variedade geográfica diferente do português culto: trasmontano e centro-litoral. As gravações destes textos foram depois ordenadas pela seguinte ordem: locutor masculino-versão portuguesa; locutora feminina-versão espanhola; locutor masculino-versão mirandesa; locutora feminina-versão portuguesa. Tendo passado as gravações uma por uma aos alunos que integraram a amostra, foi-lhes pedido que, no final de cada audição, registassem as suas avaliações do respectivo locutor, usando, para tal, as grelhas que lhes foram previamente distribuídas. Nestas grelhas as expressões qualificadoras dos locutores foram organizadas em dois grandes grupos: A e B. As expressões do grupo A remetem para características associadas com o “status” social, enquanto que as do grupo B remetem para características associadas com a solidariedade intra-grupal. Para além deste tipo de avaliação, os informantes também opinaram sobre outras características do locutor que ouviram em cada uma das gravações, apontando a sua idade aproximada, profissão, região de origem e classe social. Este pequeno questionário, concebido para que pudéssemos detectar eventuais casos de reconhecimento de que se tratava de dois locutores e não de quatro, acabou, no entanto, por fornecer resultados interessantes, na medida em que pôs em evidência alguns dos estereótipos sociais associados a cada uma das línguas.

<sup>3</sup>Estes questionários estão incluídos no volume de anexos.

<sup>4</sup>*Causas apontadas pelos alunos da Escola Secundária de Miranda do Douro para o declínio no uso do mirandês por parte dos falantes jovens.*

<sup>5</sup>Cf. os questionários II e III.

<sup>6</sup>Foi, essencialmente, o uso desta técnica que originou a recolha representada no *corpus* 1.1 em anexo.

chance for an honest and serious response. Also, the researcher is better able to assess and influence the mood of the respondent, and thus reduce the chance of boring or irritating him (although running the risk of biasing or influencing him)"<sup>1</sup>.

### 2.2.3. O PAPEL DAS ATITUDES LINGUÍSTICAS EM CONTEXTOS BILINGUES: ANÁLISE DOS DADOS REFERENTES A PARADELA E À AMOSTRA CONSTITUÍDA PELOS ALUNOS DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE MIRANDA DO DOURO

Cabe-nos, antes de mais nada, realçar que, na óptica dos interesses do presente trabalho, o papel mais importante que as atitudes linguísticas desempenham em contextos bilingues é o de se constituírem como indicadores da função social dos idiomas em contacto, bem como do seu valor simbólico. Sendo a situação de trilinguismo por nós eleita uma que envolve a co-presença de um idioma autóctone minoritário e de dois idiomas maioritários, entre os quais o português se apresenta inequivocamente como o mais relevante, julgamos útil fazer a síntese do que se tem vindo a revelar como prototípico e recorrente em situações linguísticas com estas características. Veremos, deste modo, em que medida a comunidade de Paradela confirma ou não as tendências já encontradas noutros contextos sociolinguísticos.

Genericamente, nestes casos, a língua maioritária, vista como mais apropriada para situações de interacção formais e institucionais, é avaliada pelos falantes bilingues como mais prestigiada, mais bela e mais “pura” do que a língua minoritária. Este tipo de avaliação pode encontrar eco nos epítetos usados para qualificá-la<sup>2</sup>, como acontece, precisamente, entre os falantes de Paradela. Para estes, falar português é “falar fidalgo”, i.e., é usar uma variedade linguística que se associa, pela metáfora aristocrática evocada, a uma elite de condição social superior, com a qual eles próprios, em princípio, não se identificam. A atestar esta interpretação do epíteto “fidalgo”, observem-se as duas curtas sequências de diálogo que de seguida se transcrevem:

- E. Então e aqui em Paradela, todos falam assim mais ou menos da mesma maneira?  
 24. Quase, mais ou menos...  
 E. Sim?  
 24. Andam por aí uns que são guardas e assim...  
 E. Já falam melhor?  
 24. Vêm para cá feitos uns... uns engenheiros...  
 E. Uns fidalgos?  
 24. Uns fidalgos...  
 23. E sabes Cristina, sabes o que les chamam?  
 24. Chamam-les “chave-fechadura” (...) Eram uns chaparros aqui, e agora é só andam: “chave-fechadura”<sup>3</sup>...  
 23. Eles... querem falar fidalgo e não sabem...  
 (...)

<sup>1</sup>REBECCA AGHEYISI e JOSHUA A. FISHMAN, *ob. cit.*, p. 149.

<sup>2</sup>Como esclarece Muriel Saville-Troike, “one interesting source of attitudinal data is the labels referring to language which may be used to characterize particular groups, whether selves or others, exemplifying the inclusive and exclusive functions of language diversity”. In: *The Ethnography of Communication* (...), p. 175.

<sup>3</sup>«ch» foi, nestes contextos, articulado como fricativa predorso-prepalatal surda.

E. Então como é que eles dizem “chave-fechadura”? É como os fidalgos... em vez de dizerem *chabe-fecha*... Como é que é?

23. *Fechadura*<sup>1</sup>...

(...)

24. E, por trás, diz-se:

— Olha, este porco não sabe onde se criou e hoje já começa a falar fidalgo!

[A informante 36, tecendo considerações sobre o declínio do mirandês, afirma o seguinte:]

36. (...) É uma pena. A gente agora só quer falar o fidalgo... mas é pena.

(...)

E. Tem, assim, pena que o mirandês acabe, qualquer dia?

36. Eu por acaso tenho pena porque a fala que a gente... conheceu sempre...

E. Pois...

36. Sempre, sempre... foi a fala que a gente sempre conheceu... e agora os... os que vão a estudar, filhos de um qualquera miserável, falam o fidalgo...

E... O fidalgo... e tem pena disso, não tem?

36. *Tengo*.

Nestas sequências, tanto os informantes 23 e 24 como o 36 pretendem evidenciar, entre outros aspectos, que avaliam o uso predominante do português no seio do “in-group” por parte de alguns falantes, precisamente aqueles que dispõem de redes sociais alternativas à rede local, como um comportamento socialmente desajustado. Assim, embora reconheçam os motivos que levam estes falantes a adoptar o português como língua preferencial (a sua profissão, idade e grau de escolarização), pensam que tal opção é condenável, na medida em que trai a sua identidade social de base. É preciso dizer que, no fundo, o que aqui se reprova é a ambição social destes falantes que os leva a adoptar usos linguísticos que os afastam dos costumes e valores do “in-group”. As motivações e as atitudes que presidem a este tipo de opções linguísticas são expressiva e sinteticamente descritas por uma jovem de 14 anos, residente em Miranda do Douro:

"As pessoas, querendo fazer sobressair a sua educação e cultura, usam o mirandês como uma língua de segunda, pois pensam que o mirandês é um “dialecto” que é somente utilizado por pessoas com pouca cultura."<sup>2</sup>

Para mais facilmente compreendermos os mecanismos subjacentes aos comportamentos descritos, atendamos agora aos epítetos usados em Paradelas para classificar o idioma autóctone. Estes são “fala atravessada” ou “espanholada”<sup>3</sup>. Através de tais expressões, os falantes manifestam a sua convicção em relação à natureza pouco “pura” do mirandês, especialmente da sua variedade raiana, muito influenciada pelo espanhol<sup>4</sup>. Aspecto profusamente documentado no *corpus* 1.1., reproduzimos aqui apenas algumas das afirmações dos paradelenses. Nestas

<sup>1</sup>Sendo a forma mirandesa, <ch> foi, nestes contextos, articulado como africada surda.

<sup>2</sup>A isto, a jovem informante contrapõe a sua própria opinião: “esta “teoria” está errada, pois saber falar mirandês é um pouco como um privilégio.” Cf. o número 6 do *corpus* 1.2. em anexo.

<sup>3</sup>A designação de “fala atravessada” para a variedade raiana do mirandês foi também documentada por José Leite de Vasconcelos no volume II dos seus *Estudos de filologia mirandesa* (p. 27). Não ouvimos, contudo, em Paradelas, referência à expressão “fala charra” ou “fala caçurra” para caracterizar o mirandês, tal como o mesmo Autor documentou noutras localidades. Cf. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Estudos de filologia mirandesa*, vol. I (...), p. 5 e 13.

<sup>4</sup>Suzanne Romaine, referindo-se a um estudo feito sobre uma comunidade bilingue do México (Espanhol-Nahuatl), evidencia que o uso da língua minoritária se encontra em declínio porque, os falantes a consideram demasiado contaminada pelo espanhol. Vd., desta Autora, *Bilingualism* (...), p. 260.

evidencia-se que muitos dos falantes nem sequer consideram o mirandês local uma variedade idiomática efectiva, mas antes uma realidade resultante da mistura de várias influências linguísticas:

SM. Isto aqui nem falamos o mirandês, nem o espanhol.

E. Então como é que se chama a fala aqui da aldeia? Esta fala aqui?

30. Aqui? Esta fala não tem nome!

E. Não tem nome?

30. Não! Esta fala é que é a fala atravessada!

(...)

30. Atravessado não é língua nenhuma...

N. O mirandês é uma mistura...

E. Mas há coisas que são mesmo mirandesas, por exemplo...

26. Não é mistura nenhuma, filho...

E. ...há bocado estavam a falar mirandês...

26. ...*yöu se me pongo a falar contio como yê debido, falamos todo ã mirandês...*

N. Ná, ná...

26. *Antõĩ nã falamos todo ã mirandês?*

N. Ná! Não é uma mistura, não é bem aquele mirandês, aquele...

E. Pois, mas há uma diferença, né? Ainda há uma diferença?

N. Há...

Outro aspecto interessante que traduz, ainda que de forma indirecta, as atitudes dos falantes de Paradela em relação ao mirandês, prende-se com a forma como estes interpretam a filiação linguística das palavras tabu que, de resto, usam em abundância:

22. [A propósito do neto] E quando diz “picha”<sup>1</sup>... e “caralho me foda”!

E. Diz, diz! Mas isso é mirandês ou é português?

22. É mirandês!

E. Mas vocês aqui quando... quando dizem “caralho” é... consideram que estão a dizer em mirandês ou que estão a dizer em português?

6. “Caralho”?

Ed. É mirandês!

6. É mirandês...

(...)

6. Costuma-se dizer mais asneiras em mirandês do que em português.

E. É?

6. É, porque, sei lá, no português não há tantas asneiras como em mirandês...

Havendo uma afinidade fonético-fonológica e morfológica quase perfeita<sup>2</sup> entre as palavras tabu do português e do mirandês, afigura-se-nos como muito significativo que estas sejam percebidas pelos falantes locais como pertencendo primordialmente à língua

<sup>1</sup> <ch> foi, neste contexto, articulado como fricativa predorso-prepalatal surda.

<sup>2</sup> Ressalve-se que nem sempre esta afinidade estrutural é perfeita. A título exemplificativo, veja-se o vocábulo “picha” usado pela falante 22: para que tal vocábulo estivesse em conformidade com a estrutura fonético-fonológica do mirandês, <ch> deveria ter sido pronunciado como africada palatal surda. É curioso notar, no entanto, que apesar desta não conformidade fonético-fonológica, esta informante interpreta esta palavra tabu como sendo mirandesa.



autóctone. Assim, a maior pureza e qualidade estética da língua maioritária também advém do facto de se considerar que ela se encontra menos maculada por palavras tabu<sup>1</sup>.

A valoração negativa em relação ao mirandês<sup>2</sup> é, no entanto, na maior parte das vezes, bastante mais explícita. Embora também possamos encontrar no *corpus* 1.1. vários exemplos de apreciações positivas, é notório que estas aparecem em menor número. Se observarmos igualmente o gráfico XXIV<sup>3</sup>, verificamos que entre as principais causas, apontadas pelos alunos da Escola Secundária de Miranda do Douro para o declínio no uso do mirandês por parte dos falantes jovens, figuram a vergonha, o receio de ridicularização e a estigmatizante conotação social do idioma que, segundo os inquiridos, indica falta de cultura. No entanto, já no *corpus* 1.2. damos-nos conta de um conjunto esmagador de apreciações positivas em relação à língua minoritária. Como mais adiante veremos, os próprios resultados referentes à aplicação da “matched-guise technique”, não sendo tão esmagadores, apontam também neste mesmo sentido. Estes dados, bastante contraditórios, parecem reflectir uma certa confusão nos sentimentos nutridos em relação ao idioma local e aos valores que este simboliza. A tensão entre estas forças contrárias, encontrando expressão no domínio mais amplo da sociedade mirandesa, não deixa de se tornar visível ao nível do falante individual. Vejamos duas das sequências conversacionais mais ilustrativas deste último aspecto:

E. Porque se riu quando eu disse “mirandês”?  
 10. Porque tem um som bonito, é bonito, toda a gente gosta...  
 (...)  
 E. E com a sua filha [fala em mirandês]?  
 10. Com a minha filha não, falamos em português.  
 E. Só em português?  
 10. Só, para ver se ela compreende alguma coisa, que esqueça isto.  
 E. Quer que ela esqueça?  
 10. É triste isto.  
 E. É?  
 10. Eu acho que sim.  
 (...)  
 E. (...) Você não gosta do mirandês?  
 10. Não gosto.

E. Atão, e quando os meninos vão para a escola, para Miranda... sabe que eles podem aprender mirandês na escola?  
 22. Pois podem.  
 E. E acha bem?  
 22. ... Eu acho que também le deve ficar o mirandês como o portu...  
 E. Como o fidalgo?  
 22. Como o fidalgo... (...)  
 (...)

<sup>1</sup>É, no entanto, evidente que esta percepção das palavras tabu se liga aos próprios registos e situações de interacção em que mais frequentemente são utilizadas. Assim, o uso do português, idioma dominante em situações marcadas pela formalidade, não envolverá, para estes falantes, um recurso sistemático às palavras tabu, enquanto o uso do mirandês, mais apropriado para situações de interacção definidas pela informalidade, já propiciará uma utilização mais recorrente de tais vocábulos. Para o enquadramento desta questão tendo em vista outras situações em que a língua autóctone é objecto de uma preferência dominante nesta comunidade linguística, consulte-se a secção 1.1.2. da parte III deste trabalho.

<sup>2</sup>Já José Leite de Vasconcelos nos deu conta deste tipo de avaliação nutrida em relação ao mirandês pelos seus próprios falantes. Nos seus *Estudos de filologia mirandesa*, esbarramos, a cada passo, com informação atitudinal importantíssima que revela, volvido quase um século, uma actualidade espantosa.

<sup>3</sup>*Causas apontadas pelos alunos da Escola Secundária de Miranda do Douro para o declínio no uso do mirandês por parte dos falantes jovens.*

22. Eu... eu fico mais contente a que aquele... aquela criança que le digam assim:  
 —*Alebanta aquél talho*...  
 Que le digam:  
 —Levanta aquele banco...  
 E. Fica mais contente quando dizem...?  
 22. Eu fico mais contente... é porque já é outro... já não é pessoas atrasadas como nós que fomos  
*ũs antios*, que não tivemos aulas, que não tivemos quem *mos* explicasse...  
 E. Então, mas acha melhor que digam “banco” do que “*talho*”...  
 22. Sim! Muito melhor!

Esta problemática das atitudes contraditórias afigura-se de capital importância em situações de contacto entre línguas maioritárias e minoritárias. Assim, se é verdade que os falantes de mirandês geralmente o encaram como um idioma pouco conceituado do ponto de vista do estatuto social, também é verdade que essa língua é frequentemente encarada como depositária da identidade cultural do grupo que a usa, sendo, nessa medida, positivamente avaliada<sup>1</sup>. Como testemunha, a propósito do mirandês, Domingos A. G. Raposo, ele próprio falante do idioma, este “cria laços de união, fraternidade, familiaridade, afecto e bairrismo sadio entre os mirandeses; identifica-os e valoriza-os; enriquece-os culturalmente”<sup>2</sup>. Neste mesmo sentido vão as seguintes afirmações, simples mas elucidativas, de dois jovens residentes no concelho:

“Acho que é uma forma de nos afirmarmos mirandeses.”<sup>3</sup>

“Penso que o mirandês é uma língua bonita e que deveria ser mais falada na região, pois é através da língua que uma pessoa se identifica.”<sup>4</sup>

Para além deste importante aspecto, alguns falantes encontram outro tipo de vantagens e virtudes na sua língua minoritária. Como oportunamente evidenciaram dois falantes de Paradela a propósito do mirandês, o conhecimento deste idioma, dada a sua semelhança estrutural com o português, até pode ajudar a desvendar dúvidas no domínio da escrita da língua maioritária:

10. Eu acho... eu acho... eu para mim acho que o mirandês é que está certo (...) Eu, quando andei na escola, chateava-me muito era com a palavra que se diz “muito”, “muito”. Eu preocupava-me com esta palavra, porque se escreve “muito” e tem que se ler [mũĩtu]. Não há “n” nenhum, não há nada! Escreve “muito” e lê-se [mũĩtu]. Porquê? Porquê? (...) Quando agora estou a ver que o [mũitu] é mirandês! (...) O mirandês tem um bocado acertado na linguagem portuguesa às vezes.

16. Aqui tem uma tendência... o mirandês... em pronunciar a letra com que começa a palavra... por exemplo, “saco”, é uma coisa que aqui se diz “saco”<sup>5</sup>... se for, por exemplo, “caça” já é “caça”<sup>6</sup>...

E. Já é “caça”<sup>7</sup>. Se for “passo”<sup>8</sup>, de “dar um passo”...

<sup>1</sup> Como é evidente, a língua minoritária é negativamente avaliada quando há, no falante bilingue, um sentimento de rejeição total em relação à identidade cultural que ela veicula: “positive feelings about one’s own language are often engendered by the role it plays as a marker of desired group identity, and negative feelings if such identity is rejected”. In: MURIEL SAVILLE-TROIKE, *The Ethnography of Communication* (...), p. 187.

<sup>2</sup> DOMINGOS ABÍLIO GOMES RAPOSO, *Vitalidade, valor e estudo da língua mirandesa*. In: *Actas das 1.ªs Jornadas de Língua e Cultura Mirandesa*. Miranda do Douro, 1987, p. 56.

<sup>3</sup> Cf. o número 1 do *corpus* 1.2.

<sup>4</sup> Cf. o número 23 do *corpus* 1.2.

<sup>5</sup> <s> com uma articulação ápico-alveolar surda.

<sup>6</sup> <ç> com uma articulação pré-dorso-alveolar surda.

<sup>7</sup> <ç> com uma articulação pré-dorso-alveolar surda.

<sup>8</sup> <s> com uma articulação ápico-alveolar surda.

16 É um “passo”<sup>1</sup>, exacto.

E. Se for “paço”<sup>2</sup>, de “paço do Bispo”...

16 “paço”<sup>3</sup>, pois. Por acaso até é uma... é uma... portanto... digamos... é uma coisa que ajuda... o estudante...

(...)

16. “Coser as meias” diz-se “coser”<sup>4</sup>. “Cozer as batatas” *yê cozer*<sup>5</sup> as batatas!

O fenómeno que temos vindo a descrever e a exemplificar, amplamente documentado na bibliografia científica, é denominado pelos sociolinguistas por “covert prestige”, expressão que traduz “the often unconscious attribution of prestige by minority group members to a variety which is stigmatized by the majority”<sup>6</sup> e, consequentemente, pelos próprios falantes bilingues. Este fenómeno é ilustrado de forma muito clara pelos dados obtidos por meio da aplicação da “matched-guise technique” aos alunos da Escola Secundária de Miranda do Douro. Assim, se os gráficos que traduzem o escalonamento social e as profissões atribuídas aos locutores, consoante os idiomas em que os textos foram lidos confirmam os estereótipos sociais, associados aos falantes do mirandês (agricultor e estrato social baixo)<sup>7</sup>, já os restantes resultados, especialmente os que se referem às expressões incluídas no grupo “status”, parecem contrariá-los. Dado o seu interesse, detenhamo-nos, pois, um pouco na análise destes resultados.

Começando pelas expressões referentes ao grupo “solidariedade”, podemos dizer que os resultados foram, de uma maneira geral, de encontro às nossas expectativas. Neste sentido, verificamos que o mirandês obteve os melhores resultados no que toca aos traços “prestável”, “de confiança”, “bom amigo” e “acolhedor”. No que diz respeito aos atributos “atencioso”, “honesto”, “modesto”, “tem carácter” e “simpático”, foi igualmente muito bem cotado, tendo sido apenas ultrapassado, nos primeiros quatro casos, pelo português trasmontano e, no último, pelo português da norma centro-litoral. Já os resultados referentes às expressões do grupo “status” surpreenderam mais. Aqui esperávamos que o mirandês fosse, em geral, mal avaliado, suposição que não veio, de todo, a confirmar-se. Assim, o mirandês foi o idioma que melhores resultados teve relativamente ao traço “apto para tarefas de responsabilidade”, tendo ficado em segundo lugar no que diz respeito aos atributos “inteligente”, “lógico” e “bem educado”.

<sup>1</sup> <s> com uma articulação ápico-alveolar surda.

<sup>2</sup> <ç> com uma articulação pré-dorso-alveolar surda.

<sup>3</sup> <ç> com uma articulação pré-dorso-alveolar surda.

<sup>4</sup> <s> com uma articulação ápico-alveolar sonora.

<sup>5</sup> <z> com uma articulação pré-dorso-alveolar sonora.

<sup>6</sup> SUZANNE ROMAINE, *Bilingualism (...)*, p. 262.

<sup>7</sup> No gráfico que traduz as profissões atribuídas ao locutor masculino aquando da sua leitura da versão mirandesa do texto, verificar-se-á que 22% dos inquiridos reconheceu a sua efectiva identidade. Tal facto obrigou-nos a organizar um conjunto de gráficos complementares (em anexo) através dos quais se pudesse avaliar o grau de distorção introduzido nos resultados finais em virtude desta circunstância. Felizmente, e como se pode comprovar pela análise comparativa dos resultados referentes aos informantes que não reconheceram o locutor e os que dizem respeito à amostra total, o grau de distorção foi mínimo, atingindo, em média, apenas 4%. Ainda assim, gostaríamos de salientar que estes mesmos informantes que reconheceram o locutor na leitura da versão mirandesa, já não o reconheceram na leitura da versão portuguesa do texto.

Atendendo, agora, aos resultados conseguidos pelas restantes variedades idiomáticas, podemos retirar algumas conclusões genéricas. A primeira prende-se com a avaliação globalmente menos positiva que os falantes fazem do espanhol. Com efeito, verifica-se que, à excepção de um ou outro caso pontual, este idioma é aquele que pior resultados obteve. Tal apreciação é, de resto, corroborada por alguns dos testemunhos recolhidos em Paradela:

- E. Então, ouça lá, destas três línguas, o mirandês, o espanhol e o português, qual é a língua mais bonita?  
 27. Bonita, vamos ver... isso de bonito, é como *yá* le falei há bocado... eu parece-me que o bonito é... para nós é sempre o nosso, não é?  
 E. Ah hah, é o mirandês?  
 27. Não, mas, mas... mas, se formos a ver, o português é bonito. O espanhol, parece-me mais feia...
- E. Atão, e quando os meninos vão para a escola, para Miranda... sabe que eles podem aprender mirandês na escola?  
 22. Pois podem.  
 E. E acha bem?  
 22. ... Eu acho que também le deve ficar o mirandês como o portu...  
 E. Como o fidalgo?  
 22. Como o fidalgo... (...) Eu o que acho mal é que... o espanhol... o espanhol é que não o haviam de aprender, mas também aprendem...

Pensamos que este tipo de avaliações se deve a uma percepção da língua espanhola como algo que diz respeito, fundamentalmente, a outros, estrangeiros e culturalmente diferentes. Para além deste aspecto, será bom ter em atenção que uma parte da população, especialmente a citadina, mantém com os espanhóis laços de estreita dependência económica, pois são eles os grandes vitalizadores do comércio local. Tal situação de dependência apresentar-se-á como um dos motivos que leva muitos dos falantes a aprenderem e a falarem espanhol, mas, porventura, será também ela que conduz à formação de atitudes menos favoráveis em relação ao idioma. A título ilustrativo do que acabámos de considerar, veja-se o que a este propósito diz o Dr. Domingos Raposo<sup>1</sup>:

- DR. É interessante e eu não sei... não sei se... não sei se não será o tal caso de nos sentirmos um pedacinho inferiorizados em relação aos outros ou não sei... ou temos maior poder de adaptação. Das duas uma. Porque sempre que um estrangeiro... um espanhol vem aí, ele nunca faz esforço por falar português, nunca... e nós, apesar de falar mal... podemos falá-lo mal, mas fazemos um esforço para nos adaptarmos...

Feita esta avaliação das atitudes nutridas em relação ao espanhol, atendamos agora aos resultados obtidos pelas duas variedades do português representadas no teste. A análise dos gráficos leva-nos a considerar que, entre estas duas variedades da língua maioritária, é inequívoca a atitude predominantemente mais positiva em relação ao português marcadamente regional. Veja-se, neste sentido, que o português trasmontano ultrapassou as cotações conseguidas pelo português centro-litoral em doze dos dezanove atributos considerados<sup>2</sup>. Tais

<sup>1</sup>Os testemunhos do Dr. Domingos Raposo a propósito de questões atitudinais estão compilados no *corpus* 1.3., em anexo.

<sup>2</sup>Olhando para os gráficos, podemos concluir que foi muito difícil para a grande maioria dos informantes atribuir uma cotação aos locutores atendendo às suas qualidades físicas e estéticas. Curiosamente, no entanto, foi precisamente em relação a estas qualidades que o português centro-litoral melhores resultados conseguiu:

resultados indicam que os informantes da amostra não possuem um sentido normativo<sup>1</sup> muito apurado. Tanto assim é que nem conseguiram identificar, com precisão, a região de origem da locutora portuguesa que ouviram na gravação, havendo, inclusive, uma cota significativa (34%) que julgou que ela é oriunda da região de Trás-os-Montes e Alto Douro<sup>2</sup>. Este mesmo fenómeno parece suceder com os informantes de Paradela, como esta curta sequência conversacional tão bem exemplifica:

- E. (...) Onde é que se fala aqui bem o fidalgo, em Portugal? Em que terras é que se fala bem o fidalgo?  
 MAG. Também ... também... eu vou-le a dizer, também é nas Terras Trasmontanas!

Por tudo o que já ficou dito, torna-se claro que o estudo das atitudes linguísticas em situações de contacto de línguas, como esta que estamos a analisar, só se poderá fazer de forma satisfatória tomando por referência dois tipos de valores de natureza essencialmente distinta: o estatuto social dos falantes e a solidariedade intragrupal<sup>3</sup>. Os testemunhos que, nesta secção, já transcrevemos, evidenciam que estes valores são, para os falantes bilingues, por vezes, difíceis de compatibilizar. Como salientam Ellen Bouchard Ryan, Howard Giles e Richard J. Sebastian, "minority group members are often faced with difficult decisions regarding whether to gain social mobility by adopting the language patterns of the dominant group or to maintain their group identity by retaining their native speech style"<sup>4</sup>. Quando as pressões de mobilidade social se tornam mais fortes do que a fidelidade nutrida pelos valores do "in-group", os falantes cedem ao poder de assimilação da língua maioritária. De forma a ilustrar este processo, observe-se o testemunho de uma informante de Paradela que, falando casualmente sobre os seus hábitos linguísticos, menciona que, depois do nascimento da filha em França, tomou a resolução que de seguida se transcreve:

18. (...) Eu disse assim ao meu marido:  
 —Não, porque um dia mais tarde a miúda se quer seguir um caminho, ou uma carreira, ou qualquer coisa, não vamos falar o mirandês [...]. Mesmo eu com o meu marido é raro falar o mirandês...  
 E. Uhm, uhm...  
 18. Sim. Aqui dentro de casa, por exemplo, estamos em casa, falamos sempre o português, mas depois quando andamos os dois por aí ou assim com a cria e tudo, falamos sempre o mirandês.  
 E. Uhm, uhm...  
 18. Sim. E é bem saber tudo, não é?

Uma forma de alcançar a difícil conciliação dos valores conflituais que temos vindo a analisar poderá passar, eventualmente, pelo apoio institucional, governamental e político dado à língua minoritária. A concretização deste apoio em actos diversos fará com que ela venha a reunir melhores condições para progressivamente conquistar, aos olhos dos seus utentes, um

"bonito", "bem vestido", "tem um sorriso bonito". Outros atributos como "exprime-se bem", "simpático" e "tem sentido de humor" foram igualmente de forma preferencial associadas a esta variedade do português.

<sup>1</sup>"Normativo" é uma expressão que aqui remete para o conceito de "norma-padrão".

<sup>2</sup>Cf. o gráfico "MGT", *Regiões de origem atribuídas à locutora feminina por parte dos alunos da Escola Secundária de Miranda do Douro, consoante o idioma em que o texto foi lido—Português*.

<sup>3</sup>Cf. ELLEN BOUCHARD RYAN, HOWARD GILES e RICHARD J. SEBASTIAN, *ob. cit.*, p. 8.

<sup>4</sup>In: *ob. cit.*, p. 1.



estatuto social mais elevado. Um processo deste tipo envolve, necessariamente, a introdução do idioma nos *currícula* escolares, ora como disciplina autónoma, ora como um dos veículos utilizados para ministrar o ensino em geral<sup>1</sup>. A penetração da língua minoritária no sistema escolar é, frequentemente, uma ambição das elites culturais das comunidades bilingues, na medida em que, através da mudança de atitudes linguísticas que tal passo propicia, aumentam as possibilidades de se garantir a sua sobrevivência e de se renovar a sua vitalidade.

No concelho de Miranda do Douro, e por iniciativa oficial da Câmara Municipal, iniciou-se, recentemente, um processo de apoio institucional ao idioma local que se materializou na criação, por parte do Ministério da Educação, de uma disciplina opcional de Mirandês na Escola Preparatória da cidade<sup>2</sup>. Fazendo a leitura dos dados que a este propósito pudemos recolher, constatamos que a esmagadora maioria dos informantes paradelenses inquiridos, i.e., 76,3%, é favorável à escolarização em mirandês<sup>3</sup>, sendo também esta a tendência entre os alunos da Escola Secundária de Miranda do Douro (58,6%)<sup>4</sup>. Mais ainda, entre os informantes favoráveis ao ensino do mirandês, existe uma cota não menosprezável que pensa que os anos de aprendizagem deste idioma deveriam ser aumentados: 24,1% dos informantes de Paradela<sup>5</sup> e 31% dos alunos da Escola Secundária de Miranda do Douro<sup>6</sup>. Ainda assim, estes dados merecem alguma ponderação, especialmente quando comparados com os que se referem aos níveis de frequência da disciplina e à proveniência regional dos alunos que nela se têm matriculado desde o ano da sua criação. Com efeito, ressalta da observação do gráfico XXIX<sup>7</sup> a queda vertiginosa da percentagem de matrículas na disciplina, perfazendo apenas, no ano lectivo de 1993/94, 16% dos alunos da Escola Preparatória, contra os 31% inscritos no ano lectivo de 1988/89. Segundo pudemos apurar localmente, existem razões bastante concretas que contribuirão para a explicação deste fenómeno. Em primeiro lugar, a disciplina, sendo opcional, não figura como alternativa a qualquer outra, representando, para os alunos que a escolhem, uma carga horária suplementar. Em segundo lugar, e porventura um factor mais determinante,

<sup>1</sup>Para o aprofundamento das questões ligadas ao ensino bilingue, consulte-se MIGUEL SIGUÁN E WILLIAM MACKEY, *Educación y bilingüismo*. Madrid (Santillana, UNESCO), 1986. Vd., sobretudo, o capítulo 3 desta obra: 'La Educación bilingüe: objetivos y modalidades'.

<sup>2</sup>A disciplina de Mirandês funciona, efectivamente, neste estabelecimento de ensino, desde o ano lectivo de 1986-1987, tendo a sua criação sido homologada no ano de 1985-1986, a título experimental, ao nível do ensino preparatório ministrado em Miranda do Douro e em Sendim. A homologação, no entanto, não foi efectuada em tempo oportuno (só depois das matrículas concluídas) nem, nesse ano, estavam reunidas as condições mínimas para o seu funcionamento (falta de programa, textos, material didáctico básico, etc.), pelo que só começou a funcionar, como disciplina de opção, no ano seguinte. Ainda funcionou um ano em Sendim, mas por falta de pessoal docente deixou de se ministrar nessa localidade, razão pela qual também não existe, no concelho, ao nível do ensino secundário (inicialmente a Câmara Municipal pediu a criação da disciplina para os dois níveis de ensino). O período experimental atrás referido foi acompanhado por dois docentes da Delegação do Ensino Básico de Vila Real.

<sup>3</sup>Cf. o gráfico XXV, *Opinião dos informantes de Paradela sobre a escolarização em mirandês*.

<sup>4</sup>Cf. o gráfico XXVI, *Opinião dos alunos da Escola Secundária de Miranda do Douro sobre a escolarização em mirandês*.

<sup>5</sup>Cf. o gráfico XXVII, *Opinião dos informantes de Paradela, favoráveis ao ensino em mirandês, sobre o número de anos de aprendizagem deste idioma*.

<sup>6</sup>Cf. o gráfico XXVIII, *Opinião dos alunos da Escola Secundária de Miranda do Douro, favoráveis ao ensino em mirandês, sobre o número de anos de aprendizagem deste idioma*.

<sup>7</sup>Percentagem dos alunos da Escola Preparatória de Miranda do Douro inscritos na disciplina de Mirandês desde o ano lectivo de 1986/87 até ao de 1993/94.

parece ser a atitude negativa de alguns docentes da primeira fase do ensino básico em relação à disciplina. Procurando combater as interferências linguísticas produzidas pelos alunos, especialmente ao nível da escrita, é corrente, não só entre os docentes, como também entre os pais das crianças, a convicção de que a aprendizagem formal do mirandês mais não faz senão contribuir para intensificá-las. Como, no entanto, salienta o Dr. Domingos Raposo, docente da disciplina de Mirandês, num testemunho bastante apaixonado, a aprendizagem formal da língua autóctone tem nos alunos, precisamente, o efeito inverso<sup>1</sup>:

DR. (...) Para a maior parte das pessoas, o que conta é o seguinte... eles não vão matricular [os filhos] em Mirandês, porque senão vão confundir o português...

E. Eles têm muito essa ideia, têm.

DR. ...vão confundir o português... simplesmente no Mirandês não vão confundir o português porque o Mirandês praticamente é uma segunda aula de Português... porque acaba por ser um estudo comparativo... porque eu tenho de lhes fazer ver a evolução que sofreram as palavras, como é que é ... e a tradução em mirandês e em português... erros que eles dão... porque muitas vezes... eles dizem sempre que em mirandês não há "v", há só "b"... e eles dizem:

—*Yõu oije bõu culas bacas pal cerrado (...)*

Eles dizem sempre *bacas* e vêm para português a escrever <bacas>... e eu tenho de lhes fazer ver a comparação... a palavra latina e essas coisas... e fazer ver que em português se escreve com um "v" e que em mirandês se escreve com um "b". Se lhes fizer ver essa distinção e insistir na palavra, eles nunca mais dão o erro, ao passo que aqueles que... dessas aldeias que não andam em mirandês, vão continuar a dar erros!

Estas afirmações de Domingos Raposo remetem para ainda outro aspecto a que já atrás aludimos e que agora gostaríamos de aprofundar: trata-se da análise da proveniência regional dos alunos inscritos na disciplina de mirandês em cada ano lectivo. Na observação do gráfico XXX<sup>2</sup> é notória a tendência cada vez maior para a frequência da disciplina por parte dos alunos residentes na cidade de Miranda, face ao decréscimo acentuado por parte dos alunos provenientes da área rural. Ao articularmos estes dados com aqueles apresentados no *corpus* 1.2. talvez se possa inferir que, assistindo-se a uma alteração nas atitudes linguísticas nutridas em relação ao mirandês, o foco irradiador dessa mudança seja a própria cidade de Miranda do Douro. Faltando dados mais exaustivos que possam corroborar com maior segurança esta interpretação, pensamos, no entanto, que alguns factos podem ser apontados em sua defesa. Em primeiro lugar, convém lembrar que a cidade de Miranda vive, essencialmente, do comércio, actividade económica que traz a este centro urbano numerosos forasteiros, essencialmente espanhóis. Em articulação com este dado, observa-se que as autoridades locais se têm empenhado nos últimos anos em fazer de Miranda do Douro um centro de atracção turística, investindo na conservação do património histórico e na divulgação do seu interesse cultural. Tendo estes dados em mente, pensamos que não será completamente desajustado pensar que entre a população da cidade se tenha começado a ponderar o eventual interesse, até

<sup>1</sup>Já Leite de Vasconcelos tinha chamado a atenção para a utilidade do mirandês para a aprendizagem formal da língua portuguesa, nomeadamente no domínio da escrita: "se a uma criança do Sul do reino, onde na pronúncia não se distingue o som *s* do de *z*, se disser que a palavra *gozo* se deve escrever com a letra *z*, e não com a letra *s*, ela fixará por um momento a regra, mas, por isso que não compreende a razão dela, não tardará que, sob a influência de outras palavras, como *bexigoso*, *fogoso*, e análogas, escreva erradamente *goso* com *s*; mas, tratando-se de uma criança mirandesa, e reparando esta que em mirandês se diz *gozo*, com *z*, e não com *f*(...), nunca se equivocará na ortografia". In: *Estudos de filologia mirandesa*, vol. I (...), p. 163.

<sup>2</sup>Proveniência regional dos alunos inscritos na disciplina de Mirandês em cada ano lectivo.

económico, que representa a existência, na região, de um falar diferente. Neste sentido, é interessante notar que doze dos trinta e nove testemunhos apresentados pelos alunos da Escola Secundária de Miranda do Douro e recenseados no *corpus* 1.2. fazem uma referência directa e explícita ao valor histórico e cultural do mirandês.

Também o poder político e a comunicação social, não só de âmbito local, mas também nacional, têm vindo a contribuir para a promoção da especificidade linguística do concelho, fazendo, deste modo, com que a população da região se aperceba do seu interesse. Embora circunscrevendo-se a iniciativas muito pontuais e esporádicas, não deixa de ser relevante que entidades como o Presidente da República e o Primeiro-Ministro tenham, em algumas ocasiões, chamado a atenção para a existência do idioma minoritário. De igual modo, é significativo que já tenha sido transmitida pela televisão estatal, em directo, uma missa parcialmente proferida em mirandês<sup>1</sup>. Atesta, quanto a estes aspectos, o Dr. Domingos Raposo:

DR. Agora os meios de comunicação social... a televisão tem dado umas reportagens, os jornais também de vez em quando fazem uns apontamentos, uns artigos... e tem sido bastante ventilado... desde a vinda do Presidente da República que assistiu a uma aula de Mirandês... ao Primeiro Ministro quando vem... nos discursos referem sempre a língua ... a população hoje, regra geral, já começa a desfazer mitos e a ver as coisas com outro prisma.

Sendo evidente que é demasiado cedo para procedermos a uma avaliação do papel desempenhado por este tipo de iniciativas oficiais no sentido da preservação do mirandês, consideramos, no entanto, que só por meio da intensificação de acções análogas poderá o idioma aspirar à sobrevivência a médio prazo. Na primeira parte deste trabalho evidenciámos o declínio em que se encontra o seu uso, tendência, de resto, confirmada pelos dados que recolhemos localmente<sup>2</sup>. Pensamos que tal estado de coisas se deve, entre outros factores, à impossibilidade sentida pelos mirandeses, de olhar o seu idioma autóctone como receptáculo de duas gamas de valores distintos e não raras vezes conflituais: o estatuto social e a solidariedade grupal.

A dificuldade de conciliar, nas atitudes manifestadas em relação a uma só língua, ambos estes valores, conduz os falantes bilingues, na sua interacção quotidiana, a complexos processos decisórios que envolvem a ponderação do valor simbólico que representa, em diferentes situações, o uso de uma língua ou o uso de outra. Por vezes, contudo, a solução encontrada é a de não optar por nenhuma em termos absolutos e recorrer, em alternativa, à combinação de ambas. É isto que parece sustentar Muriel Saville-Troike, ao sugerir que a própria alternância de códigos verificada no discurso bilingue pode ser interpretada, em determinados casos, como uma expressão da indecisão entre os valores que cada idioma representa: "code-alternation or shifting often signals changing feelings about group identity for

<sup>1</sup>A transmissão desta missa ocorreu a 19 de Setembro de 1993.

<sup>2</sup>Se observarmos o gráfico XXXI, damos-nos conta que, entre a população adolescente do concelho, a esmagadora maioria (76,8%) considera que tem melhor proficiência em relação ao português. Ainda que ressalte da análise do gráfico XXXII alguma vitalidade do mirandês e/ou sendinês entre estes jovens, não deixa de ser notório o seu declínio. Já entre os falantes que constituíram a amostra de Paradela a situação é bastante diferente, havendo aqui uma forte implantação da língua autóctone (cf. gráficos XXXIII e XXXIV). Ainda assim, existem alguns dados que permitem concluir que o mirandês também aqui já perdeu vitalidade. Veja-se, nomeadamente, que cerca de 1/3 dos inquiridos considera ser o português e não o mirandês a sua língua mais forte (cf. o gráfico XXXIII).

an individual in different contexts, or as different emotions are aroused during a single communicative event"<sup>1</sup>. Consideramos que se encontra, neste caso, um exemplo do que Carol Myers-Scotton chamaria alternância de códigos não marcada.

Esta reflexão de Muriel Saville-Troike sensibiliza-nos, no entanto, para ainda outro aspecto que, numa abordagem das atitudes linguísticas em contextos bilingues, não pode deixar de ser tratado. Referimo-nos, naturalmente, às atitudes nutridas pelos falantes em relação ao próprio fenómeno da alternância de códigos<sup>2</sup>. John Gumperz<sup>3</sup>, tendo empreendido uma recolha das apreciações avaliativas documentadas em diferentes comunidades bilingues em relação a este mecanismo verbal, sintetiza, da seguinte forma, o que recenseou: "speakers tend to express widely differing attitudes. Some characterize it as an extreme form of language mixing or linguistic borrowing attributable to lack of education, bad manners or improper control of the two grammars. Others see it as a legitimate form of informal talk. For the most part participants have no readily available words or descriptive terms to characterize the process of switching as such. Whatever words exist take the form of stereotypical labels which vary in meaning with changing attitudes"<sup>4</sup>. Nos nossos próprios estudos, tanto aqueles realizados com a amostra de Paradela, como os que dizem respeito à amostra constituída pelos alunos da Escola Secundária de Miranda do Douro, constatámos atitudes predominantemente negativas em relação à alternância de códigos. Assim, 63,2% dos primeiros e 54,5% dos segundos afirmaram que a alternância de códigos era uma má forma de falar<sup>5</sup>. Surpreendentemente, no entanto, ao contrário do que costuma suceder na generalidade das situações de contacto de línguas, os informantes destas duas amostras reconheceram, de forma esmagadora, que tanto eles próprios como os outros falantes bilingues que conhecem costumam recorrer ao mecanismo da alternância<sup>6</sup>. Talvez estes resultados se possam explicar por uma consciência clara por parte dos informantes das afinidades estruturais entre os sistemas linguísticos nesta situação particular de contacto, condicionalismo que os levará a considerar que, embora nefasta, tal "mistura" linguística é inevitável. Aliás, entre as razões mais apontadas por estes informantes para a prática da alternância figura, precisamente, a "confusão entre as línguas"<sup>7</sup>.

Este tipo de valoração negativa em relação à alternância de códigos não é, no entanto, exclusiva dos seus utilizadores, nem tão pouco dos falantes monolingues leigos em teoria linguística. Antes da sua "consagração" científica recente, na própria bibliografia linguística

<sup>1</sup>In: *The Ethnography of Communication* (...), p. 187-188.

<sup>2</sup>O seu estudo pode fazer-se por meio do recurso às técnicas usadas para aferir as atitudes para com cada um dos idiomas individualmente.

<sup>3</sup>Cf., do Autor, *Discourse Strategies* (...), p. 62-63.

<sup>4</sup>In: *Discourse Strategies* (...), p. 62. A última reflexão patente neste excerto é confirmada por Suzanne Romaine: "in probably the majority of communities where it has been studied, some social stigma has been attached to this mode of speaking by both community as well as outgroup members, such as educators". In: *Bilingualism* (...), p. 259.

<sup>5</sup>Cf. os gráficos XXXVI, *Atitudes dos informantes de Paradela em relação à alternância de códigos* e XXXVII, *Atitudes dos alunos da Escola Secundária de Miranda do Douro em relação à alternância de códigos*.

<sup>6</sup>Cf. os gráficos XXXVIII, *A prática da alternância de códigos segundo os informantes de Paradela* e XXXIX, *A prática da alternância de códigos segundo os alunos da Escola Secundária de Miranda do Douro*.

<sup>7</sup>Cf. os gráficos XL, *Razões apontadas pelos informantes de Paradela para a prática da alternância de códigos* e XLI, *Razões apontadas pelos alunos da Escola Secundária de Miranda do Douro para a prática da alternância de códigos*.



sobre bilinguismo era possível encontrar referências pouco lisonjeiras a propósito da alternância de códigos. Como salienta, mais uma vez, John Gumperz, "in the linguistic literature on bilingualism, conversational code switching tended until quite recently to be treated primarily as a marginal or transitory phenomenon, as if it were a form of linguistic interference which accompanies the learning of a new grammatical system"<sup>1</sup>. Foi considerada, nos termos estipulados por Uriel Weinreich<sup>2</sup>, como uma manifestação inaceitável e até por William Labov chegou a ser avaliada como "idiosyncratic behavior, not covered by the regularities which determine the occurrences of sociolinguistic variables"<sup>3</sup>.

Hoje, a alternância de códigos e todas as questões que este mecanismo evoca, desde a estrutura das comunidades bilingues até às atitudes linguísticas em relação a ela manifestadas pelos seus membros, são assuntos estudados com um interesse crescente. Procuraremos, também nós, contribuir, na parte III deste trabalho, para a compreensão do seu funcionamento numa aldeia trilingue do Nordeste trasmontano.

---

<sup>1</sup>In: *Discourse Strategies (...)*, p. 63.

<sup>2</sup>"The ideal bilingual switches from one language to the other according to appropriate changes in the speech situation (interlocutors, topics, etc.), but not in an unchanged speech situation, and certainly not within a single sentence". in: URIEL WEINREICH, *ob. cit.*, p. 73.

<sup>3</sup>In: J. J. GUMPERZ, *Discourse Strategies (...)*, p. 70.



### PARTE III: ESCOLHA DE LÍNGUAS E ALTERNÂNCIA DE CÓDIGOS EM PARADELA

#### 0. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS GERAIS

Segundo Ralph Fasold<sup>1</sup> e atendendo ao que já tivemos oportunidade de referir na Parte II deste trabalho<sup>2</sup>, a grande diferença entre as metodologias recorrentemente usadas pela Antropologia linguística, por um lado, e aquelas mais utilizadas pela Sociologia da linguagem e pela Psicologia social, por outro, é que enquanto estas últimas permitem a construção de uma base de dados, recolhidos através de inquéritos e passíveis de tratamento estatístico, a análise antropológica depende, em larga escala, da observação directa do comportamento dos falantes por parte do investigador. Este mesmo Autor, revelando-se claramente mais favorável a esta última abordagem, defende a sua opção argumentando que a técnica da observação directa possibilita uma maior profundidade na análise do comportamento linguístico. Para além deste aspecto, poder-se-á sugerir que a observação directa é um método que tende a produzir dados que estão mais em conformidade com a realidade efectiva da comunidade, na medida em que, na sua aplicação, não há recurso à criação de situações de fala artificiais, nem as informações obtidas assentam exclusivamente no tão falível auto-testemunho ("self-report") dos informadores<sup>3</sup>.

Existem, no entanto, numerosos inconvenientes na utilização desta técnica. Em primeiro lugar, esta exige ao investigador uma longa permanência na comunidade eleita para o estudo, de modo a permitir uma "integração" satisfatória nas redes sociais que se estejam a observar. Esta integração afigura-se-nos como a forma mais eficaz para atenuar o efeito produzido pelo paradoxo do observador<sup>4</sup>. Para além disto, através deste método é difícil obter material quantificável e comparável entre si, limitação que impede a sua reutilização e verificação por parte de outros investigadores. Já as metodologias próprias da Sociologia da linguagem e da Psicologia social, que também são recorrentemente utilizadas pela Sociolinguística, mormente a de cariz variacionista, têm, ao invés, a vantagem de poderem ser realizadas e executadas em

<sup>1</sup>RALPH FASOLD, *ob. cit.*, p. 180-212.

<sup>2</sup>Vd. a secção 2.2.2, referente às metodologias usadas na aferição das atitudes linguísticas dos falantes.

<sup>3</sup>"As Labov has always emphasized, speakers do not always report accurately on their own language behaviour. There are several reasons for this. First, reports are usually mediated through stereotypical views of language which reflect stereotypical attitudes to groups, including the speaker's own group (...). The expected pattern of response is that where a language or variety has high prestige speakers will often claim to use it, and where it is of low prestige they will deny knowledge of it". In: LESLEY MILROY, *Observing and Analysing Natural Language (...)*, p. 185.

<sup>4</sup>Fenómeno para o qual William Labov alertou os investigadores de Sociolinguística, o paradoxo do observador é descrito por Lesley Milroy nos seguintes termos: "the vernacular is the focus of the linguist's interest, and large volumes of high-quality recordings of speech are needed to describe it. However, since speakers will tend to shift away from their vernaculars in situations where they are being tape-recorded by a stranger, the very act of recording is likely to distort the object of observation. One of the major tasks of a fieldworker who wishes to obtain reasonable quantities of good data may be seen as that of moving towards the resolution of the observer's paradox (in principle, it can never be entirely resolved)". LESLEY MILROY, *Observing and Analysing Natural Language (...)*, p. 59-60.

relativamente pouco tempo e de facultarem dados mais objectivos, passíveis de tratamento estatístico.

Pela nossa parte, limitados por contingências temporais e materiais, não pudemos, em Paradela, proceder à recolha dos dados por via exclusiva da observação directa, tendo, por isso, recorrido também a questionários orais e a entrevistas. O material obtido por esta última via, nomeadamente aquele que diz respeito às restrições situacionais inerentes à escolha de línguas, foi tratado informaticamente utilizando o programa "GoldVarb 2.0"<sup>1</sup>. Este programa, concebido para a análise Sociolinguística de regras variáveis, foi-nos útil na medida em que ponderámos que cada uma das línguas ou combinações de línguas poderia corresponder, no quadro de uma comunidade bilingue, àquilo que seria uma variável linguística (fonético-fonológica, morfológica, sintáctica, lexical ou semântica) numa comunidade monolíngue. Deste modo, pudemos equacionar com relativa facilidade, não só a correlação verificada entre idiomas e situações, mas também a influência determinante de outros factores na escolha de línguas, tais como o sexo, o estrato etário, a profissão e o grau de escolarização dos informantes da amostra<sup>2</sup>.

Conciliando a observação directa com técnicas mais objectivas, procurámos beneficiar dos méritos de cada uma destas tradições metodológicas. Pensamos, assim, que a nossa aposta na complementaridade de abordagens abonará a favor da consistência das conclusões a que chegámos. Com efeito, foi frequentemente possível corroborar observações empíricas através dos números obtidos pela análise matemática. De modo inverso, também pudemos constatar desfazamentos pontuais entre as respostas dadas pelos informadores aos questionários directos e o seu comportamento linguístico efectivo. Para além disto, os dados obtidos por via da aplicação de cada método evidenciaram perspectivas diferentes da realidade linguística e comportamental dos falantes, permitindo-nos, assim, uma visão mais global, mais completa, dos fenómenos em análise.

A recolha do material que deu origem ao *corpus 2*, onde apresentamos exemplos representativos de alternância de códigos, exigiu alguns cuidados especiais. Como salienta Lesley Milroy, "problems associated with the observer's paradox seem to be greatly increased in bilingual communities, fundamentally because the act of linguistic choice is very much more visible"<sup>3</sup>. Assim sendo, a maior e mais difícil tarefa do investigador consiste em criar condições para que o observado revele o seu comportamento linguístico usual na interacção com os outros membros da sua comunidade. Para o conseguir, é necessário diluir o efeito da presença "intrusa" do observador através do recurso a técnicas diversas.

Durante o trabalho de campo, realizado em duas fases (Setembro de 1991 e Setembro de 1993), explorámos, deliberadamente, a estratégia da convergência linguística tal como ela é

<sup>1</sup>DAVID RAND e DAVID SANKOFF, *GoldVarb 2.0. A Variable Rule Application for the Macintosh™*, 1990.

<sup>2</sup>A amostra que serviu de base a este estudo foi a mesma que foi utilizada para a averiguação estatística das atitudes linguísticas em Paradela. Os critérios que presidiram à sua constituição são apresentados na secção 2.1.2. da parte II da presente dissertação.

<sup>3</sup>LESLEY MILROY, *Observing and Analysing Natural Language (...)*, p. 184.

definida no quadro da “accommodation theory”<sup>1</sup>. A necessidade de recorrermos a esta estratégia na condução das entrevistas e nos períodos de conversa espontânea justifica-se na medida em que não só o comportamento linguístico, como “attitudes have been shown to vary according to the language in which the research is conducted”<sup>2</sup>. Uma vez que na nossa investigação, dadas as limitações logísticas, não pudemos recorrer a entrevistadores bilingues, a alternativa mais eficaz afigurou-se-nos como sendo o recurso a este mecanismo. À medida que o tempo da nossa permanência em Paradela ia aumentando, foi crescendo a nossa utilização de léxico, formas morfológicas e fonéticas mirandesas. Com esta estratégia visámos atenuar o fosso que à partida existiria entre investigadora e informantes, tendo em conta as características da nossa própria variedade do português (centro-litoral) perante as do português regional de Trás-os-Montes, bem como o facto de não termos uma proficiência activa em relação ao mirandês. Colocámo-nos, assim, na posição de aprendiz, propondo, na interacção verbal com os falantes, uma correlação de poderes bastante diferente daquela que esperariam. Assim, e na terminologia de Carol Myers-Scotton, foi necessário negociar e lutar por um “RO set” mais favorável aos interesses da investigação, procurando, por esta via, atenuar os efeitos do paradoxo do observador. Conquistado o estatuto pretendido, já seria possível mitigar o efeito “ameaçador” da nossa presença num grupo de falantes em interacção. Ainda que o objectivo de alcançar este “RO set” ideal não tenha sido atingido na perfeição, o que será sempre extremamente difícil para os investigadores de campo estranhos à comunidade em estudo, pensámos que a nossa actuação neste domínio favoreceu a criação das condições mínimas e possíveis para a espontaneidade dos locutores na interacção verbal.

Outro método que pusemos em prática no sentido de conquistar a desejada integração na comunidade foi o de nos apresentarmos como alguém que tinha chegado a Paradela através de outra pessoa que estivesse, de alguma maneira, a ela ligada. Assim, apresentámo-nos como “a friend of a friend”<sup>3</sup>. Este processo foi facilitado pelo facto de o contacto local (a proprietária do único café), através do qual assegurámos alojamento, ter sido feito por alguém que, na infância, tinha vivido na aldeia, sendo conhecido por muitos dos habitantes. Já em Paradela, o contacto com a proprietária do café serviu-nos como primeira referência a fornecer a outros potenciais informantes. A breve trecho, já a grande maioria dos habitantes sabia da nossa existência, mostrando-se muito acessíveis, logo na primeira abordagem. Ao cabo de quase um mês de estadia em Paradela (tempo de duração total do trabalho de campo realizado), tínhamos partilhado refeições com praticamente todas as famílias, já tratávamos os informantes adolescentes e os do nosso próprio estrato etário por “tu” e tínhamo-nos envolvido nos assuntos e relações locais. No período de dois anos que separou as duas fases do trabalho de campo, mantivemos uma correspondência regular com alguns dos nossos informantes. Este tipo de ligação, que ainda hoje se mantém, denota um envolvimento pessoal genuíno e recíproco que já ultrapassa largamente os meros objectivos da investigação científica.

<sup>1</sup>Vd. os pressupostos desta teoria, apresentados nas p. 44-45 do presente trabalho.

<sup>2</sup>ELLEN B. RYAN, HOWARD GILES E MILES HEWSTONE, *ob. cit.*, p. 1073.

<sup>3</sup>Cf. LESLEY MILROY, *Language and Social Networks (...)*, p. 52-56.

Perfilhámos, pois, as palavras sentidamente expressas por Lindley Cintra a propósito das relações humanas proporcionadas pelo seu trabalho dialectológico: "ao fim de dois ou três dias sentíamo-nos por vezes verdadeiros amigos, quase irmãos. Eu não tinha podido dar-lhes senão um pouco de atenção, de simpatia. Eles tinham-me dado uma lição magnífica, decisiva para o meu modo de sentir e de pensar"<sup>1</sup>.

## 1. A ESCOLHA DE LÍNGUAS EM PARADELA

### 1.1. O QUESTIONÁRIO I: "FUNCIONALIDADE SOCIAL"

#### 1.1.1. ESCLARECIMENTOS PRELIMINARES: PROCEDIMENTOS ADOPTADOS NO TRATAMENTO DOS DADOS

Como oportunamente explicámos no capítulo anterior, os resultados referentes a este questionário foram matematicamente tratados utilizando o programa "GoldVarb" de David Rand e David Sankoff. No âmbito deste programa, foi necessário definir, não só um conjunto de variáveis dependentes (linguísticas) como diferentes conjuntos de variáveis independentes (extra-linguísticas). Quanto a estas últimas, julgámos útil ponderar, para além da evidente variável situação de interacção, os factores sexo, grupo etário, profissão e grau de escolarização dos informantes. Ao combinar estes factores extra-linguísticos de formas diversas<sup>2</sup>, foi-nos possível clarificar diferentes tipos de inter-relações com as variáveis dependentes, i.e., os idiomas. Como já nos ocupámos, na secção 2.1.2 da Parte II deste trabalho, com as questões referentes à constituição e estratificação da amostra que serviu de base a este estudo particular, limitar-nos-emos, aqui, a explicitar os símbolos que viemos a adoptar para representar os diferentes factores nos quadros de resultados:

*Sexo:*

- f** — feminino
- m** — masculino

*Estratos etários<sup>3</sup>:*

- a** — adolescentes (dos 11 aos 19 anos)
- b** — jovens adultos (dos 20 aos 34 anos)
- c** — adultos com idades compreendidas entre os 35 e 49 anos
- d** — adultos com mais de 50 anos

<sup>1</sup>LUÍS F. LINDLEY CINTRA, *Sobre o interesse humano dos dialectos e falaes regionais*. In: *Estudos de dialectologia portuguesa*. Lisboa (Sá da Costa Editora), 1983, p. 9.

<sup>2</sup>As diferentes tabelas que serviram de base à análise da escolha de línguas empreendida na secção seguinte, apresentadas em anexo, reflectem apenas algumas das formas como combinámos estes factores. Com efeito, elaborámos várias tabelas complementares a fim de proporcionar uma análise mais fina dos resultados, recorrendo a elas nos casos em que alguma dúvida pontual se impôs. Dado o carácter redundante da maior parte dos dados apresentados nestas tabelas complementares, optámos por não as reproduzir no trabalho.

<sup>3</sup>Depois de várias abordagens no tratamento dos resultados referentes a este tipo de estratificação, verificámos que são estes os grupos etários mais expressivos, em termos de variação de respostas.

*Grupos profissionais:*

- â — agricultores e pastores
- B — comerciantes
- ð — estudantes
- ® — trabalhadores da construção civil
- ø — guardas fiscais
- π — domésticas

*Grau de escolarização:*

- y — analfabetos
- z — ensino básico
- © — ensino secundário
- ∫ — ensino superior

Dada a nossa opção por manter o princípio da proporcionalidade na constituição da amostra, é evidente que alguns dos estratos por grau de escolarização e dos grupos profissionais se ressentiram das assimetrias que, nestas áreas, caracterizam a comunidade em questão. Assim, e a título de exemplo, tanto o grupo B (comerciantes) como o estrato ∫ (ensino superior) são integrados por apenas um informante cada. Em compensação, grupos como o â (agricultores e pastores) e estratos como o z (ensino básico) já são constituídos por 24 informantes cada. Estas limitações, que advêm essencialmente da não representatividade estatística da amostra<sup>1</sup> impuseram, necessariamente, um cuidado especial na interpretação dos resultados matemáticos. Estes, em casos como os que estamos a considerar, têm de ser forçosamente complementados e confrontados com dados recolhidos através da observação participante. Só uma informação suplementar desta natureza nos pode esclarecer quanto ao grau de verosimilhança de tais resultados.

O último conjunto de factores que ponderámos na análise informática foi, necessariamente, o das situações de interacção. Como se pode ver no questionário I que serviu de base a este estudo, sob esta designação genérica de situações de interacção incluímos factores de natureza diversa. Assim, podemos identificar, neste conjunto, diferentes tipos de interlocutores, temas, locais de conversa e até estados emocionais dominantes no momento de produção do discurso. Todos estes são parâmetros fundamentais para a configuração de uma dada situação de interacção. A nossa opção por abordar os padrões de escolha de línguas tomando como ponto de partida, não macro-categorias como os domínios sociais, mas sim parâmetros mais manuseáveis deste tipo, prende-se com as objecções que já levantámos a propósito da operacionalidade analítica do conceito de domínio<sup>2</sup>. Pareceu-nos que, só depois de ponderado o comportamento dos falantes relativamente a cada um destes parâmetros, seria exequível colocar hipóteses plausíveis de carácter mais geral relativamente à correlação entre idiomas e domínios nesta comunidade.

<sup>1</sup>Vd. a justificação para este condicionalismo na p. 88 deste trabalho.

<sup>2</sup>Cf. com o que ficou dito nas p. 42 a 44 deste trabalho.



Feitos estes esclarecimentos, atendamos às situações que acabaram por figurar no nosso estudo<sup>1</sup>:

- e — em interacção com os pais e sogros
- g — em interacção com o cônjuge
- h — em interacção com irmãos e cunhados
- i — em interacção com os avós
- j — em interacção com os filhos
- k — em interacção com genros e noras
- l — em interacção com o padre
- n — a rezar
- o — em interacção com os vizinhos
- p — quando a interacção se processa no café/mercearia
- q — em interacção com os membros da Junta de Freguesia
- r — quando a interacção se processa numa repartição sediada fora de Paradela
- s — em interacção com o/a professor(a)
- t — a dizer asneiras
- u — em interacção com pessoas estranhas
- v — a namorar
- w — quando se conversa sobre questões agrícolas e pastorícias
- x — a ralar ou a repreender os filhos

Foi ainda considerada uma outra situação, traduzida pela questão 11 do questionário I, i.e., “quando quer evitar que um estranho o compreenda enquanto fala com alguém seu conhecido (da sua terra, seu familiar, etc.)”. Dada a natureza das respostas a esta questão, preferimos tratá-las à parte, usando uma outra metodologia na apresentação dos resultados<sup>2</sup>.

Finalmente, foi necessário identificar as variáveis dependentes/linguísticas, i.e., no caso vertente, os idiomas ou combinações de idiomas passíveis de escolha. Esta tarefa foi executada naturalmente: bastou-nos recensear os tipos que apareceram nas respostas dadas. Assim, lidámos com as seguintes variáveis:

- 0 — Português
- 1 — Mirandês
- 2 — Português e/ou Mirandês
- 3 — Mirandês e/ou Espanhol<sup>3</sup>
- 4 — Português e/ou Espanhol<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Esta lista de situações é menos extensa do que aquela que figura no questionário I. Tal facto deve-se à verificação posterior da não relevância de todas as situações propostas, nomeadamente as que são expostas nas questões 14 e 15. Assim, constatou-se que a maior parte dos informantes não soube identificar que língua dominava o seu discurso em momentos de emoção e de irritação. Curiosamente, no entanto, já foram capazes de dizer que idioma usavam para acções mais concretas que envolvessem algum destes estados emocionais, como a repreensão dos filhos ou até o namoro.

<sup>2</sup>Cf. o gráfico XLII, “*Que língua costuma usar quando quer evitar que um estranho o compreenda quando fala com alguém seu conhecido (da sua terra, seu familiar, etc.?)*” *Respostas dos informantes de Paradela*.

<sup>3</sup>Este factor diz apenas respeito à situação h.

<sup>4</sup>Este factor diz apenas respeito à situação u.

5 — Português, Mirandês e/ou Espanhol<sup>1</sup>

6 — Não soube responder ou condição/situação não aplicável ao informante

Processada toda a informação, foi necessário tornar os dados referentes à escolha efectiva de línguas ou combinações de línguas comparáveis entre si, eliminando, portanto, o peso do factor 6. Para este efeito, calculou-se a proporção relativa de cada um dos outros factores, já sem a interferência do factor 6. Assim sendo, as percentagens apresentadas nas tabelas de resultados reflectem a proporção das respostas dadas apenas pelos informantes a quem a situação ou condição se aplica<sup>2</sup>. É evidente que também esta tentativa de manter a possibilidade de cotejo dos resultados nos conduziu a situações limite. Casos há, por exemplo, em que o factor de não aplicabilidade é de 100%, levando a um resultado de 0% nos restantes factores. Noutros casos, o factor 6, não sendo de 100%, é tão elevado que inflaciona de forma exagerada os resultados relativos aos demais factores. Todavia, julgamos que estes inconvenientes não comprometem a validade dos resultados, na medida em que todos os casos limite foram convenientemente assinalados e problematizados.

#### 1.1.2. OS RESULTADOS

Os resultados apontados na tabela A reflectem as respostas dadas por todos os informantes da amostra, tendo em conta as diferentes situações de interacção contempladas no estudo. Sendo assim, ela revela as grandes tendências de escolha de línguas em Paradela e, nessa medida, servirá de ponto de partida para a nossa análise. Esta desenvolver-se-á tendo por base dois vectores distintos: em primeiro lugar, abordaremos as situações que directamente remetem para as relações nutridas com o “out-group” (I), passando, de seguida, à análise do fenómeno de escolha no seio do “in-group” (II). No âmbito deste último, salientaremos a importância de que se reveste o domínio de interacção “família”.

I. Começando, pois, pela primeira destas esferas, a conclusão que mais ressalta da observação da tabela A prende-se com o esmagador domínio da língua portuguesa nas situações **n** (a rezar)<sup>3</sup>, **l** (em interacção com o padre), **r** (quando a interacção se processa numa repartição

<sup>1</sup>Este factor diz apenas respeito à situação **t**.

<sup>2</sup>A título exemplificativo do que estamos a explicar, considere-se a situação **j** (em interacção com os filhos). Ora, verifica-se que entre os informantes pertencentes ao estrato etário **d** (com mais de 50 anos) há um conjunto de 16% ao qual a situação **j** não se aplica, i.e., há 16% de informantes com mais de 50 anos que, ou não tem filhos, ou, tendo-os, não sabe dizer em que língua normalmente lhes fala. Portanto, há que eliminar esse factor de não aplicabilidade (factor 6), calculando a proporção relativa dos restantes factores, de modo a tornar os usos linguísticos efectivos dos informantes do estrato **d** comparáveis com os usos dos informantes dos estratos onde o factor de não aplicabilidade for 0% (todos os informantes têm filhos e todos sabem dizer em que língua lhes costumam falar). Este último caso aplica-se, por exemplo, aos informantes do grupo **c** (adultos com idades compreendidas entre os 35 e 49 anos).

<sup>3</sup>Para William Mackey, rezar é um dos usos internos do bilinguismo, para além de contar, calcular, praguejar, sonhar, escrever um diário e tirar notas. Esclarece o Autor, “some bilinguals may use one and the same language for all sorts of inner expression. This language has often been identified as the dominant language of the bilingual but such is by no means the case. Other bilinguals use different languages for different sorts of internal expression. Some count in one language and pray in another; others have been known to count in two languages

sediada fora de Paradela) e s (em interacção com o/a professor(a)). Como se vê, todas são marcadas por um elevado grau de institucionalização e de formalidade, envolvendo, de forma prioritária, interlocutores percebidos como socioculturalmente superiores e pertencentes ao “out-group”. No quadro do nosso estudo, situações afins a estas serão a u (em interacção com pessoas estranhas) e aquela em que se apela à vontade de evitar que falantes monolíngues, não participantes na interacção, entendam o discurso produzido. Atendendo à especificidade inerente a cada um destes casos considerados individualmente, pensamos que será proveitoso determo-nos um pouco na sua análise mais detalhada.

As situações n e l remetem directamente para a esfera da vida religiosa, sector que, no entanto, nem sempre é dominado pela língua maioritária em todas as comunidades bilingues onde entram em contacto idiomas “H(igh)” e “L(ow)”<sup>1</sup>. Pensamos, inclusive, que no caso particular da Terra de Miranda não seria completamente despropositado pensar-se que o mirandês tivesse alguma vitalidade no domínio religioso, pois não esqueçamos que esta área geográfica foi colonizada e propriedade de vários mosteiros leoneses, facto que acarretou duradouras influências culturais e linguísticas na região. Aliás, o próprio José Leite de Vasconcelos não deixou de manifestar a sua surpresa em relação aos hábitos linguísticos dos mirandeses neste domínio, ainda que não tenha chegado a explicitar de forma inequívoca os motivos do seu espanto: “um facto curioso que se observa em Terra-de-Miranda, nos próprios locais onde se fala o idioma de que estou tratando, é serem as rezas e orações não em mirandês, como se esperaria<sup>2</sup>, mas em português<sup>3</sup>. O filólogo viria, porém, a encontrar uma explicação histórica satisfatória para tal hábito<sup>4</sup>.

Em relação à situação s, não há dúvida que o predomínio do português encontra as suas raízes na consciência tida pelos falantes da formação académica superior do interlocutor proposto. Constatámos que tal factor condiciona de uma forma muito marcante a actividade

but to be able to reckon only in one”. WILLIAM MACKKEY, *The Description of Bilingualism*. In: *Readings in the Sociology of Language*. Edited by Joshua A. Fishman. The Hague, Paris (Mouton), 1970, p. 565.

<sup>1</sup>Para uma visão sintética dos padrões de escolha de línguas encontrados em diferentes comunidades bilingues espalhadas pelo mundo, consulte-se, por exemplo, FRANÇOIS GROSJEAN, *ob. cit.*, p. 127-145.

<sup>2</sup>Sublinhado nosso.

<sup>3</sup>JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Estudos de filologia mirandesa*, vol. I (...), p. 155.

<sup>4</sup>“Não sei se em algum tempo as orações foram rezadas em mirandês; o que porém é certo é que há razões históricas, e muito positivas, para se explicar o facto actual. São (...) as *Constituições* de D. Julião de Alva que nos elucidam. Este bispo é incansável em determinar aos fiéis da sua igreja a aprendizagem da doutrina cristã. Logo no título 1º das *Constituições* ordena que todos a saibam, e que em todas as igrejas haja umas tábuas com ela. Estas tábuas foram por ele mandadas imprimir e distribuir e continham em português a bênção, o padre-nosso, a avé-Maria, o credo, a salvé-Rainha, os artigos da fé, os mandamentos, as obras de misericórdia, os dons do Espírito-Santo, e muitas outras orações e devoções místicas. (...) Os párocos instruíam na doutrina cristã, durante uma hora, em muitos dias do ano, os moços de 5 a 12 anos, «ensinando-os muy de vagar, em voz alta e inteligível, de maneira que de todos possa ser entendida». Numa região, onde os moços não falavam habitualmente a língua em que as orações estavam redigidas, era de certo bem precisa esta recomendação do minucioso antístite! Noutro lugar insiste ainda no mesmo facto, estatuinto que o cura «tudo diga com gravidade e repouso, em voz alta e inteligível. E, quando disser a doutrina, irá sempre de vagar, de modo que o povo tenha lugar, pera dizer cada palavra, depois que a elle disser». Os próprios padrinhos deviam fazer decorar o padre-nosso, avé-Maria e credo aos afilhados. No acto da comunhão os fiéis diriam com o padre certas fórmulas, que ele teve o cuidado de lhes redigir em português”. In: JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Estudos de filologia mirandesa*, vol. I (...), p. 155-156 [na citação retirada das *Constituições* de D. Julião de Alva, texto de 1565, mantivemos a ortografia original].

verbal dos locutores, tanto que nem mesmo os docentes oriundos da área linguística do mirandês e falantes do idioma conseguem com facilidade que os habitantes locais lhes dirijam a palavra na língua autóctone. À excepção de alguns casos pontuais em que prevalece uma relação de intimidade com um ou outro professor de proveniência regional<sup>1</sup>, os informantes inquiridos consideram que o uso do mirandês com este tipo de interlocutor é uma prática inaceitável, como, de resto, tão bem documenta o seguinte excerto de diálogo registado em Paradela:

[Cena passada no café. Tínhamos estado a fazer uma entrevista ao professor primário (PP) da aldeia. No fim da nossa conversa este levanta-se, paga os cafés e dirige-se aos presentes]

PP. *Até amanhã!*

11. Até amanhã, senhor professor!

[Perante esta resposta de 11, e já depois de PP se ter ausentado, os presentes evidenciam uma atitude de censura. Neste sentido, o informante 10 recrimina a informante 11]

10. *Parece que sós más fidalga incla que él!*

11. Então, ele não é um qualquer, ele é o professor!<sup>2</sup>

Quanto à interacção processada com pessoas estranhas, o padrão de escolha idiomática é, igualmente, muito claro. Sendo esta uma das pouquíssimas situações em que os informantes admitiram usar a língua espanhola, verifica-se que esse uso está condicionado apenas pela identidade do interlocutor, pois só é usado com falantes espanhóis. Assim, o tema da conversa, bem como o local em que ela decorre, quer seja em Espanha, quer em Portugal, não alteram de modo algum esta escolha. Já a língua portuguesa é sempre utilizada com falantes estranhos de origem nacional, como, de resto, já Leite de Vasconcelos constatara: "com um estranho o aldeão fala logo português"<sup>3</sup>.

Durante o nosso processo de integração na rede local, com a finalidade de atenuar o efeito do paradoxo do observador, confrontámo-nos, várias vezes, com esta constrição. Algumas das conversas que registámos no *corpus* 1.2., dão, precisamente, conta da sua existência. No pequeno excerto de diálogo que de seguida transcrevemos evidencia-se uma das razões, porventura a mais decisiva, que estão na origem da opção clara pela língua maioritária na interacção com pessoas estranhas:

E. Eu gostava de saber porque é que vocês me falam à fidalgo, isso é que eu gostava de saber!

(...)

30. Mas quer que lhe fale mal!?

E. *Quiêro!*

(...)

30. Eu se le vou falar mal, aqui no mirandês... olhe, eu até... até se me envergonha!

É evidente que o que aqui está em causa é, fundamentalmente, um problema atitudinal. Assim, os mirandeses, dadas as propriedades conotativas associadas ao seu falar local, não

<sup>1</sup>Cf. as notas 45, 46 e 47 referentes à grelha "Escolha de línguas em Paradela", em anexo. Para além destes exemplos, evocamos ainda o seguinte testemunho do Dr. Domingos Raposo que, para além de docente da disciplina de Mirandês, colabora na gestão dos cursos de Extensão Educativa para adultos ao nível do concelho:

DR. (...) Fomos a uns cursos e eu chego aos cursos, começo a falar... falo... chego aos cursos só falo em mirandês com as pessoas... pois, se elas falam mirandês... claro, estão na escola, ali devem falar português e falam português, mas eu chego lá... há aquela relação mais íntima, quer dizer, aquele "tu" a "tu", assim mais... falando na ... as pessoas sentem-se mais à vontade e dizem: —*Éste tamĩ yé dels nõssos...* este também... Estão mais familiarizados... eu falo em mirandês (...).

<sup>2</sup>Cf. o *corpus* 2.

<sup>3</sup>JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Estudos de filologia mirandesa*, vol. I (...), p. 12.

sentem que ele se adeque convenientemente à conversa com pessoas que não partilhem das mesmas referências culturais e vivenciais. Haverá, todavia, outro motivo, certamente mais superficial, que sustenta este comportamento por parte dos mirandeses. Veja-se, a propósito, a reacção da informante 6 quando esta é incitada pela falante 21 a usar a língua autóctone na nossa presença<sup>1</sup>:

21. Mas tendes que le falar *ã*... *falar ã fidalgo assi nã dá jeito ningũ!*  
 6. Se nós falarmos em mirandês ela *nã cumprende nã boia!*

Pensamos que esta reacção ajuda a explicar os resultados assinalados no gráfico XLII<sup>2</sup>. Estes indiciam que, enquanto perto de 40% dos inquiridos admitiram poder usar a língua minoritária na presença de estranhos se a intenção fosse excluí-los deliberadamente da conversa por meio da promoção da ininteligibilidade, uma fatia considerável (quase 30%) rejeitou esta hipótese de forma liminar, considerando que tal prática é um sinal de má educação.

Visto isto, resta ao estranho que quer ter acesso ao mirandês fazer um esforço perceptível no sentido de o aprender. É pelo menos isso que interpretámos no seguinte diálogo ocorrido entre a entrevistadora e a informante 23:

23. Se encontrar duas pessoas, se estiverem as duas a falar uma com a outra, assim sim!... Agora se *πηα* dá de cara com a senhora, pois logo se *scapa qualquera cõuça* [em português]...  
 E. Ah pois... pois escapa...  
 23. Nem que a gente *nã* quer, logo se vão... porque estamos habituados a outra gente que vêm de fora a falar le...  
 E. ...em fidalgo...  
 23. ...em fidalgo.  
 (...)  
 E. Se eu aprendesse mesmo, mesmo mirandês, já toda a gente falava comigo à vontade...  
 TO. Pois!  
 (...)

Algo diferente das situações analisadas até aqui é o caso específico da situação r. Assim, esta envolve não só um tipo particular de interlocutor (os funcionários das respectivas repartições), mas também o local da interacção, já fora dos limites territoriais da rede social mais restrita. Pensamos, no entanto, que na ponderação das respostas relativas a esta última situação, em que o português foi assinalado de uma maneira esmagadora, prevaleceu, fundamentalmente, o estatuto social “superior” dos interlocutores com que habitualmente os mirandeses interagem neste tipo de espaços. Esta conclusão é baseada naquilo que pudemos observar em diferentes ocasiões quando nos encontrámos em repartições públicas na cidade de Miranda do Douro. Nestas foi muito frequente ouvir falantes de mirandês, oriundos da área rural do concelho, falarem entre si na sua língua autóctone. Assim, o facto de se encontrarem num local público e cidadão, na presença de estranhos (não participantes na interacção), não se

<sup>1</sup>Constatámos que a nossa presença condicionava, sobretudo, o desempenho linguístico das pessoas mais novas. Enquanto muitos dos falantes mais velhos usavam mirandês, com ou sem alternância, logo no início da nossa permanência na aldeia, os mais novos, só a muito custo e já no final da estadia, conseguiram exhibir este mesmo tipo de comportamento.

<sup>2</sup>“*Que língua costuma usar quando quer evitar que um estranho o compreenda quando fala com alguém seu conhecido (da sua terra, seu familiar, etc.?)*” Respostas dos informantes de Paradela.



revelou decisivo no sentido da escolha preferencial pelo português<sup>1</sup>. Deste modo, mais importante do que o local da conversa será, para estes falantes bilingues, o estatuto sociocultural do sujeito com a qual ela se processa, bem como o grau de intimidade e de confiança que se tem com o interlocutor. A corroborar esta conclusão, veja-se o que sobre este assunto é dito por um informante de Paradela:

- E. Quando vai a Miranda do Douro procura corrigir a sua maneira de falar de modo a... não deixar escapar o mirandês?  
 16. Sim, depende das pessoas com quem falo, não é? Se forem pessoas daqui conhecidas, pois até por vaidade, sou capaz de falar em mirandês. Agora... agora, se forem pessoas com quem tenho pouca confiança..., pois fala-se educadamente português, concerteza.

Com isto não pretendemos dizer, contudo, que o local da interacção se apresenta como um factor completamente irrelevante para a escolha de línguas. Figurando para a maioria dos informantes como um parâmetro com um peso secundário, ele não deixará de desempenhar necessariamente algum papel nesta decisão, na medida em que influencia directamente as probabilidades de a interacção se vir a realizar com um ou outro tipo de interlocutor. Se no contexto do espaço rural é mais frequente a necessidade de falar mirandês, e logo também a sua maior oportunidade e adequação, já na área urbana é precisamente o inverso que é verdadeiro. Assim, por um lado, podemos considerar, baseando-nos em Carol Myers-Scotton, que, tendo os falantes interiorizado um “markedness metric” regulador do grau de adequação dos seus usos verbais às situações de interacção, as regras de utilização de tal “régua” dita-lhes que atendam, em primeiro lugar, às características particulares dos seus interlocutores, e só secundariamente aos locais onde as conversas ocorrem. Por outro lado, não deixa de ser óbvio que a experiência social e vivencial dos falantes os leva a ter consciência de que o primeiro destes parâmetros se encontra em estreita ligação com o segundo. Por forma a ilustrar a temática que acabámos de discutir, veja-se o seguinte testemunho da informante 9 de Paradela:

9. Quando vamos a Miranda, com o senhor doutor, com as enfermeiras falamos também assim...  
 E. Pois...  
 9. ... fidalgo.  
 E. Pois, pois... 'tá bem. E então e...  
 9. Já viste a... paranóias... fomos a Miranda e falávamos desta maneira... Não! (...) Quando vou ao Porto também! Já viste falar mirandês no Porto! Foge!  
 E. Acha que as pessoas se riam?  
 9. [Rindo-se] Eu acho que sim. Eu às vezes, quando lá estive a morar, que estive lá quatro anos, no bairro donde estive, no sítio onde estive a morar, elas ainda apanham alguma coisa... porque uma pessoa bem que queira falar, sempre se escapa alguma coisa para a nossa pronúncia, para o nosso lado...  
 E. Pois, pois...  
 9. ... e elas depois... pegavam-me... (...) depois elas riam-se (...)

Constatámos que o papel desempenhado pelo parâmetro “local da conversa”, no processo decisório que estamos a analisar, se mantém mesmo para os falantes que, não residindo em Paradela, têm com a comunidade local estreitas ligações familiares e afinidades linguístico-culturais. Veja-se, a este propósito, a curta sequência conversacional que se segue<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Esta observação foi corroborada por vários informantes de Paradela. Afirmaram, contudo, que tal comportamento será mais recorrente se os interlocutores mirandeses forem provenientes da mesma aldeia.

<sup>2</sup>A recolha foi feita no café em Paradela.

Nela participa, para além da entrevistadora, um casal de adultos jovens residentes no Porto, ele monolíngue (português) e ela bilingue (português-mirandês), originária de Paradela:

E. Usa o mirandês com quem, com os seus familiares?

Ela. Sim.

Ele. Chega cá e não adianta (...) ela sabe que eu não falo nada disso, mas ela, quer dizer, chegando cá, fala logo, mesmo, é sem intenção ...

Ela. Já no caminho [do Porto para Paradela]...

Ele. ... sem intenção, só pelo facto de chegar aqui ...

Ela. Não é isso! Senão dizem-me que venho para cá falar fidalgo!

(...)

Ela. Gosto de falar [mirandês] (...) também se não falar, acabo por esquecer um bocado.

Pensamos que o testemunho transcrito corrobora a nossa interpretação da forma como funciona o local da interacção verbal na aplicação do “markedness metric” dos falantes. Neste sentido, sustentamos que esta falante bilingue opta pelo uso do mirandês quando vem para Paradela, fundamentalmente porque é aqui que encontra o maior número de locutores com os quais poderá usar, de forma comunicativamente adequada, a língua minoritária que conhece. Esta informante evidencia, para além do mais, um desejo intenso de integração na rede local, desejo esse que se traduz na decisão consciente de usar mirandês na aldeia, para que os habitantes não a percepcionem como uma “fidalga”. Havendo condições para que nesta falante bilingue sobressaia a componente portuguesa da sua dupla identidade sociocultural, ela esforça-se por realçar a componente mirandesa enquanto está na aldeia. Pensamos que este é um exemplo claro daquilo que Howard Giles classificaria como uma estratégia de convergência linguística<sup>1</sup>.

II. O padrão comportamental exibido por esta falante revela o papel fundamental desempenhado pela língua autóctone nesta comunidade. Assim, o mirandês, como idioma minoritário que é, e à semelhança do que sucede em relação a outros com este estatuto, encontra-se intrinsecamente associado ao *modus vivendi* local, sendo a adequação do seu uso limitada, por isso mesmo, à interacção informal marcada por parâmetros que remetam para a vida comunitária interna do grupo bilingue<sup>2</sup>. Não será, pois, de estranhar que o mirandês seja a língua preferencialmente usada pelos falantes representados na amostra nas situações e (em interacção com os pais e sogros), **g** (em interacção com o cônjuge), **h** (em interacção com irmãos e cunhados), **i** (em interacção com os avós), **k** (em interacção com genros e noras), **o** (em interacção com os vizinhos), **p** (quando a interacção se processa no café/mercearia [em Paradela]), **q** (em interacção com os membros da Junta de Freguesia), **t** (a dizer asneiras)<sup>3</sup>, **v** (a

<sup>1</sup>Cf. o que sobre esta estratégia ficou dito nas p. 44 e 45 deste trabalho.

<sup>2</sup>Para alguns falantes, esta adequação poderá circunscrever-se apenas à interacção verificada no interior da rede local e não a toda a interacção praticada no interior do grupo bilingue. A este propósito, testemunhou o informante 12 de Paradela:

12. Mesmo em Ifanes, podem falar também mirandês, mas nós já nunca falamos em mirandês...

E. Não? Mesmo em Ifanes?

12. Se não for gente... se não for gente da mesma aldeia...

Verificámos, no entanto, que este tipo de comportamento não é perfilhado por todos os falantes locais. A título ilustrativo, veja-se no *corpus* 2 a sequência de diálogo entre um casal de meia-idade (informantes 22 e 31) e um vizinho de Ifanes (identificado como VI).

<sup>3</sup>Sobre esta questão, veja-se o que ficou dito nas p. 99-100 do presente trabalho.

namorar), **w** (quando se conversa sobre questões agrícolas e pastorícias) e **x** (a ralar ou a repreender os filhos).

Há, no entanto, desde logo, um traço que distingue estes resultados daqueles que dizem respeito às situações onde o português é o idioma mais escolhido. A análise da tabela A esclarece que, enquanto nestas últimas o português se apresenta como uma preferência inequívoca para a generalidade dos informantes<sup>1</sup>, nas situações onde domina o mirandês existe um grau muito menor de convergência nas respostas. Resultados desta natureza revelam que existe actualmente em Paradela uma competição, em alguns casos muito feroz, entre o mirandês e o português nas situações de interacção tradicionalmente dominadas pela língua autóctone. Atendendo à forma como Joshua Fishman interpreta este tipo de fenómeno, podemos considerar que começa a despontar nesta comunidade uma fragilização e degradação das relações convencionais entre idiomas e situações de interacção, facto que indicia que ela se encaminha para um estado de bilinguismo social sem diglossia<sup>2</sup>. Não querendo, no entanto, concluir precipitadamente sobre o estágio de um eventual processo de substituição linguística em curso, pensamos que será mais prudente examinarmos com algum detalhe cada uma das situações que parecem denunciar a sua existência, procurando, assim, esclarecer qual o perfil dos falantes que promovem a mudança das preferências e comportamentos linguísticos nesta comunidade.

Antes, porém, de procedermos a esta análise, é necessário salientar que o mirandês continua largamente dominante, com usos acima dos 80%, em quatro das situações contempladas no estudo, a saber, **e** (em interacção com os pais e sogros), **i** (em interacção com os avós), **v** (a namorar) e **w** (quando se conversa sobre questões agrícolas e pastorícias). Nos primeiros dois casos, pensamos que o domínio do mirandês nas respostas se deve à idade dos interlocutores apontados, factor que, como veremos ao longo deste estudo, em muito condiciona os comportamentos verbais dos falantes. Já o predomínio do mirandês na situação **w** (quando se conversa sobre questões agrícolas e pastorícias) evidencia a ligação que repetidamente temos vindo a estabelecer entre o uso da língua minoritária e as actividades sociolaborais prevalecentes no "in-group". Em relação à terceira situação, julgamos que ela indicia que o idioma autóctone se encontra ainda muito associado aos registos discursivos marcados pela intimidade. Podemos assim considerar que os resultados referentes a estas três situações realçam a actualidade, ainda que apenas parcial, como já de seguida veremos, da conhecida afirmação de José Leite de Vasconcelos: " a língua mirandesa é puramente doméstica, por assim dizer, a língua do lar, do campo e do amor"<sup>3</sup>.

Salvaguardados os casos que acabámos de ver, verificamos que os primeiros sintomas de uma competição efectiva com a língua portuguesa se revelam nas situações **g** (em interacção com o cônjuge), **h** (em interacção com irmãos e cunhados), **k** (em interacção com genros e

<sup>1</sup> A excepção a esta afirmação é a situação **j** (em interacção com os filhos). Dada a sua especificidade, abordá-la-emos de forma detalhada um pouco mais adiante.

<sup>2</sup> Vd., do Autor, *Bilingualism with and without Diglossia: Diglossia with and without Bilingualism*. In: *The Journal of Social Issues*, vol. XXIII, nº 2, 1967, p. 29-38.

<sup>3</sup> JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Estudos de filologia mirandesa*, vol. I (...), p. 12.

noras), **x** (a ralar ou a repreender os filhos), **p** (quando a interacção se processa no café/mercearia [em Paradela]), **q** (em interacção com os membros da Junta de Freguesia) e **t** (a dizer asneiras), onde o uso do mirandês já se situa abaixo dos 80%. No caso particular da situação **o** (em interacção com os vizinhos), a concorrência idiomática torna-se ainda mais clara<sup>1</sup>. Como se vê, os primeiros quatro casos remetem para interlocutores do domínio “família”, um dos que, em situações de bilinguismo social com estas características, mais resistência costuma oferecer à penetração da língua maioritária. Tal, no entanto, não se verifica em Paradela. Se observarmos, em particular, os dados referentes à situação **j** (em interacção com os filhos), fica claro que se processa nesta comunidade uma profunda mutação no comportamento verbal dos seus falantes. Como esclarece Suzanne Romaine a propósito desta problemática, “the inability of minorities to maintain the home as an intact domain for the use of their language has often been decisive in language shift (...). However, this is generally symptomatic of a more far-reaching disruption of domain distribution and pattern of transmission”<sup>2</sup>. Esta afirmação descreve bem a comunidade que estamos a estudar. Com efeito, apesar da sua condição bilingue, Paradela evidencia focos assinaláveis de alteração comportamental ao nível dos usos linguísticos dos seus falantes. Deter-nos-emos, já de seguida, na análise pormenorizada deste fenómeno de mudança, baseando-nos, para tal, nos resultados assinalados nas tabelas B, C, D e E onde se registam as tendências de escolha de línguas dos falantes, tendo em conta as suas idades, graus de escolarização, profissões e sexos. Não deixaremos, igualmente, de evocar os auto-testemunhos produzidos pelos informantes, a fim de melhor elucidar as conclusões a que chegámos.

Começando precisamente pelas situações que remetem directamente para o domínio de interacção “família”, e socorrendo-nos, em primeiro lugar, dos dados apontados na tabela B, damo-nos conta que o estrato etário que mais promove a substituição do uso do mirandês pelo português é aquele composto pelos falantes com idades compreendidas entre os 20 e 34 anos. Ao inverso, o grupo que mais se inclina para a preservação da língua autóctone no seio da família é aquele que é integrado por falantes com mais de 50 anos. Sendo esta a tendência geral, existem, no entanto, algumas especificidades relativas a cada uma das situações em análise que motivam comportamentos particulares por parte dos informantes dos diversos estratos etários. Julgamos que estas especificidades se prendem, essencialmente, com a diferente correlação de poderes que os interlocutores apontados propiciam. Assim, se há certos tipos, como o cônjuge, os irmãos e os cunhados, que ajudam a configurar um “RO set” definido pela relativa igualdade entre os participantes, já outros, como os filhos e netos, promovem a criação de um “RO set” baseado numa relação de desequilíbrio de poderes entre os interlocutores. Para além deste aspecto, não deixa de ser óbvio que, para a definição de cada uma destas relações, muito contribui a própria idade dos locutores propostos. Deste modo, dentro da família, pessoas da mesma idade ou de idades aproximadas tenderão a considerar-se como possuindo um estatuto semelhante, enquanto que maiores clivagens geracionais entre os falantes já originam a

<sup>1</sup>Nesta situação, o uso do mirandês é de apenas 50%.

<sup>2</sup>SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 42.



construção de estatutos diferenciados. Vejamos, pois, como estas diferenças afectam os padrões de escolha de línguas em Paradela.

Nos casos das situações **g** (em interacção com o cônjuge) e **h** (em interacção com irmãos e cunhados), podemos considerar que se repete a tendência geral verificada no domínio “família”. Assim, os usos da língua autóctone mantêm-se com índices relativamente elevados nos grupos **c**<sup>1</sup> e **d**, passando-se precisamente o inverso entre os falantes mais jovens<sup>2</sup>. Elucidativos destes resultados são os seguintes excertos em que informantes de diferentes estratos etários testemunham sobre as opções linguísticas mais frequentes na situação **g**:

6 [estrato etário **b**]. (...) Os meus pais [os pais pertencem ambos ao estrato etário **d**] nunca falaram comigo português. Eles acham estranho... às vezes estou a falar eu e o meu marido, um para o outro, e eles acham estranho que eu esteja a falar... outro dia [...] a conversa, a minha mãe estava na cozinha e nós estávamos na sala e diz a minha mãe:  
—Mas que cambada de fidalgos, não sei quê, não sei que mais...

16 [**c**]. (...) Com a mulher a gente até parece que se percebe melhor com o mirandês... assim uma coisa mais vulgar que a gente... portanto, foi aquilo que os nossos pais nos ensinaram e temos ainda aquele carinho...

Já em relação à situação **j** (em interacção com os filhos), as tendências descritas mudam de forma assinalável. Como já atrás referimos, este é um dos casos que melhor revela o estado de concorrência entre as línguas minoritária e maioritária. Para a sua explicação, muito contribuem os resultados recenseados na tabela B. Assim, damos-nos conta que já em todos os grupos etários o uso do português se infiltrou<sup>3</sup>. Se o estrato mais expressivo é, de novo, inequivocamente, aquele constituído pelos adultos com idades compreendidas entre os 20 e 34 anos, não deixa de ser claro que o avanço do idioma “H(igh)” é igualmente muito evidente entre os adultos do estrato **c**, uma vez que 57% afirma usar português com os filhos, apenas 14% conserva o mirandês e 29% oscila entre um e outro idioma nesta situação. Também o grupo **d**, ao contrário das tendências demonstradas nos outros casos analisados, denota um índice significativo de hesitação quanto ao uso das línguas em contacto (25%) e uma taxa não menosprezável de utilização efectiva do português (19%)<sup>4</sup>.

<sup>1</sup>Todavia, é notório que, na situação de interacção com irmãos e cunhados, o estrato **c** evidencia alguns sintomas de desestabilização da relação entre idioma e situação, uma vez que apresenta um resultado de 33,7% ao nível do factor 2 e um de 16,3% ao nível do factor 3 (uso indiferenciado de mirandês ou português e de mirandês ou espanhol, respectivamente). Pensamos, no entanto, que estes resultados só contribuem para realçar a tendência geral já referida, i.e., o estrato constituído por pessoas com mais de 50 anos é aquele em que, de facto, a vitalidade do mirandês é mais constante.

<sup>2</sup>Quanto ao estrato etário **a** na situação **g**, é necessário esclarecer que os excelentes resultados obtidos pelo mirandês se devem ao facto de estes corresponderem à resposta de apenas uma informante (a única adolescente casada da amostra). Excluindo este caso pouco representativo, a tendência revelada por este quadro aponta inequivocamente para a perda de vitalidade do mirandês entre os falantes mais jovens.

<sup>3</sup>Os dados referentes ao grupo **a**, neste caso, representam a resposta de apenas uma informante, a única deste estrato etário que tem um filho.

<sup>4</sup>Registámos um caso, entre os falantes não representados na amostra, em que o processo de substituição do mirandês se deu, não pelo português, mas pelo espanhol. Atenda-se aos argumentos evocados pela senhora TOI. para tal opção:

TOI. (...) Quando estão aqui os meus filhos, eu também falo o que le falava o Ca.[marido de TOI.]... assim em espanhol, muitas vezes.

E. Ah, porque eles est... a sua filha está em Espanha?

TOI. Sim, a minha filha está em Zamora.

E. E ela fala bem espanhol?



Pensamos que os motivos que conduzem a este padrão comportamental são bastante claros. Não esqueçamos que a maioria dos informantes, afirmando-o ou não explicitamente, considera que pertence a um estrato sociocultural baixo e desprivilegiado, desejando obviamente a possibilidade de um estatuto melhor para os filhos. Dado o estigma social que comporta o uso do mirandês e que já analisámos na secção 2.2.3. da parte II deste trabalho, é natural que os falantes tenham que a ascensão social dos filhos seja comprometida ou até inviabilizada se estes persistirem em sabê-lo. Assim se explica o conteúdo dos seguintes testemunhos:

E. E [que língua é que usa] com a sua filha?  
 10. Com a minha filha não, falamos em português.  
 E. Só em português?  
 10. Só, para ver se ela compreende alguma coisa, que esqueça isto.  
 E. Quer que ela esqueça?  
 10. É triste isto.  
 E. É?  
 10. Eu acho que sim.

E. E [que língua é que usa com] os seus filhotes?  
 9. Estes, já é fidalgo...  
 E. É?  
 9. ... para eles aprenderem outra coisa... outra maneira de falar...

Recordamos igualmente que muitos pais julgam que o bilinguismo mirandês-português conduz ao mau aproveitamento escolar dos filhos, atendendo às frequentes interferências linguísticas propiciadas pela semelhança estrutural dos idiomas em contacto. Observe-se a propósito deste assunto, o relato feito pela informante 6:

6. (...) A J. falava muito bem, aí, falava tão bem aquela miúda!  
 E. Em mirandês?  
 6. Em português correcto, um português correcto, mas mesmo correcto... foi uma pena, pá... estar com os pais que tem (...). A mãe falava-le totalmente em mirandês. A rapariga foi para a escola (...) a mãe falava... chegava a casa, a mãe falava-le em mirandês, chegava à escola, (...) a professora falava-le português... A miúda, meteu-se-le uma mistura que ela só dava erros. Pois a mãe, um dia, pôs-se-me a dizer:  
 —Aí, isto é uma burra, isto é aquilo, isto é o outro...  
 E eu disse:  
 —Não estejades<sup>1</sup> a dizer que ela é burra, que a burra fostes vós... Vem para casa falais o mirandês, vai prá escola, falam-le português, vai para os amigos, falam português... a miúda confundiu-se de tal maneira que ela não sabe como vai escrever!  
 Pois a mãe lá disse:  
 —Acho que sim, acho<sup>2</sup> que tem razão, acho<sup>3</sup> que não sei quê...

Para além destes resultados, foi possível recolher, junto de alguns informantes mais idosos pertencentes ao grupo **d**, informação relativa aos seus hábitos linguísticos quando em

TOI. Sim! Espanholinho cerrado! Porque a minha filha foi ali criada...  
 E. Uhm...  
 TOI. ... e casou ali (...)

<sup>1</sup>Forma verbal que denota interferência morfológica do mirandês, na medida em que apresenta, no presente do conjuntivo, o morfema número-pessoal *-des*.

<sup>2</sup><ch> foi, neste contexto, articulado como africada.

<sup>3</sup><ch> foi, neste contexto, articulado como africada.

interacção com os netos. Considerando que estes dados se revestem de uma grande importância na medida em que traduzem um tratamento diferenciado em relação a dois estratos geracionais (filhos e netos), decidimos reproduzir aqui dois dos testemunhos mais representativos:

E. Então diga lá, 22... 22 fala com toda a gente aqui em mirandês?

22. Eu falo...

E. Fala? Mesmo com os seus netos?

22. Tanto me dava... o que é agora a gente já se escapa muito, porque a gente está habituada mais a andar já por a cidade... e com os filhos... com os netos a gente já não gosta de falar à nossa maneira... mas eu sei-o falar.

E. Mas fala com a 11 [a filha] às vezes, não fala?

22. Falo, muitas vezes.

E. Mas nem sempre, não é?

22. Não.

E. E com o seu netito pequenito?

22. Com o meu neto não, porque os pais não gostam.

E. E [que língua fala] com os seus netos?

33. Os meus netos, também le falo em mirandês!

E. É? E os pais gostam?

33. O meu... o meu... o meu genro já não gosta muito... mas vá...

E. O genro é que não gosta?

33. Não gosta muito... [Risos]

E. 'Tá, 'tá...

33. Porque já anda em... porque já há dois anos que a miúda anda... uma miúda... uma neta... já há dois anos que anda no liceu...

Relacionada com a situação **j**, está a **x** (a ralhar ou a repreender os filhos). A especificidade desta ressalta, no entanto, de nela se evocar, não só um tipo preciso de interlocutor, mas também um estado emocional particular: de irritação. Incluímo-la na nossa análise, porque alguns estudos sobre bilinguismo têm revelado que os padrões de escolha de línguas podem, em alguns casos, estar associados aos diferentes estados emocionais que dominam os falantes no momento de produção do discurso<sup>1</sup>. Com efeito, verificamos que algumas diferenças comportamentais se revelam no confronto dos resultados representados na tabela B referentes a estas duas situações. Deste modo, quando impera uma perturbação emocional, os falantes retomam a tendência geral de escolha de línguas identificada para o domínio “família”, observando-se, mesmo entre os falantes do grupo **b**, um decréscimo acentuado no uso da língua maioritária<sup>2</sup>. Ainda assim, é notório que nenhum destes usa, em exclusivo, o mirandês. Já os grupos **c** e **d** se revelam, em consonância com o que já observámos noutras situações, bastante mais conservadores, preferindo o uso do idioma autóctone nestes momentos de maior irritação. A propósito, observe-se o testemunho do informante 16, pertencente ao estrato **c**. Interrogado sobre a língua que costuma usar para repreender a filha, afirma:

16. Se 'tiver muito chateado, vai a língua de origem... a raiva vem do sangue!

<sup>1</sup>Cf., a título ilustrativo, FRANÇOIS GROSJEAN, *ob. cit.*, p. 275-278.

<sup>2</sup>Relacionado com a situação que estamos a analisar, veja-se o testemunho da informante 6, pertencente ao estrato **b**. Interrogada sobre as circunstâncias em que se socorria mais do mirandês para falar com o marido, diz:

6. (...) Por exemplo, estamos zangados por quaisquer problema, é mais o mirandês!

Não só a idade, no entanto, determina diferentes padrões de escolha de línguas no domínio “família”. Assim, factores como o grau de escolarização e a profissão dos informantes demonstraram ser bastante importantes para a definição dos comportamentos verbais em Paradela e, nessa medida, não deixaremos de analisá-los com algum pormenor.

Começando pelo grau de escolarização<sup>1</sup>, parâmetro intimamente associado ao factor idade, compreendemos que, em qualquer uma das situações referentes ao domínio “família”, o foco mais significativo de substituição se situa ao nível do grupo © (falantes que frequentaram o ensino secundário)<sup>2</sup>. Por outro lado, o grupo mais conservador é aquele constituído pelos analfabetos reais. No estrato intermédio, composto pelos falantes que frequentaram apenas o ensino básico, há, em algumas situações particulares, nomeadamente na interacção com os filhos, importantes sintomas de alteração comportamental. Podemos, todavia, considerar que a vitalidade da língua autóctone neste grupo é, ainda, tendencialmente forte. Visto isto, conclui-se que o uso do mirandês diminui na directa proporção em que aumenta o grau de instrução formal dos falantes. A fim de ilustrá-lo, considerem-se os seguintes excertos de diálogo recolhidos em Paradela:

E. E com a sua mulher, fala em mirandês?  
 10 [b]. Às vezes. Pouco, pouca coisa.  
 E. Pouca coisa? Fala mais em quê?  
 10. Nós falamos mais em... ela estudou e falamos em português (...)

E. Então, ouve lá, e [que língua é que usas] quando tu ralhás com a tua filha?... Quando estás assim mesmo danada, mas mesmo danada...  
 6. Português, português...  
 E. É?  
 6. É.  
 E. Evitas falar [mirandês]... mesmo em todas as circunstâncias...  
 6. Não. Não é evitar, é que uma pessoa 'tá habituada... como andei no ciclo, já andei no liceu e tudo mais, uma pessoa está mais habituada a falar essa... mais que o mirandês cá...

Os dados analisados até aqui foram, de uma maneira geral, de encontro às nossas expectativas iniciais, alimentadas, de resto, pelas informações recolhidas *in loco* junto dos habitantes locais. Já o mesmo não aconteceu, porém, em relação aos resultados apontados na tabela D.

Com efeito, contra a nossa expectativa e a convicção generalizada dos informantes da rede local, os guardas fiscais não demonstraram ser um dos principais agentes responsáveis pela mudança de hábitos linguísticos nesta comunidade. Muito pelo contrário, evidenciaram um grau de conservadorismo assinalável. Aliás, em três das quatro situações analisadas (g, h e x), este grupo profissional foi suplantado no seu uso do português por outro, até aqui, insuspeito: o dos trabalhadores da construção civil. Se tivermos, no entanto, em linha de conta que existe dentro deste último grupo profissional um predomínio de falantes jovens, ao contrário do que sucede em relação ao estrato constituído pelos guardas fiscais, já esta tendência se tornará mais entendível. Estes dados parecem indicar que, mais importante do que a profissão exercida pelos

<sup>1</sup>Cf. a tabela C, em anexo.

<sup>2</sup>Minimizámos os resultados referentes ao grupo J (ensino superior), porque este é integrado por apenas uma informante.

sujeitos, afigura-se, antes de mais nada, a sua idade. Neste mesmo sentido vão, de resto, os resultados referentes à única situação em que os estudantes figuram. Analisando a situação **h** (em interacção com irmãos e cunhados), podemos seguramente concluir que são estes os maiores responsáveis pelos resultados obtidos pela língua portuguesa (factor 1), assinalados na tabela A.

Quanto aos restantes grupos profissionais, é difícil estabelecer um padrão tendo em vista a globalidade das situações em observação. Assim, diremos apenas que os falantes que os integram revelam, genericamente, tendências linguísticas algo conservadoras. Se atendermos, contudo, aos resultados referentes à situação **j** (em interacção com os filhos), já é possível encontrar um padrão mais claro. Assim, a conclusão que se pode retirar da observação destes dados é que o uso do mirandês tende a resistir entre os falantes que, por via das suas ocupações laborais, menos contactos têm com membros do “out-group”.

Tendo demonstrado a relevância dos factores idade, grau de escolarização e profissão dos falantes para os seus hábitos ao nível da escolha de línguas praticada no seio da família, resta-nos apenas observar os dados relativos ao parâmetro sexo. Sobre este assunto recordamos que no questionário III figurava uma pergunta (8a) que visava apurar a sensibilidade dos informantes em relação a eventuais diferenças entre a produção verbal dos homens e das mulheres. Ao consultar o gráfico XLIII<sup>1</sup>, constatamos que a generalidade dos informantes não manifesta desfasamentos dignos de realce entre o comportamento verbal das pessoas de um e de outro sexo. Ora, os dados apontados na tabela E mostram que esta intuição é correcta, pelo menos no âmbito da interacção familiar que estamos a considerar. Se alguma discrepância há, ela é muito subtil, apontando para um índice de utilização do português, em detrimento do mirandês, ligeiramente superior por parte dos informantes do sexo masculino.

Delineado o perfil dos agentes que promovem a substituição linguística no âmbito restrito da interacção processada no seio da família, vejamos agora até que ponto este se mantém nas outras situações que denotam fenómenos de competição idiomática. Assim, ultrapassando os limites do núcleo familiar, abordaremos, já de seguida, as situações que remetem mais propriamente para a esfera mais alargada do “in-group”, unidade social que aqui identificamos com a rede local.

Nesta categoria incluímos a situação **p** (quando a interacção se processa no café/mercearia [em Paradela]), **q** (em interacção com os membros da Junta de Freguesia) e **o** (em interacção com os vizinhos). A primeira envolve a consideração de um local particular que, embora público, se encontra sediado dentro dos limites territoriais da rede local. Tendo esclarecido, logo no início desta secção, o papel desempenhado pelo factor local da interacção para a maioria destes falantes, pensamos que aquilo que, neste caso, mais pesou nas respostas foi a ponderação do tipo mais frequente e provável de interlocutor a encontrar neste espaço<sup>2</sup>. De modo semelhante, a elevada percentagem obtida pelo factor 2 (47%) na situação **o**, longe de

<sup>1</sup> *Quem fala melhor em Paradela? Os falantes novos, os velhos, as mulheres ou os homens? (Respostas dos informantes da amostra de Paradela).*

<sup>2</sup> A consulta das notas à grelha “Escolha de línguas em Paradela” permite corroborar esta interpretação.

poder ser interpretada como indício de um fenómeno de hesitação na escolha, aponta, antes, para a necessidade de se ter em atenção algumas características específicas dos interlocutores propostos. Assim, conforme se documenta nas notas anexas à grelha “Escolha de línguas em Paradela”, o uso do mirandês e do português obedece, nesta situação, a uma construção fundamental: a idade do vizinho. Julgamos, todavia, que ainda outro factor condiciona de forma activa a escolha de línguas perante estes interlocutores. Como temos vindo a observar até aqui, não será indiferente, neste processo decisório, o próprio grau de instrução do vizinho com o qual se conversa.

Em relação à situação em que se avalia o padrão de escolha de línguas seguido na interacção com os membros da Junta de Freguesia, pensamos que é importante realçar que, embora tratando-se de interlocutores percebidos como pertencendo à rede local, estes estão investidos de um estatuto especial: são “dirigentes” comunitários que lidam, por isso mesmo, com dignitários e assuntos oficiais que nem sempre se prestam, no entender dos habitantes, a um tratamento adequado na língua autóctone. Neste sentido, foi-nos dito, tanto pelo informante 19, como pelo informante 27, ambos membros da Junta, que o idioma a usar com os outros habitantes no tratamento de assuntos político-administrativos dependia, essencialmente, da gravidade e seriedade destes, bem como do organismo de proveniência. Aliás, constatámos que assim é. Tendo assistido a uma sessão do Conselho da aldeia<sup>1</sup>, verificámos que os assuntos de discussão motivados por deliberações da Câmara Municipal ou de outros organismos oficiais foram sempre abordados em português, só se tendo alternado pontualmente para mirandês quando algum vizinho manifestou a sua incompreensão em relação ao que foi dito. Já os assuntos que tinham exclusivamente a ver com a aldeia, ou que tinham partido da iniciativa da própria Junta, foram tratados em mirandês. De forma similar, registámos que discussões informais sobre política partidária são dominadas pelo uso do português, bem como os assuntos que envolvam dinheiro.

Apesar das especificidades inerentes a estas situações, podemos considerar que o perfil dos falantes que promovem o uso mais intenso do português tem características em comum com o que foi delineado na análise do domínio “família”. Não esquecendo o carácter fortemente “multiplex” desta rede social em que os hábitos de convívio assentam nas relações familiares, de vizinhança e de trabalho, mais facilmente esta semelhança será entendida. Deste modo, verificamos que, também no quadro mais alargado do “in-group”, o uso do mirandês diminui na mesma proporção em que aumenta o grau de escolarização dos informantes, e que são principalmente os estudantes aqueles que mais sistematicamente recorrem à língua maioritária. Por outro lado, é igualmente claro que a vitalidade do idioma autóctone é maior entre os falantes com mais de 50 anos, encontrando, de uma maneira geral, progressivamente, menos aceitação

---

<sup>1</sup>Órgão de decisão local estritamente informal, que representa uma interessante sobrevivência de “usos comunitários de raízes históricas muito remotas, que o condicionalismo geográfico tem ajudado a manter” (in: MARIA JOSÉ MOURA SANTOS, *ob. cit.*, p. 40). Neste Conselho tem assento um indivíduo por cada casa habitada. É convocado pelo rebate dos sinos da Igreja, geralmente pelos membros da Junta de Freguesia, sempre que há algum assunto de natureza comunitária a tratar. Sendo um órgão informal, a tradição impõe, no entanto, que as suas decisões tenham carácter vinculativo. Deste modo, toda a deliberação que mereça a aprovação da maioria dos vizinhos é acatada pelos membros da Junta de Freguesia.



nos estratos etários **c**, **a** e **b**. Se alguma diferença importante há a registar em relação ao perfil atrás definido, ela reside nos dados referentes ao factor sexo na situação **p**. Com efeito, e ao contrário do que temos visto até aqui, na situação apontada há uma discordância entre o comportamento dos dois grupos, sendo as mulheres as que se aproximam dos usos linguísticos socialmente mais prestigiados. À excepção deste caso pontual, pouco representativo, julgamos que as linhas gerais identificadas nos permitem concluir que chegámos ao perfil procurado. A fim de fornecer a sua descrição sintética, remetemos para as seguintes observações de uma jovem informante:

2. (...) As pessoas mais idosas já falam mais o mirandês...  
 E. "Tá bem. Então e se eu te perguntasse assim mais ou menos a partir de que idades é que as pessoas começam a falar mais português e menos mirandês, qual era a idade que tu me davas?"  
 2. A idade... acho que a idade que começam a falar mais mirandês é com os quarenta...  
 E. Para cima?  
 2. Para cima. O português acho que é mais os dos quarenta para baixo.  
 E. "Tá bem. E achas ... quem é que fala mais mirandês, as pessoas que foram à escola ou as pessoas que não foram?"  
 2. As pessoas que não foram.

Dito isto, constatamos que há hoje, nesta comunidade trilingue, uma vasta gama de condições que contribuem para abrir brechas na solidez da rede de interacção local, conduzindo, assim, ao declínio da sua língua autóctone. Da sua existência têm consciência os próprios falantes. Sintetizá-las-emos, assim, evocando a reflexão empreendida sobre este assunto por dois dos nossos informantes:

27. (...) O mirandês, no meu modo de ver, quem está a dar cabo do mirandês é a televisão, é a rádio, é a... a grande convivência que o povo está a ter uns com outros...  
 21. E os estudos... que hoje as crianças estudam até muito [tarde]...

Para concluir, resta-nos abordar uma última situação: **t** (a dizer asneiras). Não fugindo às tendências de escolha idiomática já descritas, também nesta área os mirandeses caminham para uma lenta mutação comportamental. Assim, e embora a língua autóctone seja ainda aquela que mais é usada para proferir palavras tabu, condição que ajuda a explicar a forma como estas são percebidas pelos falantes paradenses<sup>1</sup>, não deixa de ser claro que o padrão de escolha de línguas encontrado nesta situação reflecte a proporção assumida pela invasão do português nos domínios de interacção mais informais, ligados à vivência interna da rede social local.

Ao equacionar, no capítulo seguinte, a interpretação pragmática das instâncias documentadas de alternância de códigos, teremos de ponderar as diferenças comportamentais dos falantes aqui identificadas. Assim, e em consonância com o estipulado no "markedness model" proposto por Carol Myers-Scotton, a opção por um ou outro idioma funcionará como uma escolha mais ou menos marcada e, portanto, discursivamente relevante, consoante as características dos locutores em cena. Não podemos, deste modo, apontar uma gama de situações em que a alternância de códigos comporta, para todos os falantes, um valor não marcado, havendo necessidade de analisá-las caso por caso. Desta temática ocupar-nos-emos já de seguida.

<sup>1</sup>Cf. aquilo que foi referido sobre esta temática nas p. 99-100 deste trabalho.

## 2. A ALTERNÂNCIA DE CÓDIGOS EM PARADELA

A fim de proporcionarmos uma análise pragmática da alternância de códigos verificada na produção verbal dos falantes bilingues de Paradelá, socorrer-nos-emos, fundamentalmente, dos princípios enunciados no quadro do “markedness model” (MM) postulado por Carol Myers-Scotton. Este modelo bastante produtivo comporta, no nosso entender, os instrumentos analíticos essenciais para a execução da tarefa que nos propomos realizar. Para além deste aspecto, o MM afigura-se-nos como sendo o quadro teórico-analítico mais coerente e consistente de entre todos quantos pudemos encontrar na bibliografia especializada sobre a questão dos usos pragmáticos deste mecanismo verbal bilingue.

Dito isto, não pretendemos insinuar que avaliamos os achados desvendados à luz de outros preceitos teóricos como insuficientes ou inadequados. Pelo contrário, consideramos que as categorias identificadas por vários outros autores são não só pertinentes, como reveladoras de algumas estratégias discursivas mais subtis que dificilmente seriam descortinadas pelo recurso exclusivo ao MM. A limitação que apontamos ao poder explicativo cabal do MM deve-se, segundo pensamos, à proeminência assumida dentro deste modelo pelo princípio da negociação entre os locutores, conduzindo, conseqüentemente, à necessidade permanente de se atender ao papel desempenhado pelos códigos enquanto configuradores de determinados “RO sets”. Sem minimizar o peso destes factores no funcionamento pragmático da alternância de códigos, parece-nos, no entanto, que nem sempre o uso deste mecanismo será preponderantemente motivado pela intenção, por parte dos locutores, de negociar ou renegociar um “RO set” particular. Assim, julgamos que certas estratégias já abundantemente atestadas noutros trabalhos, como a reiteração, a citação, a qualificação de uma mensagem, a personalização vs. objectivação, a função metalinguística da alternância e o seu uso para proferir interjeições ou bordões linguísticos<sup>1</sup>, podendo ser analisadas à luz de algumas das máximas conversacionais propostas por Carol Myers-Scotton, na medida em que representarão eventuais casos de escolha marcada ou não marcada, nem sempre se explicarão convenientemente com base no desejo sentido pelo locutor de proceder a alterações no “RO set” em vigor na interacção verbal em que participa. No âmbito das estratégias mencionadas, e independentemente das suas especificidades, o objectivo básico da alternância parece ser o de se destacar e/ou enfatizar determinada informação e não o de se negociar um novo posicionamento social entre os participantes em interacção.

Feitas estas considerações, julgamos justificada a utilização que, neste capítulo, faremos do MM. Elegendo como ponto de partida a estrutura analítica das máximas, veremos até que ponto elas são respeitadas e/ou derogadas nos usos efectivos de alternância de códigos recenseados no *corpus* 2. Nesta operação dar-nos-emos conta que muitas das estratégias discursivas identificadas à luz de modelos de análise mais empíricos e menos formalizados poderão ser satisfatoriamente acolhidos e integrados no próprio MM. Assim, estas estratégias serão por nós encaradas como efeitos discursivos decorrentes da observação ou interrogação das

<sup>1</sup>Cf. a tipologia de estratégias discursivas da alternância de códigos apresentada nas p. 56 a 59 deste trabalho.

máximas enunciadas por Carol Myers-Scotton. Ponderaremos, igualmente, o papel desempenhado pelo princípio da negociação em cada caso, na medida em que este, não presidindo, no nosso entender, a todas as instâncias de alternância, revela, de qualquer forma, um poder explicativo fundamental que não podemos desprezar.

### 1. *Máxima da escolha sequencial não marcada*

Definida pela Autora do MM como "the keystone of these maxims", a máxima da escolha sequencial não marcada estará a ser observada quando a alternância de códigos é utilizada pelo locutor bilingue com a finalidade de gerar a seguinte implicatura conversacional genérica: "the speaker is negotiating a normative position, the status quo"<sup>1</sup>. Nestas circunstâncias, podemos considerar que a alternância é usada, não tanto para corresponder às alterações verificadas ao nível dos parâmetros definidores da situação de interacção, mas fundamentalmente para sinalizar a posição de adesão do falante em relação aos "RO sets" que normalmente imperam dentro da sua comunidade linguística quando se conjugam determinados parâmetros situacionais. A fim de esclarecer esta interpretação, vejamos as seguintes afirmações de Carol Myers-Scotton: "within the model (...), situations do not determine choices. Rather, speaker motivations do. Speakers make choices within a framework of predictable consequences, with situations figuring only indirectly in that they alert speakers (they 'situate' them) to consequences since markedness of choices is determined by situational features. Characterizing such choices as sequential unmarked choices highlights speakers as actors and the element of predictability"<sup>2</sup>. Assim sendo, os parâmetros situacionais funcionam como índices que, interiorizados pelos membros da comunidade bilingue, contribuem para regular o grau de "markedness" comportado pelos diferentes recursos verbais disponíveis. Consoante as intenções comunicativas que presidem a um determinado acto de fala, assim o falante decidirá quanto ao código a usar, podendo optar pela conformidade aos "RO sets" esperados, por via da utilização de um código situacionalmente não marcado, ou por renegociá-los, preferindo um que seja marcado.

Feitos estes esclarecimentos, compreender-se-á em que medida algumas das estratégias discursivas identificadas por outros autores e recenseadas na tipologia apresentada na secção 1.3.1 da parte II deste trabalho podem ser interpretadas como efeitos possíveis da observação da máxima da escolha sequencial não marcada. Estratégias como a especificação de um interlocutor/receptor, a citação, a função metalinguística, ou ainda casos de alternância com vista à exemplificação de uma afirmação anteriormente feita num outro código (tal como encontramos no nosso *corpus* 2) resultam, segundo julgamos, da aceitação por parte dos locutores das regras que governam a correlação entre idiomas e situações discursivas na comunidade linguística. A fim de clarificarmos o nosso raciocínio, observem-se os seguintes

<sup>1</sup>In: CAROL MYERS-SCOTTON, *Code Switching as Indexical of Social Negotiations (...)*, p. 160.

<sup>2</sup>In: CAROL MYERS-SCOTTON, *Code Switching as Indexical of Social Negotiations (...)*, p. 161.

exemplos, retirados do nosso *corpus*, que pretendem ilustrar cada uma das estratégias mencionadas<sup>1</sup>:

a) Especificação de um interlocutor:

[**Informantes DR. e 25. Situação:** DR. recorda um episódio que ocorreu em Paradela quando lá levou um estudioso brasileiro. A conversa decorre na Biblioteca de Miranda do Douro e centra-se, fundamentalmente, nos participantes DR. e E. (a entrevistadora)]

DR. (...) Estavam a falar mirandês, mas por estarmos nós ali, iam logo para o português e... era o tio coíso... *cumo yê que se chama l'Tiu Chu...*, *cumo se chama...*?

25. Oh! o meu cunhado?

DR. *Si, l'bôssso cunhado. Cumo yê que le chamam? L'nomi?*

25. [para E.] É aquele pequenito.

E. Ah! Já o conheço.

Neste exemplo, julgamos que é muito clara a motivação do falante DR. no sentido de propor, através do recurso, ora ao português, ora ao mirandês, relações socioculturais diferentes a cada uma das suas interlocutoras. Através do uso da alternância, DR. implícita que pretende conformar-se aos “RO sets” que são mais usuais e socialmente adequados, tendo em conta os diferentes parâmetros que definem esta situação de interacção particular. Tratando-se de uma conversa inicialmente centrada nos participantes DR. e E. e caracterizada por um certo grau de formalismo<sup>2</sup>, o código adoptado pelo falante bilingue face a E. foi, naturalmente, o português. No momento em que DR. decide incluir a informante 25 no diálogo, apelando para que esta lhe esclareça uma dúvida, alterna para o mirandês, fazendo-o precisamente no momento em que profere a estrutura interrogativa. Sinaliza, deste modo, a sua intenção de especificar a interlocutora-alvo da sua pergunta. Avaliando pela reacção imediata de 25, podemos considerar que a estratégia deíctica foi bem sucedida.

Julgamos, no entanto, que o exemplo transcrito é passível de uma interpretação mais complexa. Com efeito, pensamos que DR., ao escolher o mirandês para se dirigir a 25, pretende veicular um outro tipo de informação que ultrapassa a mera deixis. Concomitantemente, DR. gera, pelo seu uso da língua minoritária, a seguinte implicatura: sou bilingue e membro “in-group”; identifico a interlocutora 25 como portadora deste mesmo estatuto; logo, proponho-lhe que aceite o “RO set” que normalmente vigora na comunidade bilingue entre participantes conversacionais com estas características. Tendo em conta as diferenças etárias, educacionais e profissionais existentes entre DR. e 25<sup>3</sup>, podemos considerar que o uso do mirandês funciona aqui como um mecanismo de atenuação das barreiras sociais que separam os falantes.

<sup>1</sup>Procuraremos, ao longo deste capítulo, comentar apenas alguns dos exemplos mais paradigmáticos encontrados no *corpus* 2. Considerando a riqueza do material recolhido, esta opção redundará, necessariamente, no sub-aproveitamento das potencialidades interpretativas oferecidas. Julgamos, no entanto, que não se afigura viável nem desejável estendermos desmesuradamente a análise, de forma a contemplar todos os casos no presente trabalho. Assim, esperamos poder vir a tratar o restante material em futuras reflexões sobre esta temática.

<sup>2</sup>As circunstâncias que contribuem para configurar a formalidade discursiva a que nos referimos são, a nosso ver, fundamentalmente as seguintes: E. e DR. tinham-se acabado de conhecer, e E. assumiu, pelo menos durante um período, o claro papel de entrevistadora. Para além destas características situacionais, há que ponderar, para correctamente avaliar o comportamento verbal de DR., o facto de E. pertencer ao “out-group” monolíngue.

<sup>3</sup>DR. é mais novo (estrato etário b) do que 25 (estrato etário d); DR. é licenciado e 25 é analfabeta; DR. é professor e 25 é agricultora.



Acontece, porém, que 25 rejeita a proposta de “RO set” avançada, retorquindo à pergunta de DR. em português. Reconhecendo embora a estratégia deíctica comportada pelo uso da alternância para mirandês, a informante 25 nega a DR. a aproximação social pretendida, adoptando com ele o mesmo comportamento verbal que demonstra em relação a E. Assim sendo, 25, ao dirigir-se em português a uma interlocutora com as características de E., faz uma escolha linguística não marcada. Todavia, ao usar o mesmo código para a interacção com DR., logo depois de este lhe ter sinalizado a sua intenção de operar com base numa outra correlação de forças, já evidencia uma escolha marcada<sup>1</sup>.

Consideramos que o comportamento de 25 se pode explicar de duas formas que não se excluem mutuamente:

- i - 25 pondera as assimetrias socioculturais que prevalecem entre ela e DR., considerando inaceitável o “RO set” que este lhe propõe<sup>2</sup>;
- ii - 25, atenta ao teor da conversa anterior entre DR. e E.<sup>3</sup>, considera ofensivos muitos dos comentários de DR. em relação aos habitantes de Paradela. Assim, não está disposta a ceder-lhe o estatuto de membro do “in-group”, por forma a penalizar o seu comportamento<sup>4</sup>.

#### b) Citação:

**[Informante 37. Situação:** o informante conta um episódio da sua infância à entrevistadora, para explicar a génese da sua alcunha “Tarrã”]

37. Um vez quando era pequeno, sabe, quando era pequeno... então... e em vida de minha mãe, estava ali... estava a costurar e andava-me ali com umas tesouras de costura e as tesouras... faltaram. Pois:  
—*Áh 37!, por adonde stã las texeiras? Por adonde stã las texeiras, filho?*  
—*Por adonde tarrã, por adonde tarrã?*  
E Tarrã ficou.

**[Informante 10. Situação:** relato de um episódio humorístico ocorrido na escola da aldeia]

10. No livro da primeira classe, lembro-me perfeitamente, tinha uns desenhos e tinha o nome da coisa por baixo e então era [...], e o irmão dali, dali da Sr<sup>a</sup> 11, andavam os dois na escola. E então, a professora... já sabiam as letras todas e a professora começou a ensinar a juntar: um “t” e um “i”, um “p” e um “a” e essas coisas todas. E então chegou a vez da “pipa”. Estava uma pipa por cima e tinha por baixo um “p” e um “i” e um “p” e um “a”. (...) Depois ela começou então a ensinar as letras, um “p” e um “i”, “pi”, um “p” e um “a”, “pa”. Pronto, já todos sabiam. Ela perguntou e diz que já sabiam. Vai a irmã daquela muito séria, a Sr<sup>a</sup> professora para ela e diz... diz:  
—Ó... ó D., como é que se lê um “p” e um “i” e um “p” e um “a”?  
Vai ela muito séria:  
—“*Cu-ba*”.  
[Risos] (...) O meu irmão começa-se a rir por trás (...) e diz [a professora]:

<sup>1</sup>No quadro interpretativo do MM, a falante 25, ao adoptar este procedimento, derroga a máxima da escolha sequencial não marcada, ao mesmo tempo que observa a máxima da escolha marcada.

<sup>2</sup>Já na secção anterior, na p. 118, comentámos um exemplo recenseado no *corpus 2*, onde a informante 11 recusa que um “RO set” semelhante vigore entre si e o professor primário de Paradela por razões de assimetria sociocultural.

<sup>3</sup>Cf. a transcrição dos fragmentos mais expressivos desta conversa no *corpus 2*.

<sup>4</sup>O pressuposto inerente a esta interpretação foi confirmado pela própria informante à entrevistadora. Já a caminho de Paradela, 25 comentou que DR. tinha passado o tempo da conversa a menosprezar os paradelenses. Para além deste aspecto, há ainda que ponderar evidências intradiscursivas que denunciam a postura pouco cooperativa de 25. Referimo-nos, pois, à forma como 25 reage à pergunta que lhe é dirigida. Reconhecendo e localizando no seu saber a informação precisa requerida, não responde, no entanto, satisfatória e integralmente à pergunta directamente formulada, na medida em que não fornece a DR. o nome do sujeito em causa.



—Tu sim sabes, ó A. , tu sim sabes? Sabes? Então como é que se lê um “p” e um “i” e um “p” e um “a”?

Diz ele:

—“*Cubete*”!

Era mais pequenino que uma *cuba*, então era um *cu-be-te*! [Risos]

Nestes casos, ambos exemplificativos de textos narrativos, não podemos considerar que o uso da alternância para citar intervenientes/personagens se deva à vontade do locutor bilingue em aderir a “RO sets” diferentes que se configurem pela mudança dos parâmetros situacionais. Com efeito, estamos na presença de interações verbais que decorrem sem a alteração das condições objectivas circundantes: em qualquer um dos casos, um informante bilingue simplesmente relata à entrevistadora monolíngue uma história.

Apesar disto, julgamos lícito defender que estamos na presença de exemplos de escolhas sequenciais não marcadas. Vejamos: ao citar em mirandês as personagens intervenientes, os informantes 37 e 10 mais não fazem senão atender a uma exigência interna das suas narrativas. Dito de outro modo, qualquer uma destas histórias só revela a sua pertinência e/ou efeito humorístico se for respeitada e seguida, na citação, a língua original em que as personagens terão proferido as afirmações. Desrespeitado este procedimento, qualquer uma das narrativas perde totalmente a sua razão de ser. Assim sendo, a alternância para mirandês no momento em que se passa a citar resulta, não de uma constrição situacional, mas sim de uma constrição discursiva: a necessidade de assegurar a eficácia narrativa.

Casos haverá, no entanto, em que a alternância de códigos coincidente com o ponto sintáctico em que se inicia uma citação não decorre, de forma tão evidente, duma exigência interna da estrutura discursiva. Alguns exemplos encontrados no *corpus 2* parecem sugerir que, muitas vezes, a citação é efectuada na língua em que previsivelmente terá sido proferida a afirmação, apenas para garantir uma maior credibilidade e verosimilhança dos factos narrados<sup>1</sup>. Observe-se, a propósito, a seguinte sequência conversacional:

[**Informantes 11 e António (A. ). Situação:** os falantes conversavam, no café, sobre uns rapazes de Ifanes que tinham andado a causar distúrbios em Paradela]

A. (...) Aquele dorme de dia e depois trabalha de noite!

11. E eu disse-les assim, disse-les:

—Olha, eu já vos disse que quero fechar!

<sup>1</sup>Esta é também, no nosso entender, a explicação para certos casos de citações em discurso indirecto. A título exemplificativo, considere-se o seguinte excerto em que a informante 11 se refere à resolução de um habitante de Paradela em relação a um conflito sobre a serventia de uns poços de água:

11. O outro disse *que se amontiaba ã Spanha*.

Existem, no entanto, também no nosso *corpus*, alguns contra-exemplos (sobretudo em discurso directo) que, sem se apresentarem como casos de derrogação da presente máxima, servem, ainda assim, para realçar que nem sempre os objectivos aqui apontados presidirão no momento em que se cita. Atenda-se, pois, ao curto excerto que se segue:

[**Situação:** 11 conversa, na mercearia, com um casal de espanhóis idosos. A certa altura, 11 conta um episódio sobre um roubo de pesetas na sua loja e cita o marido (12) em espanhol]

11. (...) *Las pesetas, las fui dejando, las fui dejando y mi marido:*

—*Mira, no las cambies que yo las voy a necesitar, yo las voy a necesitar...*

Neste caso, em que 11, não recorrendo à alternância, acaba por desrespeitar a forma linguística que originalmente terão revestido as afirmações de 12, o uso do espanhol surgirá, à primeira vista, como um exemplo de escolha marcada. Há que não esquecer, porém, que 11 interage com dois falantes espanhóis monolíngues. Se quiser, nestas condições, honrar um princípio da cooperação e de boa-fé interacionais, não poderá afastar-se do uso do único idioma que dois alocutários conhecem, mesmo que seja para citar outrem de forma verosímil.

- Ai não, não, [...] não sei quê...  
 Eu disse:  
 —Ó menino (...) em minha casa mando eu!  
 Disse-le:  
 —Portanto, põe-te a mexer já!  
 A. Este é dos tais que *durme de dia* e trabalha de noite!  
 11. Disse-le:  
 —Tu respeita ...  
 disse-le:  
 —Tu respeita se queres ser respeitado, senão estamos lixados!  
 Vim pr'aquí, apaguei as luzes dali dentro... mas os outros todos saíram... [...] já estava armada!...  
 E vou-vos a dizer *Tu Antõnho*... e depois quando de manhã... quando AR. me esteve a contar aquilo ...e o homem *diç*:  
 —*Ah, tu trás-de-onte purteste-te mal!*  
 —*Purtei?*  
 —*Porque los metiste deiqui pr'a fõra.*  
 Eu disse:  
 —*Ó amigo, quando yõu los meti deiqui pr'a fora yêra quase la ãrja!*  
*Dixe-le:*  
 —*Yõu sõu ãrja mulhiêr...*  
*Dixe:*  
 —*Yõu nã stõu eiqui até las tres u quatro d'la manhana [...]*

A conversa anterior a este relato decorre maioritariamente em português porque, tanto quanto nos foi dado a conhecer, é esta a preferência linguística dominante de António<sup>1</sup>. Deste modo, 11, ao exercer a função discursiva de narradora, usa, essencialmente, a língua maioritária. Quando passa a citar os intervenientes na história que relata, escolhe, para uns, o português e, para outros, o mirandês. Ao citar-se a si própria também se socorre de ambos os códigos. Para explicar este padrão de alternância enquanto exemplo de escolhas sequenciais não marcadas, pensamos que é necessário atender, em primeiro lugar, às características dos falantes citados. Assim, num primeiro momento, 11 autocita-se em português na medida em que seria esta a língua que mais plausivelmente teria utilizado para se dirigir a locutores jovens. Para além deste aspecto, há que ainda considerar a natureza fortemente directiva dos actos de fala de 11. Neste sentido, o português funciona também aqui como um mecanismo capaz de conferir maior autoridade directiva aos actos de fala produzidos. Num segundo momento, 11 reproduz um diálogo processado entre si e um falante mais velho de Paradela, recorrendo, para tal, ao mirandês. Tendo em conta a situação discursiva descrita e os próprios padrões de escolha de línguas já identificadas nesta comunidade, é lícito considerar que o mirandês é, também aqui, uma escolha não marcada<sup>2</sup>.

### c) Função metalinguística:

**[Informante 29. Situação:** o informante conta, à entrevistadora, um episódio que se passou no Castro, na sua juventude, onde, durante uma festa, arranjou uma namorada espanhola]

<sup>1</sup>Em vários momentos e com interlocutores diferentes, pudemos observar que António falava, regra geral, em português. Não tendo sido um dos nossos informantes principais, não nos foi possível apurar a motivação subjacente a este comportamento sistemático.

<sup>2</sup>Observe-se que neste segundo momento do enunciado a opção pelo mirandês contagia, inclusive, as duas curtas sequências em que 11 retoma o papel de narradora. Pensamos que este comportamento decorre de um fenómeno de "triggering", desencadeado pela necessidade de prosseguimento imediato das citações verosímeis em mirandês. Sobre a noção de "triggering", veja-se o que ficou dito na p. 50 da presente dissertação.

29. Era festa no Castro, era dia de S. Tiago. Chegámos lá e eu assim que *foi* a dançar com a rapariguita, estava lá um carabineiro a olhaaar...  
 —Eh! Tu es português, venga! Marcha ya para Portugal! (...)  
 E disse assim... digo:  
 —Mira!...  
 ...a gente fala o espanhol... digo:  
 —Mira usted, mira, yo he venido con Señor Teniente y me mandó al baile, *pöus* ahora voy a bailar un poco...

Estabelecendo um elo com a estratégia anterior, também neste caso encontramos citações, desta vez em espanhol, que são reproduzidas na língua original com a finalidade de assegurar verosimilhança narrativa. Porém, há também neste exemplo um fenómeno novo. Referimo-nos, evidentemente, ao uso da alternância para português, no interior duma citação em espanhol, com a finalidade de se produzir um comentário metalinguístico. O informante 29, ao interromper a sua autocitação num dos “out-codes” da comunidade para dizer “a gente fala o espanhol”, fá-lo, no nosso entender, para justificar a sua opção linguística à entrevistadora. Sabendo que a receptora do seu relato é uma forasteira que, possivelmente, desconhecerá a competência activa dos paradelenses em relação à língua espanhola, 29 pretende, com este comentário, desfazer qualquer sentimento de estranheza que se possa ter apossado de E. ao ouvi-lo auto-reproduzir-se num idioma que, porventura, julgaria inesperado e não credível.

A avaliação que fazemos do comportamento verbal de 29, neste caso, é corroborada por tudo quanto já tivemos oportunidade de dizer a propósito da função da língua espanhola nesta comunidade linguística. Neste sentido, de entre os idiomas maioritários que nela convivem, o espanhol é, indubitavelmente, aquele que mais é sentido como “out-code”<sup>1</sup>. Tanto o mirandês, como o próprio português, são, ao invés, encarados como recursos linguísticos mais habituais e naturais, não havendo, para a sua utilização, necessidade de justificações desta natureza.

Associada à função metalinguística da alternância na sua qualidade de escolha sequencial não marcada, encontramos ainda no nosso material um exemplo daquilo que, talvez de forma mais rigorosa, poderíamos denominar uma estratégia metadiscursiva. Atendamos, pois, ao caso referido:

- [Informante DR e 25. Situação:** na sequência do exemplo transcrito em a), DR. explica a E. que tentava incentivar um casal de falantes de Paradela a falar livremente em mirandês na presença do estudioso brasileiro. Tendo conseguido que o elemento masculino compreendesse e acatasse a sua vontade, DR. cita-o no momento em que este repreende a esposa por insistir no uso do português]
- DR.(...) ... diz ele assim para a mulher a certa altura:  
 —*Nã fales assi, caralho, foda-se!* [Risos]
25. E ele ia dizer? Ele ia dizer isso? [Risos]  
 (...)
- DR. Não, mas, o engraçado é que ele compreendeu que tinha que falar, pronto, tinha que falar... que estava a falar e que teria que continuar na mesma linguagem dele. A mulher envergonhava-se e então ele ... e diz, «até parece que estás a mostrar burrice estares agora a mudar para português. Porque é que não hás-de continuar a falar mirandês?»

<sup>1</sup>Tanto assim é que, nos primeiros dias da nossa permanência em Paradela, vários foram os informantes que julgaram oportuno esclarecer-nos em relação aos motivos da sua competência neste idioma. Para todos os efeitos, o espanhol é visto como uma língua estrangeira, usada apenas quando é necessário interagir com locutores encarados como culturalmente diferentes.

A segunda intervenção de DR. aqui transcrita resume-se, essencialmente, à glosa da sequência citada em mirandês. Consideramos que se trata de uma alternância para o português motivada por intenções metadiscursivas e não propriamente metalinguísticas porque o comentário produzido não visa fundamentalmente esclarecer ou chamar a atenção da receptora (E.) para a escolha do código usado na citação. Antes de mais nada, o comentário serve o propósito de fornecer uma interpretação plausível da implicatura gerada pelo enunciado citado em discurso directo<sup>1</sup>. Tendo em atenção o facto de, na citação, se ter recorrido a palavras tabu<sup>2</sup> e ponderando a reacção da informante 25 ao ouvir o seu cunhado retratado em tais termos, julgamos que DR. procura, por meio do comentário metalinguístico subsequente, atingir dois objectivos principais:

- i - que E. não censure ou interprete indevidamente as palavras “feias” de um co-membro do “in-group” bilingue<sup>3</sup>;
- ii - que 25 não entenda a sua decisão de citar um familiar próximo, nos termos em que o fez, diante de uma pessoa estranha, como uma estratégia que visa denegrir a imagem, não só deste paradelense em particular, mas de todos os paradelenses em geral<sup>4</sup>.

Assim, parafraseando a interpretação que julga decorrente da citação, DR. “protege” não só o autor primeiro da afirmação, mas também e simultaneamente a si próprio, poupando a ambos eventuais maus juízos.

#### d) Exemplificação:

[**Falante TA. Situação:** dialogando casualmente no café, o informante exemplifica como se pedia, antigamente, namoro em mirandês. A esta curta sequência precede e segue um diálogo em português entre E., II e TA.]

TA. *Yõu bõu-te a falar namoro. (...) Tu agradas-me. Tu sós bõna rapaza.*

De entre os excertos até agora transcritos, será este o que menos complexidade analítica oferece. Com efeito, trata-se apenas de alternância para mirandês gerada com a finalidade de fornecer uma exemplificação credível, atendendo a um pedido explícito feito pela entrevistadora. Neste sentido, as alternâncias como estas, frequentes no material recolhido, podem ser interpretadas como casos de escolha sequencial não marcada, pois denunciam, essencialmente, a intenção dos locutores de se conformarem a um condicionamento discursivo-situacional (atender a um pedido de colaboração requerido).

Decorrente deste último aspecto, é importante salientar que a alternância produzida com este propósito funcionou, à medida que se foi intensificando, como um mecanismo fulcral no processo de negociação dos “RO sets” que a investigadora se tinha proposto alcançar com os

<sup>1</sup>É evidente que a opção de alternar novamente para português, logo depois da citação de outrem em mirandês, também releva da necessidade de DR. reassumir o seu próprio discurso na forma linguística que melhor define o “RO set” que, nesta interacção, vigorava entre si e a sua principal interlocutora (E.).

<sup>2</sup>Como se pode verificar pela consulta do *corpus* 2, DR. começa por rejeitar a possibilidade de reproduzir as palavras deste paradelense precisamente porque, no dizer do informante, “é asneira”.

<sup>3</sup>A plausibilidade desta interpretação é reforçada pelo facto de, durante a nossa conversa, DR. ter tido o cuidado de esclarecer que os mirandeses usam palavras tabu com naturalidade e sem nenhuma intenção maliciosa.

<sup>4</sup>Se atendermos ao comportamento verbal de DR. e de 25 já analisado no exemplo transcrito em a), p. 133, compreender-se-á como esta medida cautelar de DR. se justifica.

interlocutores bilingues de Paradela. Assim, ao pedir exemplificações constantes, quer de vocabulário solto, quer de expressões do tipo transcrito, E. foi sinalizando a sua condição de mera aprendiz, procurando, deste modo, que as relações com os locutores paradelenses fossem, cada vez mais, de “igual para igual”. Exercitando activamente o resultado desta aprendizagem linguística, E. conseguiu que os falantes acessem, por vezes, aos “RO sets” pretendidos. Este será, no entanto, um assunto a tratar de forma mais aprofundada à luz da máxima seguinte.

## 2. Máxima da alternância de códigos enquanto escolha não marcada

O princípio definidor desta máxima difere do da anterior, na medida em que a alternância de códigos, neste âmbito, é encarada como uma estratégia discursiva para assinalar que o “RO set” em vigor entre determinados locutores bilingues só pode ser estabelecido pelo uso dos dois (ou mais) idiomas conhecidos. Assim, parte-se do pressuposto de que os parâmetros definidores da situação discursiva em que ocorre a alternância se mantêm constantes e que a necessidade do “code-switching” decorre do facto de nenhum dos códigos funcionais poder assegurar, por si só, o conjunto de direitos e obrigações com base no qual os interlocutores desejam operar. Digamos, pois, que a alternância de códigos desempenha, nestas circunstâncias, o papel de mecanismo verbal socialmente neutral<sup>1</sup>.

No nosso *corpus* julgamos que existem, fundamentalmente, duas categorias de exemplos que ilustram o funcionamento da alternância com este objectivo. Em primeiro lugar, consideraremos os casos em que a alternância ocorre em diálogos que se processam entre os falantes bilingues propriamente ditos (a); em segundo, aqueles em que o mecanismo é usado por um falante bilingue em interacção com a entrevistadora (b). Para além destes, há ainda que incluir no âmbito da presente máxima casos em que a alternância de códigos, sobretudo no sentido do “they-code” para o “we-code”, coincide com a enunciação de um topónimo ou antropónimo. Nos termos de Muriel Saville-Troike e de outros investigadores que já se debruçaram sobre estes casos<sup>2</sup>, tais alternâncias decorrem, na sua maioria, da vontade de afirmação da identidade cultural, quer dos locutores que as usam, quer, no que toca aos antropónimos, dos sujeitos referenciados. Nesta medida, são incluídos sob a alçada daquilo a que Muriel Saville-Troike chama uma estratégia de afirmação “ideológica” (c).

a)

[**Informantes 11, M., D. e ED. Situação:** D. e ED., que vivem em Espanha (ED. é, aliás, espanhola) tinham vindo a Paradela visitar M., irmão de D. Aproveitam para se abastecer na mercearia de 11]

11. [Contando latas de conservas] Atún, atún, atún, atún, sardina, sardina, sardina, sardina...

ED. Éstas no son sardinas?

11. Sí, esas son sardinas. Llevas cuatro... Llevas cuatro de atún y...

D. Bôno, ã princípio agora stá todo.

11. Stá?

D. Stá todo...

11. Queréis pagar en português o en español?

<sup>1</sup>Cf., na tipologia já atrás referida, a “estratégia de neutralidade”, p. 58.

<sup>2</sup>Vd. o que oportunamente já dissemos sobre este assunto nas p. 56 e 57 do presente trabalho.



- D. *Si, en esp... en portugués...*  
 11. *Portugués?*  
 D *Si...*  
 (...)  
 M. *Manhana yê quéí? Deimindio?*  
 11. *Não...*  
 D. *Não, amanhã...*  
 M. *Não! É verdade que é Segunda...*  
 11. *Si.*

[**Informantes 7 e 26. Situação:** no lavadouro público, as informantes conversam com a entrevistadora em português. A certa altura 26 dirige-se especificamente para 7]

26. *Yá screbiste a... a la Cl. ?*  
 7. *Não, ainda não.*  
 26. *Bi'ẽ preguiceira ténes sido...*  
 7. [Risos]  
 E. *O quê, o quê?*  
 7. *Ésta nĩ la atendiu!*

No primeiro destes exemplos, estamos perante um diálogo passado na mercearia de Paradela, em que intervêm falantes com competências linguísticas e identidades socioculturais diversas: três trilingues e uma monolingue (espanhol) [ED.]. De entre os falantes trilingues, há um que, originário de Paradela, vive, no entanto, há bastante tempo em Espanha [D.], tendo lá constituído família (casou com ED.). Todos pertencem ao mesmo estrato etário (adultos jovens) e conhecem-se bem. São parâmetros, portanto, que contribuem para que a conversa decorra num clima de grande informalidade<sup>1</sup>.

Tendo em conta as circunstâncias descritas, compreender-se-á não só por que razão 11 e ED. interagem em espanhol, como os motivos que levam 11 e D. a usarem um com o outro quer o mirandês, quer o espanhol. No primeiro caso, a escolha linguística decorre da identidade monocultural e da competência linguística monolingue de ED. No segundo, em que efectivamente ocorre alternância interfrásica entre o mirandês e o espanhol, esta é usada, tanto por 11 como por D., como uma forma de sinalizar que existe entre ambos uma relação que se baseia na aceitação da dupla (ou tripla) identidade cultural de D.<sup>2</sup> Subsequentemente ao momento em que M. entra no diálogo, é introduzido um terceiro idioma, o português, também ele não marcado em situações desta natureza. Assim, a alternância entre o mirandês e o português na última parte do diálogo decorre da vontade de implicitar que os falantes bilingues em cena se encaram, mutuamente, como portadores de identidades sociais duplas (ou mesmo

<sup>1</sup>A natureza informal da interacção é, segundo pudemos apurar, uma condição essencial para que ocorra alternância de códigos. A este propósito, veja-se o teor do seguinte diálogo registado no *corpus* 1.1:

- E. Então e essas misturas que às vezes se fazem quando se está, assim, a falar... às vezes passa-se do mirandês para o português... pronto, às vezes acontece, não é?  
 21. Ah, pois acontece...  
 27. Muitas vezes...  
 21. Muitas vezes...  
 E. Então, o que acham disso? Acham que é, assim, uma boa maneira de falar?  
 27. Depende... é como eu le disse... depende da pessoa com quem se está a falar...  
 E. Ahh hah, pois. Pois, porque às vezes essa mistura até nem faz mal nenhum...  
 27. Não, pois... (...) [Exemplificando, explica que depende do grau de confiança que se tem com o interlocutor]

<sup>2</sup>Tendo em conta que 11 viveu, durante o período da sua adolescência, em Espanha, não será, porventura, abusiva a extensão desta leitura de forma a ponderar que também 11 se considerará, em alguma medida, portadora de uma identidade múltipla semelhante à de D.

triplos), que, nesta situação particular de interação intergrupala e intercultural, julgam adequado fazer valer<sup>1</sup>.

Já o segundo exemplo, tendo, embora, grandes afinidades com o anterior, realça outras dimensões inerentes a este tipo de alternância. Tratando-se de uma interação entre duas falantes de níveis educacionais e etários muito diferentes que, no entanto, mantêm entre si uma relação de intimidade alicerçada por longos anos de estreito convívio, de vizinhança e de amizade interfamiliar, não se estranhará que a conversa entre ambas decorra com 26 a usar mirandês<sup>2</sup> e 7 português. Neste caso, as escolhas idiomáticas reflectem as preferências e competências linguísticas dominantes de cada uma das interlocutoras. A naturalidade com que os dois idiomas são usados numa interação deste tipo só implícita que as participantes respeitam e aceitam as identidades que as opções idiomáticas respectivas lhes conferem. O único momento em que, neste exemplo, nos parece haver alternância de códigos comportando algum grau de “markedness” regista-se no final do excerto. Aqui, e após a demonstração de ininteligibilidade por parte de E., 7 dirige-se pela primeira vez a 26 em mirandês, abandonando, assim, aquela que seria a sua escolha preferencialmente não marcada (o português). Atendendo ao valor proposicional da afirmação («*Ésta nũ la antendiũ!*») e ao idioma em que decide proferí-la, pensamos que, neste momento, 7 sinaliza a 26 a sua cumplicidade intragrupal, fazendo contrastar, deste modo, o estatuto de ambas com aquele que caracteriza a entrevistadora proveniente do “out-group”.

b)

[**Informante 22. Situação:** a informante conversa informalmente com a entrevistadora na rua, à porta da casa desta última]

22. Estávamos [22 refere-se a si própria e a uma rapariga forasteira que esteve em Paradela], então, sempre juntas... *ibamos* a vindimar, a apanhar batatas, apanhávamos *moras*, famos com os burros, com as vacas, pelávamos folha para os porcos, para os *cochinos*... eu estava a *filar*, a *debanar*... sabe o que é?

E. Sei, sei, sei! A sua filha disse-me que tinha um *telar*...

22. Pois, uma roca, para *filar* que *yê ruca*... um fuso... *cardas la lhana*, *lhabas la lhana*... tudo isso... ela gostava muito... *traïemos lhenha cul carro d'las bacas*...

E. Vocês aqui não tiram o *lheite às bacas*?

22. Tiram, sim! (...) *Põus aqueilha garóta*, aquela miúda, gostava muito (...) mas nada se le metia na cabeça! (...) Sabe o que fez uma vez?

E. O quê?

<sup>1</sup>É neste mesmo sentido que julgamos produtivo interpretar determinadas alternâncias coincidentes com interjeições e/ou bordões linguísticos. No excerto exemplificativo que de seguida se transcreve, situacionalmente afim ao que acabamos de analisar (também evidencia alternância de códigos enquanto escolha não marcada), avaliamos o uso da interjeição *Ai Jásus!* proferida em mirandês pelo informante M., como uma das possíveis formas, entre as outras utilizadas, de simplesmente sinalizar a sua adesão a duas gamas de valores socioculturais:

10. *Yá se nos acabou lo que dezir. Yá nũ ténes más que dezir?*

M. Vou contar uma história de antes... de 11... [Risos]... [...] quando andavam esses bonecos na barragem...

11. Oooh! Já sei!

M. *Quando chegámos culas bacas al cerrado*... bruumm... *a la barrage. Chegámos al cerrado*...

6. Olha, eu depois conto uma que tu fizestes...

M. ...as vacas já não estavam no *cerrado*, fomos para casa... *Ai Jásus! Eiquilo yêra increíble!*

10. *I a despúis chegabas ã casa i las bacas habiẽ-se scapado*...!!!Anda!

<sup>2</sup>Aliás, o primeiro momento de uso do mirandês por parte de 26 serve para especificar que a interlocutora-alvo da estrutura interrogativa proferida é, precisamente, 7. Recordando que o diálogo anterior a esta sequência decorria entre as informantes e a entrevistadora, 26 sinaliza, por meio da passagem para o mirandês, que pretende centrar este momento do diálogo em si mesma e em 7, na sua qualidade de co-membro do “in-group”.

22. *Subírũ-se*<sup>1</sup>... vou-le a falar já à nossa maneira...

E. Sim...

22. *Subírũ-se no burro i fírũ lo a pastar, a comer.* Vieram para casa. Vinham para casa em cima do burro, aos saltos no burro. Foram a *antrar* para a *lõije* do burro, a porta era baixa... 5, como sabia, amarrou a cabeça... a outra não amarrou a cabeça...

E. Ai!

22. Rompeu a testa!

E. Ai, coitada!

22. *Rachõu la cabêça, dezimos nós.*

Considerando que esta interação se localiza, temporalmente, num período em que a investigadora já não era percebida pelos falantes locais como uma total desconhecida<sup>2</sup> e que ela é antecedida por um intenso esforço de integração na rede local, pensamos que o padrão de alternância revelado por 22 é indicador de uma atitude de aceitação do estatuto insistentemente requerido por E. Aliás, há, inclusive, para esta interpretação, evidências intradiscursivas. Neste sentido, repare-se na sequência alternada em que 22 passa do mirandês para o português com propósitos claramente metalinguísticos («*Subírũ-se*... vou-le a falar já à nossa maneira...»), ou na alternância interfrásica registada no final do excerto em que 22 repete em mirandês a conclusão da sua narrativa inicialmente proferida em português, para exemplificar como "*dezimos nós*". Qualquer uma destas alternâncias sinaliza, no nosso entender, uma consciência explícita dos códigos em utilização, bem como do valor social que estes comportam. Ao utilizar voluntariamente este mecanismo verbal na interação com E., 22 revela que ponderou as seguintes informações:

- i - sei que E. é um membro do "out-group" monolíngue e que deveria usar, para interagir com ela, a língua portuguesa;
- ii - todavia, sei também, porque me foi dito pela própria, que E. está em Paradela para estudar os nossos costumes, tradições e hábitos linguísticos;
- iii - E. sinaliza-me, através do seu uso de vocabulário da língua minoritária, que não está interessada em estabelecer comigo um "RO set" convencional, indiciado pelo uso exclusivo do português;
- iv - simpatizo com E. e já a conheço o suficiente para não a considerar uma estranha.

Pesados estes dados, 22 decide: atenderei ao "RO set" que E. me propõe, usando com ela, pelo menos de vez em quando, o mirandês<sup>3</sup>. Denunciadores da existência deste processo decisório são, já o dissemos, os momentos de comentário metalinguístico e de exemplificação.

<sup>1</sup>A forma verbal está no plural, porque a locutora se referia a duas moças que já antes havia mencionado.

<sup>2</sup>Ao fim de duas semanas de permanência em Paradela, a entrevistadora já tinha tido tempo, não só para conviver bastante com os principais informadores, como até de ter aprendido bastante vocabulário mirandês.

<sup>3</sup>A fazer fé nas observações da informante 25. haverá, porventura, uma razão menos elaborada para muitos dos casos de alternância observados em sequências discursivas entre a entrevistadora e os falantes de Paradela. Atenda-se ao seguinte excerto registado no *corpus* I.1:

E. Mas aqui as pessoas misturam muito... em Paradela? Misturam as línguas?

25. Oh! Misturam as línguas porque te falam a ti muitas vezes...

E. Um huh...

25.... é por causas disso...

E. Falam com quem? Comigo?

25. Pois claro! Querem-te falar fidalgo em... em... em fidalgo e muitas até nem são capazes!

## c) Afirmação “ideológica”

[**Informante 25. Situação:** conversa entre a informante e a entrevistadora dentro do automóvel a caminho de Miranda do Douro]

25. Agora onde chegámos é *Baldaila* [Vale de Águia].

11. E vou-vos a dizer *Tiu Antônho*...<sup>1</sup>

Estes casos diferem apenas dos anteriores no que toca à natureza das estruturas linguísticas que são objecto de alternância de códigos, pois, no essencial, veiculam o mesmo tipo de significado pragmático genérico: sou bilingue e quero identificar-me, na situação de interacção em que no momento participo, com os valores socioculturais comportados por ambos os códigos. No primeiro exemplo, ponderando os interlocutores participantes e o facto de a alternância coincidir com a enunciação de um topónimo, podemos considerar que a implicatura genérica atrás referenciada se repete. No segundo, haverá que, paralelamente a esta, avaliar o efeito produzido pela alternância para mirandês no momento em que II nomeia o alocutário. Assim sendo, II, para além de afirmar algo sobre si própria, sobre a sua identidade e sobre o estatuto que pretende ter nesta interacção, diz também algo sobre a forma como percebe o seu interlocutor, i.e., como membro inequívoco do “in-group”. Esta sinalização é particularmente pertinente se tomarmos em linha de conta que a preferência linguística dominante de António é o português.

### 3 - *Máxima da escolha marcada*

Atendendo aos termos em que Carol Myers-Scotton define a sua máxima da escolha marcada<sup>2</sup>, podemos seguramente agrupar sob a sua alçada todos os casos em que é patente o uso da alternância de códigos como forma de derogar as duas máximas anteriores. À luz da presente máxima é, no entanto, fundamental recordar as reservas que, já no início deste capítulo, colocámos ao poder operacional do princípio da negociação enquanto base explicativa para todos os casos de escolha marcada. Assim, enquanto será recorrente o uso da alternância ou da escolha de um determinado idioma para implicar que não se aceita o “RO set” em vigor na interacção, propondo, em alternativa, a sua renegociação, casos haverá em que estes mecanismos verbais bilingues são utilizados com objectivos algo diferentes. Tendo já abordado, no âmbito da análise das outras máximas, alguns exemplos em que a alternância ou escolha idiomática funcionam como recursos situacional e discursivamente marcados<sup>3</sup>, em função dos “RO sets” que ajudam a edificar, procuraremos agora completar um pouco mais esta

---

Assim sendo, a informante 25 julga que a alternância praticada pelos paradelenses na nossa presença nasce da sua manifesta incompetência linguística em relação ao português. Reflectindo uma das crenças mais generalizadas em relação à motivação inerente ao uso deste mecanismo verbal (cf. o gráfico XL), pensamos que ela é desmentida, neste caso concreto, pela exemplificação e o comentário metalinguístico analisados.

<sup>1</sup>O contexto em que ocorre este exemplo já foi apresentado em 1 b), p. 135-136.

<sup>2</sup>Vd. p. 54 deste trabalho.

<sup>3</sup>Recorde-se o comportamento verbal da informante 25 face a DR. em 1 a) (p. 133) e c) (p. 136-137), e também o caso do uso de mirandês pela informante 7, analisado em 2 a) (p. 140-141).

análise, tratando outros exemplos análogos. De seguida, centrar-nos-emos no recenseamento e explicação de estratégias que, podendo ser interpretadas como resultantes de escolhas marcadas, não visam, contudo, renegociações das relações entre os locutores.

a) Estratégia de autoridade argumentativa

[**Informantes 33, H. T.J. e 16. Situação:** cinco homens discutem no café, em mirandês, sobre um problema de apropriação indevida de terras que tinham sido destinadas aos caminhos públicos por parte de alguns habitantes da aldeia. Todos falam ao mesmo tempo e os ânimos estão exaltados. A certa altura, a discussão em mirandês é interrompida pela seguinte afirmação em português]

33. Mas [...], ninguém de nós põe um palmo... ninguém, homem!

H. Olha, ninguém de nós... mas nós somos tão egoístas...

33. Atão...

H. ...somos tão egoístas que por um palmo de terreno vamos fechar<sup>1</sup> a nossa casa... e os caminhos é para passarmos todos, porque é para todo o povo e não é o terreno.

[A discussão prossegue, em mirandês]

Atendendo ao carácter estritamente local do assunto debatido nesta discussão, facilmente se compreenderá porque é que ela decorre, fundamentalmente, em mirandês: será a língua autóctone, na situação exemplificada, aquela que comporta o menor grau de “markedness”<sup>2</sup>. Assim sendo, o uso do português por parte de 33 e prosseguido por H. assume, neste contexto, um forte valor pragmático. Dada a confusão e o desentendimento revelados no período anterior à primeira sequência alternada, pensamos que esta revela, antes de mais nada, a vontade de 33 em estabelecer um ponto de ordem na discussão. Para além disto, no entanto, é importante ter em conta que 33 alterna no sentido do “we-code” para o “out-code”, pretendendo, com este procedimento, alcançar uma autoridade argumentativa que o uso exclusivo do mirandês lhe tinha, visivelmente, vedado. Os informantes 33 e H., pelo recurso à língua maioritária, conseguem, se mais nada, fazer-se ouvir, facto que, dadas as condições discursivas anteriores, já é, em si mesmo, significativo.

O interesse deste exemplo, em que o português surge, inequivocamente, como língua de autoridade, senão mesmo de poder, tanto mais se revela se observarmos, atentamente, o valor proposicional do que é afirmado. O curioso deste caso, e logo também a chave para o carácter marcado da sua forma linguística, reside no facto de a língua portuguesa se apresentar como a forma mais eficaz para revestir um apelo veemente à solidariedade intragrupal e comunitária dos participantes. Tomados pela discórdia numa interacção dominada pelo seu próprio idioma, os restantes interlocutores reagem, pelo seu súbito silêncio atento, ao efeito distanciador, i.e., ao “RO set” inesperado, que a introdução da língua maioritária impõe. Nesta medida, podemos considerar que pelo menos um dos objectivos subjacentes ao seu uso foi alcançado.

Outros exemplos do nosso *corpus* revelarão estratégias de autoridade semelhantes mas, porventura, menos explícitas. Vejamos os seguintes, intimamente relacionados, como procuraremos explicar:

<sup>1</sup> <ch> foi, neste caso, pronunciado como africada.

<sup>2</sup> Vd. o que, a propósito da correlação entre idiomas e situações deste tipo, tivemos oportunidade de dizer na p. 129 deste trabalho.



**[Informantes 11 e Er. Situação:** Er. faz compras na mercearia]

11. *Éste yê pequenho, quiêres lhebar ã maior?*

Er. ...

11. *Más diêç, sôñ sessiênta<sup>1</sup>... [...]*

Er. *Querie lheite.*

[...]

11. *Éste yê mei-górdo, más yê millhor éste...*

Er. Pois...

11. Este tem mais gordura...

**[Informantes 11 e Ad. Situação:** 11 e E. vinham de tratar umas galinhas. Tinham ido de carro. Ad. faz sinal para que parem. Num primeiro momento, regista-se uma curta interacção entre as três participantes presentes. Nesta, E. procura sinalizar que não se pretende assumir como membro do “out-group”. De seguida, Ad. interage especificamente com 11.]

Ad. Tenho de ir a buscar uma caixa de leite<sup>2</sup>.

11. Tá bem...

Ad. *Yá acabei l'outra...*

11. Tá bem...

Ad. *Aquél pacotico que lhebei para bér se le gustaba, diç que nó, que yêra<sup>3</sup> má[s] ruĩ.*

11. *Era má[s] ruĩ...*

Ad. *Él yê más gordo, ora yê?*

11. Si.

Ad. *Ténes dōutro más fino?*

11. Si, mas tem... não é tão gordo, é menos gordo.

Ad. *Porque me dixo AM. que diç... quando stube ã Bragança que le dórĩ daquél fino, i diç que le gustōu más.*

11. Pois o preço é o mesmo...

Ad. *Bôno, pôus, lhōugo yá böu alhá.*

11. Prontos, Tã Ad. !

Para interpretarmos devidamente o valor das sequências alternadas produzidas pela informante 11 (as que, fundamentalmente, nos interessam realçar), necessitamos de um importante dado de “background information” não revelado nas interacções reproduzidas: 11, em consequência de uma encomenda excessiva e mal calculada, tem armazenada na sua mercearia uma quantidade considerável de pacotes de leite gordo, cujo prazo está prestes a expirar. Assim sendo, 11 tem todo o interesse em vender rapidamente esta mercadoria, fazendo, para tal, alguns esforços interessantes e subtis. De entre estes, julgamos lícito incluir o recurso ao português no seio de interacções onde domina a língua autóctone enquanto código configurador de “RO sets” de natureza fortemente intragrupal. Violando, através da alternância para português, as expectativas de co-ocorrência entre o mirandês e as situações de interacção exemplificadas, expectativas que, aliás, a própria informante contribui activamente para

<sup>1</sup>Leite de Vasconcelos documenta, para este numeral, a forma *sessenta* e não *sessiênta* (cf. *Estudos de filologia mirandesa*, vol. I (...), p. 347). Registámos, no entanto, na locução desta falante, a presença de um claro ditongo crescente.

<sup>2</sup>Pensamos que o facto de Ad. se começar por dirigir a 11 em português e não em mirandês se pode explicar de duas maneiras:

i - Ad. ainda está a decidir qual dos dois idiomas a utilizar com 11 na presença de E., que acabara de conhecer; enquanto decide, opta pelo português, código que comporta menor grau de “markedness” em tais circunstâncias.

ii - Ad., tendo estado a falar com E. em português, continua a fazê-lo ao dirigir-se a 11 em consequência de um efeito de “triggering”.

<sup>3</sup>Leite de Vasconcelos só regista esta forma como uma das alternativas para a 1ª pessoa do singular do imperfeito do indicativo, indicando, em todo o caso, que ela é característica do mirandês raiano. Constatámos, no entanto, que ela ocorre em Paradela, de forma bastante sistemática, sobretudo entre os falantes mais velhos, como 3ª pessoa do singular. Cf. *Estudos de filologia mirandesa*, vol. I (...), p. 417.

fomentar, 11 pretende conferir às suas tentativas de venda da mercadoria um poder de convencimento maior. O português é, assim, um argumento em si mesmo e o seu uso implícita que as recomendações dadas estão investidas de uma autoridade suplementar.

A língua maioritária, porém, não se apresenta, no nosso *corpus*, como o único recurso linguístico capaz de veicular maior autoridade argumentativa aos enunciados. Se o português revela a sua eficácia quanto a este objectivo pragmático em algumas situações discursivas, nem sempre se revela, no entanto, o recurso mais adequado para a obtenção dos mesmos efeitos noutros contextos. Neste sentido, observe-se, já de seguida, um caso em que é precisamente a alternância no sentido do “they-code” para o “we-code” o mecanismo que contribui para conferir maior credibilidade argumentativa ao enunciado:

[**Informante DP. Situação:** a informante tenta convencer 37 a ter com E. um comportamento verbal tipicamente “in-group”]

DP. Ora bem, 37, esta moça, sabeis o que é que quer? Ela está a fazer um trabalho para a formatura dela e ela precisa *que bós le faléis como falábades, quando inda nã sabiedes falar fidalgo.*

Sendo um apelo à colaboração de 37 com os propósitos de E., DP. profere a primeira parte do enunciado, dominado pela justificação do pedido a fazer na segunda, em português. Ao passar para o pedido/apelo propriamente dito, coincidente com a oração subordinada, com função sintáctica de objecto directo que ocorre no interior da oração coordenada, alterna para mirandês. Pensamos que DP. se socorre da língua minoritária nesse momento sintáctico-semântico para implicitar o seguinte:

- i - ao fazer uso do mirandês, proponho a 37 um “RO set” que realça o carácter fortemente intragrupal e informal da nossa relação interactiva;
- ii - se apelo a que 37 fale em mirandês para corresponder aos propósitos de E., faço-o socorrendo-me do próprio mirandês, a fim de melhor reforçar o poder persuasivo do meu pedido/apelo.

Atendamos agora a um exemplo onde a alternância de códigos funciona, não para renegociar um dado “RO set” entre os locutores, mas, ainda assim, como uma estratégia de autoridade e de credibilidade argumentativas:

[**Informante 28. Situação:** a informante, na rua, encaminha-se para uma horta e conversa com a entrevistadora]

E. Também fala fidalgo?

28. Também. También si quiero, también hablo español!

Pensamos que a implicatura conversacional pretendida pela informante 28 com esta alternância para espanhol é simplesmente: digo que sei falar espanhol; para conferir credibilidade e corroborar a veracidade do que digo, utilizo o próprio idioma que afirmo saber para o dizer.

#### b) Exclusão de um interlocutor

[**Informante 10. Situação:** numa longa conversa informal no café, vários locutores bilingues interagem entre si e com a entrevistadora. A certa altura, os locutores começam a discutir o problema da diminuição da população da aldeia. Esta discussão é dominada pelo português, porque

- com ela se pretende, fundamentalmente, esclarecer a entrevistadora. Na sequência deste diálogo, intervém 10]
10. E depois também havia outro problema, desculpai-me os termos, ela [E.] não vai compreender, *los tius e las ties fodiendes más que se fode agora*. [Risos]

No enunciado transcrito, afigura-se-nos como óbvia a estratégia desencadeada pelo recurso à alternância para mirandês, tanto mais que ela é precedida por um comentário metadiscursivo claramente revelador dos seus propósitos. Assim sendo, a complexidade e o interesse analítico deste exemplo não residem na estratégia imediata que decorre do uso da alternância: a exclusão da interlocutora monolíngue. Pensamos, pois, que operam aqui mecanismos mais subtis que importa realçar e clarificar, e que passam, necessariamente, por aquilo que é implicitamente ponderado pelo informante 10, antes da decisão de recorrer ao mirandês para dizer o que diz numa situação como esta. Assim, julgamos que 10 baseia a sua decisão nos seguintes itens de “background information”:

- i - não conheço E. bem, nem há muito tempo, e sei que ela é membro do “out-group”;
- ii - sei que E. não domina activamente o mirandês, mas que poderá ter, em relação a ele, alguma competência passiva;
- iii - vou recorrer, no meu enunciado, a palavras tabu;
- iv - as palavras tabu constituem-se, na língua minoritária, como recursos linguísticos expressivos mas não censurados e, neste contexto discursivo, podem servir um propósito humorístico que gostaria de conferir ao meu enunciado<sup>1</sup>;
- v - sei, no entanto, que as palavras tabu podem ser mal interpretadas em situações discursivas dominadas pelo português, dado o seu valor sócio-simbólico e os “RO sets” que o idioma maioritário ajuda a configurar na minha comunidade;
- vi - face a estas circunstâncias, utilizarei o mirandês para proferir o meu enunciado, na medida em que só esse suporte linguístico mitigará convenientemente o potencial ofensivo dos signos que vou escolher. Apelo, assim, à inteligibilidade dos meus interlocutores bilingues, que saberão interpretar o valor exacto dos meus recursos verbais, e promovo simultaneamente, pelo menos em termos relativos, a ininteligibilidade de E., medida necessária face ao meu desconhecimento da forma como esta poderá reagir às minhas palavras.

Se considerarmos que 10 processa todos estes factores antes de avançar para a alternância, há ainda um aspecto, reflectido no item ii., que o falante precisa de acautelar para que a sequência proferida em mirandês surta o efeito desejado, i.e., é necessário ter em conta que E., apesar de monolíngue, poderá compreender o valor proposicional do enunciado. É, pois, neste âmbito que se explica o recurso ao comentário metadiscursivo imediatamente anterior ao momento da alternância, acompanhado por um pedido explícito de desculpas pelo vocabulário a utilizar. Através destes dispositivos, que fazem desta alternância um “flagged

<sup>1</sup>Considerando, através da presente reflexão, que concomitantemente à estratégia deíctica “exclusão de um interlocutor” se conjuga, neste caso de alternância, uma estratégia humorística, julgamos útil corroborar tal interpretação com as palavras que usamos, na p. 58, para definir esta última estratégia: a alternância, com este propósito, indica que “a referentially derogatory comment is not to be taken seriously” (In: MURIEL SAVILLE-TROIKE, *The Ethnography of Communication (...)*, p. 69).

switch”<sup>1</sup>, 10 salvaguarda a face, seja qual for o grau de inteligibilidade revelado por E. Neste sentido, 10 implica nestes comentários: se E. compreender o que vou dizer e me interpretar mal, a responsabilidade não será minha, na medida em que o meu propósito claro, ao socorrer-me do idioma minoritário do “in-group”, é promover a sua ininteligibilidade. Para além disto, tive o cuidado prévio de me desculpar pelo recurso a palavras tabu.

c) Objectivação vs. personalização<sup>2</sup>

TJ. (...) ... se eu te vou pôr um marco na tua terra e sei que 'tás tu ali, tu não gostas.  
33. E se os três membros da Junta os pondes, *biē pôstos stā!*<sup>3</sup>

Partindo do pressuposto de que os locutores estariam a usar o português, na presente interacção, na sequência de um efeito de “triggering” ocasionado pela alternância marcada que lhe antecedeu (no sentido do “we-code” para o “they-code”), e não rejeitando que tal opção linguística decorre igualmente da vontade sentida pelos participantes de manter o valor de autoridade argumentativa que essa alternância havia anteriormente produzido, o que há a explicar neste exemplo é o novo “code-switching”, desta vez no sentido do português para o mirandês.

Assim, julgamos que a alternância a que recorre o informante 33 se deve, essencialmente, à necessidade de distinguir entre dois tipos de informação contidos no seu enunciado. A primeira parte, proferida em português, comporta informação que podemos considerar objectiva, ainda que veiculada por uma estrutura sintáctico-semântica de natureza condicional. Clarifiquemos: a acção desencadeada pelos três membros da Junta ao colocar os marcos no terreno de 33, não tendo sido ainda concretizada até ao momento da enunciação, é, em todo o caso, um acto possível e plausível, podendo vir a realizar-se no futuro. Satisfeita esta condição, será um acto real e passível de observação objectiva por todos quantos queiram e puderem presenciá-lo. Na segunda parte do enunciado, marcada pelo ponto em que se dá a alternância, já um outro tipo de informação é veiculada. Aqui, 33 explicita não um dado objectivo, passível de observação geral, mas um dado subjectivo: aquilo que ele próprio pensará, i.e., a sua opinião meramente pessoal, face à concretização da hipótese formulada na estrutura condicional. Apoiando formalmente a distinção identificada na alternância de códigos, e movendo-se no sentido do “they-code” para o “we-code”, 33 expressa também, de forma mais consistente e veemente, a sua solidariedade comunitária para com os três membros na Junta, no caso de estes virem a deslocar os marcos com a finalidade de ganhar terreno para o caminho público.

<sup>1</sup>Cf. a definição deste conceito na p. 48 da presente dissertação.

<sup>2</sup>A presente estratégia encontra-se recenseada na tipologia apresentada na secção 1.3.1 da parte II, sob o seguinte título: “Personalização vs. objectivação” (p. 58). A razão pela qual optámos por inverter a ordem destes factores no presente momento prende-se com a natureza do exemplo analisado. Assim, neste surge primeiro um efeito de objectivação e só depois um de personalização.

<sup>3</sup>O contexto em que ocorre este exemplo já foi apresentado em 3 a), p. 144.

## d) Reiteração

[**Informante 11. Situação:** a informante recorda, numa conversa informal no café, na presença de interlocutores bilingues e a entrevistadora, um episódio ocorrido na sua juventude. O essencial do relato pode ser sumariado da seguinte forma: 11 e outras duas moças foram apanhadas nuas, perto do rio Douro, por três rapazes da sua idade. Na sequência deste incidente, os pais das moças assumiram medidas punitivas]

11. E depois vínhamos para ali para cima, um calor tão grande! Era uma da tarde, no verão [...]. Vínhamos no meio das *arribas*<sup>1</sup> destes [...]. Já vínhamos despidas, *desnudas*. Fazia tanto calor! Quem nos apareceram? Três moços... Zé G., D. e Ar.

Sendo esta uma estratégia largamente documentada no nosso *corpus*, pensamos que a alternância usada em reiterações se deve, essencialmente, à necessidade de reforçar ideias-chave enunciadas no discurso, não comportando, para além deste valor, outro significado proeminente. Deste modo, no caso concreto em análise, compreender-se-á facilmente por que a informante 11 se socorre da reiteração no momento em que o faz: o facto de as moças referidas estarem despidas consitui-se como o dado essencial e fulcral para o desenvolvimento posterior da narrativa, i.e., os factos subseqüentemente relatados não teriam ocorrido, nem a história mereceria ser recordada não fosse o facto de as raparigas estarem, naquele momento, nuas.

## e) Estratégia de demarcação temporal

10. Cada família tinha quatro ou cinco, cinco ou seis, sete ou oito, dez [filhos]. *Agora ñ u döus, palos sustantar, i, i...*<sup>2</sup>

O presente exemplo de alternância interfrásica funciona, fundamentalmente, como um mecanismo suplementar e coadjuvante de uma demarcação temporal<sup>3</sup> já assegurada, de resto, por dispositivos linguísticos bem explícitos: na primeira frase em português, há a selecção do pretérito imperfeito do indicativo que localiza os factos descritos como simultâneos a um intervalo de tempo anterior ao da enunciação<sup>4</sup>; na segunda, em mirandês, do signo deféctico de

<sup>1</sup>A alternância verificada no momento de enunciação deste vocábulo não se reveste, segundo julgamos, de um valor pragmático relevante. Assim, o recurso ao mirandês para proferir *arribas* pode ser interpretado como uma necessidade de preencher uma lacuna lexical, uma vez que o signo designa um tipo particular de terreno encontrado na aldeia: 'terreno pouco fértil situado nas margens imediatas do rio Douro'.

<sup>2</sup>O contexto em que ocorre este exemplo já foi apresentado em 3 b), p. 146-147.

<sup>3</sup>Existem, no nosso *corpus*, outros casos de alternância que podem ser interpretados como mecanismos que contribuem para realçar (nem sempre, contudo, pela demarcação) informação temporal. Veja-se, a propósito, o seguinte enunciado proferido pelo informante 6:

6. Pois eu e 14 *funos al ötro die* a comprar figos e a mulherzinha:  
—*Comprai, comprai feios! Comprai, comprai feios!*

Não nos interessando, no presente momento de análise, a consideração da sequência constituída pelo discurso citado, atendamos, pois, apenas à alternância intrafrásica encontrada no discurso narrativo. Pensamos que, neste exemplo, tal como no que estamos a explicar, o recurso ao "code-switching" ajuda a destacar a informação marcadamente temporal, assumindo, deste modo, uma função estilística e comunicativa.

<sup>4</sup>De acordo com Fernanda Irene Fonseca e no quadro da teoria dos níveis da enunciação, o pretérito imperfeito do indicativo funciona, em português, como um tempo da narração, categoria que a Autora faz contrastar com a dos tempos do discurso. Clarifiquemos sucintamente: considerando que o tempo é uma categoria gramatical cuja função essencial consiste na localização cronológica dos processos descritos pelos verbos, tomando como ponto de referência o momento em que se produz a enunciação, i.e., T0, os tempos verbais que melhor cumprem esta tarefa são o presente, o pretérito perfeito simples e o futuro do indicativo, exprimindo, respectivamente, relações de simultaneidade, anterioridade e posterioridade em relação a T0. São estes, portanto, os tempos do discurso, na medida em que, dada a sua natureza deféctica, "relacionam o enunciado com as coordenadas espaço-temporais do



tipo adverbial, “agora”, que exprime um valor temporal de simultaneidade com o intervalo da enunciação. A alternância surge, deste modo, como um recurso linguístico que, formalmente redundante, cumpre, ainda assim, um interessante papel estilístico e comunicativo.

Existem, no entanto, outros casos de alternância que, desempenhando um papel em tudo semelhante ao anteriormente descrito, ajudam a destacar valores sintáctico-semânticos mais complexos. A título ilustrativo, observe-se o seguinte exemplo em que a alternância contribui para sublinhar o valor temporal-causal da frase subordinada encaixada:

28. Vou hoje *que manhana yê l'Deimindio*.

f) Estratégia de demarcação adversativa

[**Informante AdG. Situação:** na rua, as informantes AdG. e 28 conversam com a entrevistadora e entre si sobre o serão da véspera, quando se juntaram uma série de vizinhos na rua para conversar, tocar música e dançar. Dando-se conta que perdeu este divertimento, afirma AdG.]

AdG. *Antõñ, yõu onte tamiẽ stube alhí*, mas eu não sabia... eu não sabia nada destas coisas... (...)

Sendo esta uma instância de “code-switching” que mantém grandes afinidades funcionais com as duas anteriores, limitar-nos-emos, por ora, a referir que a presente estratégia só se distingue, na medida em que é diferente o valor sintáctico-semântico da sequência que agora, através deste mecanismo formal, se destaca. Assim, se a natureza adversativa da frase coordenada se deve, essencialmente, à presença da conjunção “mas”, o facto de esse valor sair reforçado no enunciado, podendo ser atribuído a factores de natureza prosódica, decorre, igual e necessariamente, neste caso de discurso bilingue, do recurso aos códigos alternados.

#### 4 - Máxima da escolha exploratória

Atendendo à formulação usada por Carol Myers-Scotton para definir esta máxima conversacional<sup>1</sup>, torna-se claro que nem todas as situações interaccionais se apresentarão propícias ao aparecimento da alternância de códigos na sua qualidade de mecanismo exploratório dos “RO sets” possíveis e a determinar entre os locutores participantes. Assim sendo, o uso deste mecanismo verbal como forma de observação da máxima da escolha

locutor” (in: *Para o estudo das relações de tempo no verbo português*. Separata do *Boletim de Filologia*, tomo XXIX. Lisboa (Centro de Linguística da Universidade de Lisboa), 1984, p. 405). Já os tempos da narração serão aqueles que operam uma localização cronológica tomando como ponto de referência, não T0, mas um tempo inscrito no próprio discurso. São estes o pretérito imperfeito, o mais-que-perfeito do indicativo e o condicional, expressando, respectivamente, relações de simultaneidade, anterioridade e posterioridade em relação a uma referência temporal passada. Sem nos determos nas complexas considerações que teríamos de tecer sobre o funcionamento do mais-que-perfeito e do condicional enquanto tempos da narração, centremo-nos apenas no pretérito imperfeito, aquele que mais nos importa de momento. Assim, o imperfeito expressa, entre outros valores, uma relação de simultaneidade com um tempo anterior a T0 explicitado pelo pretérito perfeito simples ou por outra expressão temporal de valor similar (de natureza adverbial, como “antes” e “antigamente”), i.e., constitui-se como o presente do passado. Ora, no exemplo que estamos a analisar, parece ter sido dispensada a referência temporal (que remeteria para um momento anterior a T0), em relação à qual o estado traduzido pelo verbo no imperfeito do indicativo pudesse ser localizado. Com efeito, neste exemplo, essa referência temporal não está expressa, mas, pensamos nós, não deixa de estar, em todo o caso, implicada. Senão veja-se: o enunciado só é convenientemente glosado de uma forma semelhante à seguinte: “num tempo anterior ao momento em que falo cada família tinha quatro ou cinco, cinco ou seis, sete ou oito, dez [filhos]”.

<sup>1</sup>Cf. o que já foi dito na p. 54 do presente trabalho.

exploratória é, tanto quanto julgamos, largamente favorecido mediante condições do seguinte tipo:

- i - os interlocutores, sabendo-se bilingues, não se conhecem, contudo, bem, não tendo hábitos de mútua interacção;
- ii - os interlocutores bilingues, embora conhecendo-se bem, são confrontados com uma situação discursiva definida por parâmetros muito pouco habituais (tema peculiar, local estranho, eventual presença de falantes não participantes desconhecidos), não tendo em relação a ela consciência clara do grau de “markedness” comportado pelos recursos linguísticos disponíveis.

Ora, julgamos que, no nosso *corpus*, não se registam situações discursivas com tais características, razão pela qual nos inclinamos a pensar que a máxima da escolha exploratória não estará a ser observada em nenhum exemplo recenseado. Ainda assim, podemos considerar que a alternância com este valor é passível de ocorrer no discurso produzido por estes falantes, tanto mais que encontramos, no *corpus* 1.1, uma evidência testemunhal da sua existência. Considere-se, pois, o teor do seguinte excerto:

19. (...) Uma vez por outra, sempre pode começar [a conversa] em mirandês... ou terminar em fidalgo... outras vezes a começar por o fidalgo e acabar em mirandês... eu depende da pessoa com quem estou a falar... ver aquela que melhor se está a adaptar...
- E. Ah! Tá bem! Então é assim... vai assim explorando e tal...
19. Pois...
- E. Usando uma, usando outra...
19. Se eu vejo que ela tem possibilidades de falar melhor o português, falo-le em português, se vejo que é uma pessoa de idade que tem possibilidades de falar melhor o mirandês, falo-le em mirandês...

Vista a impossibilidade de tratar excertos que exemplifiquem a observação desta última máxima, há que concluir o presente capítulo tecendo algumas considerações finais que visam, essencialmente, justificar algumas das ausências que nele são patentes. Folheando o *corpus* 2, o leitor dar-se-á conta de uma longa transcrição de diálogos gravados na aldeia do Castro, em Espanha. Nesta, um dos aspectos mais relevantes a apontar é o comportamento verbal da informante 22 na sua interacção com vários alocutários espanhóis. Considerando que em qualquer uma destas situações a informante escolhe, inequivocamente, o espanhol, uma vez que este é, em função delas, o código mais apropriado e menos marcado, não deixa de ser patente o recurso sistemático a formas linguísticas não assimiladas, originárias quer do mirandês, quer do português. Como avaliar estes recursos? Serão exemplos de alternância, ou de interferência? Dadas as dificuldades inerentes a esta distinção e que já tivemos oportunidade de explorar na secção 1.3.3. da parte II desta dissertação, não arriscaremos aqui nenhuma solução categórica. Em todo o caso, e não esquecendo que os diálogos a que nos referimos ocorrem entre uma falante bilingue e vários falantes monolingues, que revelarão graus diferentes de competência passiva em relação aos dois idiomas que, neste contexto geográfico-social, entram em contacto com o espanhol, pensamos não ser despropositado concluir que o comportamento verbal da informante 22 pode ser genericamente interpretado como resultante do seu insuficiente domínio activo da língua deste “out-group” particular. Assim sendo, a maior parte dos fenómenos

denunciadores de contacto de línguas evidenciados no discurso desta falante bilingue, devem-se, em nosso entender, a interferências linguísticas.

Por fim, e ainda no âmbito dos casos que estamos a tratar, é notória, em certos momentos, a tentativa de convergência linguística empreendida por alguns dos interlocutores espanhóis. Veja-se, a propósito, o seguinte exemplo:

22. [...] no está ahí?  
 SI. No... está... a buscar os burros...  
 22. Ah, fue a buscar os burros?  
 SI. Sí...  
 22. Tu e A. ainda tendes *cochinos*?  
 SI. Cuatro...  
 [...]  
 SI. Yo no, ya no quiero más cochinos grandes...  
 22. Ya no...

A informante SI., espanhola e originária do Castro, revela, neste excerto, a sua relativa familiaridade com os sistemas linguísticos operantes na comunidade bilingue raiana vizinha. Pensamos que este uso verbal denuncia um registo discursivo muito informal que só poderia vigorar entre interlocutores que se conhecem há longa data e que, apesar das suas diferentes competências linguísticas, não desistem na busca de formas de expressão, na medida do possível, convergentes.

Outros aspectos poderíamos tratar num capítulo vocacionado para a dilucidação dos valores pragmáticos veiculados pelo recurso à alternância de códigos. Desta feita, muitos exemplos interessantes e expressivos ficaram por explorar. Ainda assim, pensamos ter realçado, no presente capítulo, alguns dos casos mais paradigmáticos reunidos no nosso *corpus*. Em ocasiões futuras, esperamos vir a ter oportunidade para nos debruçarmos sobre os restantes.

## CONCLUSÕES

Procurando, neste local, sintetizar e realçar algumas das conclusões mais importantes que se encontram disseminadas nas páginas deste trabalho, começáramos por salientar uma das questões abordadas logo na parte I. Trata-se da problemática que envolve as razões da sobrevivência do mirandês num território que, desde muito cedo, foi politicamente integrado em Portugal. Não se tendo constituído como um assunto fulcral desta dissertação, julgamos, em todo o caso, que nela abordamos conceitos operatórios que poderão ser proveitosamente aplicados para melhor dilucidar os motivos que sustentam a longevidade e persistência de um idioma minoritário num contexto geográfico-social com as características que oportunamente descrevemos. Assim, e sem perder de vista as contribuições já avançadas, quer por Ramón Menéndez Pidal<sup>1</sup>, quer por José Herculano de Carvalho<sup>2</sup> no sentido de esclarecer as razões da implantação de uma variedade do ásturo-leonês nesta região, pensamos que qualquer explicação satisfatória para a sua prolongada sobrevivência requer a ponderação de factores até aqui não abordados de uma forma sistemática. Referimo-nos, naturalmente, às características estruturais das redes sociais a que pertencem os falantes do idioma minoritário, à evolução sofrida nas atitudes linguísticas nutridas em relação a ele, bem como ao papel que o mirandês desempenhou, ao longo dos tempos, no quadro da economia dos recursos linguísticos à disposição dos falantes bilingues desta região<sup>3</sup>.

Remetendo, em primeiro lugar, para a relação que estabelecemos na secção 2.1.1. da Parte II deste trabalho entre o carácter denso e “multiplex” das redes sociais e a sua apetência para promover a conservação de variedades linguísticas pouco conceituadas e de restrita difusão geográfica, compreender-se-á em que medida o conceito operatório de rede social será útil no quadro explicativo que nos ocupa. Deste modo, julgamos que uma das razões que mais terá contribuído para a vitalidade duradoura do mirandês nesta região prende-se, necessariamente, com as características estruturais das comunidades que nela encontramos. Não esqueçamos que aqui desde sempre predominaram pequenos aglomerados populacionais vocacionados, essencialmente, para um modelo económico de cariz agro-pastoril. Tais características explicam que as populações, vivendo da e para a terra, frequentemente em regimes de cooperação comunitária, tenham alicerçado, ao longo da história, relações sociais predominantemente voltadas para dentro dos respectivos “in-groups” e, portanto, muito pouco diversificadas. Aliando a estes condicionalismos a marginalidade e o isolamento geográficos que, até aos nossos dias, não foram satisfatoriamente minorados, fica claro por que influências linguísticas uniformizadoras provindas do exterior esbarraram com dificuldades de penetração rápida nesta região.

<sup>1</sup>RAMÓN MENÉNDEZ PIDAL, *El dialecto leonés*. Oviedo (Instituto de Estudios Asturianos), 1962, p. 20.

<sup>2</sup>JOSÉ G. HERCULANO DE CARVALHO, *Porque se fala dialecto leonês em Terra de Miranda? (...)*, p. 70-92.

<sup>3</sup>Afirmamos que estes factores não foram abordados de forma sistemática por nenhum investigador. Há que, no entanto, ressaltar que José Herculano de Carvalho já a eles aludiu no seu estudo *Elementos estranhos no vocabulário mirandês*. In: *Estudos linguísticos*, vol. I, 2ª ed. Coimbra (Atlântida Editora), 1973, p. 93-110 (cf., particularmente, as p. 95-97).

Consideramos, pois, que estes factores contribuíram, ainda que apenas em parte, para assegurar a longa permanência de um estado de bilinguismo social nesta área geográfica. Confrontados, desde muito cedo, com a necessidade de recorrer à língua portuguesa em situações de interacção formais e institucionais, os mirandeses da área rural reservaram, no entanto, até há relativamente pouco tempo, certos domínios sociais para o uso exclusivo do seu idioma minoritário. Esta realidade que ainda hoje, em parte, vigora, denuncia que o poder invasor do idioma maioritário na região esteve longe de ser absoluto, tendo-se confrontado com obstáculos que relevam, segundo julgamos, do tecido social aqui predominante.

Há, no entanto, outro facto que teremos de evocar para explicar a convivência secular dos dois idiomas, estruturalmente tão aparentados, nesta região que nos ocupa. Partindo do princípio defendido por William Mackey segundo o qual se estipula que a manutenção de uma situação de bilinguismo por parte de um grupo de falantes só ocorrerá se, para tal, houver boas razões<sup>1</sup>, pensamos que outra chave importante para a explicação da sobrevivência do mirandês se prende com as funções sociais, simbólicas e comunicativas que foram sendo asseguradas pelo seu uso. Deste modo, o idioma minoritário apresentou-se para os seus utentes, durante séculos, como um recurso linguístico indispensável e comunicativamente relevante, o mais capaz de conferir determinados valores e sentidos aos enunciados e o mais apto para simbolizar certo tipo de relações sociais entre os interlocutores bilingues. O valor simbólico e social comportado pelo idioma minoritário face ao maioritário, decorre, já se vê, das atitudes linguísticas de que foi sendo alvo. Dito isto, julgamos plausível propor que o mirandês sobreviveu até aos nossos dias não só porque conviveu com o português numa situação de *diglossia* prolongada, mas também porque em relação a ele foram nutridas, em épocas históricas diferentes, atitudes linguísticas favoráveis.

Tendo abordado, logo na primeira parte deste trabalho, os motivos que José Leite de Vasconcelos apresentou para explicar o desaparecimento do mirandês na cidade de Miranda do Douro, fenómeno que encontra as suas raízes nas transformações sociais, económicas e geográficas ocorridas neste núcleo populacional no século XVI, fica claro que o filólogo teve, logo no início do século, as intuições fundamentais. São, no entanto, as contribuições conceptuais mais recentes que nos permitem avançar no entendimento cada vez mais claro e preciso, não só das razões subjacentes à prolongada sobrevivência do mirandês, mas, concomitantemente, da sua actual decadência.

Neste sentido, no primeiro capítulo da parte III deste trabalho, dedicámos a nossa atenção aos padrões de escolha de línguas encontradas na aldeia de Paradela e verificámos que, apesar da vitalidade do mirandês em certas situações discursivas, indícios inequívocos revelam a existência de um processo de substituição linguística em curso. Analisada que foi a correlação entre o uso idiomático em cada situação discursiva e as características dos locutores bilingues (sexo, idade, grau de escolarização e profissão), foi possível delinear o perfil daqueles que, no presente momento histórico, promovem a decadência do mirandês. Estes são preferencialmente

---

<sup>1</sup>WILLIAM MACKEY, *The Description of Bilingualism*. In: *Readings in the Sociology of Language*. Edited by Joshua A. Fishman. The Hague, Paris (Mouton), 1970, p. 554-584.



jovens que frequentaram, pelo menos, o ensino secundário. Estes falantes têm acesso, mais do que quaisquer outros, a redes sociais alternativas à rede local, desenvolvendo, por via delas, uma consciência nítida das limitações de progressão social oferecidas pelo uso do mirandês. Tal facto influencia, necessariamente, as atitudes destes falantes em relação ao idioma minoritário, as suas preferências e competências linguísticas e também a sua percepção da utilidade comunicativa que o mirandês, ainda assim, continua a ter no seio da comunidade bilingue.

Visto isto, será fácil compreender a natureza contraditória das atitudes reveladas pelos falantes bilingues em relação ao mirandês. Tomados pela vontade de ascensão e melhoria da sua situação social, os falantes repudiam a língua minoritária; necessitando dela para marcar relações de solidariedade intragrupal e para veicular determinados valores discursivos, acarinham-na. É um conflito de difícil resolução, mas, cremos nós, enquanto perdurar, sobreviverá o mirandês.

Estes aspectos conduzem-nos à temática central desta dissertação que, conforme revelámos logo nas primeiras páginas, foi dedicada, de forma primordial, ao estudo dos valores discursivos veiculados pelo uso da alternância de códigos. Sendo certo que estes valores só se equacionariam convenientemente se atendêssemos, não só às atitudes linguísticas, mas também aos padrões de escolha de línguas em vigor na comunidade raiana trilingue de Paradela, a nossa opção por tratar desenvolvidamente estas temáticas afigurou-se-nos como um imperativo incontornável. Igualmente essencial se apresentou, no quadro da nossa opção de trabalho, o estabelecimento de uma demarcação teórica entre “code-switching” e outros fenómenos recorrentes no discurso bilingue.

Foi neste âmbito que analisámos, em primeiro lugar, os requisitos teóricos que presidem à distinção entre alternância de códigos e escolha de línguas, tendo concluído que a última se apresenta como um recurso usado para atender a mudanças nos parâmetros situacionais que envolvem a interação, e a primeira como um mecanismo que serve, essencialmente, propósitos discursivos e pragmáticos. Em segundo lugar, houve que atender à diferença entre “code-switching” e interferência linguística. Para estabelecer esta importante distinção teórica, foi necessário percorrer um longo caminho analítico, pondo em destaque as múltiplas formas que a interferência pode assumir nos diferentes níveis de estruturação linguística. Feito este percurso, já pudemos ponderar a validade dos critérios formais que usualmente são evocados na bibliografia científica com a finalidade de esclarecer a diferença conceptual entre interferência linguística e alternância de códigos. Constatámos, por fim, que nenhum destes critérios é verdadeiramente satisfatório e conclusivo, conclusão que nos levou a perfilhar a postura assumida por linguistas como Penelope Gardner-Chloros<sup>1</sup> que encaram os dois fenómenos como pontos limite de um *continuum* onde, gradativamente, se organizam os recursos verbais bilingues: uma extremidade é ocupada pelas situações de distinção máxima de códigos (“code-switching”); a outra pelas de distinção mínima (importação/interferência lexical).

---

<sup>1</sup>Cf. PENELOPE GARDNER-CHLOROS, *Code-switching in Relation to Language Contact and Convergence* (...), p. 102.

Feitas estas precisões e identificadas as manifestações representativas de cada um dos fenômenos, dedicámos o último capítulo desta dissertação ao recenseamento e explicação de algumas das estratégias discursivas reveladas pelos exemplos de alternância de códigos contemplados no nosso *corpus 2*. Tal tarefa foi facilitada pela existência de um modelo teórico bastante produtivo e consistente, o “markedness model” (MM), concebido por Carol Myers-Scotton com base no pensamento de Paul Grice sobre o funcionamento das implicaturas conversacionais. Elegemos o MM como matriz analítica, mas não deixámos de apresentar algumas reservas relativamente ao seu poder explicativo global. As nossas maiores objecções levantaram-se contra a predominância que nele assume o seu princípio orientador: o princípio da negociação. Assim, e socorrendo-nos de contribuições mais empíricas e menos formalizadas de outros autores, avaliámos os exemplos de alternância de códigos buscando os valores pragmáticos que neles relevassem, não só da presença operativa do princípio da negociação, mas também, e muitas vezes, apenas, da simples observação e/ou derrogação das máximas conversacionais propostas por Carol Myers-Scotton.

Assim sendo, identificámos várias estratégias discursivas asseguradas pelo recurso à alternância, ora como escolha linguística marcada, ora como escolha não marcada. No âmbito da observação da máxima da escolha sequencial não marcada, concluímos pela existência de quatro estratégias fundamentais: especificação de um interlocutor, citação, função metalinguística/metadiscursiva e exemplificação. À luz da máxima da alternância de códigos enquanto escolha não marcada, tratámos, fundamentalmente, três casos funcionais: o uso do mecanismo com este valor em interacções decorridas entre locutores bilingues, entre um locutor bilingue e a entrevistadora monolingue e ainda como forma de assegurar uma estratégia de afirmação “ideológica”. No quadro da terceira máxima, a da escolha marcada, os resultados encontrados foram dos mais produtivos. Assim, sob a sua alçada recenseámos uma estratégia de autoridade argumentativa, de exclusão de um interlocutor, de objectivação vs. personalização, de reiteração, de demarcação temporal e de demarcação adversativa. No que toca à máxima da escolha exploratória, concluímos que não existiam, no nosso *corpus*, exemplos que ilustrassem a sua presença, dada a não verificação das condições discursivas necessárias para que o mecanismo pudesse aparecer com esta função.

Visto isto, torna-se claro que optámos pela combinação de preceitos teóricos e metodológicos, pois só assim, no nosso entender, poderia ser levada a bom porto a tarefa que nos propusemos. Aliás, é esta a tónica dominante da nossa dissertação. Em vários momentos e para várias finalidades evocámos perspectivas complementares e não mutuamente exclusivas procurando, com esta diversidade, enriquecer e alargar o espectro da análise. Fizemo-lo, pois, por curiosidade intelectual e também porque é este o posicionamento que julgamos cientificamente mais útil e produtivo.

**BIBLIOGRAFIA\***

- ABREU, Maria Lucília Pais de - *A linguagem popular em obras dramáticas contemporâneas*. Dissertação de licenciatura inédita em Filologia Românica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, 1961, p. 35-88.
- AGHEYISI, Rebecca e Joshua A. FISHMAN - *Language Attitude Studies. A Brief Survey of Methodological Approaches*. In: *Anthropological Linguistics*, vol. 12, 1970, p. 137-157.
- AGUADO CANDANEDO, David - *El habla en Bercianos del Real Camino (León). Estudio sociolingüístico*. León (Institución Fray Bernardino de Sahagún de la Excma. Diputación Provincial de León), 1984.
- ALARCÃO, Jorge de - *O domínio romano em Portugal*. Lisboa (Publicações Europa-América), 1988.
- ALVES, Artur Carlos - *Cadernos históricos mirandeses I. Retalhos de história*. 2ª ed. revista e aumentada. Anadia (CISIAL), 1978.
- ALVES, Artur Carlos - *Cadernos históricos mirandeses II. A Terra de Miranda (Tentame histórico)*. Lisboa (Imprensa Municipalista), 1973.
- ALVES, Artur Carlos - *Cadernos históricos mirandeses III. A Terra de Miranda nas Inquirições de D. Afonso III (1258)*. Miranda do Douro, 1974.
- APPEL, René e Pieter MUYSKEN - *Language Contact and Bilingualism*. London (Edward Arnold), 1987.
- AUER, Peter - *A Discussion Paper on Code Alternation*. In: *Papers for the Workshop on Concepts, Methodology and Data*. Basel, 12-13 January 1990. Network on Code-switching and Language Contact. Strasbourg (European Science Foundation), p. 69-91.
- AUER, Peter e Aldo di LUZIO (eds.) - *Variation and Convergence. Studies in Social Dialectology*. Berlin, New York (Walter de Gruyter), 1988.
- BAL, Willy - *Brève introduction à la sociolinguistique*. Separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVII, tomos I e II. Coimbra, 1974 e 1975.
- BALDINGER, Kurt - *La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica*. 2ª ed. corrigida y muy aumentada. Madrid (Ed. Gredos), 1972. (Tradução do original alemão de 1958.)

---

\*Nesta lista bibliográfica o leitor encontrará apenas a indicação dos títulos que, de uma forma muito directa, influenciaram a reflexão empreendida nesta dissertação. Muitas outras obras consultadas ao longo do período de preparação deste trabalho, tendo contribuído secundariamente para a nossa formação teórica e metodológica, não foram, por isso, aqui recensadas.

- BARNES, J. A. - *Class and Committees in a Norwegian Island Parish*. In: *Human Relations*, vol. 7 (1), p. 39-58.
- BEARDSMORE, H. Baetens - *Development of the Compound-Coordinate Distinction in Bilingualism*. In: *Lingua*, nº 33, 1974, p. 123-127.
- BENVENISTE, Émile - *Da subjectividade na linguagem*. In: *O homem na linguagem*. Lisboa (Arcádia), 1976, p. 57-65.
- BENVENISTE, Émile - *A natureza dos pronomes*. In: *O homem na linguagem*. Lisboa (Arcádia), 1976, p. 49-55.
- BLOM, Jan Petter e J. J. GUMPERZ - *Social Meaning in Linguistic Structure*. In: *Directions in Sociolinguistics. The Ethnography of Communication*. Edited by J. J. Gumperz and D. Hymes. Oxford (Basil Blackwell), 1986, p. 407-434.
- BLOOMFIELD, Leonard - *Language*. London (George Allen & Unwin Ltd.), 1933.
- BOISSEVAIN, Jeremy - *Social Network*. In: *Sociolinguistics: an International Handbook of the Sciences of Language and Society*, vol. I. Edited by Ulrich Ammon, Norbert Dittmar and Klaus J. Mattheier. Berlin, New York (Walter de Gruyter), 1987, p. 164-169.
- BOLÉO, Manuel de Paiva - *Estudos de linguística portuguesa e românica*, vol. I, tomos I e II. Coimbra (Acta Universitatis Conimbrigensis), 1974, 1975.
- BOLÉO, Manuel de Paiva - *O problema da importação de palavras e o estudo dos estrangeirismos (em especial dos francesismos) em português*. Separata de *O Instituto*, vol. CXXVII. 2ª ed. revista e ampliada. Coimbra, 1965.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris - *The Urbanization of Rural Dialect Speakers. A Sociolinguistic Study in Brazil*. Cambridge (Cambridge University Press), 1985, p. 69-122.
- CARVALHO, José Gonçalo Herculano de - *Elementos estranhos no vocabulário mirandês*. In: *Estudos linguísticos*, vol. I, 2ª ed. Coimbra (Atlântida Editora), 1973, p. 93-110.
- CARVALHO, José Gonçalo Herculano de - *Fonologia mirandesa I*. In: *Biblos*, vol. XXXIII. Coimbra, 1957, p. 1-133.
- CARVALHO, José Gonçalo Herculano de - *Porque se fala dialecto leonês em Terra de Miranda?* In: *Estudos linguísticos*, vol. I, 2ª ed. Coimbra (Atlântida Editora), 1973, p. 70-92.
- CHOMSKY, Noam - *Aspectos da teoria da sintaxe*. 2ª ed. Coimbra (Arménio Amado-Editor), 1978.
- CINTRA, Luís F. Lindley - *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo. Seu confronto com a dos foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre. Contribuição para o*

- estudo do leonês e do galego-português do século XIII*. Lisboa (Publicações do Centro de Estudos Filológicos), 1959.
- CINTRA, Luís. F. Lindley - *Sobre o interesse humano dos dialectos e falares regionais*. In: *Estudos de dialectologia portuguesa*. Lisboa (Sá da Costa Editora), 1983, p. 7-15.
- COSERIU, Eugenio - *Au delà du structuralisme*. Taula rodona celebrada el dimarts, 8 d'abril. In: *Actes XVI Congrès International de Lingüística i Filologia Romàniques*. Palma de Mallorca (Editorial Moll), 1982, p. 163-168.
- COSERIU, Eugenio - *Los conceptos de "dialecto", "nível" y "estilo de lengua" y el sentido propio de la dialectología*. In: *Lingüística Española Actual*, vol. 3, 1981, p. 1-32.
- COSERIU, Eugenio - *La geografía lingüística*. In: *El hombre y su lenguaje*. Madrid (Editorial Gredos), 1977, p.103-158.
- COSERIU, Eugenio - *Lecciones de la lingüística general*. Madrid (Editorial Gredos), 1981, p. 302-327.
- COSTA, Avelino de Jesus da - *Braga, Metrópole e primazia de*. In: *Dicionário da História de Portugal*. Dirigido por Joel Serrão. Vol. I, Lisboa (Iniciativas Editoriais), 1963-1971.
- COSTA, Avelino de Jesus da - *Diocese*. In: *Dicionário da História de Portugal*. Dirigido por Joel Serrão. Vol. I, Lisboa (Iniciativas Editoriais), 1963-1971.
- CRYSTAL, David - *The Cambridge Encyclopedia of Language*. Cambridge (Cambridge University Press), 1991.
- DIAS, Eduardo Mayone - *Falares emigrantes —uma abordagem ao seu estudo*. Lisboa (Biblioteca Breve, Instituto de Língua e Cultura Portuguesa), 1989.
- DIAS, Jorge - *Comunitarismo*. In: *Dicionário da História de Portugal*. Dirigido por Joel Serrão. Vol. I, Lisboa (Iniciativas Editoriais), 1963-1971.
- DIAS, Jorge - *Rio de Onor. Comunitarismo agro-pastoril*. Porto (Instituto de Alta Cultura—Centro de Estudos de Etnologia Peninsular), 1953.
- DIAS, Jorge e J. G. Herculano de CARVALHO - *O falar de Rio de Onor*. In: *Biblos*, vol. XXX. Coimbra, 1954, p. 191-244.
- DIEBOLD, Richard A. - *Incipient Bilingualism*. In: *Language in Culture and Society. A Reader in Linguistics and Anthropology*. Edited by Dell Hymes. New York (Harper & Row Publishers), 1964, p. 495-508.
- DURÁN, Richard P. (ed.) - *Latino Language and Communicative Behavior*. Norwood (Ablex Publishing Corporation), 1984.
- FASOLD, Ralph - *The Sociolinguistics of Society*. Oxford (Basil Blackwell), 1984.



- FERGUSON, Charles A. - *Diglossia*. In: *Word*, nº 19, 1959, p. 325-340.
- FERNÁNDEZ, Mauro A. - *Bilingüismo y diglosia*. In: *Verba. Anuario Galego de Filoloxía*, vol. 5, 1978, p. 377-391.
- FERNÁNDEZ, Mauro A. - *Coordenadas sociais e dinámica do bilingüismo galego*. In: *Grial*, nº 110, tomo XXIX, 1991, p. 239-262.
- FERNÁNDEZ, Mauro A. - *Mantenimento y cambio de lengua en Galicia: el ritmo de la desgalleguización en los últimos cincuenta años*. In: *Verba. Anuario Galego de Filoloxía*, vol. 10, 1983, p. 79-129.
- FISHMAN, Joshua A. - *Bilingualism and Biculturism as Individual and as Societal Phenomena*. In: *The Rise and Fall of Ethnic Revival*. Edited by Joshua A. Fishman. Paris, The Hague (Mouton), 1985, p. 39-56.
- FISHMAN, Joshua A. - *Bilingualism with and without Diglossia; Diglossia with and without Bilingualism*. In: *The Journal of Social Issues*, vol. XXIII, nº 2, 1967, p. 29-38.
- FISHMAN, Joshua - *Who Speaks what Language to whom and when?* In: *La Linguistique*, nº 2, 1965, p. 67-88.
- FONSECA, Fernanda Irene - *O perfeito e o pretérito e a teoria dos níveis de enunciação*. In: *Biblos*, vol. 58, 1982, p. 75-98.
- FONSECA, Fernanda Irene - *Para o estudo das relações de tempo no verbo português*. Separata do *Boletim de Filologia*, tomo XXIX, Lisboa, 1984, p. 405-420.
- FRANCESCATO, Guisepppe - *Structural Comparison, Diasystems, and Dialectology*. In: *Zeitschrift für Romanische Philologie*, vol. 81, nº 5/6. Tübingen (Max Niemeyer Verlag), 1965.
- GAL, Susan - *Peasant Men Can't Get Wives: Language Change and Sex Roles in a Bilingual Community*. In: *Language in Society*, nº 7, 1978, p. 1-16.
- GAL, Susan - *Variation and Language in Patterns of Speaking: Language Shift in Austria*. In: *Linguistic Variation: Models and Methods*. Edited by D. Sankoff. New York (Academic Press), 1978, p. 227-238.
- GALEGO, Júlia e Suzanne DAVEAU - *O numeramento de 1527-1532. Tratamento cartográfico*. Lisboa (Universidade de Lisboa e Instituto Nacional de Investigação Científica), 1986.
- GARDNER-CHLOROS, Penelope - *Code-switching: approches principales et perspectives*. In: *La Linguistique*, vol. 19 (2), 1983, p. 21-53.
- GARDNER-CHLOROS, Penelope - *Code-switching in Relation to Language Contact and Convergence*. In: *Devenir bilingue - parler bilingue. Actes du 2e Colloque sur le Bilinguisme*, Université

de Neuchâtel, 20-22 septembre 1984. Edité par George Lüdi. Tübingen (Max Niemeyer Verlag), 1987, p. 99-111.

GARDNER-CHLOROS, Penelope - *Language Selection and Switching in Strasbourg*. Oxford (Clarendon Press), 1991.

GARDNER-CHLOROS, Penelope - *Levels of Explanation in the Analysis of Code-switching: Some Practical Problems and a Taxonomy*. In: *Papers for the Workshop on Concepts, Methodology and Data*, Basel, 12-13 January 1990. Network on Code-switching and Language Contact. Strasbourg (European Science Foundation), p. 93-104.

GERARDI, Lúcia e Christine Sílvia BÁRBARA - *Quantificação em Geografia*. São Paulo (Difel), 1981.

GILES, Howard e Robert ST. CLAIR - *Language and Social Psychology*. Oxford (Blackwell), 1979.

GILES, Howard e Philip SMITH - *Accommodation Theory: Optimal Levels of Convergence*. In: *Language and Social Psychology*. Edited by Howard Giles and Robert St. Clair. Oxford (Blackwell), 1979, p. 45-65.

GIRÃO, Amorim - *Esboço de uma carta regional de Portugal*, 2ª ed. Coimbra (Imprensa da Universidade), 1933.

GONZÁLEZ, Julio - *Alfonso IX*, tomo I. Madrid (Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Instituto Jerónimo Zurita), 1944.

GRICE, H. Paul - *Logic and Conversation*. In: *Syntax and Semantics*, vol. 3. Edited by Peter Cole and Jerry C. Morgan. New York (Academic Press), 1975, p. 41-58.

GRICE, H. Paul - *Presupposition and Conversational Implicature*. In: *Radical Pragmatics*. Edited by Peter Cole. New York (Academic Press), 1981, p. 183-198.

GRICE, H. Paul - *Querer dizer*. In: *Linguagem e acção — da Filosofia analítica à Pragmática linguística*. Organizado por José Pinto de Lima. Lisboa (Apaginastantas), 1983, p. 87-105.

GROSJEAN, François - *Life with Two Languages. An Introduction to Bilingualism*. Cambridge (Harvard University Press), 1982.

*Guia de Portugal. Trás-os-Montes e Alto-Douro, II —Lamego, Bragança e Miranda*. Lisboa (Fundação Calouste Gulbenkian), 1970.

GUMPERZ, J. J. - *Discourse Strategies*. Cambridge (Cambridge University Press), 1982.

GUMPERZ, J. J. - *The Sociolinguistic Basis of Speech Act Theory*. In: *VS*, nº 26/27, 1980, p. 101-121.

GUMPERZ, J. J. - *The Speech Community*. In: *Language and Social Context*. Edited by Pier Paolo Giglioli. London (Penguin Books), 1972, p. 219-231.

- GUMPERZ, J. J. e Dell HYMES (eds.) - *Directions in Sociolinguistics. The Ethnography of Communication*. Oxford (Basil Blackwell), 1986.
- HAMERS, Josiane F. e Michel H. A. BLANC - *Bilinguality and Bilingualism*. Cambridge (Cambridge University Press), 1990.
- HAUGEN, Einar - *Bilingualism, Language Contact, and Immigrant Languages in the United States: a Research Report 1956-1970*. In: *Current Trends in Linguistics*. Edited by Thomas A. Sebeok. Vol. 10, Paris (Mouton), 1973, p. 505-591.
- HAUGEN, Einar - *The Analysis of Linguistic Borrowing*. In: *The Ecology of Language*. Stanford (Stanford University Press), 1972, p. 79-109.
- HELLER, Monica (ed.) - *Codeswitching. Anthropological and Sociolinguistic Perspectives*. Berlin (Mouton de Gruyter), 1988.
- HELLER, Monica - *Introduction*. In: *Codeswitching. Anthropological and Sociolinguistic Perspectives*. Edited by Monica Heller. Berlin (Mouton de Gruyter), 1988, p. 1-24.
- HELLER, Monica - *Strategic Ambiguity: Code-switching in the Management of Conflict*. In: *Codeswitching. Anthropological and Sociolinguistic Perspectives*. Edited by Monica Heller. Berlin (Mouton de Gruyter), 1988, p. 77-96.
- HOIJER, Harry - *Linguistic and Cultural Change*. In: *Language in Culture and Society. A Reader in Linguistics and Anthropology*. Edited by Dell Hymes. New York (Harper & Row Publishers), 1964, p. 455-466.
- HYMES, Dell - *On Communicative Competence*. In: *Sociolinguistics*. Edited by J. B. Pride and J. Holmes. Harmondsworth (Penguin Books), 1972, p. 269-293.
- HYMES, Dell - *Foundations in Sociolinguistics: an Ethnographic Approach*. Philadelphia (University of Pennsylvania Press), 1974.
- HYMES, Dell (ed.) - *Language in Culture and Society. A Reader in Linguistics and Anthropology*. New York (Harper & Row Publishers), 1964.
- JACOBSON, Rodolfo (ed.) - *Codeswitching as a Worldwide Phenomenon*, vol. II. New York (Peter Lang), 1990.
- JAVIERRE, Aurea - *Castela, Relações de Portugal com*. In: *Dicionário da História de Portugal*. Dirigido por Joel Serrão. Vol. I, Lisboa (Iniciativas Editoriais), 1963-1971.
- KENDLER, H. - *Introdução à Psicologia*, vol. I. Lisboa (Fundação Calouste Gulbenkian), 1963.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine - *Les interactions verbales*. Tome I, Paris (Armand Colin), 1990.
- LABOV, William - *Modelos sociolingüísticos*. Madrid (Ediciones Cátedra), 1983.

- LABRIE, Normand - *Code-switching: a Sociolinguistic Investigation of Italians in Montreal*. In: *The Sociolinguistics of Urban Vernaculars. Case Studies and their Evaluation*. Edited by Norbert Dittmar and Peter Schlobinski. Berlin (Walter de Gruyter), 1988, p. 217-231.
- LEMA, Paula Bordalo - *Reflexos espaciais dum modelo de desenvolvimento: o exemplo de Trás-os-Montes e Alto Douro*. In: *Biblos*, vol. LXI, 1985, p. 192-216.
- LEVINSON, Stephen C. - *Pragmatics*. Cambridge (Cambridge University Press), 1983.
- LÓPEZ MORALES, Humberto - *Hacia un concepto de la sociolingüística*. In: *Lecturas de sociolingüística*. Madrid (Colección EDAF Universitaria), 1977, p. 101-124.
- LÓPEZ MORALES, Humberto - *Sociolingüística*. 2ª ed. Madrid (Gredos), 1993.
- MACKEY, William - *Bilinguisme et contact des langues*. Paris (Éditions Klincksieck), 1976.
- MACKEY, William - *The Description of Bilingualism*. In: *Readings in the Sociology of Language*. Edited by Joshua A. Fishman. The Hague, Paris (Mouton), 1970, p. 554-584.
- MACNAMARA, John - *The Bilingual's Linguistic Performance —A Psychological Overview*. In: *The Journal of Social Issues*, vol. XXIII, nº 2, 1967, p. 58-77.
- MACNAMARA, John - *Bilingualism in the Modern World*. In: *The Journal of Social Issues*, vol. XXIII, nº 2, 1967, p. 1-7.
- MAIA, Clarinda de Azevedo - *Minorias linguísticas e Sociolingüística*. Separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XX. Coimbra, 1992.
- MARQUES, A. H. de Oliveira - *Demografia —Na Idade Média*. In: *Dicionário da História de Portugal*. Dirigido por Joel Serrão. Vol. I, Lisboa (Iniciativas Editoriais), 1963-1971.
- MARTINET, André - *Elementos de linguística geral*. 10ª ed., Lisboa (Livraria Sá da Costa), 1985.
- MATEUS, Maria Helena Mira, Ana Maria BRITO, Inês Silva DUARTE e Isabel Hub FARIA - *Gramática da língua portuguesa*. 2ª ed. revista e aumentada. Lisboa (Ed. Caminho), 1989.
- MATIAS, Maria de Fátima Resende - *Algumas considerações acerca da variável sociolingüística sexo*. Separata de *O Ensino*, nºs 18, 19, 20, 21 e 22, 1987.
- MATIAS, Maria de Fátima Resende - *Bilinguismo e níveis sociolingüísticos numa região luso-espanhola (Concelhos de Alandroal, Campo Maior, Elvas e Olivença)*. Separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, vols. XVIII e XIX. Coimbra, 1984.
- MATTOSO, José - *Reconquista cristã*. In: *Dicionário da História de Portugal*. Dirigido por Joel Serrão. Vol. III, Lisboa (Iniciativas Editoriais), 1963-1971.

- McCLURE, Erica - *Formal and Functional Aspects of the Codeswitched Discourse of Bilingual Children*. In: *Latino Language and Communicative Behavior*. Edited by Richard P. Durán. Norwood (Ablex Publishing Corporation), 1984, p. 69-94.
- McCLURE, Erica e Malcom McCLURE - *Macro- and Micro-sociolinguistic Dimensions of Code-switching in Vingard*. In: *Codeswitching. Anthropological and Sociological Perspectives*. Edited by Monica Heller. Berlin (Mouton de Gruyter), 1988, p. 25-51.
- MEIER, Harri - *A evolução do português dentro do quadro das línguas ibero-românicas*. In: *Biblos*, vol. XVIII, tomo II, 1943, p. 497-515.
- MENDES, José Maria Amado - *Trás-os-Montes nos finais do século XVIII segundo um manuscrito de 1796*. Coimbra (INIC—Centro de História da Sociedade e Cultura da Universidade de Coimbra), 1981.
- MENDRAS, Henri - *Sociologia do meio rural*. In: *Tratado de Sociologia*, vol. I. Publicado sob a direcção de Georges Gurvitch. 3ª ed. corrigida, Lisboa (Iniciativas Editoriais), 1977, p. 429-449.
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón - *El dialecto leonés*. Oviedo (Instituto de Estudios Asturianos), 1962.
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón - *El idioma español en sus primeros tiempos*. 4ª ed., Madrid (Espasa-Calpe S. A.), 1951.
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón - *Orígenes del Español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*. 6ª ed., Madrid (Espasa-Calpe, S. A.), 1968.
- MILROY, Lesley - *Language and Social Networks*. 2ª ed., Oxford (Blackwell Publishers), 1987.
- MILROY, Lesley - *Observing and Analysing Natural Language*. New York (Basil Blackwell), 1989.
- MONDÉJAR CUMPÍAN, José - «Castellano» y «Español». *Dos nombres para una lengua*. Granada (Editorial Don Quijote), 1981.
- MOREIRA, Maria da Conceição Azevedo - *A vida do povo mirandês através do seu vocabulário*. Dissertação de licenciatura inédita em Filologia Românica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra, 1962.
- MORENO FERNÁNDEZ, Francisco - *Metodología sociolingüística*. Madrid (Editorial Gredos), 1990.
- MOURINHO, António Maria - *Diversidades subdialectais do mirandês*. In: *Actas do Colóquio de Estudos Etnográficos «Dr. Leite de Vasconcelos»*. Promovido pela Junta de Província de Douro Litoral (18 a 23 de Junho de 1958), vol. III, 1959, p. 329-341.
- MOURINHO, António Maria - *A língua mirandesa como vector cultural do Nordeste português*. In: *Actas das 1ªs Jornadas de Língua e Cultura Mirandesa*. Miranda do Douro, 1987, p.75-87.



- MOURINHO, António Maria - *Subsídios para um tratado de dialectologia portuguesa. Expansão literária do mirandês*. In: *Revista de Portugal, Série A—Língua Portuguesa*, vol. V, 1944, p. 58-62 e 90-96.
- MOURINHO, António Maria - *Subsídios para um tratado de dialectologia portuguesa. O dialecto mirandês*. In: *Revista de Portugal, Série A—Língua Portuguesa*, vol. IV, 1944, p. 270-271.
- MOURINHO, António Maria - *Subsídios para um tratado de dialectologia portuguesa. Origens do mirandês*. In: *Revista de Portugal, Série A—Língua Portuguesa*, vol. VI, 1944/45, p. 329-334; vol. VII, 1945, p. 137-141 e p. 246-251; vol. IX, 1946, p. 89-93 e p. 254-257; vol. X, 1946, p. 21-25; vol. XI, 1947, p. 97-101.
- MOURINHO, António Maria - *Subsídios para um tratado de dialectologia portuguesa. Gramática mirandesa*. In: *Revista de Portugal, Série A—Língua Portuguesa*, vol. V, 1944, p. 277-282 e vol. VI, 1944/45, p. 91-96.
- MYERS-SCOTTON, Carol - *Intersections between Social Motivations and Structural Processing in Codeswitching*. In: *Papers for the Workshop on Constraints, Conditions and Models*. London, 27-29 September 1990. Network on Code-switching and Language Contact. Strasbourg (European Science Foundation), p. 57-81.
- MYERS-SCOTTON, Carol - *Code Switching as Indexical of Social Negotiations*. In: *Codeswitching. Anthropological and Sociolinguistic Perspectives*. Edited by Monica Heller. Berlin (Mouton de Gruyter), 1988, p. 151-186.
- NETO, Maria Lourdes Akola Meira do Carmo - *Demografia — Nas Épocas Moderna e Contemporânea*. In: *Dicionário da História de Portugal*. Dirigido por Joel Serrão. Vol. IV. Lisboa (Iniciativas Editoriais), 1963-1971.
- OKSAAR, Els - *Bilingualism*. In: *Current Trends in Linguistics*. Edited by Thomas A. Sebeok. Vol. 9, Paris (Mouton), 1972, p. 476-506.
- OLIVEIRA, A. Lopes de - *O Menino Jesus da Cartolinha. Miranda na geografia, história e tradição*. 6ª ed., Miranda do Douro, 1983.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de - *Trabalhos colectivos*. In: *Dicionário da História de Portugal*. Dirigido por Joel Serrão. Vol. I, Lisboa (Iniciativas Editoriais), 1963-1971.
- PETROVICI, E. - *Interpénétration des systèmes linguistiques*. In: *Actes du Xe Congrès International des Linguistes* (Bucarest 28 août - 2 septembre 1967), vol. I, p. 37-73.
- PIEL, Joseph M. - *Observações acerca do vocalismo mirandês*. In: *Biblos*, vol. VI, 1930, p. 187-190.
- Plano Director Municipal do Concelho de Miranda do Douro*, 1993.

- POPLACK, Shana - *Sometimes I'll Start a Sentence in English Y TERMINO EN ESPAÑOL: Towards a Typology of Code-switching*. In: *Linguistics*, nº 18, 1980, p. 581-616.
- POPLACK, Shana - *Variation Theory and Language Contact: Concepts, Methods and Data*: In: *Papers for the Workshop on Concepts, Methodology and Data*, Basel, 12-13 January 1990. Network on Code-switching and Language Contact. Strasbourg (European Science Foundation), p. 33-68.
- POPLACK, Shana e David SANKOFF - *Borrowing: the Synchrony of Integration*. In: *Linguistics*, vol. 22 (1), 1984, p. 99-135.
- POPLACK, Shana e David SANKOFF - *Code-switching*. In: *Sociolinguistics: an International Handbook of the Sciences of Language and Society*, vol. II. Edited by Ulrich Ammon, Norbert Dittmar and Klaus J. Mattheier. Berlin, New York (Walter de Gruyter), 1987, p. 1174-1180.
- POPLACK, Shana e Susan WHEELER - *Distinguishing Language Contact Phenomena: Evidence from Finnish-English Bilingualism*. In: *Codeswitching as a Worldwide Phenomenon*, vol. II. Edited by Rodolfo Jakobson. New York (Peter Lang), 1990, p. 187-218.
- PRESTON, Dennis R. e Ann ARBOR - *Domain-, Role- or Network Specific Use of Language*. In: *Sociolinguistics: an International Handbook of the Sciences of Language and Society*, vol. I. Edited by Ulrich Ammon, Norbert Dittmar and Klaus J. Mattheier. Berlin, New York (Walter de Gruyter), 1987, p. 690-699.
- PRIDE, J. B. - *The Social Meaning of Language*. London (Oxford University Press), 1971.
- PRIDE, J. B. e J. HOLMES (eds.) - *Sociolinguistics*. Harmondsworth (Penguin Books), 1972.
- RAPOSO, Domingos Abílio Gomes - *Vitalidade, valor e estudo da língua mirandesa*. In: *Actas das 1<sup>as</sup> Jornadas de Língua e Cultura Mirandesa*. Miranda do Douro, 1987, p. 55-59.
- REIS, Henrique - *Leão e Portugal*. In: *Dicionário da História de Portugal*. Dirigido por Joel Serrão. Vol. II, Lisboa (Iniciativas Editoriais), 1963-1971.
- REYES, Rogelio - *Independent Convergence in Chicano and New York City Puerto Rican Bilingualism*. In: *Latino Language and Communicative Behavior*. Edited by Richard P. Durán. Norwood (Ablex Publishing Corporation), 1984, p. 39-48.
- RIBEIRO, Orlando - *Portugal, Formação de*. In: *Dicionário da História de Portugal*. Dirigido por Joel Serrão. Vol. III, Lisboa (Iniciativas Editoriais), 1963-1971.
- RODRÍGUEZ-CASTELLANO, Lorenzo - *Aspectos del bable occidental*. Oviedo (Instituto de Estudios Asturianos), 1954.

- RODRÍGUEZ NEIRA, Modesto A. - *Sobre o proceso de substitución lingüística en Galicia*. In: *Actes du XVIII<sup>e</sup> Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes*, vol. 5, 1988, p. 253-265.
- ROMAINE, Suzanne - *Bilingualism*. Oxford (Blackwell), 1989.
- ROMAINE, Suzanne - *What is a Speech Community?* In: *Sociolinguistic Variation in Speech Communities*. Edited by Suzanne Romaine. London (Arnold), 1982, p. 13-24.
- RONA, José Pedro - *A Structural View of Sociolinguistics*. In: *Method and Theory in Linguistics*. Ed. por Paul L. Garvin. Paris, The Hague (Mouton), 1970, p. 199-211.
- ROTAETXE AMUSATEGI, Karmele - *Sociolingüística*. Madrid (Editorial Síntesis, Lda.), 1988.
- RUBIN, Joan - *Bilingual Usage in Paraguay*. In: *Readings in the Sociology of Language*. Edited by Joshua Fishman. The Hague, Paris (Mouton), 1970, p. 512-530.
- RYAN, Ellen Bouchard, Howard GILES e Miles HEWSTONE, *The Measurement of Language Attitudes*. In: *Sociolinguistics: an International Handbook of the Sciences of Language and Society*, vol. II. Edited by Ulrich Ammon, Norbert Dittmar and Klaus J. Mattheier. Berlin, New York (Walter de Gruyter), 1987, p. 1068-1081.
- RYAN, Ellen Bouchard e Howard GILES (eds.) - *Attitudes towards Language Variation. Social and Applied Contexts*. London (Edward Arnold), 1982.
- RYAN, Ellen Bouchard, Howard GILES e Richard J. SEBASTIAN - *An Integrative Perspective for the Study of Attitudes towards Language Variation*. In: *Attitudes towards Language Variation. Social and Applied Contexts*. Edited by Ellen Bouchard Ryan and Howard Giles. London (Edward Arnold), 1982, p. 1-19.
- SANTOS, Maria José Moura - *Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes*. Separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, vols. XII, tomo II, XIII e XIV. Coimbra, 1967.
- SAVILLE-TROIKE, Muriel - *The Ethnography of Communication*. Oxford (Basil Blackwell), 1984.
- SAVILLE-TROIKE, Muriel - *The Ethnography of Speaking*. In: *Sociolinguistics: an International Handbook of the Sciences of Language and Society*, vol. I. Edited by Ulrich Ammon, Norbert Dittmar and Klaus J. Mattheier. Berlin, New York (Walter de Gruyter), 1987, p. 660-671.
- SIGUÁN, Miguel e William MACKKEY, *Educación y bilingüismo*. Madrid (Santillana, UNESCO), 1986.
- SLETSJØE, Leif - *La position du mirandais*. In: *Studia Neophilologica*, vol. XXXIX, n<sup>o</sup> 1. Uppsala, 1967, p. 150-173.

- SOARES, Torquato Sousa - *Condado Portucalense*. In: *Dicionário da História de Portugal*. Dirigido por Joel Serrão. Vol. I, Lisboa (Iniciativas Editoriais), 1963-1971.
- SOARES, Torquato Sousa - *Astúrias*. In: *Dicionário da História de Portugal*. Dirigido por Joel Serrão. Vol. I, Lisboa (Iniciativas Editoriais), 1963-1971.
- SOARES, Torquato Sousa - *Concelhos*. In: *Dicionário da História de Portugal*. Dirigido por Joel Serrão. Vol. I, Lisboa (Iniciativas Editoriais), 1963-1971.
- SOBRERO, Alberto A. - *Conversational Microconvergences between Dialect and Language*. In: *Variation and Convergence. Studies in Social Dialectology*. Edited by Peter Auer and Aldo di Luzio. Berlin, New York (Walter de Gruyter), 1988, p. 195-216.
- SPOLSKY, Bernard - *Bilingualism*. In: *Linguistics: The Cambridge Survey. IV - Language: The Socio-cultural Context*. Cambridge (Cambridge University Press), 1988, p. 100-118.
- TABORDA, Vergílio - *Alto Trás-os-Montes. Estudo geográfico*. 2ª ed., Lisboa (Livros Horizonte), 1987.
- TABOURET-KELLER, Andrée - *Plurilinguismo e interferências*. In: André Martinet - *Conceitos fundamentais da linguística*. Lisboa (Editorial Presença), 1976, p. 289-293.
- TIMM, L. A. - *Spanish-English Code-switching: el porque y how-not-to*. In: *Romance Philology*, vol. 28, nº 4, 1975, p. 473-482.
- TRUDGILL, Peter - *Sociolinguistics. An Introduction*. Middlesex (Penguin Books), 1974.
- VASCONCELOS, José Leite de - *O dialecto mirandês. Contribuição para o estudo da dialectologia românica no domínio glotológico hispano-lusitano*. Porto (Livraria Portuense), 1882.
- VASCONCELOS, José Leite de - *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. Paris e Lisboa, 1901, p. 198-202. 2ª ed. com aditamentos e correcções do Autor, preparada com base no exemplar conservado no Museu Etnológico "Dr. Leite de Vasconcelos" por Maria Adelaide Valle Cintra. Lisboa (Centro de Estudos Filológicos), 1970. 3ª ed., Lisboa (Instituto Nacional de Investigação Científica—Centro de Linguística da Universidade de Lisboa), 1987.
- VASCONCELOS, José Leite de - *Estudos de filologia mirandesa*, vols. I e II. Lisboa (Imprensa Nacional), 1900 e 1901. 2ª ed. comemorativa do cinquentenário da morte do Autor, publicada em 1992 pela Câmara Municipal de Miranda do Douro, que reproduz, em fac-simile, a ed. de 1900 e 1991.
- VASCONCELOS, José Leite de - *Notas mirandesas*. In: *Revista Lusitana*, vol. V, Lisboa (Antiga Casa Bertrand), 1897-1899, p. 195-198.
- VASCONCELOS, José Leite de - *Notícias filológicas*. In: *Revista Lusitana*, vol. IV, Lisboa (Antiga Casa Bertrand), 1896, p. 125-126.

- VASCONCELOS, José Leite de - *Opúsculos*, vol. IV. Coimbra (Imprensa da Universidade), 1929.
- VASCONCELOS, José Leite de - *Um conto popular em mirandês*. In: *Revista Lusitana*, vol. I. Porto (Livraria Portuense), 1887-1889, p. 260-261.
- VASCONCELOS, José Leite de - *Varia Quaedam*. In: *Revista Lusitana*, vol. I. Porto (Livraria Portuense), 1887-1889, p. 192-194.
- VELHO, Fernanda e Amorim GIRÃO - *O mais antigo censo da população de Portugal (1527)*. In: *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, nºs 8-9. Coimbra, 1954, p. 58-68.
- VERMA, S. K. - *Code-switching: Hindi-English*. In: *Lingua*, nº 38, 1976, p. 153-165.
- VOGT, Hans - *Language Contacts*. In: *Word*, vol. 10, 1954, p. 365-374. O artigo foi incluído na obra colectânea *Linguistics Today*, editada por André Martinet e Uriel Weinreich. New York, 1954, p. 245-254.
- WARDHAUGH, Ronald - *An Introduction to Sociolinguistics*, 2ª ed. Oxford (Blackwell), 1986, p. 117.
- WEINREICH, Uriel - *Languages in Contact. Findings and Problems*. 6ª ed. Paris (Mouton), 1968.
- WEINREICH, Uriel - *Unilinguisme et multilinguisme*. In: *Le Langage. Encyclopédie de la Pléiade*. Volume publié sous la direction d'André Martinet. Paris (Éditions Gallimard), 1968, p. 647-684.
- WOOLFORD, Ellen - *Bilingual Code-switching and Syntactic Theory*. In: *Linguistic Inquiry*, nº 14, 1983, p. 520-536.
- XAVIER, Maria Francisca e Maria Helena Mira MATEUS (Organização de) - *Dicionário de termos linguísticos*, vol. I. Lisboa (Edições Cosmos), 1990.
- ZAMORA VICENTE, Alonso - *Dialectología española*. Madrid (Ed. Gredos), 1960, p. 71-159.
- ZENTELLA, Ana Cecilia - *Spanish and English in Contact in the United States: the Puerto Rican Experience*. In: *Spanish in the Western Hemisphere in Contact with English, Portuguese, and the Amerindian Languages*. Edited by Eugenio Chang-Rodríguez. New York (International Linguistic Association), 1983, p. 41-57.



## ÍNDICE

PREÂMBULO.....	iv
INTRODUÇÃO .....	1
PARTE I: A COMUNIDADE LINGUÍSTICA E A REGIÃO ENVOLVENTE	
0. A escolha da comunidade a estudar .....	6
1. Enquadramento histórico, geográfico e social .....	7
1.1. Alguns dados para a caracterização da Terra de Miranda.....	7
1.2. A freguesia de Paradela. Elementos para uma caracterização sociolinguística .....	14
2. Os idiomas.....	20
2.1. A fundamentação histórica da sobrevivência linguística do mirandês.....	20
2.2. O avanço do português e o papel do espanhol. A questão da concorrência linguística com o idioma autóctone.....	23
2.3. O mirandês de Paradela. Breves notas sobre a diversidade dialectal na Terra de Miranda.....	28
PARTE II: OS QUADROS E OS CONCEITOS TEÓRICOS	
0. Considerações introdutórias.....	30
0.1. O conceito de bilinguismo.....	31
0.2. O bilinguismo e as correntes linguísticas contemporâneas.....	35
1. A alternância de códigos e a escolha de línguas.....	40
1.1. Para uma definição dos conceitos.....	40
1.2. A escolha de línguas: factores que concorrem para o seu condicionamento .....	42
1.3. A alternância de códigos: observações preliminares .....	48
1.3.1. Funções e motivações da alternância de códigos: a tradição pragmática .....	49
1.3.2. As restrições sintácticas da alternância de códigos.....	59
1.3.3. Alternância de códigos e interferência: elementos para uma importante distinção teórica.....	64
1.3.3.1. O conceito de interferência e níveis de manifestação linguística.....	64
1.3.3.2. Interferência e importação.....	70
1.3.3.3. A importação lexical: integração e motivação.....	73

1.3.3.4. Alternância de códigos e interferência lexical: conclusão.....	75
2. As condicionantes extralinguísticas.....	77
2.1. A comunidade linguística: contribuições para a definição do conceito.....	77
2.1.1. Redes sociais.....	81
2.1.2. A comunidade de Paradela: critérios adoptados para o seu estudo sociolinguístico.....	85
2.2. As atitudes linguísticas.....	90
2.2.1. Definição.....	90
2.2.2. Métodos de aferição.....	93
2.2.3. O papel das atitudes linguísticas em contextos bilingues: análise dos dados referentes a Paradela e à amostra constituída pelos alunos da Escola Secundária de Miranda do Douro.....	97
 PARTE III: ESCOLHA DE LÍNGUAS E ALTERNÂNCIA DE CÓDIGOS EM PARADELA	
0. Considerações metodológicas gerais.....	110
1. A escolha de línguas em Paradela.....	113
1.1. O questionário I: “Funcionalidade social”.....	113
1.1.1. Esclarecimentos preliminares: procedimentos adoptados no tratamento dos dados.....	113
1.1.2. Os resultados.....	116
2. A alternância de códigos em Paradela.....	131
CONCLUSÕES.....	153
BIBLIOGRAFIA.....	157